

ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

56

CAMPINAS, setembro de 2008.



UNICAMP

**DISSOLUÇÕES E
FORMAÇÃO DE
NOVAS UNIÕES:
UMA ANÁLISE
DEMOGRÁFICA
DAS TENDÊNCIAS
RECENTES NO
URUGUAI**

AUTORA

**WANDA MARIA
CABELLA VAZ**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



UNICAMP

Reitoria

Prof. Dr. José Tadeu Jorge - Reitor

Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa - Vice-Reitor

Pró-Reitorias

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars - Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof. Dr. Daniel Pereira - Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Edgar Salvadori De Decca - Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Paulo Eduardo M. Rodrigues da Silva - Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib - Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Prof. Dr. Jorge Ruben Biton Tapia - Coordenador

Núcleo de Estudos de População

Profa. Dra. Rosana Baeninger - Coordenadora

Profa. Dra. Regina Maria Barbosa - Vice-Coordenadora



FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Cristina Fernandes

Vaz, Wanda Maria Cabella

Dissoluções e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai/Wanda Maria Cabella Vaz - Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp - 2008. 238 páginas.

(Dissoluções e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai, TEXTOS NEPO 56).

1. Divórcio - Uruguai. 2. Transição Demográfica. 3. Casamento. I. Título. II Série.

Índice para catálogo sistemático

1.Divórcio - 301.4284 2. Transição Demográfica - 301.32 3.Casamento - 301.42

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES

Editora dos TEXTOS NEPO

Profa. Dra. Marta Maria do Amaral Azevedo

Edição de Texto: Preparação, Revisão, Diagramação

Myrcia Rose Skaetta - myrcia@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica:

Adriana Cristina Fernandes - cendoc@nepo.unicamp.br

SÉRIE **TEXTOS NEPO**



TEXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **cinquenta e seis números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas à áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

Os Textos Nepo estão a disposição para *download/consulta* na homepage do NEPO, **EM PUBLICAÇÕES**, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: <http://www.nepo.unicamp.br>.

Rosana Baeninger
Núcleo de Estudos de População
Coordenadora

Regina Maria Barbosa
Núcleo de Estudos de População
Coordenadora Associada

RESUMO

Pouco mais de um século após o começo da primeira transição, a população uruguaia está embarcada em outro grande processo de mudança demográfica. Em vinte anos, os indicadores familiares experimentaram mudanças que conduziram a uma imagem muito diferente das famílias formadas nos anos setenta. O aumento do divórcio e das uniões consensuais nas camadas jovens têm sido os rasgos mais reveladores da emergência de um novo pacto conjugal na sociedade uruguaia do fim do século XX.

Este trabalho estuda a dinâmica demográfica das dissoluções conjugais e das uniões pós-divórcio no Uruguai, a partir da combinação de diversas fontes estatísticas: dados agregados, microdados de surveys oficiais e dois surveys retrospectivos. A abordagem metodológica mistura técnicas de análise demográfica, análise de sobrevivência e análise multivariada, além da revisão das mudanças na legislação do divórcio.

O objetivo geral é contribuir a um maior entendimento da nova instabilidade matrimonial e a subsequente complexidade das biografias conjugais. O estudo pretende também aportar à discussão sobre as particularidades da segunda transição demográfica num país não desenvolvido e com uma forte tradição secular. A análise possibilitou identificar à geração nascida nos anos sessenta como a precursora de um novo regime de nupcialidade.

Os resultados permitem afirmar que as tendências observadas responderam a um padrão de mudança geracional, cuja persistência sugere que se trata de um fenômeno consolidado, que permeia todas as camadas sociais. A história do vínculo, particularmente a consensualidade e a ausência de filhos foram os fatores explicativos mais importantes da dissolução. No entanto, a presença de filhos não é um obstáculo para a recomposição conjugal.

ABSTRACT

In the past two decades, divorce and cohabiting unions increased significantly in Uruguay. These two phenomena have been the most revealing features of the emergence of a new conjugal agreement. This research work analyses the demographic dynamics of conjugal dissolutions and repartnerings, drawing on different statistical sources (cross sectional official microdata and retrospective surveys). The methodological design combines demographic, survival and multivariate analyses. Its main purpose is to contribute to a further understanding of the new conjugal instability - and the subsequent complexity of marital histories - in the context of recent Uruguayan family change. It also aims at providing some evidence of the singularity of the Second Demographic Transition in a strongly secularised developing country.

The analysis identifies people born during the sixties as the leader generation in the up-coming of a new conjugal regime. The results confirm that the observed trends respond to a generational transformation pattern, whose persistence suggests a consolidated phenomena spread throughout social strata. The relationship's trajectory, particularly cohabiting and the absence of children were the most important factors in order to explain the dissolution of the marital bond. Surprisingly, children do not affect the probability of repartnering after conjugal dissolution.

SUMÁRIO

DISSOLUÇÕES E FORMAÇÃO DE NOVAS UNIÕES: UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA DAS TENDÊNCIAS RECENTES NO URUGUAI

INTRODUÇÃO11

CAPÍTULO I

AS MUDANÇAS DA FAMÍLIA. O AUMENTO DO DIVÓRCIO E A SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

1.1. As mudanças da família da perspectiva demográfica.....15

- A segunda transição demográfica como regularidade empírica: um quadro teórico para estudar a mudança familiar das últimas décadas16
- A teoria da segunda transição demográfica17
- Há segunda transição demográfica na América Latina?.....19

1.2. Para além da demografia: as mudanças das relações conjugais para os teóricos da modernidade tardia22

CAPÍTULO II

AS MUDANÇAS DA FAMÍLIA URUGUAIA NA ÚLTIMA DÉCADA

2.1. AS MUDANÇAS NA FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DAS UNIÕES

- A formação das uniões.....25
- Uma análise do aumento das uniões consensuais no Uruguai28
- As mudanças na idade à primeira união33
- A evolução das separações conjugais35

2.2. As tendências da fecundidade e da idade à maternidade

- A evolução da fecundidade37
- A evolução da natalidade extramatrimonial..... 38
- A idade ao primeiro filho39

2.3. Há segunda transição demográfica no Uruguai?42

CAPÍTULO III

3. O DIVÓRCIO NO URUGUAI: REGIME LEGAL E EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE

3.1. O contexto histórico-legal: a dessacralização do casamento e o precoce surgimento do divórcio	44
• A reforma de 1978: do divórcio-sanção ao divórcio-remédio	46
3.2. As estatísticas do divórcio	50
3.3. A evolução do divórcio no tempo e nas coortes matrimoniais	
• A evolução do indicador conjuntural de divorcialidade	51
• A evolução do divórcio nas coortes matrimoniais	53

CAPÍTULO IV

4. A DISSOLUÇÃO E A RECOMPOSIÇÃO DO CASAL A PARTIR DE DOIS SURVEYS RETROSPECTIVOS: APRESENTAÇÃO DOS SURVEYS E NOTAS METODOLÓGICAS 56 |

4.1. Algumas precisões com respeito à terminologia utilizada	58
4.2. Descrição dos surveys retrospectivos.....	58
• O Survey de Situaciones Familiares (ESF)	
• O Survey Género y Generaciones (EGG).....	59
4.3. Algumas precisões e limitações das informações	60

CAPÍTULO V

A DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO	62
5.1. A dissolução da primeira união: uma análise por coorte de nascimento e coorte nupcial	63
5.2. A idade à dissolução da primeira união.....	66
5.3. A estabilidade da primeira união	68
• Uma breve descrição da análise de sobrevivência usando tábuas de vida	68
• A duração da primeira união entre as mulheres montevideanas: uma análise de sobrevivência	69
5.4. Os determinantes da dissolução	74
• Existe uma sociografia do divórcio?	75
• Uma revisão teórica dos determinantes da dissolução conjugal.....	76
• Fatores demográficos e de curso de vida.....	77
• A idade à união.....	77
• O tipo de união: consensualidade e coabitação pré-nupcial.....	77
• As trajetórias reprodutivas	80
• Fatores socioeconômicos e ideológicos	81
• O nível educativo	81
• O trabalho feminino e a hipótese da independência econômica	81
5.5. Os determinantes da dissolução no Uruguai e em Montevideú	83
• Os determinantes da dissolução entre os homens e as mulheres uruguayos: uma análise a partir da EGG	83
• Variáveis demográficas e de curso de vida	84
• Variáveis socioeconômicas	84
• Variáveis atitudinais	85
• Os resultados da análise multivariada a partir da EGG	86
• Os determinantes da dissolução entre as mulheres montevideanas: uma análise a partir da ESF	91
• papel das idéias e atitudes nas histórias conjugais	91
• Os resultados da análise multivariada a partir da ESF	96

CAPÍTULO VI

AS TRAJETÓRIAS CONJUGAIS PÓS-DISSOLUÇÃO

6.1. A relevância do estudo das uniões pós-dissolução	102
6.2. Algumas precisões com respeito aos dados utilizados	104
6.3. A frequência da recomposição pós-dissolução conforme o sexo e outras características sócio-demográficas	105
6.4. A duração da separação: uma análise de sobrevivência	111
6.5. Os determinantes das uniões pós-dissolução	116
• Revisão teórica	116
• Fatores demográficos e de curso de vida	117
• A experiência reprodutiva	118
• Os fatores socioeconômicos	118
• A condição laboral	119
• Os determinantes da recomposição entre os homens e as mulheres: uma análise multivariada a partir da EGG	120
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

DISSOLUÇÕES E FORMAÇÃO DE NOVAS UNIÕES: UMA ANÁLISE DEMOGRÁFICA DAS TENDÊNCIAS RECENTES NO URUGUAI*

Wanda María Cabella Vaz**

Introdução

O aumento do divórcio é, sem dúvida, uma das transformações demográficas mais transcendentais experimentadas pela família uruguaia nos últimos tempos. Sua expansão, junto com o acelerado crescimento das uniões livres, constitui o traço mais destacado do rumo adotado pelas relações entre os sexos no Uruguai de finais do século XX, em direção a um modelo de família baseado na instabilidade dos vínculos conjugais.

Em menos de uma década – e após um período de lento crescimento –, a proporção de casamentos que finalizou em divórcio teve seu número virtualmente duplicado: se, em 1985, a expectativa era de que 17% dos casamentos registrados nesse ano acabassem em divórcio, apenas uma década mais tarde foi possível garantir que a dissolução atingiria mais de um terço das uniões legais. Poucos anos depois, outros indicadores da nupcialidade passaram por transformações de índole similar. Em função dessas mudanças, os casais jovens do início do século XXI assemelham-se pouco, não apenas ao estereótipo de referência dos anos cinquenta, mas às famílias constituídas na década de setenta.

O presente estudo não pretende explicar quais foram as grandes causas que conduziram a um regime de maior instabilidade das uniões e, por isso, trata apenas de um modo geral as conexões do aumento do divórcio com a mudança social recente no Uruguai; visa, porém, fornecer elementos que permitam localizar o fenômeno no contexto mais amplo de outras mudanças demográficas e das tendências da mudança familiar no mundo ocidental. Outrossim, pretende trazer evidências que contribuam para dilucidar em que medida as dissoluções conjugais respondem às influências da trajetória de vida dos indivíduos, as suas características socioeconômicas ou às combinações particulares desses dois grupos de fatores.

Uma das conseqüências mais relevantes do aumento das dissoluções e de sua progressiva precocidade é que as biografias pessoais se tornam crescentemente flexíveis e complexas. Assim,

* Tese de Doutorado em Demografia apresentada, em 7/04/2006, ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, IFCH/UNICAMP, a qual conferiu o título de “Doutora em Demografia” à Wanda Cabella Vaz. Contou com a orientação da Profa. Dra. Maria Coleta F. Albino de Oliveira, Docente do IFCH/UNICAMP e Pesquisadora do NEPO/UNICAMP e co-orientação do Prof. Dr. Andrés Peri, Pesquisador do Programa de *Población da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República del Uruguay*.

** Atualmente é Pesquisadora do Programa de *Población, da Facultad de Ciencias Sociales da Universidad de la República del Uruguay*. Recebeu o Prêmio Capes de Tese em 2007, na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

enquanto no modelo em vigor de alguns anos atrás, era comum que as pessoas formassem uma união e permanecessem unidas pelo resto de suas vidas, o crescimento do divórcio implica que as segundas uniões passem a constituir eventos cada vez mais freqüentes na trajetória vital individual. Apesar de a sociedade uruguaia já ter experimentado altas taxas de divórcio há uma década, são quase inexistentes pesquisas que focalizem sua atenção na freqüência, nas características e no calendário da formação de uniões pós-dissolução. Nosso trabalho também fornece evidência recente sobre os processos de reconstituição do casal após o divórcio ou separação. Em particular, dá conta da intensidade com que os homens e as mulheres voltam a formar um núcleo conjugal, qual é o papel desempenhado pelos filhos na possibilidade de seus pais entrarem numa nova união e quais são as influências de outras características sociodemográficas.

A abordagem metodológica deste trabalho é eminentemente quantitativa. A partir da combinação de dados no nível agregado, microdados de surveys oficiais e informações retrospectivas de histórias conjugais, este estudo visa a dilucidar quais foram as gerações que lideraram a mudança para um regime de maior instabilidade matrimonial e em que medida se trata de uma mudança que permeia o conjunto dos setores sociais. Em conjunto, esta informação permite afirmar que as tendências observadas respondem a um padrão de mudança geracional constante e coerente, cuja persistência sugere que se trata de um fenômeno consolidado na sociedade uruguaia.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em seis capítulos. No **CAPÍTULO I**, apresenta-se uma revisão das principais teorias e explicações da mudança familiar das últimas décadas. Seu principal objetivo é colocar em evidência a necessidade de interpretar o aumento das dissoluções conjugais no pano de fundo mais amplo das transformações ocorridas nas relações familiares. Em particular, pretende-se mostrar como a expansão recente do fenômeno deriva das mudanças nas atitudes com respeito às relações conjugais, as que, por sua vez, estão estreitamente vinculadas às grandes transformações estruturais da segunda metade do século XX. O conceito de segunda transição demográfica (STD) ganha particular atenção por ter sido o principal paradigma utilizado para explicar a mudança familiar das últimas décadas no campo dos estudos de população. Ainda que a STD tenha sido concebida para interpretar a convergência dos comportamentos familiares nos países desenvolvidos, começa a ser discutido se esse processo de mudança demográfica terá a escala global que caracterizou a primeira transição demográfica.

O **CAPÍTULO 2** contém uma descrição das tendências da mudança familiar no Uruguai desde inícios da década de 1990 até a atualidade e tem por objetivo estabelecer o contexto do crescimento do divórcio no cenário mais amplo das mudanças processadas em outras esferas da vida familiar do país. O capítulo dá conta das profundas transformações ocorridas no terreno da formação de uniões e no calendário e nível da fecundidade na sociedade em seu conjunto. As informações utilizadas provêm de diferentes fontes de dados oficiais estatísticas vitais, microdados da *Encuesta Continua de Hogares-ECH***), cuja análise revelou que durante a última década do século XX a direção e a magnitude das mudanças ocorridas nos indicadores familiares sugerem que o Uruguai está, efetivamente, processando a STD.

O **CAPÍTULO 3** concentra-se na análise da dinâmica demográfica do divórcio durante o último cartel do século XX. Em primeiro lugar, é apresentada uma descrição do regime legal, sendo analisadas, a seguir, as mudanças ocorridas na intensidade do divórcio, combinando, para isso, a ótica transversal com

**A ECH é uma pesquisa de natureza similar as PNADs no Brasil.

informações de coortes matrimoniais. A avaliação geral do período revela que a década de oitenta inaugurou um novo regime de divórcio no Uruguai, caracterizado por altas taxas e durações do casamento progressivamente mais curtas.

A finalidade do **CAPÍTULO 4** é apresentar as fontes de informação com as que se trabalhará nos dois capítulos seguintes: a *Encuesta Situaciones familiares y desempeños sociales de las mujeres* (ESF), realizada em Montevideu e Área metropolitana em 2001, e o survey *Reproducción biológica y social de la población uruguaya: una aproximación desde la perspectiva de género y generaciones* (EGG), conduzida em vários departamentos do país no ano 2004. Trata-se, nos dois casos, de estudos que colhem informação de tipo biográfico, permitindo, com isso, acompanhar as trajetórias conjugais dos indivíduos.

No **CAPÍTULO 5**, é apresentada uma análise demográfica da dissolução da primeira união. Esta seção pretende responder às seguintes perguntas: há diferenças nas trajetórias e determinantes da dissolução da primeira união entre homens e mulheres? Em que momento do ciclo vital e da vida reprodutiva intervém o divórcio? É possível reconhecer uma população mais propensa ao divórcio? Que fatores influenciam a estabilidade das uniões? Para responder a estas questões, recorre-se à análise descritiva, à análise de sobrevivência a partir de tábuas de vida e a técnicas de análise multivariada.

Finalmente, no **CAPÍTULO 6**, são analisadas as trajetórias conjugais pós-dissolução, com o objetivo de fornecer evidência sobre os processos de reconstituição do casal e sobre as características das pessoas que ingressam numa nova união ou permanecem à margem da vida conjugal. Com as mesmas técnicas do capítulo anterior, pretende-se responder às seguintes perguntas: com que frequência e depois de quanto tempo as mulheres e os homens voltam a formar uma união depois do divórcio? Existem diferenças de gênero na probabilidade de recomposição? Quais são os fatores que incidem sobre a probabilidade de recompor a vida conjugal entre as mulheres e os homens divorciados?

Finalmente, o último capítulo retoma os principais achados do trabalho, delineando futuras linhas de pesquisa.

AS MUDANÇAS DA FAMÍLIA, O AUMENTO DO DIVÓRCIO E A SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

É possível afirmar que pela primeira vez na história do desenvolvimento da demografia, o estudo da família ocupa um lugar central. Isso não significa que a família, seja como contexto dos comportamentos demográficos, seja como instituição mediadora entre indivíduo e sociedade, tenha estado ausente da análise demográfica e, inclusive, da teoria demográfica. No entanto, o que de fato parece constituir uma novidade é que, em finais do século XX, a família torna-se o centro de gravidade da discussão teórica no âmbito dos estudos populacionais.

Ora lhe seja outorgada a hierarquia de teoria ou não, o conjunto de estudos da transição demográfica liderou, desde a metade do século XX, o debate acerca da direção e dos mecanismos de mudança das populações. Se bem que, desde os anos setenta e oitenta – principalmente a partir dos achados do projeto de Princeton –, esta teoria tenha sido marcadamente modificada e a pesquisa nos diversos contextos locais tenha contribuído para atenuar suas simplificações originais, isso não impediu que continuasse sendo a principal referência teórica da produção demográfica para explicar a mudança populacional acontecida entre os séculos XIX e XX num vasto conjunto de países do mundo.

Com efeito, a referida teoria – como também a regularidade do esquema empírico que ela procura explicar – permeou tanto a comunidade demográfica que, quando nos países desenvolvidos começou a vislumbrar-se um novo foco de mudança demográfica, cujas dimensões parecem verificar-se também a escala global, o rótulo *segunda transição demográfica* (STD) foi o escolhido para descrever o novo padrão de mudança demográfica. Independente do acertado ou não da referida escolha, o que interessa destacar aqui é que a reedição do termo é utilizada pelos expertos para dar conta das mudanças ocorridas na família. Isso equivale a considerá-la como o espaço que tem lugar a revolução demográfica de finais do século XX.

Neste capítulo, é apresentada uma resenha das tentativas explicativas orientadas a interpretar os eixos causais da mudança familiar contemporânea, partindo-se do pressuposto de que o divórcio e o pós-divórcio só podem ser compreendidos no cenário mais amplo das mudanças ocorridas nas relações familiares em geral e nos vínculos conjugais em particular. Em primeiro lugar, são consideradas as propostas de explicação formuladas no campo da demografia, sob o paradigma da segunda transição demográfica. Em segundo lugar, é realizada uma breve síntese das explicações da mudança familiar elaboradas no contexto mais amplo da teoria da mudança social.

1.1. As mudanças da família da perspectiva demográfica

Apesar do grande desenvolvimento experimentado pelo estudo da família no interior da demografia e da crescente popularidade da STD, não é possível encontrar na literatura recente uma obra de referência que sistematize as principais idéias formuladas em relação às causas da mudança familiar recente. A revisão dos principais trabalhos produzidos em torno deste assunto mostra que, até o momento atual, a teoria da STD constitui a única tentativa de fornecer um conjunto organizado e coerente de proposições referentes às causas da mudança familiar. Da mesma forma, é o único esquema

que provê uma explicação que serve para compreender simultaneamente a mudança do conjunto de variáveis que integram a transformação da vida familiar em conexão com a mudança demográfica. De fato, fora da teoria da STD, apenas é possível encontrar explicações de curto e médio alcance dos fenômenos parciais que compõem a mudança familiar como, por exemplo, a queda da fecundidade, o aumento do divórcio ou das uniões consensuais. Algumas dessas explicações serão abordadas mais adiante, ao serem considerados os determinantes do divórcio.

A segunda transição demográfica como regularidade empírica: um quadro teórico para estudar a mudança familiar das últimas décadas

A expressão *segunda transição demográfica* foi cunhada por Lesthaeghe e Van de Kaa (1986) para dar conta do conjunto de mudanças experimentadas pela família ocidental desde meados da década de 1960. Após o período de recuperação dos nascimentos e casamentos que sucedeu à finalização da Segunda Guerra Mundial, caracterizado como uma etapa de auge da família, os países europeus, seguidos pelos Estados Unidos, começaram a mostrar significativas alterações em diversas variáveis demográficas concernentes às relações familiares. O divórcio aumentou, a nupcialidade começou a cair, as uniões consensuais e os nascimentos fora do casamento legal incrementaram-se e foi registrada uma nova queda da fecundidade, cujo valor tendeu a localizar-se por debaixo do nível de substituição¹. Também foram registradas alterações na idade média de início da vida conjugal e da reprodução, cuja tendência foi a do adiamento destas transições para idades mais avançadas.

Em termos gerais, as transições familiares tornaram-se mais frequentes, mas complexas e menos previsíveis (LESTHAEGHE, 1995). A STD acarretou uma dose maior de flexibilidade nas relações conjugais, que se opôs ao modelo mais ou menos previsível que supunha a forte centralidade do matrimônio legal e à escassa incidência do divórcio nas sociedades ocidentais do mundo desenvolvido. Os desejos de realização individual, bem como uma tendência cada vez mais acentuada para a autonomia individual constituem os alicerces sobre os quais são construídas as relações familiares no quadro da STD.

Embora de uso corrente na literatura demográfica, é motivo de discussão se o referido fenômeno constitui realmente uma segunda transição (no sentido de se constitui um rompimento em relação à primeira) ou se é simplesmente o aprofundamento das grandes transformações que originaram a primeira transição. Segundo Cliquet (1991), Lesthaeghe e Van de Kaa (1986) opinam que as motivações que conduziram à segunda transição demográfica foram radicalmente diferentes das que propulsaram a primeira. Inspirados em Ariès, consideram a transição atual "individualista", à diferença da primeira, caracterizada como "altruísta", no sentido de que a retirada na esfera doméstica que acarretou a primeira transição implicou o fortalecimento dos laços familiares, sendo guiada por fortes aspirações de promoção de mobilidade social dos filhos. Por oposição à primeira, vista como *child oriented*, a segunda transição seria *self* ou *adult-oriented*, na medida em que seu motor seria a promoção das aspirações de consumo e de realização individual, bem como da qualidade das relações entre os integrantes do casal. Em decorrência disso, a centralidade dos filhos ficaria obnubilada perante a primazia das relações conjugais, submetidas a uma avaliação individual cada vez mais exigente (LESTHAEGHE, 1995).

Outros autores opõem-se à idéia de que as mudanças familiares das últimas décadas sejam sintoma de uma nova revolução demográfica (CLIQUET, 1991; COLEMAN, 2004), considerando as

¹ Para uma cronologia e periodização da STD, ver Lesthaeghe, 1995.

mesmas como a exacerbação do processo demográfico que teve início com o avanço da modernização ou como uma manifestação idiossincrásica de algumas regiões europeias. De acordo com esta posição, não caberia opor as duas transições em termos de uma passagem de um regime altruísta para outro individualista, pois a individualização constitui uma das principais marcas da modernização. Cliquet, um dos principais defensores desta tese, afirma que as mudanças produzidas a partir da década de sessenta simplesmente dão conta da plena incorporação da mulher ao processo de modernização, descartando a possibilidade de uma nova transição. Da mesma forma, assinala a conotação sexista que implica o fato de qualificar a primeira transição como "altruísta" e a segunda como "individualista". Em suas palavras,

"It must be feared that in the first demographic transition, when men mainly had new opportunities for self-fulfilment, the socially highly valued term 'altruism' did not emerge purely by coincidence, whereas now that mainly women are making progress in the field of self-development and emancipation, the accent shifts to 'individualization' with its strong connotation of socially disapproved forms of behaviour such as selfishness and egocentricity" (CLIQUET, 1991, p.28).

Este debate, cujos termos foram colocados em inícios da década de 1990, não teve maiores repercussões nos anos subseqüentes e a expressão STD foi rapidamente adotada no interior da comunidade demográfica e nas ciências sociais em geral, transformando-se no principal referente conceitual para estudar as particularidades da mudança familiar atual.²

Apesar de que, em sua formulação original, as mudanças demográficas que caracterizam a STD estão inextricavelmente ligadas à expansão de valores individualistas, o uso dessa expressão generalizou-se para fazer referência ao conjunto de mudanças nas relações conjugais e familiares nas sociedades ocidentais atuais. Nesse sentido, parece ser reeditada entre os demógrafos, a distinção entre o esquema empírico que procuramos descrever (a série de mudanças na família ou segunda transição demográfica) e a explicação de sua progressiva expansão (a teoria da segunda transição demográfica). Esta distinção, ainda que discutível, resulta útil para os efeitos de uma apresentação organizada das diferentes ênfases interpretativas que têm sido propostas a fim de explicar as mudanças na família, no sentido de que permite usar a expressão STD para resumir com ela os componentes da mudança familiar, sem atribuir-lhes necessariamente a mesma causalidade nos diversos contextos.

A teoria da segunda transição demográfica

Se bem que a idéia da STD fosse principalmente retomada pela comunidade demográfica como a manifestação de um novo regime demográfico caracterizado pela queda constante da fecundidade por debaixo do nível de substituição, já em sua formulação original, Lesthaeghe e Van de Kaa (1986) consideravam que esse novo regime é o resultado da modificação das atitudes perante a família e não apenas em relação às decisões reprodutivas. Conforme estes autores, a STD implicou a passagem de um modelo de família "burguês", próprio da primeira transição, para um modelo familiar "individualista". As mudanças que teriam propiciado a emergência da STD residiriam no conjunto de tendências que

² Este debate parece ter sido aberto novamente em 2004 com a publicação de um artigo crítico da STD do demógrafo britânico Coleman (2004), contestado no mesmo ano por Lesthaeghe e Surkyn (2004).

contribuíram para derrubar o modelo burguês baseado na aceitação da regulação institucional das relações familiares através do matrimônio.³

Quais foram essas mudanças? Os precursores da teoria da STD salientam a dimensão cultural na explicação da mudança familiar contemporânea, que deve ser entendida como o advento das necessidades de índole superior, pós-materiais, expressivas ou existenciais no terreno da vida familiar. Desta perspectiva, o modelo de família em vigor até os anos sessenta foi redefinido em função de uma mudança drástica no nível ideacional que reorientou o sistema de valores imperante até então. Essa mudança implicou a substituição de um regime social e político regulado por uma forte estrutura normativa por um outro no que primaram as liberdades eletivas dos indivíduos.

Essa virada, por sua vez, acarretou também a desorganização da ideologia familística que, até então, tinha sido alimentada tanto pelo Estado quanto pela Igreja. Junto com o declínio das lealdades políticas e religiosas, instalou-se um novo sistema de valores que conferiu crescente importância à autonomia pessoal, ao direito à autodeterminação e que rejeitou abertamente qualquer sintoma de autoritarismo (LESTHAEGHE, 1995; LESTHAEGHE; SURKYN, 2004; VAN DE KAA, 1987, 2002).

No nível da vida privada, isso implicou que a instituição do matrimônio deixasse de prescrever compromissos fixos. As relações conjugais, como outras relações sociais, passaram a estar sujeitas à discussão e à decisão dos indivíduos: sob este novo regime, os indivíduos são livres para resolver se casarão ou não, se terão filhos e quando os terão, e quanto tempo permanecerão numa relação de acordo com os custos e satisfações pessoais que essas decisões suporão para seu desenvolvimento individual, conforme sua própria avaliação (VAN DE KAA, 2002). Em suma, desta perspectiva, a mudança na esfera dos valores e, em particular, a crescente importância outorgada à autonomia individual, constitui o principal motor da mudança familiar. No concernente ao divórcio, a ênfase é colocada na maior demanda na qualidade das relações, o que torna insustentáveis compromissos de longa duração, à maneira do casamento no contexto do modelo em vigor entre o pós-guerra e os anos setenta.

Ainda que os precursores da STD confirmem um lugar preponderante aos fatores de tipo cultural em sua explicação da mudança familiar, ambos reconhecem enfaticamente que as mudanças demográficas que conduziram à chegada da STD não poderiam ser entendidas se não forem levadas em conta as mudanças estruturais e tecnológicas que tiveram lugar no imediato pós-guerra. De acordo com Lesthaeghe e Surkyn (2004), todas essas mudanças não teriam sido possíveis sem a existência de três revoluções iniciadas a partir dos anos sessenta: a revolução contraceptiva, a revolução sexual e a revolução de gênero. A invenção de métodos altamente eficientes permitiu uma mudança radical em relação às decisões reprodutivas:

“[...] durante a primeira transição demográfica, a questão era adotar métodos anticoncepcionais para evitar a gravidez; durante a STD, a decisão básica consiste em abandonar a anticoncepção com a finalidade de buscar uma gravidez.”⁴

A invenção dos métodos hormonais permitiu adiar o início da vida reprodutiva até o momento desejado, sem abster-se da vida sexual. A revolução sexual, por sua vez, questionou a idéia de que a vida sexual só era legítima dentro do casamento e rejeitou a noção de que sua única finalidade era a da

³ Para uma resenha do surgimento e das posteriores alterações da teoria da STD, ver Van de Kaa (2002).

⁴ Lesthaeghe e Surkyn (2004).

procriação. De fato, segundo Van de Kaa (2002), a fecundidade torna-se “derivativa” durante a STD, sendo o resultado de um longo processo de auto-reflexão e de autoconfrontação dos futuros pais. A pergunta central neste processo deliberativo em torno da reprodução – ainda conforme o autor – é:

“a chegada de um filho contribuirá para minha auto-realização?”

Finalmente, a revolução de gênero, com sua forte marca de questionamento ao poder patriarcal e suas ligações com a expansão da educação e do trabalho femininos, significaram um impulso sem antecedentes para uma maior autonomia das mulheres na tomada de decisões conjugais e reprodutivas. Em geral, todas essas mudanças contribuíram para retardar no tempo a assunção de compromissos familiares.

Há segunda transição demográfica na América Latina?

Embora pareça pouco razoável afirmar que as sociedades latino-americanas conseguiram satisfazer as necessidades de índole material para dar lugar a um regime social e político liderado pela primazia das necessidades de tipo superior, os crescentes indícios de mudança nos comportamentos familiares da região já começaram a provocar interesse sobre o eventual início da STD na comunidade demográfica da região (ARIZA; OLIVEIRA, 2001; ARRIAGADA, 2004; CABELLA; PERI; STREET, 2005; FILGUEIRA; PERI, 2004; GARCÍA; ROJAS, 2004; PAREDES, 2003b; RODRÍGUEZ, 2004).

A questão de se os países da América Latina estão experimentando processos similares aos registrados nos países ocidentais do mundo desenvolvido tem surgido muito recentemente na discussão sobre a mudança familiar na região. São ainda escassos os trabalhos centrados na análise do referido assunto e a variedade de situações locais tem contribuído para criar um incipiente clima de controvérsia quanto ao significado e às causas da mudança familiar nesses países. No entanto, seja para afirmar a particularidade da mudança familiar na América Latina, seja para estabelecer conexões com as mudanças globais, o eixo de discussão começa a ser dominado pelo conceito de STD. Sobre esse fenômeno, García e Rojas (2004) atentam para o fato da reedição (aludindo à adoção da primeira transição) da leitura da mudança populacional na América Latina em chave comparativa com os processos ocorridos nos países desenvolvidos. De acordo com essas autoras, a adoção prematura da idéia da STD em nossos países poderia implicar o risco de interpretar resultados quantitativos semelhantes, mas de conteúdo diverso.⁵

À diferença dos países europeus, na América Latina, fenômenos como a união livre ou a monoparentalidade têm sido traços historicamente reconhecidos na tradição familiar. Enquanto que em alguns países, especialmente os do Caribe, pode-se dizer que elas têm sido características dominantes do sistema familiar, no resto, essas práticas têm sido a prerrogativa particular das camadas mais pobres da população. Esse fato impõe desafios particulares à discussão sobre se há ou não STD na América Latina. O aumento das uniões consensuais, por exemplo, é resultado da adoção de atitudes mais liberais em face da vida conjugal ou a continuação do modelo histórico latino-americano? (RODRÍGUEZ, 2004).

Até a atualidade, a maioria dos autores que participou nesta discussão tem concordado em que a mudança familiar latino-americana e, particularmente, o aumento da consensualidade, está ligada aos processos de exclusão. Nesse sentido, atribuem a uma porção muito minoritária das novas gerações a

⁵ As autoras concordam, em sua argumentação, com as idéias de Thornton (2001).

adoção de comportamentos modernos ao estilo dos encontrados nos países industrializados (FILGUEIRA, 1996; GARCÍA, 2004; KAZTMAN, 1997; KAZTMAN; FILGUEIRA, 2001; KLICKSBERG, 2000). Todavia, existe certo consenso quanto a que a mudança familiar nos países do Cone Sul poderia estar convergindo para a STD. Com efeito, neste conjunto de países foram registrados aumentos notórios das uniões livres, dos nascimentos extraconjugais, dos divórcios e das separações, bem como consideráveis aumentos na idade ao casar (FILGUEIRA; PERI, 2004; GARCÍA; ROJAS, 2004). A mudança tem apresentado um padrão relativamente similar ao registrado nos países europeus: tratou-se de uma mudança rápida e simultânea, parecendo indicar, a regularidade das tendências, que é uma mudança que chegou para ficar. A grande diferença com os fatos estilizados da STD nos países industrializados – sobretudo os europeus – é que a manifestação das transformações no terreno familiar não foi acompanhada por uma queda da fecundidade da magnitude da observada nos países desenvolvidos.⁶

Por outro lado, cabe destacar que uma das principais forças que desencadearam a mudança familiar – se não suficiente, pelo menos necessária – residiu na incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, não mais como mero apoio à economia da família nos períodos recessivos, mas em termos de um papel social incorporado a sua trajetória vital e a sua identidade social. A influência deste fator na erosão do modelo de família tradicional foi invariavelmente invocada como uma das grandes mudanças da segunda metade do século XX a propiciar a mudança de modelo de relacionamento entre os sexos.

A América Latina não foi alheia a esta grande mudança social. As taxas de participação laboral feminina cresceram em todas as idades nos países da América do Sul, tendo sido talvez mais relevante ainda o fato de que as mulheres já não abandonassem com tanta frequência o mercado de trabalho para dedicar-se exclusivamente à criação dos filhos (ARRIAGADA, 2004; JELIN; DÍAZ MUÑOZ, 2003).⁷ Nesse sentido, afirma-se que a plena incorporação feminina à força de trabalho, em concomitância com a queda da nupcialidade e o aumento do divórcio, constituem sintomas evidentes de que as mulheres questionam o modelo de funcionamento doméstico patriarcal, abandonando seus papéis exclusivos de mães, esposas e donas de casa (JELIN; DÍAZ MUÑOZ, 2003).

Num trabalho recente de Lesthaeghe e Surkyn, as perguntas centrais dizem respeito a eventual expansão da STD para os países da Europa Meridional e do Leste como também para outros continentes. De acordo com esses autores, a resposta a essas perguntas é afirmativa se forem considerados os processos de difusão que tiveram lugar durante as últimas duas décadas no continente europeu, nos que a STD ultrapassou a “barreira inquebrantável” dos Alpes e dos Pirineus. Na Europa do Leste, as mudanças ocorridas no âmbito da fecundidade e da vida conjugal foram interpretadas inicialmente como a resposta à crise econômica e social que acarretou a queda do muro. No entanto, a permanência dos novos padrões de nupcialidade e fecundidade (diminuição dos casamentos, aumento das uniões e nascimentos extramaritais, queda e adiamento da fecundidade) depois da recuperação, somada à constatação da emergência de valores individualistas, confirmou, segundo os referidos autores, a instalação da STD nos países supracitados. Mais tardiamente e no contexto de um sistema familiar de laços “fortes”, os países da Europa Mediterrânea registraram mudanças duradouras nos contextos de

⁶ Se bem alguns países latino-americanos experimentaram grandes reduções da fecundidade nos últimos anos, é o caso de Brasil, por exemplo, a queda parece responder à última fase da primeira transição. Por outro lado, os níveis da Taxa de Fecundidade Total, ainda não chegaram aos níveis extremamente baixos dos países líderes da STD.

⁷ À guisa de exemplo, no Uruguai, a taxa de participação laboral feminina entre os 25 e os 59 anos, aumentou de 60% para 70% entre 1980 e 2000.

procriação, em consonância com o sentido da mudança referida operada pela STD (LESTHAEGHE; SURKYN, 2004).⁸

Em termos mais gerais, os autores concluem que as referidas mudanças nas orientações culturais em relação à vida familiar efetivadas pela STD, podem manifestar-se em diferentes níveis de desenvolvimento econômico, em diversos níveis educativos e em diferentes níveis de renda das famílias, se for levado em conta que a

“STD não considera a mudança cultural algo endógeno aos modelos econômicos, mas uma força adicional com seus próprios efeitos exógenos sobre a mudança demográfica.” (LESTHAEGHE; SURKYN, 2004, p.20, tradução livre nossa).

Por outro lado, a mudança familiar não é um processo uniforme que responde automaticamente aos processos de modernização e individualização. Como todas as mudanças sociais, exige ser interpretada no contexto em que tem lugar e, particularmente, levar em consideração que está mediada pelo entorno institucional e pelos sistemas locais de políticas públicas. Inclusive, nos países com baixos níveis de pobreza e fragmentação social, encontrou-se uma marcada polarização dos comportamentos familiares em função da pertença social e da capacidade institucional para responder às necessidades das famílias no cenário da STD (CASPER; BIANCHI, 2002; KAUFMANN; SCHULZE, 2002; RAVANERA; RAJULTON, 2004).

Como foi apontado acima, esta discussão é ainda incipiente na comunidade demográfica latino-americana, parecendo relevante a objeção levantada por García e Rojas (2004) quanto à pertinência de adotar prematuramente esquemas teóricos importados em detrimento de posturas mais flexíveis que permitam analisar a mudança familiar em função da especificidade dos contextos locais. Além disso, a pesquisa sobre este assunto na região enfrenta-se com a dificuldade de não dispor dos instrumentos de análise adequados para dar conta das mudanças operadas em torno das decisões conjugais. De fato, são escassos os estudos específicos que permitem cobrir as mudanças nas trajetórias conjugais, baseando-se, os trabalhos realizados em chave comparativa, exclusivamente em dados censitários, pesquisas de domicílios e registros administrativos. Esse vácuo redundou na exigüidade do acúmulo com respeito a uma área fundamental de mudança familiar como a mudança nas formas e nos calendários das transições familiares.⁹

Até hoje, as análises que vincularam a mudança familiar à mudança social estiveram focalizadas em descrever e interpretar os efeitos da primeira sobre os processos de desintegração social das últimas décadas. Os trabalhos orientados a interpretar quais têm sido as forças de mudança que desencadearam as transformações da família, porém, são escassos. Mais recentemente, alguns autores começaram a preocupar-se com as novas vulnerabilidades que pode acarretar a mudança familiar, especialmente para os domicílios pertencentes aos estratos mais pobres da população (FILGUEIRA; PERI, 2004; RODRÍGUEZ, 2002). Esta perspectiva sugere a necessidade de analisar as conseqüências da mudança familiar, e seus eventuais custos, entre as pessoas que contam com menos recursos para afrontar a nova instabilidade dos vínculos familiares.

⁸ Os autores referem-se à distinção elaborada por David Reher entre sistemas familiares fortes e fracos.

⁹ Sobre este assunto, cabe destacar o trabalho pioneiro de Ana Maria Goldani, baseado em informações colhidas nas Histórias Reprodutivas Femininas da PNAD '84. Este estudo constitui um bom exemplo da potencialidade da informação que permita adotar modelos baseados nas trajetórias de vida.

Em suma, existe evidência recente sobre a transformação dos indicadores da vida familiar na América Latina que assumem o sentido previsto pela STD. Contudo, é ainda escassa a discussão teórica e a produção empírica que permita dilucidar as causas das transformações recentes neste terreno. A isso soma-se a escassez de informações adequadas para dar conta da flexibilização das trajetórias familiares. Por outro lado, é de esperar-se que a mudança familiar não seja passível de uma única interpretação dada a ampla variedade cultural, social e econômica que caracteriza o continente.

1.2. Para além da demografia: as mudanças das relações conjugais para os teóricos da modernidade tardia

“Nas relações íntimas entre homens e mulheres refletem-se os conflitos do século XX, os que, na convivência, mostram sua face particular. A família, não obstante, é apenas o lugar e não a causa do que acontece.” (BECK; BECK-GERNSHEIM, 1998).

Se bem que tenha sido a demografia a disciplina que nomeou e sistematizou o conjunto de mudanças experimentado pela família; não foi apenas nela que a família passou a ser vista como uma área privilegiada: o conjunto das Ciências Sociais começou a prestar maior atenção às transformações que se manifestaram com uma rapidez inédita na conformação dos casais e nas estruturas familiares. Em particular, a economia e a sociologia demonstraram um maior interesse pelas mudanças que se processaram na vida familiar. No campo da teoria econômica, a área de estudos da família foi principalmente impulsionada a partir dos trabalhos de Becker (1981) e da *New Home Economics*, cujos estudos, apesar de receber extensas críticas por parte das fileiras feministas, provocaram um intenso interesse pelas relações familiares (CASPER; BIANCHI, 2002).

A teoria sociológica, que, desde a notável contribuição de Talcott Parsons, em meados do século passado, tinha permanecido silenciosa com respeito ao papel da família na mudança social, mereceu a atenção de dois dos mais importantes teóricos da modernidade tardia: Anthony Giddens e Ulrich Beck. Estes dois autores, que, em seus primeiros ensaios sobre os grandes processos sociais de finais do século XX, incluíram as relações entre os sexos e a vida familiar como componentes da mudança social, produziram, na década de noventa, senhas obras dedicadas especificamente aos temas do casal e da família: *A transformação da intimidade* e *O caos normal do amor*, respectivamente.¹⁰ A publicação destes dois trabalhos teve, não apenas um enorme impacto no desenvolvimento da produção recente sobre a família, mas significou também que, após quase meio século, a família voltasse a ocupar um espaço relevante no pensamento social (SMART; NEALE, 1999). Em decorrência disso, a família deixou de ser a preocupação exclusiva dos especialistas devotados a seu estudo para tornar-se uma dimensão central para compreender a mudança social contemporânea.

Nos trabalhos de Giddens e de Beck, a primeira preocupação não reside em explicar as mudanças na família, mas em retratar as expressões do impulso para uma maior individualização no âmbito das relações interpessoais e na vida familiar de finais do século XX. Da mesma forma, ambos os autores aprofundaram no campo inverso, isto é, refletiram sobre quais são as conseqüências para a vida social das transformações ocorridas no âmbito doméstico. Assim, ainda que sua obra não esteja orientada a

¹⁰ A segunda obra é de coautoria de E. Beck-Gersheim (BECK; BECK GERNSHEIM, 1998). El Roure; Giddens (1993).

explicar a mudança familiar, suas contribuições resultam fulcrais para compreender a natureza dos vínculos modernos entre homens e mulheres e, especialmente, para interpretar a crescente fragilidade dos mesmos.

De maneira geral, ambos os autores afirmam que com o advento da modernidade tardia e, particularmente, com sua marcada tendência para uma forte valorização da autonomia individual, as relações íntimas tornam-se cada vez mais dependentes das decisões pessoais. Na medida em que o processo de individualização liberou os indivíduos das pressões externas, sejam religiosas ou familiares, os comportamentos conjugais deixaram de responder às prerrogativas institucionais e as demandas relativas às relações de casal aumentaram. Essa inflação de demandas, por sua vez, tornou as relações conjugais mais vulneráveis e, por conseguinte, mais propensas a terminar em divórcio ou separação. Desta perspectiva, as mudanças que acarretaram a modernidade tardia na concepção do “eu” e na natureza do amor foram determinantes na reconfiguração das relações entre homens e mulheres. Giddens, por exemplo, narra uma mudança radical na intimidade, cuja origem pode ser rastreada na virada do amor romântico como fundamento das relações heterossexuais para a emergência do amor confluyente. Enquanto o primeiro é regulado pelas normas institucionais do casamento, o segundo sustenta-se numa base normativa assentada na negociação das regras internas de funcionamento do casal. Nas palavras do autor,

“o amor confluyente é um amor contingente, ativo e, por conseguinte, embate com as expressões de ‘para sempre’, ‘só e único’, que são utilizadas para o complexo do amor romântico.” (GIDDENS, 1993, p.64).

Trata-se de um amor reflexivo, questionador e baseado na negociação constante entre as partes. Com efeito, o amor confluyente desenvolve-se no cenário do que Giddens chama de “relação pura”, expressão que faz referência a uma relação social na que se entra por iniciativa própria e que é mantida apenas na medida em que ambas as partes julgam que a associação produz suficiente satisfação para cada indivíduo. Daí que este tipo de relação seja por natureza instável na medida em que, além de estar sujeita a uma avaliação permanente, ela deve superar os riscos da contradição entre os projetos pessoais de cada membro do casal.

Beck e Beck-Gernsheim, por sua vez, assumem que as relações íntimas mudaram num sentido similar ao apontado por Giddens. No entanto, a principal razão de que se servem para dar conta da fragilidade dos casais modernos reside na importância que adquiriram os vínculos amorosos na segurança existencial dos indivíduos perante a perda de vigência dos referentes da sociedade tradicional e de outras categorias de pertença social (BECK; BECK-GERNSHEIM, 1998). Paradoxalmente, quanto mais individualistas as sociedades, quanto mais voltados os indivíduos para sua auto-realização, mais carentes tornam-se eles dos laços com o outro. Então, se, por um lado, agem forças que, inevitavelmente, tornam as relações mais frágeis (especialmente, a crescente importância do projeto pessoal perante o projeto conjugal), por outro lado, a busca de uma relação satisfatória transforma-se num imperativo que desempenha um papel fundamental na conformação da identidade moderna. Neste ponto, Beck e Beck-Gernsheim introduzem um fator de que praticamente Giddens não se ocupa em sua obra: os filhos. Conforme os referidos autores, quanto mais revogáveis e precedentes se tornam as relações com o

outro sexo, mais importância adquire os filhos na vida das pessoas, ao representar a última garantia de uma relação afetiva permanente.

Assim, colocando a ênfase em pontos diferentes, tanto Beck e Beck-Gernsheim quanto Giddens postulam que o advento desta nova concepção das relações conjugais só foi possível graças a uma particular conjunção de tendências em diversos terrenos da vida social e econômica:

- as mudanças tecnológicas (revolução contraceptiva)
- as mudanças na condição da mulher
- as mudanças no mercado de trabalho
- as mudanças demográficas

Esquemáticamente: a expansão dos métodos anticoncepcionais eficientes permitiu a aparição do que Giddens chama de “sexualidade plástica”, um tipo de sexualidade liberta das exigências da reprodução, cuja principal consequência foi permitir às mulheres reivindicar o prazer sexual e desvincular o exercício da sexualidade do âmbito do casamento. Por sua parte, as mudanças no mercado de trabalho (particularmente, a expansão do terceiro setor e a crescente automatização) junto com os movimentos de liberação feminina promoveram a incorporação plena das mulheres ao mercado de trabalho.

Em decorrência disso, o casamento perdeu relevância como principal fonte de auto-sustentação das mulheres, o que produziu dois efeitos fundamentais para o surgimento da relação pura. Por um lado, as mulheres consolidaram seu papel de agentes de negociação da vida conjugal e, por outro, sua nova segurança econômica lhes permitiu terminar com casamentos insatisfatórios e manter uma família com seus próprios recursos econômicos. Todas essas mudanças determinaram a redução da importância funcional do casamento na vida dos indivíduos e, muito especialmente, entre as mulheres. Por sua vez, o aumento da esperança de vida possibilitou o deslocamento temporal das transições, e acarretou um horizonte temporal maior para recomeçar a vida conjugal, após a ruptura.

Em conclusão, pode-se dizer que, com diferentes ênfases e de diferentes óticas disciplinares, os cientistas sociais concordam em que a família mudou sob o influxo das grandes tendências que caracterizaram o século XX: as mudanças estruturais do mercado de trabalho; os progressos da condição feminina em termos de educação, emprego, direitos civis e contracepção; e a extensão de valores culturais individualistas que gerou tensões entre os projetos individuais e os projetos familiares.

Dentre este conjunto de fatores, o ingresso em massa das mulheres no mercado de trabalho tem sido um dos aspectos a receber maior atenção. A denominada “hipótese da independência econômica” tem sido, até hoje, o eixo explicativo objeto de maior consenso entre os estudiosos do referido tema. O argumento difere conforme as posturas teóricas e ideológicas, mas, no substancial, afirma que têm sido as novas oportunidades econômicas da mulher as que alicerçaram o enfraquecimento da instituição matrimonial. Contudo, como assinala William Goode, essa relação causal não tem podido ser comprovada satisfatoriamente, devendo competir com o amplo conjunto de fatores variáveis que também apresentam uma ligação sólida com o aumento das separações conjugais. Embora todas essas variáveis contribuam para esclarecer a compreensão do fenômeno – continua o autor – nenhuma delas pode explicar por si só a abrupta ascensão do divórcio registrada pelas sociedades ocidentais depois da primeira metade do século XX (GOODE, 1993).

2. AS MUDANÇAS DA FAMÍLIA URUGUAIA NA ÚLTIMA DÉCADA

AS mudanças na família no Uruguai tem sido um tema relevante no âmbito acadêmico desde os anos noventa. Em meados da década de 1980, a eclosão das transformações na maioria das variáveis relacionadas com a família suscitou um grande interesse por esse terreno da vida social, escassamente estudado até então. A partir da década de 1990, a produção acadêmica sobre diversos aspectos da família (nupcialidade, estruturas, tipos de união) teve um grande impulso e pode-se dizer que os diversos trabalhos acumulados permitem obter um panorama cabal das transformações recentes da família uruguaia.

No decorrer das duas últimas décadas, as características da família uruguaia experimentaram profundas transformações. As mesmas decorreram, por um lado, do aprofundamento do envelhecimento demográfico, que contribuiu para aumentar a importância dos domicílios unipessoais ou constituídos unicamente por casais e, por outro lado, das mudanças vertiginosas na formação e dissolução das uniões. A descrição que apresentamos neste trabalho centra-se na descrição das transformações operadas nesta última vertente da mudança familiar.¹¹

Ainda que desde a década de 1990 começassem a vislumbrar transformações na dinâmica da vida conjugal, pode-se dizer que o segundo lustro da década de oitenta foi palco de uma virada sem precedentes na história da família uruguaia do século XX. De fato, em poucos anos, os casamentos caíram para a metade, os divórcios tiveram seu número duplicado e as uniões livres começaram a constituir uma alternativa cada vez mais freqüente em face do casamento. A combinação destes processos com as tendências demográficas sociais e econômicas deu lugar à transformação da fisionomia das famílias uruguaias.

2.1. As mudanças na formação e dissolução das uniões

A formação das uniões

□ **GRÁFICO 1** sintetiza as duas grandes tendências que tiveram lugar em matéria de formação de uniões durante os últimos anos: a queda constante do número de casais que optam pelo casamento e o aumento da proporção de casais em união consensual.

Ao observar-se o eixo esquerdo, no qual são representados os valores que adota a taxa de nupcialidade, constata-se que, durante o período considerado, a mesma experimentou uma redução drástica, sendo que em 2004 o valor da taxa atinge 5.5, exatamente a metade de seu valor inicial (10.2).¹²

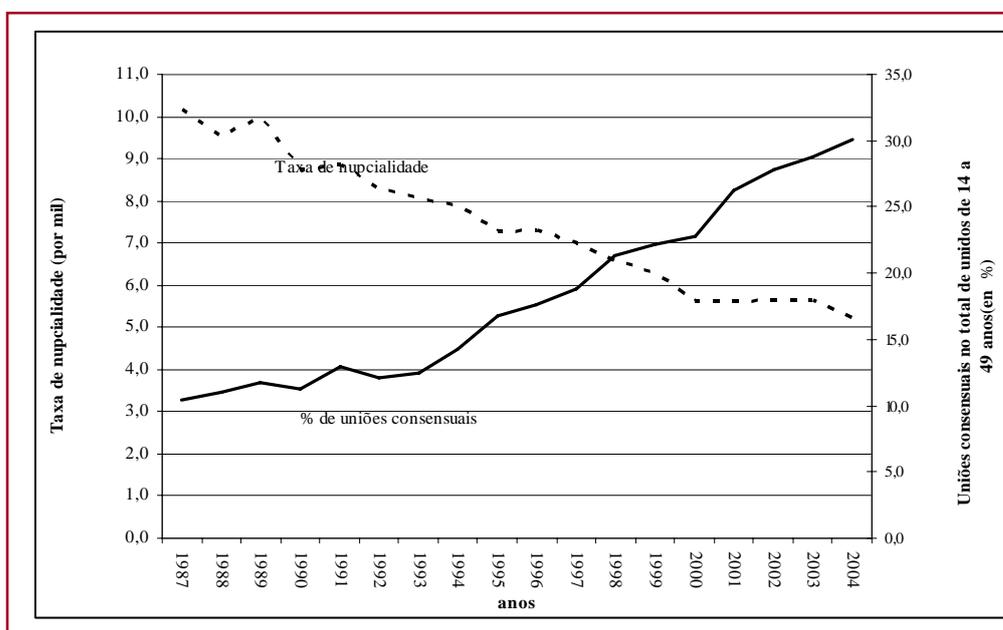
¹¹ Para uma descrição pormenorizada das relações entre a mudança demográfica no Uruguai e as variáveis relativas à vida familiar, ver Filgueira (1996) e Paredes (2003a).

¹² A taxa de nupcialidade exprime o número de casamentos contraídos anualmente sobre o total da população com quinze ou mais anos de idade a cada ano. A elaboração das taxas foi realizada com base nos dados de casamentos anuais publicados pelo Instituto Nacional de Estatística e as projeções de população calculadas pelo INE.

É preciso assinalar que já desde a segunda metade dos anos setenta registra-se uma tendência descendente da nupcialidade; o ritmo da queda, porém, é notadamente inferior ao verificado desde inícios dos anos noventa. Entre 1975 e 1989 a variação percentual deste indicador atingiu uma redução de 16.5% (de 11.9 para 10.0), enquanto que, entre 1989 e 2004, a taxa se reduziu 47.4%.

Seja qual for o indicador utilizado – o número absoluto de casamentos, o indicador sintético de nupcialidade ou a taxa de nupcialidade – os dados confirmam a importância do fenômeno e abonam o padrão temporal de queda.¹³ A partir de 1989, inicia-se um processo de descenso abrupto da taxa, que só se estabiliza onze anos depois, num valor que apenas supera os 5 por mil.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA TAXA DE NUPCIALIDADE E DAS UNIÕES CONSENSUAIS
(URUGUAI, 1987-2004)



Fonte: *Elaboração própria com base em Estatísticas Vitais, Projeções de População e microdados da ECH do Instituto Nacional de Estatística (INE)*¹⁴.

Em termos comparativos, o valor atual da taxa é muito similar ao encontrado em países como a França e a Suécia e bastante mais baixo do que o registrado em vários países da América Latina¹⁵.

¹³ Entre as mulheres, o indicador sintético de nupcialidade passa de 1.110, em 1975, para 950, em 1989, para localizar-se em 500, no ano 2000 (PAREDES, 2003a). De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 1970, foram registrados no país 23.668 casamentos; em 1980, esse número atingiu os 22.448; em 1990, os 20.084; e em 2000, os 13.888.

¹⁴ A *Encuesta Continua de Hogares* é representativa do país urbano. Em anexo, são descritas as características dessa fonte entre 1990 e 2004.

¹⁵ De acordo com os dados da Eurostat, em 2003 a taxa **bruta** de nupcialidade, isto é, o número de casamentos a cada mil habitantes, atingia a 4.6 na França e a 4.4 na Suécia. No Brasil, seu valor era de 5.8 (FUNDAÇÃO IBGE, 2003) e no México, 6.6 (INEGI, 2001). No Uruguai, a taxa bruta de nupcialidade em 2004 era de 4.0 casamentos a cada mil habitantes. É preciso

Outro aspecto de destaque no comportamento recente da nupcialidade uruguaia é sua falta de reação perante os fatores externos. Durante a maior parte do século passado, a taxa de nupcialidade apresentou oscilações cíclicas em resposta às conjunturas econômicas, registrando aumentos nos períodos de prosperidade e quedas nos ciclos recessivos, retornando, porém, a um valor médio de 11 ou 12 por mil (CABELLA; PAREDES; PELLEGRINO, 1998). Durante a crise financeira de 1982, por exemplo, a nupcialidade apresentou um dos valores mais baixos da segunda metade do século XX (FILGUEIRA, 1996). No entanto, o período de descenso inaugurado pela década de noventa abre também uma fase de insensibilidade da nupcialidade em relação às condições econômicas. Durante os últimos quinze anos, houve ciclos econômicos favoráveis, particularmente no primeiro quinquênio dos anos noventa, seguidos por uma profunda crise que atingiu seu ápice em 2002. A falta de resposta da taxa de nupcialidade à sucessão de conjunturas deste período leva a pensar que as decisões matrimoniais dos casais na atualidade não mais estão tão estreitamente ligadas ao entorno econômico como o estiveram no passado. Assim, a monotonia da curva pode ser vista como a expressão de uma mudança estrutural, em cuja base se encontra a perda da primazia do vínculo legal como cenário socialmente legítimo de início da vida conjugal.

O aumento das uniões consensuais constitui a outra face do fenômeno descrito.^{16 17} Sua evolução testemunha que a queda dos casamentos não é o resultado da falta de estímulos das novas gerações para conformar uniões, mas a consolidação da desinstitucionalização dos vínculos conjugais. O casamento deixou de ser, claramente, a forma predominante de entrada em união.

Em contrapartida, as uniões livres experimentaram aumentos moderados desde a década de setenta, acelerando-se seu ritmo de crescimento durante os últimos anos da década de oitenta. Mas é nos primeiros anos da década de 1990 que esta forma conjugal registra um crescimento vertiginoso. A evolução da proporção de pessoas em união livre com respeito ao total de unidos entre 15 e 49 anos (gráfico I, valores no eixo direito) permite constatar a notável expansão das uniões consensuais a partir de 1992. Se for considerado todo o período, nos dezessete anos que decorrem entre 1987 e 2004, a proporção de casais que opta pela união livre triplicou, passando de 10% do total de unidos nessas idades para 30% no último ano da série.

Dado que a medida anterior recolhe a incidência das uniões livres sobre o total de unidos, poderia pensar-se que o aumento destas uniões decorre simplesmente da queda das uniões legalizadas.

No entanto, tomando como unidade de medida as pessoas, constata-se que também a incidência da consensualidade seguiu um padrão similar ao observado quando são consideradas apenas as pessoas em união. De acordo com os dados do censo nacional de população de 1975, a proporção de pessoas em união consensual entre 15 e 49 anos era de 4.6%; no censo de 1996 essa proporção atinge o 12%.

considerar que esta taxa é ainda mais afetada pela estrutura etária da população do que a taxa de nupcialidade calculada com base nas pessoas de 15 e mais anos.

¹⁶ No presente estudo, as expressões “união de fato”, “união consensual” e “união livre” são utilizadas como sinônimos. O gráfico representa a percentagem de pessoas entre 15 e 49 anos que está em união livre com respeito ao total de pessoas em qualquer tipo de união nessa mesma faixa etária. O denominador é então a soma de pessoas casadas e em união livre entre 15 e 49 anos.

¹⁷ Na ECH, pergunta-se às pessoas qual é sua situação conjugal **de fato** no momento da entrevista. As opções são casado, união livre, separado, divorciado, solteiro e viúvo.

Uma análise do aumento das uniões consensuais no Uruguai

Se bem que não se trate de um fenômeno novo, a extraordinária difusão desta modalidade conjugal nas últimas duas décadas constitui uma das expressões centrais da mudança familiar uruguaia de finais do século XX.

À diferença da maioria dos países europeus, nos que a emergência da coabitação é um dos traços de maior novidade da mudança familiar recente (KIERNAN, 2001), o concubinato – como costumava ser denominado – foi uma prática conjugal freqüente entre os setores pobres urbanos e no meio rural uruguaio (BARRÁN; NAHÚM, 1979). A despeito disso, no contexto da América Latina, o Uruguai integra o grupo de países com níveis mais baixos de consensualidade (RODRÍGUEZ, 2004).¹⁸

Se são consideradas as três correntes explicativas resenhadas por Rodríguez (2004) para dar conta da relevância histórica das uniões consensuais na América Latina e o Caribe, a explicação “econômica” seja talvez a que mais se ajuste ao caso uruguaio.

Devido às características do povoamento uruguaio, nem os processos de mestiçagem nem a escravatura (vertente histórico-cultural) contribuem para explicar a preferência de certos setores pelos vínculos não-legalizados; da mesma forma, a consolidação do Estado uruguaio também não encontrou grandes barreiras para impor o contrato matrimonial (vertente político-institucional). De fato, apesar do profundo anticlericalismo que caracterizou o Estado desde finais do século XIX, o avanço do Estado de bem-estar foi acompanhado pela redução progressiva dos nascimentos extramatrimoniais (PELLEGRINO, 1997). Então, conforme a tipologia de Rodríguez, é fatível que no caso uruguaio, os custos diretos do casamento e suas conseqüências em termos da regulação de transferências econômicas tenham desalentado a legalização dos vínculos entre as camadas mais pobres da população. Caberia acrescentar à explicação econômica proporcionada pelo referido autor, a falta de estímulos dos setores pobres no sentido de regular a partilha de bens mediante um contrato matrimonial.

Na atualidade, as uniões consensuais continuam sendo mais freqüentes entre as camadas mais desfavorecidas, sendo mais alta a probabilidade de encontrar-se numa união consensual entre pessoas com menos educação e entre os pobres. É também o tipo de união que se encontra mais freqüentemente entre os estratos mais jovens da população. O que constitui uma novidade nesse auge recente das uniões consensuais é que também os jovens com maior nível educativo e os não-pobres começaram a optar crescentemente por esta modalidade conjugal. Se bem que a consensualidade tenha crescido em todos os setores educativos e em todas as idades, seu aumento nos anos recentes acarretou duas conseqüências: em primeiro lugar, aumentou muito a probabilidade de coabitar entre os casais jovens e, em segundo lugar, a brecha entre os mais educados e os menos educados reduziu-se significativamente.

Assim, em poucos anos, este tipo de união passou de ser uma forma minoritária entre os jovens para transformar-se no tipo de vínculo mais freqüente na hora de iniciar a vida conjugal. Em 1991, 22,2% das pessoas que estavam em união entre os vinte e os vinte e quatro anos encontrava-se em união consensual. Em 2004, essa proporção atinge os dois terços dos casais (64,1%) e, no grupo quinquenal seguinte (25 a 29 anos), a metade dos indivíduos que conformaram uma união está em união livre.

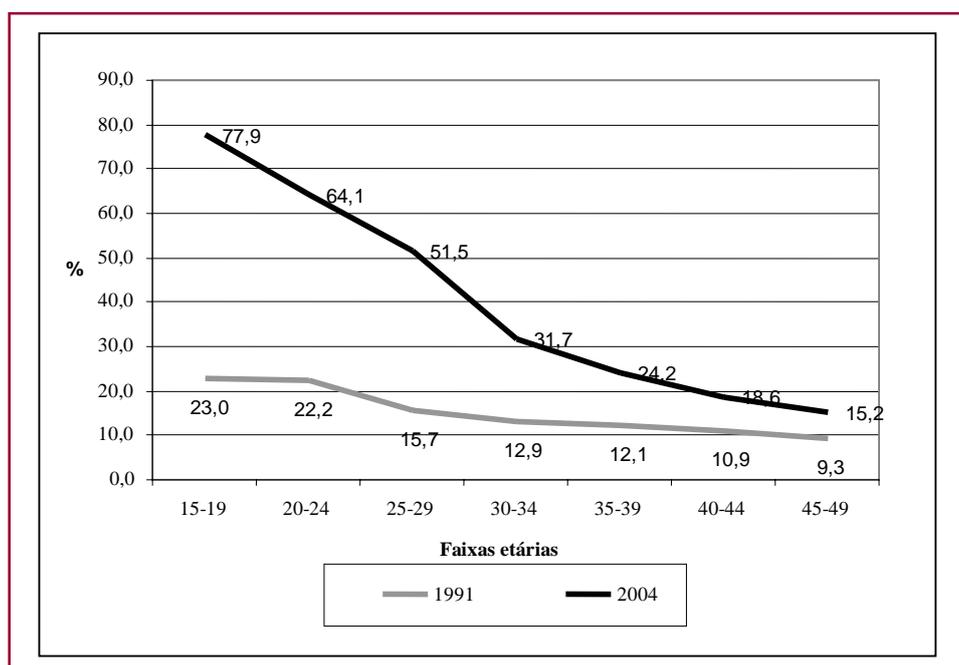
Como é possível observar no **GRÁFICO 2**, a incidência da união livre segue o mesmo padrão por idade nos dois anos considerados: é mais alta nas idades em que se dá início à vida conjugal e cai à

¹⁸ De acordo com a classificação de Quilodrán (2003) citada por Rodríguez, o Uruguai integra o grupo de países com baixa incidência da união livre. Neste grupo, a proporção de mulheres entre 15 e 49 anos em união consensual não supera o 20%.

media que avança a idade. No entanto, enquanto que em 1991 o descenso é gradual, em 2004 a queda é vertiginosa até os 30-34 anos de idade. A brusca queda nas idades centrais para a formação de uniões sugere que uma parte importante das uniões consensuais é posteriormente legalizada.¹⁹ Nesse sentido, seu aumento parece estar ligado a uma tolerância social crescente em relação aos vínculos não-institucionalizados nas gerações mais jovens.

Os dados utilizados, provenientes das *Encuestas Continuas de Hogares*, não oferecem a informação necessária para estimar em que medida tem-se expandido a coabitação pré-nupcial. No entanto, o Survey de Situações Familiares e Desempenhos Sociais (ESF) revela que a união consensual como prelúdio do casamento cresceu na sucessão das coortes matrimoniais e que esse aumento foi particularmente importante nas uniões formadas a partir da segunda metade da década de 1980. Em Montevideu e Área Metropolitana, 22% das mulheres casadas entre 1975 e 1984 passaram por uma fase prévia de coabitação antes de legalizar o vínculo. Entre as coortes matrimoniais formadas entre 1985 e 2000, essa proporção chegava a 46% (CABELLA; PERI; STREET, 2005).

GRÁFICO 2
PROPORÇÃO DE UNIÕES LIVRES NO TOTAL DE PESSOAS UNIDAS ENTRE
15 E 49 ANOS (URUGUAI, 1991 E 2004)



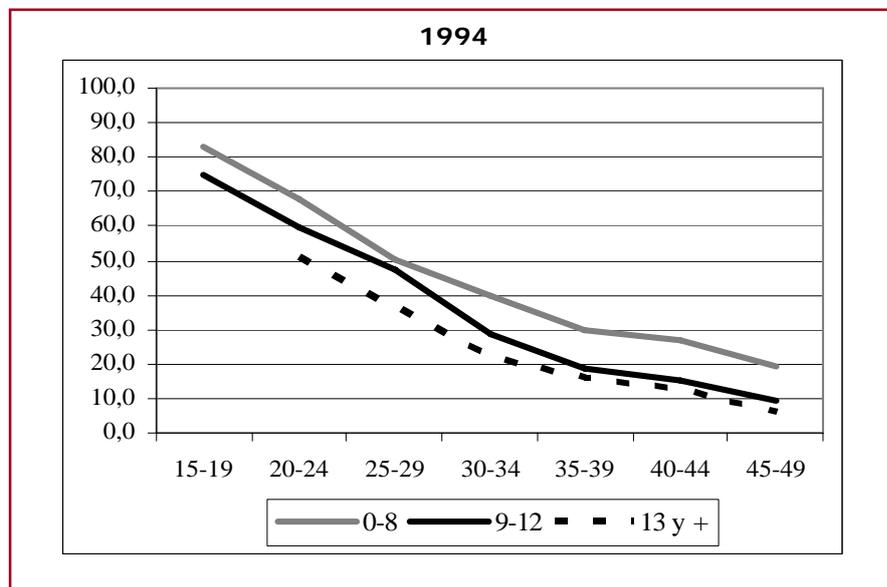
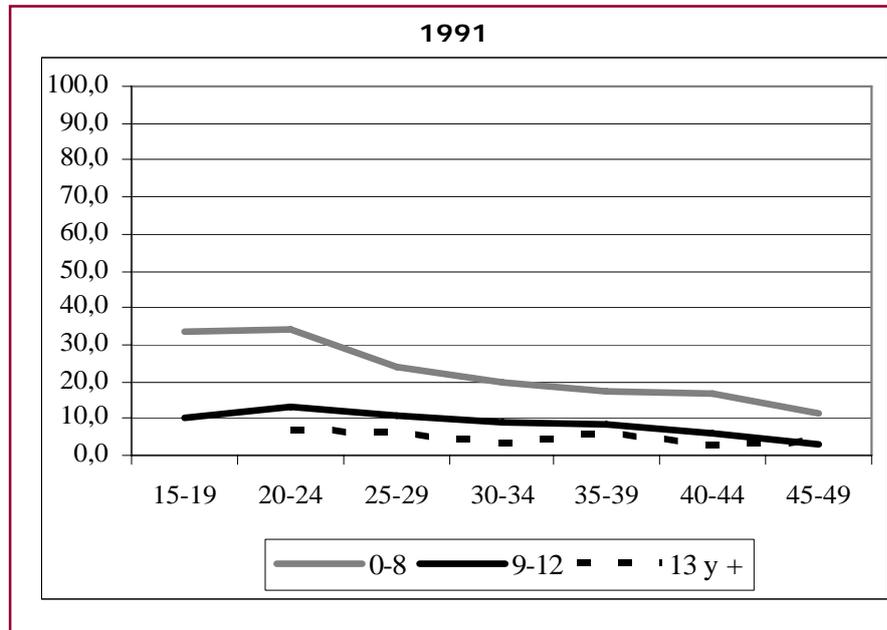
Fonte: Elaboração própria com base em microdados de ECH

¹⁹ De acordo com os dados do Survey de Situações Familiares e Desempenhos Sociais (ESF), 40% das uniões iniciadas pela via consensual tinha sido legalizada antes de completar quatro anos de duração.

Cabe perguntar quais têm sido as subpopulações que contribuíram para o aumento desta modalidade conjugal e em que medida seu crescimento reflete comportamentos diferenciais dos diferentes estratos sociais. No **GRÁFICO 3**, apresenta-se informação sobre a incidência da união livre no total de uniões, levando em conta os anos de estudo acumulados segundo a idade das mulheres, para os anos 1991 e 2004.²⁰ O gráfico coloca em relevo o grande crescimento da coabitação em todos os grupos educativos entre as duas datas.

²⁰ Os homens apresentam um comportamento similar por idade, embora com níveis levemente superiores em relação às mulheres.

GRÁFICO 3
PROPORÇÃO DE MULHERES EM UNIÃO LIVRE NO TOTAL DE UNIDAS
SEGUNDO IDADE E ANOS DE ESTUDO (URUGUAI, 1991 E 2004)



Fonte: Elaboração própria com base em microdados de ECH.

A transformação na modalidade de início da vida conjugal tem sido particularmente grande entre as camadas com maior nível educativo. A diferença na magnitude do crescimento das uniões consensuais entre os estratos educativos acarretou a diminuição das distâncias entre setores, especialmente entre as gerações mais novas. Em 1991, as uniões livres entre os estratos mais educados eram estatisticamente invisíveis: apenas 6.6% das mulheres unidas de entre 20 e 24 anos estavam em união livre e 5.8% entre as de 20-29 anos.²¹ Poucos anos depois, a probabilidade de que uma mulher entre 20 e 24 anos com 13 ou mais anos de educação esteja em união livre é de 51.2% e de 36.1% no grupo seguinte. Dado o baixo nível do qual partiram os grupos mais educados, a variação percentual entre 1991 e 2004 tem sido enorme, atingindo 52.8% entre o grupo de mulheres de 25 a 29 anos. Entre as mulheres que alcançaram como máximo oito anos de educação, a variação para esse mesmo grupo etário foi de 107%. Neste estrato educativo, a proporção de mulheres de 20-24 anos que estava em união consensual era de 24.2% em 1991, atingindo o 50.3% em 2004. Por outro lado, destaca-se que o descenso da união livre se produz mais cedo quanto maior é o nível educativo. Isso sugere que entre os setores mais educados, a união livre associa-se com maior frequência a uma fase de transição do que entre os indivíduos que apresentam escasso nível educativo.

Em suma, a evolução das uniões livres leva a deduzir que nos últimos anos tiveram lugar duas mudanças importantes em sua tendência: 1) seu caráter de modalidade de início da vida conjugal experimentou crescimentos notáveis, 2) incorporaram-se novas subpopulações que só muito marginalmente optavam por esse tipo de união.

Cabe destacar que, se bem que sua magnitude fique obnubilada pelo comportamento dos grupos mais jovens, este tipo de união cresceu em todas as faixas etárias. O significativo aumento das uniões consensuais depois dos 35 anos parece responder ao efeito conjunto do aumento das dissoluções conjugais e da preferência por este tipo de união por parte das pessoas que voltam a conformar casal.

Em definitivo, e sem desconhecer que existem diferenças tanto nas causas quanto na valoração deste tipo de união entre setores sociais, a evidência sugere que se trata, em primeiro lugar, de uma mudança geracional. Nesse sentido, esta é uma das poucas dimensões da mudança familiar uruguaia na que não se registra polarização social, se for considerada a educação como indicador de estratificação social. Com efeito, apesar de a união livre ter aumentado em todos os níveis educativos, a brecha entre os setores mais educados e os menos educados reduziu-se em função do notável aumento registrado pelos jovens com alto nível educativo. Resultados similares são obtidos a partir da análise das informações colhidas na ESF referidas à população da área metropolitana (CABELLA; PERI; STREET, 2005).

²¹ Ainda utilizando fontes de grande escala como a ECH, a participação das pessoas com estudos superiores (completos ou incompletos) no total de pessoas em união era ínfima em 1991 ao ponto de sua análise estatística carecer de validade. Por exemplo, nesse ano, a ECH registra treze mulheres em união livre entre os 25-29 anos, num total de 226 mulheres unidas com educação superior nesse grupo de idade. Em 2004, o total de mulheres unidas com educação superior nessa faixa etária é o mesmo (227), mas são registradas 82 mulheres em união consensual. Só esse grupo etário superou amplamente o total de pessoas em união livre entre 15 e 49 anos com estudos superiores registrado em 1991, sendo seu valor de 57. Deve-se assinalar que o número absoluto de entrevistadas unidas com educação superior nessas idades não apresentou variações relevantes (eram 1333 em 1991 e 1591 em 2004).

As mudanças na idade à primeira união

A evolução da idade em que as pessoas entram em união está também alinhada com as tendências descritas nas sociedades que se encontram transitando a segunda transição demográfica. A idade média ao casar das solteiras, tomada como indicador do calendário da primonupcialidade, registrou um aumento de dois anos entre 1990 e 2002, localizando-se em 27 anos. Entre os homens, o aumento foi similar, atingindo, praticamente, os 29 anos.

TABELA 1
INDICADORES DE IDADE AO CASAR DAS PESSOAS SOLTEIRAS SEGUNDO SEXO
(URUGUAI, 1993 E 2002)

<i>Idade média ao casar</i>	<i>Mulheres</i>		<i>Homens</i>	
	1993	2002	1993	2002
	24,5	26,7	27,0	28,8
<i>Grupos etários</i>	<i>Distribuição de solteiras e solteiros conforme idade ao casar</i>			
<20	27,3	15,1	8,7	3,3
20-24	37,6	31,0	38,9	31,0
25-29	20,8	31,6	31,4	34,6
30-34	7,0	13,0	11,3	17,3
>34	7,3	9,3	9,7	13,8
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Estatísticas Vitais do INE

A amplitude das mudanças no calendário da nupcialidade das novas gerações observa-se também nas diferenças na distribuição por idade dos contraentes solteiros. De fato, no decorrer da última década, diminuiu sensivelmente a proporção de mulheres e homens que casaram cedo, aumentando a participação dos contraentes nos grupos etários superiores. Dada a importância do aumento das uniões consensuais resenhada na seção anterior, cabe perguntar em que medida o retardamento na idade de início da vida conjugal restringe-se apenas àqueles que optam pela via legal. Com vistas a dar conta das mudanças no calendário das uniões, independente da natureza do vínculo (legal ou de fato), na **TABELA 2** é apresentada a evolução da proporção de solteiros no grupo de 25 a 29 anos. As informações provêm da *Encuesta Continua de Hogares*.

TABELA 2
PERCENTAGEM DE PESSOAS SOLTEIRAS AOS 25-29 ANOS
SEGUNDO ANOS DE EDUCAÇÃO (URUGUAI, 1991 E 2004)

<i>Anos de educação</i>	<i>Mulheres</i>			<i>Homens</i>		
	<i>1991</i>	<i>2004</i>	<i>Diferença</i>	<i>1991</i>	<i>2004</i>	<i>Diferença</i>
0-8	21,1	25,3	4,2	35,0	47,9	12,9
9-12	28,3	35,9	7,6	41,5	49,7	8,2
13 y +	44,0	57,5	13,5	55,4	69,4	14,0
Total	29,1	40,0	10,9	42,8	54,1	11,3

Fonte: Elaboração própria com base em dados da ECH (INE)

No conjunto da população compreendida entre os 25 e os 29 anos, observa-se que, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, o solteirismo aumentou onze pontos percentuais entre 1991 e 2004. Este indicador registra aumentos em todos os estratos educativos, mas revela diferenças significativas em função do número de anos de estudo: o aumento da proporção de solteiras nessas idades foi muito escasso entre as que não superaram o primeiro ciclo de ensino secundário, um pouco maior no estrato educativo seguinte e muito mais importante entre as que tiveram acesso à educação superior.²²

Entre os homens, encontra-se que não existe uma relação linear na evolução da proporção de solteiros e a educação. Em particular, chama a atenção o aumento registrado entre os homens do estrato inferior. Dado que o trabalho continua sendo um dos imperativos masculinos para formar uniões, uma possível explicação do referido fenômeno poderia residir na acentuação das dificuldades de inserção no mercado de trabalho para as pessoas com escasso capital educativo durante a década dos noventa.

Este diferencial é confirmado pelos dados da ESF; com efeito, a partir desta fonte de informação constata-se que existe, nas novas gerações, uma distância de quatro anos na idade média à primeira união (legal ou de fato) entre as mulheres que atingiram a conclusão de ensino primário e entre as que realizaram estudos terciários, sendo o valor deste indicador de 21 e 25 anos respectivamente. Na tabela a seguir é possível observar que, visto da perspectiva da pobreza, existem também profundas diferenças de calendário na transição para a vida conjugal de homens e mulheres.

²² O primeiro ciclo de ensino secundário corresponde, no Uruguai, aos primeiros quatro anos do total de seis.

TABELA 3
PERCENTAGEM DE PESSOAS EM UNIÃO LEGAL OU CONSENSUAL SEGUNDO SEXO, IDADE
E INCIDÊNCIA DA POBREZA. (URUGUAI, 2004) ²³

<i>Faixa Etária</i>	<i>Mulheres</i>		<i>Homens</i>	
	<i>Não-pobres</i>	<i>Pobres</i>	<i>Não-pobres</i>	<i>Pobres</i>
15-19	5,4	9,2	1,8	2,6
20-24	22,0	39,0	11,8	26,0
25-29	45,5	59,6	36,0	59,4
30-34	68,1	74,3	59,3	74,7
35-39	72,5	73,3	74,5	81,6
40-44	71,6	71,8	77,1	86,1
45-49	68,6	68,3	78,7	87,5
Total	50,4	53,1	46,5	52,1

Fonte: Elaboração própria com base em ECH

Aos 20-24 anos, a proporção de mulheres pobres que está em algum tipo de união é praticamente o dobro das mulheres que se encontram acima da linha de pobreza. Entre os homens, o comportamento é similar, embora se observe uma distância ainda maior na probabilidade de estar em união nessas idades entre pobres e não-pobres.

A evolução das separações conjugais

Dado que a dinâmica do divórcio será tratada com maior profundidade no capítulo seguinte, nesta seção somente é apresentada informação que dá conta da evolução da proporção de pessoas que se declaram separadas ou divorciadas em dois pontos específicos do tempo. Em particular, interessa dar conta desta informação, pois, na medida em que as separações de uniões consensuais não são objeto de registro administrativo, a evolução do divórcio legal oferece uma visão parcial dos níveis de dissolução experimentados pela sociedade uruguaia nos últimos anos.

Em primeiro lugar, observa-se que a proporção de pessoas fora de união devido a uma dissolução aumentou no total da população compreendida nas idades consideradas, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. No entanto, o aumento é resultado da evolução operada particularmente nas idades superiores aos 35 anos. Enquanto que nos grupos mais jovens observa-se, ora a redução do número de pessoas separadas ora aumentos exíguos, entre as pessoas maduras registram-se aumentos consideravelmente mais importantes. Em princípio, cabe supor que, na medida em que aumentou a idade

²³ A estimativa de pobreza utilizada foi elaborada pela Ec. Andrea Vigorito com base nos dados de ECH e de acordo com a linha de pobreza INE de 1997.

à primeira união, a redução ou a estabilidade verificada entre os mais jovens decorre de uma transição mais tardia para o início da vida conjugal entre as gerações recentes. Por outro lado, quanto mais jovens são os indivíduos, mais alta é a probabilidade de que voltem a conformar outra união. Considerando que houve um aumento das dissoluções a curtas durações – como será visto mais adiante – a informação de corte transversal não é a mais adequada para capturar a evolução das rupturas conjugais entre as gerações mais jovens.

Depois dos 35 anos, a probabilidade de reconstituição diminui sensivelmente; por isso, a instantânea obtida a partir da ECH reflete com menores distorções o aumento no nível das dissoluções conjugais.

TABELA 4
PERCENTAGEM DE PESSOAS SEPARADAS E DIVORCIADAS
SEGUNDO SEXO E IDADE (URUGUAI, 1991-2004)

<i>Faixa Etária</i>	<i>Homens</i>		<i>Mulheres</i>	
	<i>1991</i>	<i>2004</i>	<i>1991</i>	<i>2004</i>
20-24	1,2	0,6	2,8	2,5
25-29	2,2	2,0	5,3	6,2
30-34	4,3	4,4	7,7	9,8
35-39	3,7	6,4	9,0	12,3
40-44	5,5	8,0	12,4	15,5
45-49	5,7	9,7	11,7	16,6
50-54	5,8	9,7	11,5	18,9
Total	4,0	5,6	8,5	11,6

Fonte: Elaboração própria com base em informação da ECH

Como deriva da tabela anterior, a partir dos 35 anos, a proporção de pessoas fora de união devido a uma dissolução experimenta aumentos de maior teor ao ponto de, no último grupo quinquenal, registrar-se sua virtual duplicação.

No que se refere às diferenças de nível entre ambos os sexos, a variação percentual mais pronunciada entre os homens a partir dos 35 anos deu lugar a uma redução da brecha entre homens e mulheres no lapso da última década. A despeito disso, é significativamente maior a representação feminina nesta categoria. Aos 50-54 anos, um a cada dez homens vive fora de uma união conjugal em decorrência da dissolução conjugal, enquanto um quinto das mulheres declara estar nessa situação.

2.2. As tendências da fecundidade e da idade à maternidade

A evolução da fecundidade

À diferença do ocorrido na maioria dos países da América Latina, as mudanças próprias da transição demográfica tiveram lugar no Uruguai em finais do século XIX e inícios do XX. A precocidade deste processo determinou que em meados da década de sessenta a fecundidade e a mortalidade atingissem níveis baixos, continuando, posteriormente, seu processo de descenso de forma paulatina, embora num ritmo muito menor ao registrado durante a primeira metade do século (PELLEGRINO, 2003).

Na década de cinquenta, a fecundidade tinha atingido o nível de três filhos por mulher e continuou nesse nível até a década de setenta. Entre 1975 e 1985, a taxa de fecundidade total cai para 2.5, mantendo-se inalterada durante a década seguinte de acordo com a estimativa obtida a partir da base populacional do censo de 1996 (2.51 filhos por mulher).

O valor da TFT estimada pelo Instituto Nacional de Estatística em 2004, ano em que é realizado um novo levantamento de população, é de 2.08. Se for considerada a moderada redução experimentada por este indicador durante a segunda metade do século XX, é possível afirmar que a última década foi palco de uma redução significativa da fecundidade.

De fato, em 2004, a taxa cai por debaixo do nível de substituição por primeira vez na história da fecundidade uruguaia. Dado que a TFT é um indicador conjuntural, deverá observar-se o comportamento dos próximos anos para determinar se trata de uma tendência constante, mas, considerando que a redução anual foi estável nos oito anos da série estudada, é fatível que a TFT venha a estabilizar-se num nível levemente inferior ao da substituição populacional ou que, ainda, continue seu caminho de descenso.

TABELA 5
EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL
(URUGUAI, 1996-2004)

<i>Ano</i>	<i>TFT</i>
1996	2,51
1997	2,47
1998	2,30
1999	2,28
2000	2,23
2001	2,20
2002	2,22
2003	2,18
2004	2,08

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Cabe apontar as profundas diferenças sociais e territoriais registradas no comportamento reprodutivo uruguaio. Diversos autores interpretaram a escassa redução da fecundidade uruguaia durante a década que decorre entre 1985 e 1996 como o resultado de comportamentos reprodutivos diferenciais

das diferentes subpopulações (CALVO, 2002; PAREDES; VARELA, 2005; PELLEGRINO, 2003; VARELA, 2004).

Salientando diversos aspectos, esses trabalhos assinalam que as tendências da fecundidade por idade, por nível educativo, segundo necessidades básicas ou inserção no trabalho das mães apresentaram grandes diferenças conforme os setores considerados. Assim, as mulheres com baixo nível educativo, as que não trabalham e as mais pobres têm uma fecundidade mais alta e mais precoce do que as que apresentam melhores desempenhos sociais.

A evolução da natalidade extramatrimonial

Também o contexto conjugal da reprodução apresentou mudanças de considerável magnitude nesta última década. Durante a maior parte do século XX, a proporção de nascimentos ocorridos fora do matrimônio legal oscilou entre 20% e 30% com respeito ao total de nascimentos anuais. As décadas de 1950 e 1960 constituíram um período de grande estabilidade e baixa frequência da natalidade extramatrimonial, cujo valor permanece quase estático em torno a 20%.

Durante os anos setenta atinge, em média, o 23% dos nascimentos, aumentando para 28% na média dos anos oitenta. Seu crescimento, que começa a ser notado a partir do segundo lustro da década de 1980, eclode na década seguinte, na que a média decenal mostra que 45% dos nascimentos ocorreram à margem do casamento legal. Se em 1990, os nascimentos extramatrimoniais representam 31.5% do total dos nascidos vivos, no ano 2000 já são 48% dos mesmos. Se se lembrar o padrão temporal de aumento das uniões consensuais, resulta evidente que o crescimento dos nascimentos “ilegítimos” é o correlato, na esfera da reprodução, das mudanças produzidas no âmbito das relações conjugais.

TABELA 6
NASCIMENTOS SEGUNDO ESTADO CIVIL DA MÃE
(URUGUAI, ANOS SELECIONADOS)

<i>Estado civil</i>	<i>Ano</i>		
	<i>1993</i>	<i>1999</i>	<i>2002</i>
<i>Casadas</i>	64,4	47,0	44,4
<i>Solteiras</i>	17,8	19,4	19,9
<i>União livre</i>	14,7	31,2	33,3
<i>Outro</i>	3,1	2,5	2,3
<i>Total em união</i>	79,1	78,1	77,8

Fonte: Elaboração própria com base em microdados de estatísticas vitais do Ministério de Saúde Pública (MSP).

Conseqüentemente, o aumento da natalidade extramatrimonial não é decorrente de um agravamento da maternidade “solteira”. Como é possível observar na **TABELA 6**, acima, a proporção de nascimentos de filhos de mães que estão fora de união mantém-se estável nos três anos considerados, enquanto se produz uma forte queda da proporção de nascimentos ocorridos de mães casadas, compensado pelo aumento dos nascidos de uniões de fato.

A partir deste tipo de informações não é possível saber em que medida os casais legalizam sua união uma vez ocorrido o nascimento, mas sim parece claro que o casamento não é já um requisito necessário para dar início à vida reprodutiva para setores cada vez mais importantes da população.

A idade ao primeiro filho

O aumento na idade à em que começa o período reprodutivo é um dos indicadores mais reveladores da mudança nas atitudes em face da vida familiar que caracteriza a STD, enquanto é interpretado como um reflexo da recusa das novas gerações a assumir cedo compromissos familiares que possam interferir em seu desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, o retardamento da vida reprodutiva tem sido visto como o adiamento da etapa de investimento no cuidado da geração seguinte. Nos países desenvolvidos, são excepcionais os casos nos que a idade média ao ter o primeiro filho localiza-se abaixo dos 24 anos, ultrapassando, este indicador, na maior parte dessas sociedades, os 28 anos (VAN DE KAA, 2002).

A informação proporcionada pelas pesquisas domiciliares e os censos uruguaios não permite avaliar qual tem sido a tendência observada no terreno da transição para a reprodução biológica. O valor deste indicador, porém, pode ser estudado a partir de fontes alternativas. A ESF revelou, por exemplo, que a idade média ao primeiro filho das mulheres montevideanas que em 2001 tinham entre 45 e 54 anos se localizava nos 25.1 anos, enquanto que o survey *Género y Generaciones* (Gênero e Gerações), realizado em 2004, mostrou que, nesse mesmo grupo etário – mas, neste caso, para o total do país – a idade média à maternidade atingia os 24.5 anos.

A análise das estatísticas contínuas de nascimentos permite avaliar as características das mulheres que tiveram seu primeiro filho em diferentes anos-calendário.²⁴ É preciso considerar que esta informação não dá conta do comportamento da população feminina em geral, mas da idade média ao primeiro filho das mulheres que passaram à condição de mães a cada ano selecionado. Por conseguinte, reflete a idade ao primeiro filho das mulheres que foram mães nesse ano, permanecendo, porém, sem serem contempladas as mulheres que não tiveram seu primeiro filho nesse ano. Por isso, o valor auferido vai ser diferente ao observado pelas coortes no final da etapa reprodutiva. De qualquer forma, se a idade ao primeiro filho experimenta aumentos entre as gerações, é previsível que aumente a idade média das mulheres que têm seu primeiro filho à medida que avança o tempo.

Na **TABELA 7**, compara-se a idade média das mulheres que tiveram seu primeiro filho em 1993 e em 2004. Em primeiro lugar, observa-se que as mudanças foram muito escassas no decorrer da **última** década, se for considerado o total das mães a cada ano. A idade média nos dois anos está muito próxima dos 23 anos. Mostra-se também nesta tabela, a idade média das mães conforme o nível educativo atingido até o momento do parto. O tipo de informação utilizada não permite realizar inferências acerca das diferenças de nível observadas entre estratos num mesmo ano-calendário, já que, por definição, as que têm seu primeiro filho num determinado ano antes de completar, por exemplo, vinte anos, não puderam ter concluído o nível terciário. Inversamente, as mulheres que, no momento de ter seu primeiro filho, tinham terminado a universidade, devem ter superado, no mínimo, os 22 ou 23 anos. Assim, a comparação só é válida se é contrastado o valor da idade à maternidade a igual nível educativo nos dois

²⁴ Os microdados de nascimentos incluem variáveis que permitem determinar quantos filhos nascidos vivos tiveram as mulheres antes do nascimento que está sendo registrado nesse ano-calendário.

anos considerados. O objetivo, então, é determinar se são registradas mudanças no início da vida reprodutiva em igual nível educacional, como também analisar se essas mudanças redundam na diminuição ou alargamento das diferenças entre setores educacionais com o passar do tempo.

TABELA 7
IDADE MÉDIA DAS MULHERES QUE TIVERAM SEU PRIMEIRO FILHO EM
1993 E 2004, SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL ATINGIDO NO MOMENTO DO PARTO (URUGUAI)²⁵

<i>Nível Educacional</i>	1993				
	<i>Média obs.</i>	<i>Média (N)*</i>		<i>Viés</i>	<i>Erro Padrão</i>
Muito baixo	20,8	20,4	21,1	0,006	0,19
Baixo	21,6	21,5	21,7	0,257	0,47
Médio	25,4	25,3	25,6	-0,015	0,77
Alto	28,4	28,2	28,6	0,000	0,11
Total	22,9	22,8	23,0	0,001	0,038
<i>Nível Educacional</i>	2004				
	<i>Média obs.</i>	<i>Média (N)*</i>		<i>Viés</i>	<i>Erro Padrão</i>
Muito baixo	20,0	19,6	20,4	-0,003	0,193
Baixo	21,7	21,6	21,8	0,002	0,051
Médio	26,6	26,4	26,8	-0,001	0,087
Alto	30,1	29,9	30,3	-0,001	0,102
Total	23,6	23,5	23,7	0,001	0,046

Fonte: Elaboração própria com base em microdados de Estatísticas Vitais do Ministério da Saúde Pública.
* Com 95% de confiança, 1000 replicações de tamanho igual ao n amostral, utilizando *bootstraps*.
Muito baixo: sem instrução ou ensino primário incompleto; **baixo:** ensino primário completo ou ensino secundário ou UTU (Universidade do Trabalho do Uruguai) incompletos; **médio:** ensino secundário ou UTU completo ou superior incompleto; **alto:** universidade completa.

A distância no calendário de início da reprodução entre os diferentes estratos educacionais, ainda que não constitua uma novidade, dá conta das profundas diferenças entre o momento vital em que as mulheres com maior e menor educação realizam a transição para a fecundidade. Apesar das ressalvas feitas no parágrafo anterior, as distâncias em anos chegam a quase uma década entre o estrato inferior e o superior.

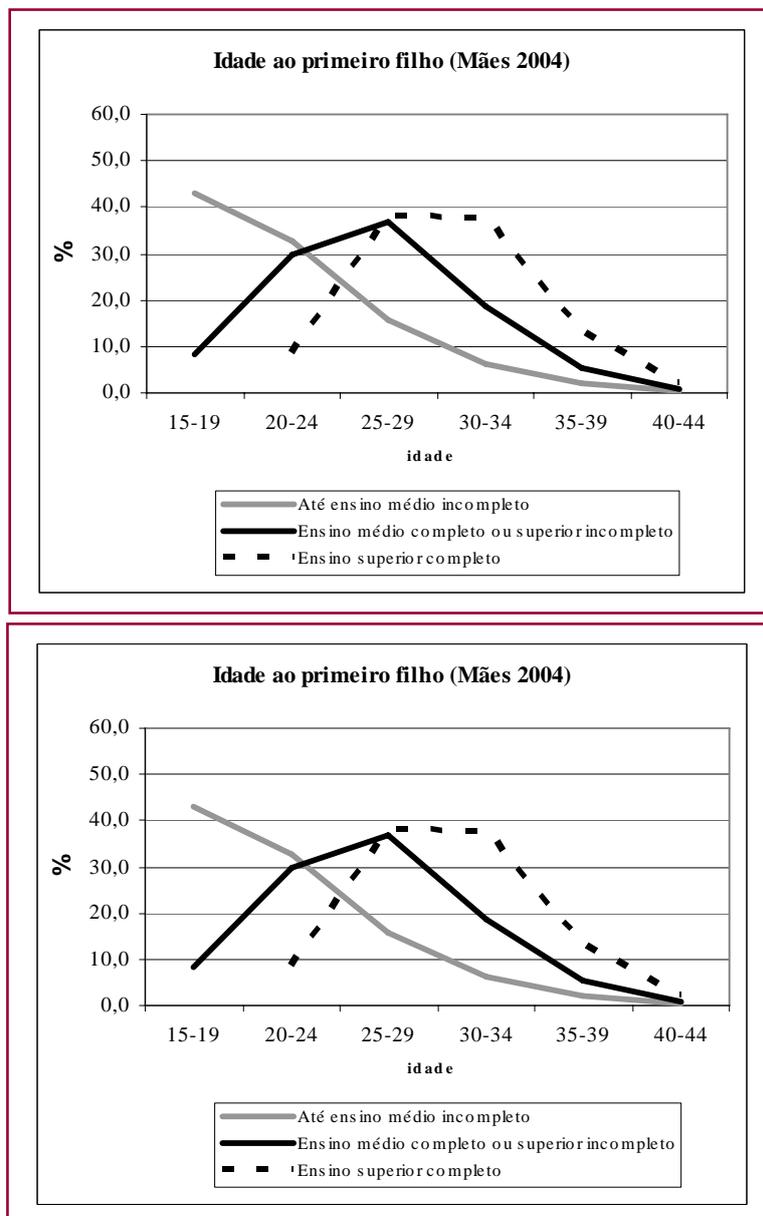
A comparação de médias em igual nível educacional revela que entre as mulheres que, no momento do nascimento de seu primeiro filho nascido vivo, não alcançaram a completar o ensino primário, a idade média da maternidade caiu entre 1991 e 2004, embora essa redução não atinja um ano. Já no estrato baixo – no que estão representadas as mães primíparas que não tinham concluído o ensino secundário – a idade média manteve-se inalterada, em 21,6 anos. Enquanto isso, entre as mães dos estratos educacionais superiores observa-se uma tendência para o aumento em que se produz o início da etapa reprodutiva, que atinge um ano entre as mulheres do nível médio e supera um ano entre as que

²⁵ Em 1993, produziram-se 55.953 nascimentos, correspondendo, a amostra, a 20.635 nascimentos de mães primíparas. Em 2004, o total de nascimentos atingiu os 50.052, sendo 17.760 os nascimentos de tipo primicério.

terminaram a universidade. Afinal de contas, a estagnação da idade ao primeiro filho durante este período pode ser interpretada, então, como a “soma zero” dos comportamentos de diferentes grupos.

Em decorrência disso – e talvez esse seja o resultado mais destacável no que se refere ao calendário da reprodução –, produziu-se um alargamento da brecha na idade da maternidade entre setores educativos. No gráfico a seguir é apresentada a distribuição por idade e nível educativo das mães nos dois anos considerados.

GRÁFICO 4
DISTRIBUIÇÃO DAS MÃES AO NASCIMENTO DO PRIMEIRO
FILHO SEGUNDO IDADE E NÍVEL EDUCATIVO (URUGUAI, 1993 E 2004)



Fonte: Elaboração própria com base em microdados de nascimentos do MSP.

A idade ao primeiro filho está ligada a outra série de transições anteriores, como a permanência no sistema educativo, o ingresso no mercado de trabalho e a entrada em união. Assim, o adiamento do início da etapa reprodutiva está vinculada a um maior nível educativo das mulheres, maiores taxas de atividade feminina, bem como a uma maior estabilidade das famílias (HOBBCRAFT; KIERNAN, 1999; MCLANAHAN, 2004).

O adiamento na idade à maternidade é geralmente tomado como um indicador de bem-estar feminino, na medida em que é interpretado como a recusa a assumir compromissos familiares em prol da aquisição de capital educativo, bem como de uma inserção mais sólida no mercado de trabalho. Por outro lado, entende-se que redundará num maior bem-estar da situação econômica das crianças, no sentido de que os pais estão em melhores condições para conseguir o acesso a recursos econômicos que lhes permitam afrontar os custos da criação.

O gráfico anterior revela que os estímulos para retardar o início da vida reprodutiva influenciaram profundamente a decisão de ter o primeiro filho entre as mulheres mais educadas. Entre as que terminaram os estudos universitários, observa-se que o adiamento da idade ao primeiro filho implicou uma mudança na forma da cúspide: há dez anos, a maioria destas mulheres concentrava a transição para a maternidade na faixa de 25-29 anos; em 2004, a proporção de mães universitárias que tem seu primeiro filho entre os 30-34 anos é a mesma que a observada no grupo de 25-29. Uma mudança similar, embora menos acentuada, produz-se entre as que concluíram o ensino médio e, eventualmente, começaram estudos de nível superior: entre estas mulheres, a idade ápice da maternidade se desloca dos 20-24 anos para o grupo seguinte. À diferença das mulheres que conseguiram acumular maior capital educativo, não se observam mudanças na idade ao primeiro filho entre as que não terminaram o primeiro ciclo do ensino médio.

Em suma, estes resultados se relacionam com as mudanças na idade no início das uniões, observa-se que, no total da população, durante a última década, registrou-se uma tendência a adiar a idade de início da vida conjugal. Esta tendência não foi acompanhada pelo retardamento na idade ao ter o primeiro filho se forem consideradas as mulheres em seu conjunto, com as reservas requeridas pelas limitações dos dados utilizados para analisar este último indicador.

No entanto, as escassas mudanças registradas no retardamento da idade de entrada em união das mulheres com menos educação estão em sintonia com a ausência de retardamento da fecundidade entre as mulheres pouco educadas. Ainda que não resultem gritantes as grandes diferenças de calendário entre setores sociais em relação às transições conjugais e reprodutivas, resulta alarmante o aprofundamento dessas diferenças, que dá lugar a uma maior polarização social neste terreno da vida familiar.

2.3. Há segunda transição demográfica no Uruguai?

A análise dos indicadores relativos à vida familiar não permite duvidar da magnitude da mudança operada no passado recente. Da mesma forma que nenhum demógrafo hesitaria em rotular de “transição demográfica” a passagem de um regime de altas taxas de natalidade e mortalidade para um outro caracterizado por níveis baixos de natalidade e mortalidade, a direção e a magnitude do conjunto de indicadores considerados não deixam dúvidas com respeito à convergência do Uruguai para a STD. Quase sem exceções, as variáveis analisadas confirmam a direção da mudança prevista pela STD. Assim, se nos ativermos a uma definição que contemple a STD como a expressão estilizada da regularidade empírica da

mudança familiar de finais do século XX, pode-se afirmar que o Uruguai se incorporou a este novo processo de mudança populacional.

É possível afirmar que a mudança responde a transformações nas “orientações de valores” previstas pela STD? É provável que a mudança familiar esteja em parte liderada por crescentes aspirações de autonomia individual e de igualdade de gênero; da mesma forma, pode-se dizer que, em amplos setores da sociedade, prevalecem fortes traços patriarcais.

Sem dúvida, este processo tem lugar no cenário de uma sociedade desigual, empobrecida e que apresenta crescentes sintomas de exclusão social. Baste considerar as distâncias que acabamos de assinalar com respeito ao início da vida reprodutiva, as que dão conta, não apenas das diferenças no calendário das transições para a vida adulta, mas da bifurcação dos modelos reprodutivos em função das oportunidades encontradas, tanto no sistema educativo quanto no mercado de trabalho.

No Uruguai, os retornos da educação foram particularmente importantes nas duas últimas décadas, desempenhando um papel preponderante no agravamento das brechas de renda. Se somarmos a isso que a taxa de atividade, a precariedade no trabalho e a informalidade apresentam marcadas diferenças em função do nível educativo (AMARANTE; ARIM, 2003), parece óbvio que as transições que implicam o abandono precoce do sistema de ensino comprometem o bem-estar econômico dos indivíduos e de seus filhos.²⁶

Conseqüentemente, se bem que as últimas décadas tenham sido caracterizadas pelo aumento dos anos de estudo da população e pelo incremento das taxas de participação laboral feminina – duas tendências que certamente favoreceram a expansão de valores igualitários e promoveram a autonomia individual –, também é verdade que persistem marcadas diferenças sociais e que a pobreza aumentou nos últimos anos (PNUD, 2005).²⁷ Parece inegável, então, que a mudança familiar no Uruguai tem lugar num forte contexto de polarização social e demográfica.

No entanto, isso significa que alguns setores permanecem imunes ao processo de difusão dos valores ligados à STD? Num trabalho recente sobre a importância dos fatores ideológicos na adoção de diferentes comportamentos familiares no Uruguai (coabitação, trajetórias conjugais complexas, divisão sexual do trabalho), Peri conclui que, ainda controlando por idade, educação e nível de bem-estar econômico, encontram-se diferenças significativas na propensão feminina para adotar comportamentos modernos em função de suas atitudes em face da igualdade de gênero, da regulação institucional das relações conjugais e da tolerância em relação à diversidade sexual. De acordo com estes resultados, as escolhas relativas às formas de conjugalidade não constituem integralmente respostas de adaptação ao entorno socioeconômico, estando mediadas, pelo contrário, por processos de consciência em todas as posições da estrutura social (PERI, 2003).

Se bem que seja necessário contar com mais informação sobre as mudanças nas atitudes e valores da população uruguaia e sobre o significado das transformações familiares no espectro social, os escassos indícios proporcionados pela pesquisa recente sugerem que existe ligação entre a difusão de idéias não-convencionais e a adoção de novos estilos de vida familiar.

²⁶ Em 2002, a taxa de atividade das pessoas que tinham terminado o ensino primário era de 45.7, perante 84.8 das que tinham completado os estudos universitários.

²⁷ Outra mudança significativa no terreno da participação laboral feminina é o aumento da taxa de atividade das mulheres casadas e em união livre, cujo comportamento tem sido chave para explicar o crescimento da participação feminina. Em 1999, a taxa de atividade das mulheres em união localizava-se no mesmo nível do que a taxa das solteiras (AMARANTE; ESPINO, 2001).

3. O DIVÓRCIO NO URUGUAI: REGIME LEGAL E EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA RECENTE ²⁸

Este capítulo tem dois objetivos. Em primeiro lugar, pretende descrever as características do contexto legal uruguaio em matéria de dissoluções conjugais. Para esses efeitos, é realizada uma síntese das modificações da legislação do divórcio efetivadas no decorrer do século XX. Em segundo lugar, é apresentada uma análise demográfica das tendências do divórcio a partir das estatísticas oficiais, produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística. A informação proporcionada pela referida entidade permite acompanhar a evolução das dissoluções legais de uma ótica transversal e longitudinal. Por isso, serão apresentadas as tendências observadas entre 1975 e 2002 a partir de indicadores conjunturais e indicadores de coortes matrimoniais.

3.1. O contexto histórico-legal: a dessacralização do casamento e o precoce surgimento do divórcio

“Façamos uma lei essencialmente feminista que espante o mundo, que atraia sobre nosso belo e progressista país a simpática atenção de toda a humanidade.” (BATLLE Y ORDÓÑEZ *apud* ARENA, 1912)²⁹.

Se alguma coisa tem singularizado o Uruguai no contexto da América Latina é seu caráter “atípico” no que se refere a sua tradição e a suas características demográficas. A transição demográfica, cujos inícios datam de finais do século passado, desenvolveu-se no palco da precoce instalação do Estado de Bem-estar, erigido sobre os espaços ganhos ao poder eclesiástico. A aprovação de leis de divórcio (1907 e 1913) constitui um dos marcos históricos do processo de aumento do poder secular.

O primeiro Código Civil do Uruguai (1869), ao reconhecer o caráter sacramental do casamento, proclamava a indissolubilidade do vínculo conjugal; o direito canônico regia então as leis que regulavam a vida matrimonial e ele admitia unicamente a separação de corpos – conhecida como o “divórcio dos católicos” –, circunscrita às causas determinadas pela própria Igreja. A separação de corpos não rescindia o vínculo entre os esposos, sentenciando, simplesmente, a cessação da coabitação legalmente declarada e, por conseguinte, impossibilitando a celebração de novas núpcias. Nesse regime, era de competência dos tribunais eclesiásticos intervir e sentenciar as separações, enquanto que a justiça civil agia em tudo o concernente aos efeitos civis da separação (CESTAU, 1986; GROMPONE, 1978).

No cenário do profundo processo de secularização que viveu o país entre finais do século passado e as primeiras décadas do atual, o casamento civil foi declarado obrigatório em 1885 e a natureza

²⁸ Este capítulo constitui uma versão reduzida e atualizada de um trabalho anterior no que analisei a evolução do divórcio entre 1950 e 1995. Os dados de momento e das coortes nupciais foram atualizados a partir das informações publicadas pelo INE entre 1997 e 2002 (último ano disponível) (CABELLA, 1999).

²⁹ Palavras de Batlle y Ordóñez dirigidas a Domingo Arena, citadas Arena (1912), Batlle y Ordóñez foi presidente do Uruguai em duas ocasiões, entre 1903-1907 e entre 1911-1915.

sacramental do vínculo matrimonial foi eliminada da normativa matrimonial.³⁰ Esse primeiro passo tornou possível que, em inícios do século seguinte, começassem os intensos debates parlamentares que finalizaram com a promulgação da lei 3245 de 1907, mediante a qual era estabelecido o divórcio absoluto por causa e por mútuo consentimento dos cônjuges (divórcio consensual).

O longo e intenso processo que envolveram as discussões do projeto “Oneto y Viana”³¹ encarna as contradições de uma sociedade dividida entre forças secularizadoras, impulsionadas principalmente pelo reformismo batllista, e amplos setores políticos e sociais que viam na instauração do regime de divórcio uma desonra que corroía as bases da família cristã (GROMPONE, 1978). Enquanto o oficialismo incorporava as reclamações feministas, apoiando fervorosamente o projeto de divórcio, os movimentos católicos, as classes conservadoras e seus porta-vozes no poder empreenderam uma vigorosa campanha de propaganda contrária a sua aprovação: mais de 90.000 mulheres católicas assinaram uma carta de reprovação enviada ao parlamento ao iniciar-se as discussões da nova lei. Na mesma, o divórcio era qualificado como uma “apostasia da fé”, argumentando-se que sua mera existência submetia à mulher a “uma constante humilhação”.³²

Em 26 de outubro de 1907 foi aprovada finalmente a lei que possibilitava o divórcio absoluto. A mesma contemplava a possibilidade de dissolver o vínculo matrimonial, tanto por causas quanto por mútuo consentimento. Às causas previstas pelo código civil para a separação de corpos (algumas modificadas, ver requadro 1) foram acrescentadas mais duas: dali em frente era possível divorciar-se pelo abandono do domicílio por parte de qualquer um dos cônjuges e pela condena de um dos cônjuges a pena de penitenciária por mais de dez anos.

A lei de 1907 sofreu alterações em duas oportunidades durante os anos subsequentes. A primeira delas, no decorrer de 1910, simplesmente modificou a redação de duas causas; já a segunda foi novamente objeto de grandes controvérsias. O projeto inicial, apresentado pelo senador Areco em 1912, advogava pela inclusão da possibilidade de divorciar-se “pela só vontade de qualquer um dos cônjuges”, sem necessidade de aduzir causas (GROMPONE, 1978).

Novamente o divórcio voltou a ocupar o centro do debate público. Desta vez, as opiniões estiveram tão divididas que os defensores do projeto deveram recorrer a uma fórmula substitutiva para obter os votos necessários. Apesar de ter sido um acérrimo defensor do projeto Areco, o senador Domingo Arena foi o encarregado de apresentar a fórmula de transação que apaziguou os temores de alguns legisladores que entendiam que a proposta “entregava a mulher às libertinagens do homem”. Com o argumento de que a aplicação imediata do divórcio pela só vontade de qualquer um dos esposos poderia acarretar situações de injustiça para a mulher, Arena argumentou finalmente em favor do estabelecimento do divórcio “pela só vontade da mulher”. Em seu discurso final perante as câmaras, Arena relatou o processo pelo qual foi aceitando a solução de mediação, convencendo-se de que a mesma não contrariava o espírito do projeto original, cujo fundamento era essencialmente feminista, contando, além disso, com o beneplácito do presidente José Batlle y Ordóñez (ARENA, 1912).

A lei que possibilitou o divórcio unilateral para a mulher foi finalmente promulgada em finais de 1913; desde essa precoce data, o Uruguai contaria com uma das legislações mais liberais do mundo em

³⁰ Ver, por exemplo, Caetano e Geymonat (1997).

³¹ O projeto toma o nome do Doutor Carlos Oneto y Viana, autor do primeiro projeto apresentado junto à câmara baixa.

³² Grompone (Op. Cit., p. 22).

matéria de divórcio, adiantando-se em mais de meio século às modificações da maioria dos regimes de divórcio na América Latina.

A reforma de 1978: do divórcio-sanção ao divórcio-remédio*

Meio século transcorreu antes que o regime de divórcio voltasse a ser objeto de debate parlamentar, sendo necessárias mais duas décadas ainda para que fosse finalmente modificado. Em 1949, o deputado José Lissidini apresenta uma proposta mediante a qual é acrescentada a causa “separação de fato interrompida por mais de 4 anos” (GROMPONE, 1978). Na prática, esta nova causa implicava a possibilidade de divorciar-se sem “causa” e sem “culpados”. O projeto, após árduos debates na câmara baixa, foi esquecido. No decorrer do quartel de século seguinte, o projeto Lissidini foi tirado das gavetas mais de dez vezes e debatido sem sucesso no seio do poder legislativo; uma versão final bastante alterada da proposta legislativa inicial foi finalmente aprovada pelo Conselho de Estado, sucedâneo do parlamento durante a ditadura militar.

Essa iniciativa de mudança repetidamente frustrada assentava-se em dois fundamentos. Por um lado, o projeto devolvia ao homem a possibilidade de divorciar-se *motu* próprio e, por outro lado, pretendia atualizar a doutrina jurídica em matéria de divórcio. O regime estabelecido pelas leis de 1907 e 1913 inspirava-se na concepção do *divórcio-sanção*, segundo a qual o divórcio é concebido,

“como uma medida repressiva de sanção contra o cônjuge culpado. É um castigo para quem faltou com um dos deveres recíprocos ou unilaterais que impõe a vida em comum. Assim, ele pressupõe sempre a existência de uma culpa, cuja sanção é constituída pela dissolução do vínculo”.³³

Na mesma esteira do projeto Lissidini abre-se passagem uma doutrina assentada no conceito de *divórcio-remédio*, de acordo com a qual a lei deixa de ter um objetivo punitivo: ela não mais se orienta a discernir a culpabilidade de um ou de outro cônjuge, procurando, pelo contrário, mecanismos que reparem legalmente uma situação conjugal inexistente de fato.

Apesar de permanecerem as causas – que, de uma forma ou de outra, invocam a culpa de um dos cônjuges pela ruptura conjugal –, o espírito da lei aprovada em 1978 adere abertamente ao conceito de divórcio-remédio. A noção de culpa tinha começado a perder vigor algum tempo atrás desde os tribunais, pois os juízes intervenientes nos processos de divórcio vinham interpretando a causa “rinhas e disputas” com um critério amplo, sentenciando, em definitivo, divórcios “sem culpados” (CESTAU, 1986). De fato, nos anos que precederam à aprovação da lei, ao invocar a referida causa, os magistrados aderiam abertamente à tese do divórcio-remédio.

À diferença do ambiente marcadamente ideológico que caracterizou o contexto da discussão das leis de divórcio no efervescente Uruguai novecentista, os argumentos que conduziram à reforma de 1978

* N. da T. Ou divórcio-constatação.

³³ Grompone (Op. cit., p.33).

respondiam nitidamente à necessidade de contar com uma legislação que contemplasse as situações sociais que enfrentavam os magistrados em seu trabalho cotidiano.³⁴

A nova legislação modificou substancialmente uma das causas de divórcio e introduziu mais duas causas. No texto da primeira causa, concernente ao adultério, é estabelecida a igualdade de ambos os cônjuges no que se refere à infidelidade, suprimindo-se as condicionantes que regiam para que pudesse ser invocado o adultério masculino (ver quadro 1) Em diversas oportunidades, tinha sido solicitada a revisão da discriminação implícita na referida causa, qualificando-a de inconstitucional porquanto violava flagrantemente o princípio de igualdade perante a lei de todos os cidadãos. O movimento feminista lutava desde longa data por abolir a benevolência da lei em face do adultério masculino em comparação com sua severidade em relação à mulher, pois, desde os anos 30, as mulheres pregavam em favor da revogação dessa causa em ocasião de ser tratado o assunto dos direitos civis da mulher (CESTAU, 1986). A reforma de 1978 também anulou as sanções patrimoniais que recaiam sobre a mulher em caso de ser constatado o adultério feminino; a nova lei revogou “pura e simplesmente” o art. 182 do Código Civil, que estabelecia que

“se a separação fosse verificada por adultério da mulher, esta perderia seu direito aos bens aqestos”.

As novas causas incorporadas, entendidas como causas “inculpadas”, foram:

“Pela separação de fato ininterrompida e voluntária de pelo menos um dos cônjuges durante mais de três anos seja qual for o motivo que a tenha causado”³⁵.

“Pela incapacidade de qualquer cônjuge, quando a mesma tiver sido declarada por doença mental permanente e irreversível”.

Ambas as causas envolveram um longo processo legislativo, constituindo os pontos mais controversos no tratamento do projeto de lei. Enquanto a maior parte dos conselheiros defendia a necessidade de renovar uma lei que vinha mostrando sinais de obsolescência havia tempo, outros negavam-se a reformá-la argumentando que uma legislação mais liberal contribuiria para enfraquecer a família e provocaria um incremento do divórcio. As palavras do Dr. Caviglia Cámpora são ilustrativas desta última tese:

“[...] não pode ser chamado ‘remédio’ algo que, longe de combater a doença, estende-a, difunde-a, propaga-a como se fosse o bacilo de uma peste bubônica.”³⁶

³⁴ Cabe perguntar em que medida as precoces leis do divórcio não foram mais uma expressão do “reformismo de cima” que caracterizou o Uruguai batlista, visto o baixo número de divórcios testemunhados pelos tribunais até entrada a década dos trinta.

³⁵ Apesar da similitude entre as causas 8 e 9, é preciso notar que na causa 8, “abandono voluntário do domicílio”, introduzida em 1907, unicamente o cônjuge que não abandonou o domicílio pode invocar o abandono como causa de divórcio. Na causa 9, é eliminada outrossim a necessidade de prova de culpabilidade, ao ser acrescentada a frase “seja qual for o motivo que a tenha causado”.

A lei 14.766 foi finalmente aprovada em 18 de abril de 1978 por ampla maioria e sem maiores manifestações públicas contrárias a ela, com exceção da Igreja, que combateu enfaticamente a ampliação de uma lei que já considerava excessivamente liberal.³⁷ Com efeito, em repetidas ocasiões seus porta-vozes manifestaram que o projeto de lei

“contribuirá para enfraquecer a estabilidade da família, facilitando as vias de dissolução civil do casamento e, conseqüentemente, acrescentando novos fatores de distorção social”³⁸.

Ao mesmo tempo exigiram coerência ideológica a um governo que se pretende defensor da família:

“ [...] devem lembrar os responsáveis da condução do País (sic) a incoerência que supõe defender o divórcio e, ao mesmo tempo, combater ideologias dissolventes que favorecem o divórcio como meio de dissolução social para implantar seu domínio sobre os povos”.³⁹

A Igreja não encontrou um grande apoio entre os conselheiros de Estado e a nova lei foi aprovada com a discordância de apenas quatro “legisladores” em vinte e cinco.

Ao promover a reforma de 1978, o Uruguai enfileirava-se nas correntes de mudança que experimentaram as legislações de divórcio no mundo ocidental durante a década de setenta. Em vários países, foram introduzidas inovações que liberalizaram o divórcio (a França, 1976 e a Inglaterra, 1969). Em outros, a década de 70 presencia a tardia introdução do mesmo: a Itália **inaugura** a década com sua primeira lei de divórcio, depois de um árduo confronto entre o Estado e a Igreja; em Portugal, o divórcio torna-se possível em 1974 e na Espanha a legalização do divórcio data de 1981 (GOODE, 1993).

³⁶ Citado por Romeo Grompone, diário de sessões do Conselho de Estado.

³⁷ Além do fato de que a lei respondia a demandas sociais, é preciso lembrar que o governo militar não fomentava precisamente o debate de suas iniciativas.

³⁸ Conferência Episcopal do Uruguai (1977). **Nuevas causales de divorcio. Carta Pastoral Colectiva.**

³⁹ Ibid.

Requadro 1. Evolução da legislação do divórcio no Uruguai			
Tipo de divórcio	1868 (Separação de corpos)	1907-1910-1913	1978 (Regime em vigor)
Por causas*	<p>1. Pelo adultério da mulher em todo caso. Pelo do marido quando resultar em escândalo público.</p> <p>2. Por tentativa de um dos cônjuges contra a vida do outro.</p> <p>3. Por sevícias e injúrias graves de um com respeito ao outro.</p> <p>4. Pela proposta do marido de prostituir sua mulher</p> <p>5. Pela tentativa do marido ou da mulher de prostituir seus filhos e pela convivência na prostituição dos mesmos</p> <p>6. Quando há entre os cônjuges rixas e disputas contínuas que tornem insuportável a vida em comum</p>	<p>1. Pelo adultério da mulher em todo caso ou pelo do marido quando ele o cometer no domicílio conjugal, quando for produzido com escândalo público ou quando o marido tiver concubina.</p> <p>2. Por tentativa de um dos cônjuges contra a vida do outro, após proferida a sentença criminal condenatória.</p> <p>3. Por sevícias e injúrias graves de um com respeito ao outro. Estas causas serão apreciadas pelo juiz levando em consideração a educação e condição do cônjuge agravado.</p> <p>Sem alterações</p> <p>Sem alterações</p> <p>Sem alterações</p> <p>7. Pela condenação de um dos esposos a pena de penitenciária por mais de 10 anos</p> <p>8. Pelo abandono voluntário do domicílio efetivado por um dos cônjuges por mais de três anos</p>	<p>1. Pelo adultério de qualquer um dos cônjuges.</p> <p>Sem alterações</p> <p>9. Pela separação de fato ininterrompida e voluntária de pelo menos um dos cônjuges durante mais de três anos, seja qual for o motivo que o tenha causado</p> <p>10. Pela incapacidade de qualquer cônjuge, quando a mesma tenha sido declarada por doença mental permanente e irreversível</p>
Por mútuo consentimento**		(Introduzido em 1907)	Sem alterações
Pela só vontade da mulher***		(Introduzido em 1913)	Sem alterações
<p>* No regime atual coexistem a separação de corpos e o divórcio absoluto, como se verifica na maior parte da legislação universal. As mesmas causas regem para a separação e para o divórcio. No entanto, a primeira não pode ser decretada por mútuo consentimento nem pela só vontade da mulher, que só regem em casos de divórcio.</p> <p>** Só pode ser solicitada depois de dois anos decorridos de casamento. São necessárias 5 audiências e se a demandante não comparecer em alguma delas, o processo dá-se por encerrado, sem possibilidade de ser reaberto sob esse rótulo.</p>			

As discussões públicas sobre a legalização – ou a liberalização – do divórcio gravitaram freqüentemente em torno da disjuntiva sobre o eventual aumento das rupturas que poderia acarretar sua entrada em vigor. Analisando a relação entre a evolução legal e a demográfica do divórcio, diversos autores (SARDON, 1996; GOODE, 1993; FESTY; PRIOUX, 1975) concluem que, em geral, acontece exatamente o contrário: o divórcio começa a aumentar com anterioridade à introdução das mudanças jurídicas, regulando estas, com maior ou menor retardamento, as transformações verificadas na vida social. A história da legislação do divórcio no Uruguai constitui um bom exemplo desse fenômeno. De fato, as leis de inícios de século, impulsionadas, conforme a expressão de Barrán e Nahum (1990) “em nome de um novo tipo de casamento e da liberação da mulher”, responderam a um modelo ideológico que, embora tenha criado a base legal que promoveria a autonomia da mulher, encontrou eco em setores muito restritos da sociedade durante grande parte deste século. O lento crescimento das dissoluções legais até já entrada a década de setenta, abona a hipótese de que o reconhecimento legal do divórcio foi mais uma manifestação do “reformismo de cima” que caracterizou o batllismo dos novecentos; este, ainda que recolhendo as reclamações do incipiente feminismo montevideano, via na legalização do divórcio outro terreno ganhado ao clero. A prolongada discussão legislativa que finalmente dá lugar à reforma de 1978, também não deixa vislumbrar seus efeitos no movimento demográfico dos divórcios, mas, desta vez, o incremento das dissoluções já vinha engrossando as estatísticas e a necessidade de uma atualização da lei tinha começado a manifestar-se na atividade cotidiana dos tribunais.

3.2 As estatísticas do divórcio

A entidade encarregada de processar e publicar a informação atinente a casamentos e divórcios é o Instituto Nacional de Estatística. Esta instituição levanta a informação contida nos ofícios que os diferentes juzgados de família enviam ao Registro Civil quando o divórcio foi judicialmente sentenciado. O Poder Judiciário encarrega-se de promover as causas de divórcio, mas não produz estatísticas de divórcio. O estado atual das estatísticas continuas de divórcio no Uruguai apresenta dois problemas de diferente índole: o primeiro refere-se à escassez de informação levantada e a seu baixo potencial de exploração do ponto de vista sócio-demográfico. O segundo problema está ligado ao processo de geração dos dados existentes, cuja complexidade torna incerta a interpretação dos dados. Quanto à primeira dificuldade, se bem que a informação disponível possibilite a construção de indicadores que refletem a magnitude do fenômeno e sua evolução no tempo, é escasso o que permite conhecer acerca do comportamento das diferentes gerações, bem como de suas características sócio-demográficas. Com efeito, não informam nada sobre as idades dos envolvidos, sobre as idades em que se produziram o casamento e o divórcio e também não é possível saber se o casamento gerou filhos.

O segundo problema está relacionado com a complexidade das fases que envolve o divórcio: a informação colhida está afetada pelo processo judicial e administrativo pelo que atravessa o trâmite de divórcio até que, finalmente, passa a integrar as estatísticas nacionais. Ao lapso compreendido entre o momento em que um casal se separa e o momento em que apresenta a demanda de divórcio, é preciso somar o tempo que requerem os processos judiciais até o proferimento definitivo da sentença e, finalmente, o período que transcorre antes da comunicação da sentença ao Registro Civil por parte dos juzgados de família. Do ponto de vista estatístico, esse divórcio só existe depois que essa última fase foi cumprida.

Por outro lado, as bruscas flutuações das séries registraes indicam um movimento extremamente irregular do número de divórcios que, dificilmente, refletem oscilações do divórcio propriamente ditas. As mesmas parecem explicar-se por efeitos de procedimento do Poder Judiciário ou por variações anuais na transcrição aos registros. Obviamente, essas flutuações – que se comportam de forma diferente conforme os períodos – não alteram em nada a tendência em longo prazo do divórcio – incontestavelmente, em aumento –, mas provocam distorções e insegurança na hora de interpretar a evolução do fenômeno.

Apesar das limitações assinaladas, as estatísticas uruguaias de divórcio podem ser consideradas de boa qualidade em relação às do resto dos países da América Latina. Particularmente, a desagregação dos divórcios por duração do casamento permitiu a elaboração de indicadores bastante requintados, tanto para estudar as mudanças produzidas anualmente quanto para acompanhar a incidência das rupturas na sucessão das coortes matrimoniais. Na medida em que esses indicadores ajustam o número de divórcios à coorte de casamento da qual provêm, seu emprego elimina as distorções introduzidas pelas variações no tamanho das diferentes coortes matrimoniais (FESTY; PRIoux, 1975).

Cabe assinalar que, a despeito de sua maior precisão, as referidas medidas não eliminam o efeito de distorção da migração nem da mortalidade; obviamente, as coortes matrimoniais vão reduzindo-se, não apenas pelo efeito do divórcio, mas também pela intervenção da viuvez. Assim, uma medida mais exata deveria ajustar o efetivo inicial de casamentos considerando unicamente os sobreviventes a cada duração do vínculo (LIVI BACCI, 1993).

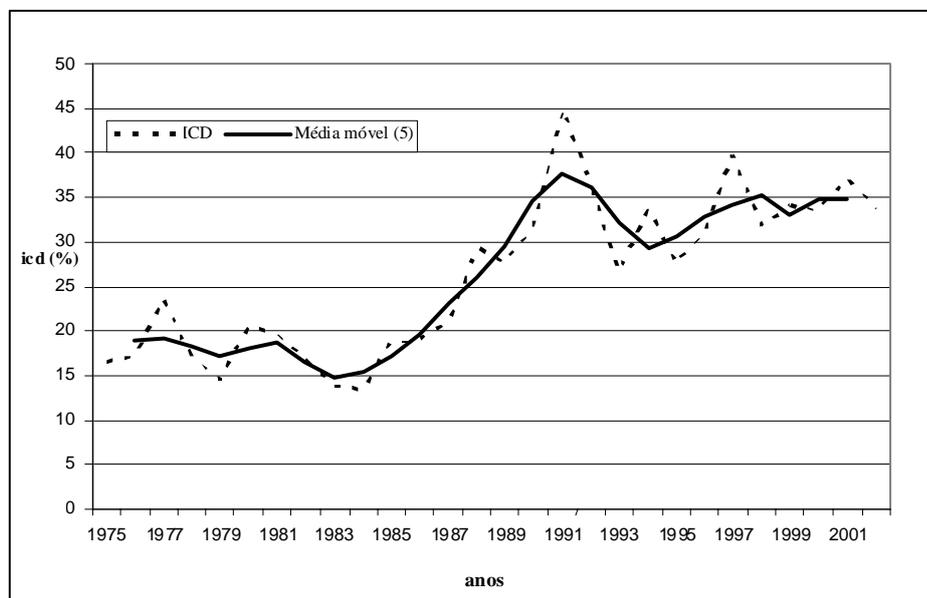
Como aponta este autor, dado que o divórcio se produz mormente nos primeiros 20 ou 25 anos da vida conjugal, em regimes de baixa mortalidade – como é o caso do Uruguai –, a sobrevivência dos cônjuges às diversas durações é elevada, o que permite congelar o efetivo inicial de casamentos sem ter a medição da intensidade do divórcio significativamente alterada.

3.3. A evolução do divórcio no tempo e nas coortes matrimoniais

A evolução do indicador conjuntural de divorcialidade

O indicador conjuntural de divorcialidade (ICD) permite avaliar a intensidade do divórcio num momento particular do tempo; trata-se de uma medida de natureza preditiva que se interpreta como a percentagem de casamentos constituídos num determinado ano que eventualmente terminarão em divórcio, desde que as taxas de divórcios por duração observadas nesse mesmo ano se mantenham estáveis. O ICD sintetiza a experiência das diferentes coortes matrimoniais num ponto particular do tempo e da conta das variações conjunturais às que está sujeito o divórcio ao longo do tempo. Para sua elaboração, os divórcios registrados são classificados durante um ano-calendário conforme a duração do casamento e, depois, são relacionados sucessivamente, por quociente, com a coorte matrimonial da qual provêm. Dessa forma, é obtida uma taxa de divórcio para cada duração de casamento, sendo que o valor que resulta de somar cada uma dessas taxas é o ICD. O seguinte gráfico representa a evolução desse indicador durante o período 1975-2002.

GRÁFICO 5
EVOLUÇÃO DO INDICADOR CONJUNTURAL DE DIVORCIALIDADE
(URUGUAI, 1975-2002)



Fonte: Elaboração própria com base em informações de Estatísticas

No decorrer do período considerado, o ICD foi duplicado: enquanto que em 1975 as condições do momento prediziam que um pouco mais de 16 a cada 100 casamentos concluiriam em divórcio, no final do período, o supracitado indicador revelava que se as taxas de divórcio por duração do casamento se mantivessem constantes, 34 a cada cem casamentos seriam dissolvidos mediante divórcio.

É possível distinguir três fases na evolução do ICD: a primeira estende-se até 1984 e caracteriza-se pela relativa estabilidade do ICD, oscilando, o mesmo, em torno do valor inicial (17%). A partir de 1985 começa a segunda fase, que inaugura um período de crescimento vertiginoso do ICD, cujo resultado é praticamente a duplicação dos valores médios da fase anterior, oscilando os valores correspondentes aos anos entre 1990 e 1994 em torno de 30%.⁴⁰ A partir do segundo quinquênio da década de noventa começa uma nova fase de estabilidade; durante esta terceira fase, o ICD consolida-se, experimentando, inclusive, crescimentos moderados. Nos três últimos anos da série, o indicador conjuntural augura que aproximadamente trinta e quatro a cada cem casamentos celebrados nesses anos concluiriam em divórcio. À guisa de comparação, na França, o ICD, no ano 2002, era de 38.3%; no Reino Unido, de 42.6%; e na Suécia, de 54.9% (SARDON, 2002).

⁴⁰ Os valores extremamente altos observados em 1991 e 1992 devem ser tomados com precaução, pois estão afetados pelo grande aumento no registro provocado pela agilização dos processos judiciais. Com efeito, nesse ano, entra em vigor o julgamento oral, que substitui o antigo procedimento escrito.

A evolução do divórcio nas coortes matrimoniais

Se bem que o ICD confira uma estimativa bastante ajustada da evolução do divórcio no decorrer do tempo, é uma medida que é afetada pelos efeitos conjunturais do calendário do divórcio. A análise das coortes matrimoniais, na medida em que permite acompanhar a história real das coortes ao longo de sua vida matrimonial, reflete com maior fidelidade a evolução da intensidade e do calendário do divórcio das diferentes gerações, apresentando, em contrapartida, o inconveniente de que são requeridos pelo menos trinta anos de experiência de divórcio para que possa ser observada a performance completa das referidas coortes.

A fim de calcular o indicador de divorcialidade das coortes matrimoniais (IDCM), que mede a intensidade do divórcio nas coortes matrimoniais, é preciso construir uma tabela de divorcialidade. Ela descreve a saída do estado matrimonial de uma coorte matrimonial segundo a duração do vínculo.⁴¹ O IDCM é o resultado da somatória das taxas de divórcio nas diversas durações de cada coorte matrimonial; visto que as coortes recentes se encontram indeterminadas ainda, o valor total deste indicador não é diretamente comparável entre as diferentes coortes. De qualquer forma, é possível cotejar a frequência do divórcio das coortes incompletas com a correspondente às completas, se forem consideradas as taxas de divórcio a iguais durações nas diversas coortes.⁴²

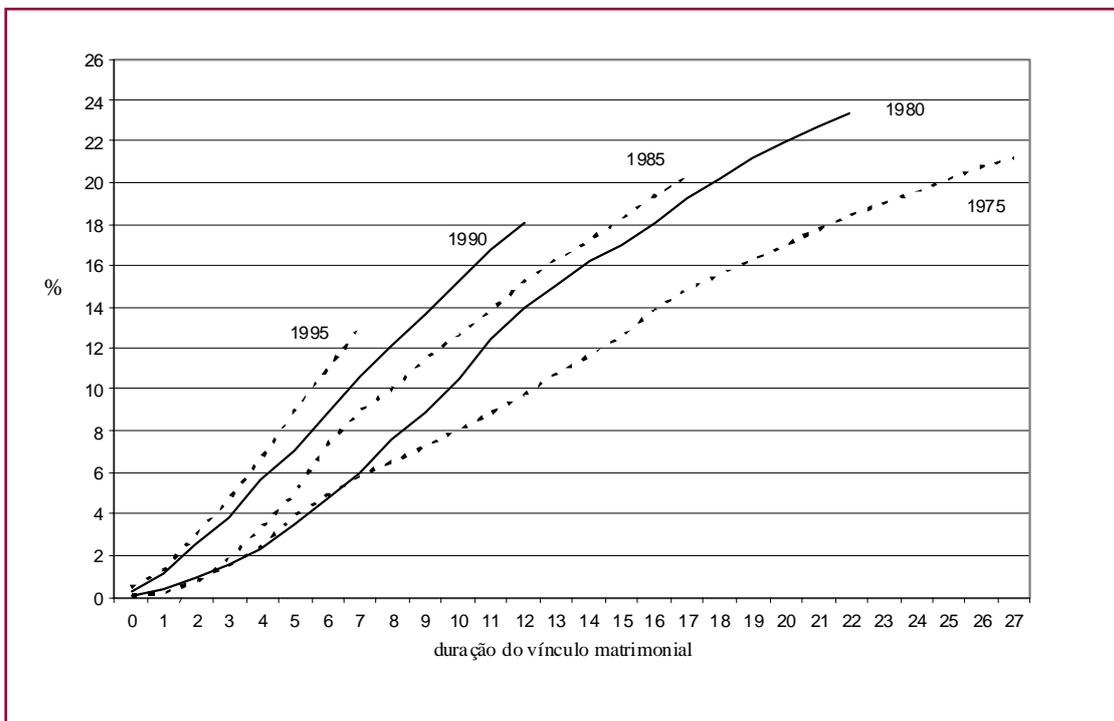
O **GRÁFICO 6** – que acumula o número de divórcios ocorridos nas coortes formadas a partir de 1975 – reflete com nitidez a dimensão das mudanças sofridas pelo divórcio nas últimas três décadas. Enquanto que a promoção formada em 1975 acumulou 21% de dissoluções ao longo dos 27 anos decorridos entre essa data e 2002, a coorte formada dez anos depois iguala essa proporção aos 17 anos de duração. A última coorte estudada (a formada em 1995) acumulou, em apenas oito anos de trajetória, 13% de dissoluções; a essa mesma duração, apenas 6,5% da coorte matrimonial de 1975 tinha sido dissolvida.

O distanciamento das curvas evidencia o incremento progressivo da intensidade do divórcio à medida que se sucedem as coortes matrimoniais. O comportamento das coortes formadas a partir de 1980 estaria sugerindo que se impôs um novo regime de divórcio entre os casais formados a partir dessa década: não apenas a frequência do divórcio às diferentes durações apresenta níveis notadamente maiores do que na coorte precedente, como a tendência a interromper as uniões com maior precocidade mostra um brutal aumento se forem comparadas com coortes formadas na década anterior.

⁴¹ Livi Bacci, op. cit.

⁴² Em anexo, são apresentados os números resultantes da evolução deste indicador.

GRÁFICO 6
DIVÓRCIOS ACUMULADOS ATÉ 2002 POR
COORTES MATRIMONIAIS SELECIONADAS (URUGUAI)



Fonte: *Elaboração própria com base em informações de Estatísticas Vitais do INE.*

Enquanto que, entre os casados em inícios da década dos oitenta, as taxas experimentam um aumento particularmente importante nas durações que superam os sete anos, a coorte formada em 1985 revela uma quebra nas taxas de divórcio de curta duração, tendência que se acentua nos casais que contraíram casamento em 1990. Se lembrarmos que a brusca inflexão que dá início à fase de acelerado crescimento do ICD coincide com o começo do segundo quinquênio da década de oitenta, tanto a informação de tipo transversal quanto a longitudinal estariam sugerindo alguma ligação entre a abertura democrática e a transformação do sistema familiar.

Dado que as coortes mais recentes permanecem indeterminadas – seria preciso esperar 20 ou 30 anos para conhecer sua trajetória completa –, não é possível saber se o pronunciado aumento que se registra nas durações muito curtas será acompanhado por uma queda do divórcio nos vínculos de maior duração; contudo, essa diminuição não parece muito plausível se persistirem os altos valores na intensidade do divórcio registrados na atualidade. Em países nos que o regime de alta divorcialidade começou a processar-se com antecedência ao nosso, foi observado que a grande concentração de

divórcios precoces nas coortes formadas sob esses regimes não foi compensada por um descenso nas mesmas das dissoluções de vínculos de longa data. Sobre esse assunto, Sardon (1996) chamou a atenção para o fato de que à diferença de outros fenômenos demográficos, o comportamento presente de uma coorte matrimonial não está rigidamente determinado por sua conduta passada, parecendo, esta, responder, antes, à evolução dos costumes do que a sua história demográfica.

Em síntese, a análise longitudinal revela que a frequência do divórcio vem se incrementando desde as coortes matrimoniais mais antigas até as mais recentes e que a “revolução dos divórcios” (FILGUEIRA, 1996) é um fenômeno social protagonizado pelas gerações que ingressaram à vida matrimonial a partir da década de oitenta.

Pode-se dizer que, no último meio século, o Uruguai passou de um regime nitidamente enraizado na década dos cinquenta, no que o divórcio era uma prática pouco freqüente (o ICD apenas superava o valor de 12%) e afetava particularmente os casamentos de curta duração, para outro regime caracterizado por uma forte intensidade do divórcio, por uma precocidade crescente das dissoluções matrimoniais e por sua extensão aos casamentos de durações mais prolongadas. Este último regime manifesta-se com virulência a partir da década de oitenta e começa a mostrar sinais de estabilização em meados da década de 1990, colocando ao país referido entre as sociedades que apresentam taxas muito elevadas de divórcio.

4. A DISSOLUÇÃO E A RECOMPOSIÇÃO DO CASAL A PARTIR DE DOIS SURVEYS RETROSPECTIVOS: APRESENTAÇÃO DOS SURVEYS E NOTAS METODOLÓGICAS

As mudanças ocorridas no âmbito da família determinaram que as fontes habituais para o estudo da vida conjugal resultem pouco adequadas para estudar as diferentes etapas trilhadas pelos indivíduos depois que se dá a transição para a vida de casal. Na medida em que a formação e a continuidade dos casais deixaram, progressivamente, de estar ligadas às normas e prescrições vinculadas à instituição do casamento, a flexibilidade conjugal no curso da vida dos indivíduos começou a ganhar terreno sobre o modelo que imperou durante as décadas de 1950 a 1970. Se nesse período era de esperar-se que, uma vez acontecida a transição para a vida conjugal, as pessoas permanecessem no casal até a morte de um dos cônjuges, o aumento do divórcio significou a potencial proliferação das experiências conjugais para as novas gerações. O divórcio perdeu seu caráter de estigma e de “último recurso” (ROUSSEL, 1993) para virar um evento freqüente da trajetória conjugal. Nesse contexto, o primeiro casal deixou de ser o único para uma porção crescente da população e a necessidade de contar com informação que permitisse acompanhar a diversidade de trajetórias conjugais passou a ser imperiosa no campo de estudos que nos ocupa.

A disponibilidade de dois surveys retrospectivos no Uruguai com informações sobre as trajetórias conjugais dos entrevistados constitui uma oportunidade singular para estudar acontecimentos como o divórcio e a recomposição, conhecer as mudanças que se operaram na sucessão das gerações e as coortes matrimoniais e determinar a intensidade das dissoluções e das reconstituições em função da duração do tempo em que as pessoas estiveram sujeitas ao risco de passar pelas referidas transições. Da mesma forma, as informações colhidas permitem relacionar esses eventos com as características das populações mais propensas a experimentá-los.

Neste capítulo, será estudada a dissolução da primeira união e a recomposição pós-dissolução da perspectiva do curso de vida. De acordo com Glen Elder, o curso de vida pode ser definido como um entrelaçamento de trajetórias interdependentes (carreiras laborais, trajetórias conjugais, carreiras reprodutivas). Cada trajetória está marcada por uma seqüência de estados e eventos (ou transições), sendo, estes últimos os que determinam que as pessoas passem de um estado para outro. Assim, as transições estão incorporadas às trajetórias, que, por sua vez, constituem o contexto no que as primeiras têm lugar e a pluralidade de calendários, idades e durações expressam as diferentes posições dos indivíduos na estratificação social, bem como as intermediações da esfera institucional (ELDER, 1985). Nesse sentido, o divórcio ou separação é visto como uma das transições chaves no contexto das trajetórias conjugais. Por exemplo, na esteira de Elder, a perspectiva do curso de vida permite colocar perguntas como: em que pontos particulares das trajetórias têm lugar as transições? Por exemplo, em qual etapa da vida conjugal se dá o divórcio? A que idade das pessoas, a que idade dos filhos, se eles existirem? Em que circunstância particular da vida de trabalho?

As histórias conjugais foram colhidas, em ambos os surveys, da seguinte forma: se a pessoa **estava em união conjugal** no momento do survey, era colhida a informação concernente à trajetória

do casal atual, indagando-se, a seguir, se o entrevistado tinha passado por experiências conjugais anteriores.

Se a resposta era afirmativa, era solicitado-lhes que informassem sobre seus casais anteriores, começando pelo mais recente no tempo (casal anterior 1). Às pessoas que **não estavam em união** no momento do survey, era solicitado-lhes que informassem se já tinham estado pelo menos uma vez em união no passado. Se a resposta era afirmativa procedia-se a aplicar o módulo de história conjugal com o mesmo formato e critérios utilizados para o caso das pessoas que estavam em união no momento do survey e tinham passado por experiências conjugais anteriores. As experiências conjugais foram definidas como períodos de coabitação de seis ou mais meses.

Para analisar a dissolução, resolveu-se estudar exclusivamente os processos referidos à primeira união, visto o escasso número de entrevistados que experimentaram segundas ou posteriores uniões. Na tabela a seguir é apresentada a distribuição de experiências conjugais nos dois surveys, referidos às pessoas que no momento da entrevista tinham entre 25 e 54 anos. Na tabela, é possível observar que a imensa maioria dos homens e mulheres já experimentou pelo menos um episódio conjugal (entre 80% e 90%, segundo o sexo e o survey) independentemente de estarem ou não convivendo com um parceiro no momento de serem entrevistados.

Se forem consideradas exclusivamente as pessoas que já iniciaram sua carreira conjugal, constata-se que a transição quantitativamente relevante é a que ocorre entre o primeiro e o segundo episódio conjugal. A proporção de pessoas que conformou três ou mais uniões no decorrer de sua trajetória conjugal é quase insignificante entre as mulheres e apenas supera o 6% entre os homens.

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EXPERIÊNCIAS CONJUGAIS EM ESF E
EM EGG SEGUNDO SEXO (EM PORCENTAGEM)

<i>Nº de experiências conjugais</i>	<i>EGG</i>		<i>ESF</i>
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Nenhum</i>	19,6	14,0	9,6
<i>Ao menos um</i>	80,4	86,0	90,4
1	76,9	80,2	82,0
2	16,7	16,7	16,0
3	4,4	2,6	1,8
4	2,0	0,4	0,2
Total	100,0	100,0	100,0
N (total)	1588	1778	1806

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001) e em EGG, (Uruguai,2004).

Em decorrência disso, a transição da primeira para a segunda união é o evento estatisticamente relevante para efeitos de estudar a recomposição. Neste trabalho, devido a dificuldades com a informação – detalhadas mais adiante –, a análise da recomposição será realizada em torno da transição da **última união para a união atual**. Na prática, dada a escassez de indivíduos que experimentaram mais de dois experiências conjugais, a união anterior coincide com a primeira para a quase totalidade das pessoas que passaram por uma dissolução.

4.1. Algumas precisões com respeito à terminologia utilizada

A análise desenvolvida nos dois capítulos seguintes tratará da dissolução das uniões independentemente da natureza do vínculo conjugal e, por isso, as palavras “dissolução” e “união” são as que descrevem de forma mais precisa os fenômenos que se busca analisar. No entanto, a fim de evitar a repetição excessiva dos referidos termos, serão utilizadas as palavras “casamento” e “divórcio” como sinônimos de “união” e “dissolução” respectivamente ao longo deste texto. Quando couber fazer a distinção, isso será advertido no texto.

Por outro lado, a terminologia estatística, ao ser aplicada à história das uniões, pode adquirir uma conotação valorativa em relação à ocorrência ou não de eventos como a dissolução ou a recomposição, que não se condiz com nossas intenções. Por exemplo, alude-se a termos como “chances” ou “riscos”, que serão mencionados em diversas ocasiões, para fazer referência à probabilidade de que as pessoas se divorciem ou voltem a conformar uma união. Uma forma de despojar essas palavras de sua carga valorativa é usar aspas, mas, a fim de evitar o uso excessivo das mesmas, resolvemos advertir previamente os leitores sobre o significado de seu uso, que, no presente texto, remeterá diretamente a seu emprego em estatística.

Apesar de o termo “recomposição” não ser o mais adequado para denominar a conformação de um casal depois de uma dissolução, resolvemos adotá-lo, visto que é de uso habitual na literatura sociológica e demográfica, não tendo, além disso, as conotações ideológicas tão marcadas de outros termos também popularizados nos estudos de família (famílias intactas, incompletas, etc.). Contudo, o prefixo “re” conduz intuitivamente à idéia de que a união que foi dissolvida volta a ser constituída; por conseguinte, o termo é impreciso e tem certa conotação biologicista enquanto remete à idéia de regeneração. No entanto, por não existir outro termo mais adequado, as palavras “recomposição” e “reconstituição” serão freqüentemente usadas neste texto, pois as mesmas permitem resumir, num termo reconhecível para os leitores acostumados com a bibliografia sobre a família, a idéia de “conformação de casal pós-dissolução”, sem necessidade de usar uma frase completa para dar conta do conceito nela envolvido.

4.2. Descrição dos surveys retrospectivos

Na presente seção, são apresentadas as principais características dos dois surveys utilizados para realizar a análise do divórcio e do pós-divórcio. Nosso objetivo, além de descrever superficialmente as fontes de dados utilizadas, é apresentar as limitações e realizar algumas advertências quanto aos dados, particularmente no que se refere ao survey EGG. No **ANEXO 1**, oferece-se uma descrição detalhada do desenho dos dois surveys, bem como os formulários correspondentes.

Os dois surveys colheram informações sobre as histórias conjugais utilizando formatos de entrevista muito similares. Em ambos os instrumentos foram coletados os dados do casal atual e os relativos aos três casais anteriores com os que existiu convivência maior a seis meses de duração. As perguntas mais relevantes para efeitos da análise que nos ocupa são: data de início e eventual finalização de cada união, tipo de união (casamento direto, coabitação pré-nupcial ou união consensual), fecundidade de cada união e características do cônjuge para cada uma das uniões.

O Survey de Situaciones Familiares (ESF)

O survey de *Situaciones familiares e desempenhos sociais das mulheres* foi conduzido em 2001, levantando informação de 1806 mulheres residentes na capital e na região metropolitana, em idades compreendidas entre vinte e cinco e cinqüenta e quatro anos. Conseqüentemente, este survey é representativo dos domicílios que contam com pelo menos uma mulher na referida faixa etária. Além de serem colhidas informações básicas sobre os domicílios, suas características pessoais e as dos restantes membros da família, foram levantadas as histórias conjugais das entrevistadas (restritas ao casal atual e a três casais anteriores) e as relações familiares dos filhos com seu pai, nos casos em que, por causa da dissolução do núcleo parental, este último não fazia parte do domicílio entrevistado.

O Survey Género y Generaciones (EGG)

O survey *Reprodução biológica e social da população uruguaia: uma aproximação da perspectiva de género e gerações* foi realizado em vários departamentos do Uruguai durante os meses de outubro de 2004 a janeiro de 2005 a uma amostra de domicílios que contavam com pelo menos uma pessoa de entre 15 e 79 anos de idade. A amostra incluiu centros povoados de 5000 habitantes e mais. Além dos módulos básicos comuns, o survey constou de dois formulários centrais diferentes, aplicando-se, um deles, à população de entre 15 e 59 anos de idade (formulário A) e, o outro, à população que tinha entre 60 e 79 anos (formulário B). No total, foram levantados 6500 formulários, sendo que 4859 pessoas responderam o formulário correspondente à população de menos de 60 anos. Neste formulário foi incluído um módulo orientado a coletar as histórias conjugais de homens e de mulheres. No presente estudo, serão utilizadas exclusivamente informações do formulário aplicado às pessoas de entre 15 e 59 anos de idade. Cabe destacar também que foi selecionada apenas uma pessoa por domicílio nessa faixa etária, razão pela qual as histórias conjugais não incluíram casais co-residentes.

Quanto à distribuição por sexo, o número de homens entrevistados de entre 25 e 54 anos é 1046 e o número de mulheres chega a 2132. Em termos percentuais, os homens representam 32.9% do total de pessoas entrevistadas nesse grupo de idade e as mulheres o 67.1% restante. Ao aplicar os ponderadores da EGG, o número resultante de homens compreendidos nessas idades é 1372 e o de mulheres é 1572.

4.3. Algumas precisões e limitações das informações

A fim de homogeneizar as informações de ambos os surveys, trabalhou-se com pessoas que no momento do survey tinham entre 25 e 54 anos.

É preciso salientar que, à diferença da ESF, survey em que a perda do número de histórias conjugais foi muito escassa (no máximo, foram perdidos 20 casos por falta de informações em alguma das datas necessárias para reconstruir as trajetórias), em EGG constatam-se grandes lacunas de informação no atinente às datas. O principal obstáculo consistiu em que se perdeu a informação relativa à data de início de uma proporção relevante das uniões anteriores dos entrevistados, em decorrência de um problema de desenho do formulário.

Devido a um erro na seqüência de perguntas, omitiu-se realizar várias das perguntas relativas às uniões anteriores às pessoas que entraram em união por casamento direto. Além de afetar o número de casos disponíveis para a análise, este problema também gera vieses, já que é sabido que as pessoas que casam diretamente têm características diferentes das que coabitam antes de casar ou que não chegam a legalizar a união. De qualquer forma, vários entrevistadores incluíram as informações das uniões anteriores iniciadas por casamento direto, o que permitiu atenuar as dificuldades supracitadas.

Dado que, neste trabalho, algumas das variáveis sobre as que se perdeu parte das informações são as que se pretende explicar (por exemplo, a duração da união), resolveu-se não realizar imputações. De fato, em alguns casos, foi possível reconstruir parte das informações perdidas utilizando outros módulos do survey. Por exemplo, dado que as informações do ano de finalização de cada união não foram afetadas pelo problema referido, foi possível atribuir a cada uma das uniões os filhos com uma precisão razoável com base na história reprodutiva dos entrevistados. É preciso destacar que, para efeitos de estudar a recomposição de uniões depois de uma ruptura da última união, os dados não apresentam maiores problemas, visto que a data de término de cada união foi colhida para todos os entrevistados que tinham tido uniões anteriores.

Na seguinte tabela é apresentada uma avaliação das perdas de informação resultantes em EGG com respeito ao ano de início da convivência das uniões anteriores dos entrevistados.

TABELA 9
AValiação da perda de informações de data de início das uniões anteriores e da primeira união em EGG (pessoas entre 25 e 54 anos)

<i>Nº da união</i>	<i>Total</i>	<i>Erro formulário</i>	<i>Sem dado</i>	<i>Total sem informação</i>	<i>% sem informação</i>
<i>Casal anterior 1</i>	988	323	44	367	37,1
<i>Casal anterior 2</i>	230	65	18	83	36,1
<i>Casal anterior 3</i>	68	17	4	21	30,9
<i>Total casais anteriores</i>	1286	405	66	471	36,6
<i>Casal atual</i>	2216	Não se aplica	33	33	1,5
<i>Primeira união</i>	2729			434	15,9

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

Como se pode observar, as informações perdidas são correlativas às uniões anteriores e, dado que uma proporção importante das uniões atuais corresponde à primeira união, a perda de informação da data da primeira união tem sua magnitude consideravelmente diminuída. No entanto, na hora de analisar trajetórias apresenta-se o problema da sobre-representação das durações curtas ou relativamente curtas no total das primeiras uniões. Para efeitos do estudo da dissolução da primeira união, esse fato apresenta o inconveniente de que quando são utilizados os casos nos que se tem informação de ano de início da convivência da primeira união, subestima-se a proporção de pessoas que rompeu a primeira união. Isso decorre do fato de que, para as pessoas cuja primeira união é a atual, conhecemos o ano de início da convivência, enquanto que para uma proporção importante das pessoas cuja primeira união foi alguma das anteriores, desconhece-se a data de início da convivência e, por conseguinte, elas não são consideradas nas análises que incluem comparações de datas. À guisa de exemplo, do total de pessoas que, na data do survey tinham entre 25 e 54 anos, 28% experimentou a dissolução da primeira união. No entanto, quando são considerados apenas os casos nos que se conta com informação de data de início da convivência, a referida proporção cai para 21.6%.

Apesar dos problemas apontados, resolveu-se usar as informações das histórias conjugais contidas em EGG para estudar a dissolução da primeira união, porque a mesma apresenta as seguintes vantagens em comparação com a ESF: inclui informações proporcionadas por homens, o que constitui uma novidade para o caso uruguaio, sendo representativa do país (a ESF é representativa da área metropolitana). Por outro lado, permite obter informação confiável sobre a intensidade das dissoluções e determinar algumas características básicas da primeira união, desde que não seja necessário considerar a data de início. Destarte, as informações que surgem do referido survey serão utilizadas principalmente para analisar as similitudes e diferenças entre homens e mulheres com respeito ao divórcio e pós-divórcio, mas não para avaliar a intensidade da dissolução às diversas durações. Este tipo de análise será feita com base nas informações fornecidas pela ESF.

Como foi assinalado acima, as informações fornecidas pela EGG resultam positivamente confiáveis para avaliar a intensidade e o calendário da recomposição da última união declarada na história conjugal.

V. A DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO

Há diferenças nas trajetórias e determinantes da dissolução da primeira união entre homens e mulheres? Em que momento do ciclo vital e da vida reprodutiva tem lugar o divórcio? É possível reconhecer uma população mais propensa ao divórcio? Que fatores influenciam a estabilidade das uniões?⁴³

A fim de responder estas perguntas, o presente capítulo estará organizado da seguinte forma: Em primeiro lugar, é realizada uma **análise descritiva** das pessoas que já experimentaram a dissolução da primeira união. A análise levará em conta um conjunto de variáveis demográficas (sexo, coorte matrimonial, coorte de nascimento ou geração, idade à união e fecundidade), outro conjunto de variáveis que dá conta da posição socioeconômica das pessoas que passaram por uma dissolução e, finalmente, variáveis ligadas às atitudes e valores dos envolvidos na pesquisa.

Outrossim, é aprofundada a descrição do divórcio a partir de uma **análise de sobrevivência** da primeira união, usando tábuas de vida, no intuito de estimar as probabilidades de sobrevivência da primeira união em função de sua duração, considerando as características pessoais e da união (sexo, coorte matrimonial, idade à união e fecundidade). Em segundo lugar, é realizado um estudo dos **determinantes do divórcio**, utilizando técnicas de análise multivariada. Depois de uma revisão teórica sobre os fatores vinculados ao divórcio, são apresentados os resultados de modelos probito quanto à probabilidade de experimentar a dissolução da primeira união, nos que são incluídas dimensões semelhantes às consideradas na análise descritiva.

O primeiro divórcio marca o início de uma nova etapa na vida dos indivíduos, inaugurando um novo estágio: o pós-divórcio. A duração e as características dessa nova etapa estarão estreitamente ligadas à idade e à etapa do ciclo vital, bem como às condições nas quais é efetivada a transição do divórcio para o pós-divórcio, por sua vez, vinculadas às características da união que acaba de ser rompida (duração do casamento, filhos, etc.). Nesse sentido, a primeira dissolução deixa uma marca definitiva na trajetória vital, podendo, o indivíduo, voltar ao estado de casado ou unido e, inclusive, novamente ao estado de divorciado, mas – de qualquer forma – essas serão suas segundas núpcias e sua segunda dissolução.

Em decorrência disso, resulta relevante determinar em qual etapa da vida conjugal e do ciclo vital se dá a transição do primeiro casamento para a primeira dissolução e quais são as subpopulações que têm mais probabilidades de experimentar essa seqüência de etapas. Da mesma forma, é importante conhecer como variam essas tendências no tempo, pois as mudanças na intensidade determinarão em grande medida a proporção da pessoas que, numa etapa ou em outra de suas vidas, encontrar-se-ão na etapa do pós-divórcio. A análise apresentada na seção seguinte focaliza sua atenção justamente no estudo da intensidade das dissoluções conjugais na sucessão das gerações e das coortes matrimoniais.

⁴³ Doravante, o termo “divórcio” será usado indistintamente para designar, tanto as mulheres que se divorciaram legalmente quanto as que declaram estar separadas, seja porque ainda não terminaram os trâmites legais do divórcio, seja porque se trata de separações de uniões de fato.

5.1. A dissolução da primeira união: uma análise por coorte de nascimento e coorte nupcial

Em primeiro lugar, cabe assinalar que, do total de entrevistados alguma vez unidos, aproximadamente um terço já passou pela dissolução de sua primeira união. Os resultados auferidos para as mulheres montevidéas nos dois surveys são consistentes entre si, dando como resultado um número muito próximo a 30%.⁴⁴ Constata-se também que a taxa de dissolução é um pouco maior na capital do que no interior do país, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Esse resultado é previsível, pois a expansão do divórcio foi mais tardia no interior do país, embora já em meados da década de 1990 a taxa bruta de divórcio (de casamentos legais) fosse muito similar à registrada em Montevidéu (CABELLA; PAREDES; PELLEGRINO, 1998; FILGUEIRA, 1996).

TABELA 10
TAXA DE DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME SEXO E
ÁREA DE RESIDÊNCIA⁴⁵

<i>Área de residência</i>	<i>Mulheres</i>		<i>Homens</i>
	<i>ESF</i>	<i>EGG</i>	<i>EGG</i>
<i>Montevidéu</i>	31,3	29,7	30,5
<i>Interior</i>		25,6	27,0
<i>Total</i>		27,6	28,8

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001) e em EGG, (URUGUAI, 2004).

O número de experiências conjugais pelas que passa uma pessoa é determinado não apenas por suas atitudes em face da vida conjugal, mas também pela idade e o tempo de exposição, fatores que se encontram estreitamente ligados. Por sua vez, essas duas dimensões incidem sobre a possibilidade de voltar a contrair uma união. A “confusão” dessas variáveis torna problemática a identificação das gerações que lideraram as mudanças atinentes à intensificação do divórcio. As distribuições apresentadas na TABELA 11 dão conta dessas dificuldades.

A distribuição etária do grupo que declara ter culminado sua primeira união mostra, em geral, uma proporção importante de mulheres que experimentou esse evento, bem como uma tendência que cresce com a idade. No entanto, essa tendência não pode ser tomada como um indicador da

⁴⁴ É preciso lembrar que a ESF inclui mulheres residentes na área metropolitana de Montevidéu enquanto que em EGG a referência geográfica restringe-se às divisas políticas do departamento de Montevidéu. O crescimento da região metropolitana esteve ligado momentaneamente ao traslado de população jovem desde Montevidéu e, por conseguinte, é de esperar-se que essa região apresente níveis um pouco maiores do que os correspondentes à capital.

⁴⁵ Foram eliminadas da ESF 56 pessoas cuja primeira união foi dissolvida por morte.

intensificação do divórcio das gerações mais antigas, pois o tempo de exposição das mais idosas é, obviamente, maior.⁴⁶ A interpretação dos dados relativos ao ano de formação das uniões apresenta dificuldades da mesma natureza, visto que a coorte nupcial e a idade estão intimamente ligadas, na medida em que a idade ao casar concentra-se freqüentemente num período curto e restrito da vida. Assim, quanto mais recente é a coorte matrimonial a que pertencem as mulheres, a probabilidade de ter passado pela separação da primeira união diminui.

TABELA 11
MULHERES QUE EXPERIMENTARAM A DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME IDADE ATUAL E COORTE NUPCIAL

<i>Dissolução</i>	<i>Idade atual</i>							<i>N</i>
	<i>25-29</i>	<i>30-34</i>	<i>35-39</i>	<i>40-44</i>	<i>45-49</i>	<i>50-54</i>	<i>Total</i>	
<i>Não</i>	75,3	75,7	68,1	65,2	64,8	64,6	68,7	1077
<i>Sim</i>	24,7	24,3	31,9	34,8	35,2	35,4	31,3	490
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1567
<i>N</i>	245	244	287	327	273	256		1632
<i>Dissolução</i>	<i>Coorte nupcial</i>							<i>N</i>
	<i>1960-70</i>	<i>1971-75</i>	<i>1976-80</i>	<i>1981-85</i>	<i>1986-90</i>	<i>1991-95</i>	<i>1996-01</i>	
<i>Não</i>	58,3	57,7	66,1	68,6	68,6	79,2	82,4	1077
<i>Sim</i>	41,7	42,3	33,9	31,4	31,4	20,8	17,6	490
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	1567

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001) e em EGG, (URUGUAI, 2004).

A forma de avaliar se existe uma maior intensidade do divórcio com o passar das gerações consiste, então, em estimar a probabilidade de dissolução da primeira união de cada coorte nupcial, tomando como critério de controle a duração da união. Os resultados dessa estimação são apresentados na **TABELA 12** e dão conta do progressivo aumento do divórcio entre as coortes formadas entre 1970 e 1996. A análise é apresentada exclusivamente para os dados da ESF, pois a operação estimativa requer um conhecimento cabal da data de formação da união e da duração da mesma.

É um fato conhecido que a intensidade do divórcio costuma ser alta nos primeiros anos da união e que, depois, cai nas durações intermediárias para voltar a aumentar nas durações longas. Em geral, esse padrão está ligado a uma maior freqüência das dissoluções durante o período pré-reprodutivo, sua posterior atenuação durante a etapa em que os filhos estão na infância e adolescência e um novo impulso das dissoluções quando os filhos superam as referidas etapas ou, inclusive, quando a família entra na fase

⁴⁶ De qualquer forma, cabe ressaltar que, ainda considerando as referidas distorções, o aumento da intensidade do divórcio nas gerações pode ser constatado pelo fato de que as mulheres que pertencem às gerações centrais (35 a 44), apresentam taxas de dissolução da primeira união muito similares às registradas pelas mulheres da faixa etária superior.

do ninho vazio. De fato, é possível observar esse modelo de comportamento na coorte matrimonial mais antiga, à que podemos considerar praticamente encerrada depois de 30 anos de trajetória matrimonial.

Observa-se, porém, um aumento considerável das dissoluções a durações curtas na sucessão das coortes nupciais, que determina que, nas coortes formadas mais recentemente, quase 13% das mulheres tenha rompido sua primeira união antes de completar os cinco anos de convivência. Essa proporção praticamente duplica a taxa de dissolução das duas coortes anteriores a essa mesma duração.

TABELA 12
TAXAS DE DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME COORTE NUPCIAL E DURAÇÃO DA UNIÃO

<i>Duração em anos</i>	<i>Taxas de dissolução por duração</i>					<i>Duração em anos</i>	<i>Taxas acumuladas de dissolução</i>				
	70-75	76-80	81-85	86-90	91-96		70-75	76-80	81-85	86-90	91-96
0-4	8,4	6,8	7,6	12,0	12,8	0-4	8,4	6,8	7,6	12,0	12,8
5-9	6,6	10,9	10,5	12,4		0-9	15,0	17,7	18,1	24,4	
10-14	3,7	6,1	7,6			0-14	18,7	23,9	25,7		
15-19	7,3	3,8				0-19	26,0	27,6			
20 y +	12,8					Total	38,8				
Total	38,8	27,6	25,7	24,4	12,8						

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001) e em EGG, (URUGUAI, 2004).

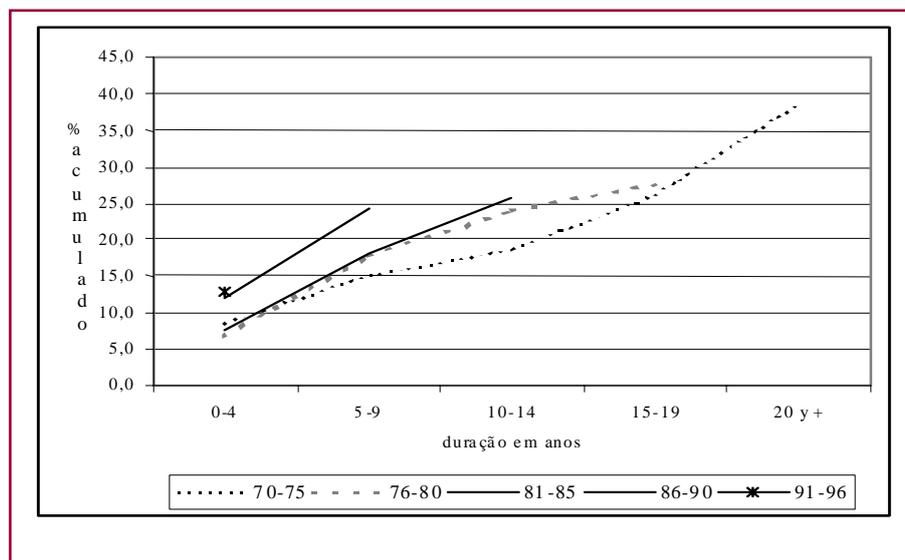
A tabela permite também visualizar qual foi a coorte que liderou os processos de mudança, a que pode ser identificada como o conjunto de mulheres casadas ou unidas a partir da segunda metade da década de 80. Essa coorte (1986-1990), apesar de ter-se formado um quinquênio depois, tinha acumulado na data do survey a mesma proporção de dissoluções que a coorte anterior: a quarta parte da coorte 1981-85 tinha-se dissolvido após quatorze anos contados a partir de sua conformação, sendo que a mesma proporção de dissoluções atinge a coorte seguinte nove anos depois de sua conformação. No **GRÁFICO 7** pode ser constatada a notória diferença de comportamento dessa coorte em relação às anteriores.

Uma das perguntas que suscita essa questão é em que medida a intensificação do divórcio a durações curtas terá impacto sobre o resultado final da coorte, isto é, o fato de que uma maior proporção de uniões seja prontamente rompida, significará que as uniões que ultrapassarem um determinado umbral de tempo de convivência serão mais “imunes” ao divórcio? Ou, pelo contrário, esse novo padrão não gerará efeitos de seleção e, portanto, o aumento do divórcio afetará todos os casais independentemente de sua duração?

O comportamento conforme duração mostrado até aqui parece sugerir que a probabilidade de dissolução aumenta a todas as durações ou, pelo menos, esse é o padrão que se pode observar até os catorze anos de duração do vínculo. A intensificação das dissoluções a todas as durações estaria sugerindo então que se trata de um fenômeno combinado de mudança geracional e mudança conjuntural e, por conseguinte, não apenas as coortes mais jovens seriam portadoras de atitudes mais liberais em relação à vida de casal: as mudanças na valoração do casamento – em particular, uma maior tolerância

social em face das dissoluções – fizeram parte de um novo ambiente social e cultural que se consolidou durante a década de 1980.

GRÁFICO 7
TAXAS ACUMULADAS DE DISSOLUÇÃO POR DURAÇÃO DO VÍNCULO E COORTE NUPCIAL



Fonte: Elaboração própria com base em dados da tabela 12.

De acordo com as tendências observadas, parece razoável pensar que se as coortes nupciais recentes irão superar a intensidade final do divórcio observada pela coorte 1970-1975 – cujo valor já é muito alto –, provavelmente mais da metade das primeiras uniões formadas recentemente terão sido dissolvidas quando puderem ser observados seus desempenhos finais.

5.2. A idade à dissolução da primeira união

A análise apresentada nesta seção visa medir a intensidade do divórcio às diferentes idades, eliminando também o efeito de exposição colhido na idade. Na presente análise, calcula-se a probabilidade de ter experimentado a dissolução da primeira união conforme a idade dos entrevistados e a idade na que aconteceu a mesma. Nas informações apresentadas na **TABELA 13**, é possível visualizar claramente a diminuição da idade à dissolução nas gerações mais recentes. Por exemplo, enquanto que do total de mulheres montevideanas alguma vez unidas que hoje têm entre 50 e 54 anos, 10,9% separou-se antes de fazer 30 anos. Ora bem, essa proporção duplica-se folgadoamente (24,5%) entre as que hoje têm entre 25 e 29 anos. Se for considerada essa tendência em relação ao aumento da idade média ao início da vida conjugal, resulta evidente que a duração das uniões se tornou consideravelmente mais curta na sucessão das gerações.

O padrão por coorte de nascimento é coerente com o encontrado na análise por coorte matrimonial: o comportamento das mulheres que em 2001 tinham entre 40 e 44 anos, nascidas entre 1957 e 1961, mostra uma marcada descontinuidade com respeito às coortes de nascimento mais antigas.

Enquanto o risco de dissolução antes de chegar aos cinco anos de convivência é o mesmo entre as mulheres pertencentes aos grupos 45-49 e 50-54 (nascidas entre 1947 e 1956), na coorte seguinte registra-se um aumento importante na probabilidade de dissolução a durações muito curtas que se mantém e, inclusive acentua-se, entre as gerações recentes.

As informações que surgem da EGG (**TABELA 14**) confirmam a tendência encontrada entre as mulheres da área metropolitana, mostrando que, em escala nacional, também se verifica o aumento da probabilidade de terminar a primeira união a idades cada vez mais precoces entre as coortes de nascimento mais recentes. Entre os homens, encontra-se uma tendência semelhante.

TABELA 13
PERCENTAGEM DE MULHERES QUE DISSOLVERAM SUA PRIMEIRA UNIÃO POR IDADE NA QUE TEVE LUGAR A DISSOLUÇÃO E IDADE ATUAL

<i>Idade à dissolução</i>	<i>Idade atual</i>						<i>N</i>
	<i>25-29</i>	<i>30-34</i>	<i>35-39</i>	<i>40-44</i>	<i>45-49</i>	<i>50-54</i>	
<i>Até 29</i>	24,5	17,6	18,5	16,5	10,6	10,9	281
<i>30-34</i>		5,3	9,8	6,4	4,4	4,7	94
<i>35-39</i>			3,1	6,7	7,3	3,1	68
<i>40-44</i>				2,8	6,2	6,6	58
<i>45-49</i>					4,4	3,5	29
<i>50-54</i>						2,0	10

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001).

TABELA 14
PERCENTAGEM DE MULHERES E HOMENS QUE DISSOLVERAM SUA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME IDADE NA QUE TEVE LUGAR A DISSOLUÇÃO E IDADE ATUAL

<i>Idade à dissolução</i>	<i>Homens</i>			
	<i>Idade atual</i>			
	<i>25-34</i>	<i>35-44</i>	<i>45-54</i>	<i>Total</i>
<i>Menos de 34</i>	28,0	28,3	13,5	240
<i>35-44</i>		4,6	9,6	51
<i>45-54</i>			2,5	9
<i>N</i>	329	350	364	1043
<i>Idade à dissolução</i>	<i>Mulheres</i>			
	<i>Idade atual</i>			
	<i>25-34</i>	<i>35-44</i>	<i>45-54</i>	<i>Total</i>
<i>Menos de 34</i>	27,2	24,0	14,1	281
<i>35-44</i>		6,2	8,0	63
<i>45-54</i>			3,0	12
<i>N</i>	401	483	398	1282

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

Em síntese, a informação apresentada permite concluir que, muito provavelmente, cada vez mais mulheres e homens venham a ingressar na fase do pós-divórcio e que essa fase comece em etapas cada vez mais precoces a partir do início da vida conjugal. Por outro lado, permite identificar as gerações nascidas no decorrer dos anos sessenta como as que lideraram a mudança no que se refere à intensidade do divórcio. Essas gerações, cuja entrada na vida conjugal se dá durante a década de oitenta, diferem nitidamente do padrão encontrado entre suas predecessoras. Nesse sentido, é possível afirmar que a referida geração rompe com o modelo matrimonial da geração de seus pais, os protagonistas de um modelo conjugal baseado na forte estabilidade dos laços matrimoniais, que caracterizou a família uruguaia dos anos cinqüenta (FILGUEIRA, 1996). É essa também a geração que completou os vinte anos durante o período de abertura democrática, que teve lugar desde inícios dos anos oitenta. Em que medida a abertura internacional e o ambiente liberal que acompanhou o encerramento do período ditatorial influenciaram a mudança de atitudes em relação à vida familiar é um aspecto que justificaria outra pesquisa.

5.3. A estabilidade da primeira união

Para efeitos de descrever o padrão de dissoluções da primeira ruptura em função da duração da união, nesta seção são apresentados os resultados de uma análise de sobrevivência da primeira união, utilizando a técnica de tábuas de vida. Dado que a análise de duração exige um conhecimento cabal das datas de início das uniões, trabalhou-se exclusivamente com os dados da ESF. Devido aos problemas supracitados com respeito às informações atinentes à data de início das experiências de convivência em EGG, não foi possível analisar a sobrevivência dos homens na primeira união.

Uma breve descrição da análise de sobrevivência usando tábuas de vida⁴⁷

Esta técnica é utilizada para estudar a distribuição do tempo entre dois eventos, neste caso, entre a data de formação da união e sua data de dissolução. Sua principal vantagem é que permite considerar os casos nos que o segundo acontecimento não teve lugar; por exemplo, nem todos os indivíduos experimentaram a dissolução da união até o momento em que foi realizado o survey. Assim, para as pessoas cuja primeira união não tinha terminado na data da entrevista, desconhece-se a data de finalização e, por conseguinte, desconhece-se também qual será a duração da união. Esses casos são denominados casos censurados. Pois bem, a análise de sobrevivência permite realizar a análise de duração em presença de casos censurados, constituindo, assim, um instrumento adequado para analisar simultaneamente histórias matrimoniais completas e incompletas. Dado que o evento objeto de nosso estudo é a primeira união, pode-se considerar completa a história conjugal das pessoas que, no momento da entrevista, tinham experimentado algum desses acontecimentos em sua primeira união. As técnicas de análise de sobrevivência permitem levar em conta o tempo proporcionado pelos casos censurados e, portanto, obter uma estimativa precisa da população sujeita a risco de experimentar o evento estudado dentro de unidades de tempo previamente definidas. Por exemplo, ao realizar a estimativa da proporção de casamentos sobreviventes a cada intervalo de duração, uma primeira união que, no momento da entrevista, conta com dez anos de duração e não foi dissolvida, permanecerá no denominador em cada

⁴⁷ Em anexo, é apresentada uma descrição mais detalhada da técnica de análise de sobrevivência a partir do uso de tábuas de vida.

intervalo de duração até ser atingido o intervalo de duração dez; a partir daí, esse caso será censurado e, portanto, não será considerado como parte da população sujeita a risco de experimentar a dissolução da primeira união⁴⁸.

A variável estudada toma o valor um nos casos em que tenha ocorrido o evento – quer dizer, a dissolução da união – e 0 se a dissolução não aconteceu no período observado, isto é, se existe censura em cada intervalo de duração. A duração da união está medida em anos a partir da data de início da convivência até a data de finalização da mesma. A probabilidade de sobrevivência é entendida, então, como a probabilidade de não ter passado pela dissolução em cada intervalo de duração da união e as “falhas”⁴⁹ são relativas aos casos em que não teve lugar o evento terminal em cada unidade de tempo.

A medida utilizada neste texto para descrever a estabilidade das primeiras uniões é a probabilidade de que uma união (casamento ou união livre) não tenha sido dissolvida por separação ou divórcio ao início de cada intervalo de duração (probabilidade ou taxa acumulada de sobrevivência). Para efeitos de facilitar a redação, é apresentado no texto o complemento da probabilidade acumulada de sobrevivência (1-Sx), que expressa a probabilidade acumulada de ter experimentado a dissolução da primeira união⁵⁰. Em anexo, são expostas as tábuas de vida completas e seus correspondentes testes de significação.

Ainda que a técnica de análise de tábuas de vida não permita explicar quais são os determinantes da dissolução – para isso seria necessário aplicar modelos de duração multivariados –, ela resulta uma técnica adequada para comparar distribuições de sobrevivência entre diversas subpopulações. Na análise apresentada a seguir serão considerados, então, diferentes estratos, para efeitos de analisar as probabilidades de sobrevivência da primeira união segundo as características individuais da mulher. As características selecionadas são as variáveis básicas nos estudos de divórcio: a idade à união, o tipo de vínculo, a existência ou não de filhos da primeira união e a educação. Em todos os casos, foi aplicado o teste de Wilcoxon (Gehan) a fim de determinar se as diferenças na distribuição de sobrevivência entre as diferentes categorias das variáveis analisadas eram estatisticamente significativas.

A duração da primeira união entre as mulheres montevidéanas: uma análise de sobrevivência

Como já foi dito, a partir desta análise visa-se dar conta das diferenças na estabilidade das uniões na sucessão das coortes matrimoniais e de acordo com as características individuais e de trajetória das mulheres. Dado que, quando for abordado o estudo dos determinantes do divórcio, serão tratadas com maior detalhe as relações entre as variáveis consideradas e a probabilidade de dissolução, na presente análise não se aprofunda na discussão dos resultados. Na **TABELA 15** e nos **GRÁFICOS 8 A 11** são apresentados os resultados da análise de tábuas de vida da primeira união.

Quanto à estabilidade das primeiras uniões na sucessão das **coortes nupciais**, os resultados não justificam maiores comentários, pois confirmam o padrão observado anteriormente: enquanto na coorte

⁴⁸ A análise de sobrevivência foi realizada utilizando o *software* SPSS. Este *software* considera cada caso censurado como meio caso (STEINBERG, 1999).

⁴⁹ O termo inglês é *fail*.

⁵⁰ O inconveniente de expressar os resultados a partir da função de sobrevivência acumulada dos casamentos num estudo centrado no divórcio é que isso requer comunicar a análise fazendo referência às uniões que não foram dissolvidas.

intermediária (1976-1984) observa-se um aumento das dissoluções a partir dos dez anos de duração da união em comparação com a coorte mais antiga. Nas coortes formadas a partir de 1985 constata-se um aumento importante das dissoluções a todas as durações e, particularmente, um incremento das dissoluções a durações curtas. A mudança no padrão de estabilidade das uniões com o transcorrer das gerações implicou que, enquanto um quinto das uniões constituídas entre 1960 e 1975 tinha concluído antes de atingir os quinze anos de vida em comum, entre as uniões formadas entre 1976 e 1984 um quarto tinha-se dissolvido a essa duração, sendo que mais de um terço tinha terminado sua primeira união entre as coortes conformadas desde 1985.

No que se refere à **idade à união**, os dados da ESF confirmam um padrão que é sistemático nos estudos sobre o divórcio: as uniões que começaram a idades mais baixas tendem a durar menos do que as iniciadas mais tardiamente. Para o caso das mulheres montevideanas, se bem que os dados da **TABELA 15** permitam visualizar um aumento gradual da probabilidade de dissolução à medida em que diminui a idade, as mulheres que se uniram antes dos vinte anos apresentam níveis de dissolução marcadamente superiores aos correspondentes às mulheres que iniciaram sua vida conjugal a partir dos vinte anos. De fato, apesar de que o teste de Wilcoxon exprime resultados significativos na comparação conjunta dos estratos, na comparação entre pares de estratos as diferenças são significativas quando se comparam os grupos superiores com o das unidas antes dos vinte anos, mas não se encontram diferenças significativas nas distribuições de sobrevivência entre as mulheres unidas aos 20-24 e 25 e mais. Também cabe apontar que, ao ser realizada a análise separadamente para as coortes nupciais formadas entre 1960-1980 e para as constituídas entre 1981-2001, observa-se que, enquanto na coorte mais antiga as diferenças são significativas entre todos os estratos – à exceção dos dois grupos superiores de idade à união –, nas coortes mais recentes as diferenças na probabilidade de dissolução são significativas apenas entre as mulheres unidas antes dos 20 anos e depois dos 24.

TABELA 15
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS (TÁBUAS DE VIDA)

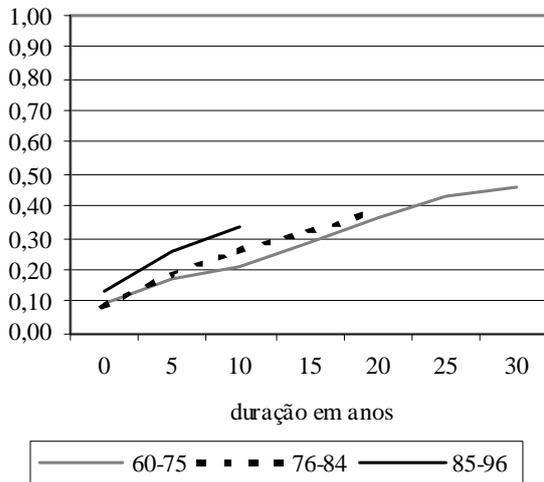
<i>Duração</i> <i>(em anos)</i>	<i>Coorte nupcial</i>		
	<i>1960-1975</i>	<i>1976-1984</i>	<i>1985-2001</i>
<i>0</i>	0,09	0,08	0,13
<i>5</i>	0,17	0,19	0,26
<i>10</i>	0,21	0,26	0,34
<i>15</i>	0,29	0,32	
<i>20</i>	0,36	0,38	
<i>25</i>	0,43		
<i>30</i>	0,46		
<i>p</i>	0,003		

CONTINUAÇÃO DA TABELA 15
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS (TÁBUAS DE VIDA)

Duração (em anos)	Idade à união		
	<20	20-24	>24
0	0,12	0,11	0,08
5	0,25	0,20	0,18
10	0,31	0,26	0,26
15	0,39	0,30	0,32
20	0,44	0,38	0,35
25	0,50	0,44	
30	0,52	0,49	
p	0,024		
Duração (em anos)	Tipo de vínculo		
	Casamento	União consensual	
0	0,07	0,28	
5	0,16	0,50	
10	0,22	0,59	
15	0,28	0,62	
20	0,35	0,73	
25	0,41	0,77	
30	0,43		
p	0,000		
Duração (em anos)	Existência de filhos		
	Com filhos	Sem filhos	
0	0,08	0,34	
5	0,18	0,53	
10	0,24	0,60	
15	0,30	0,69	
20	0,37	0,74	
25	0,44		
30	0,47		
p	0,000		

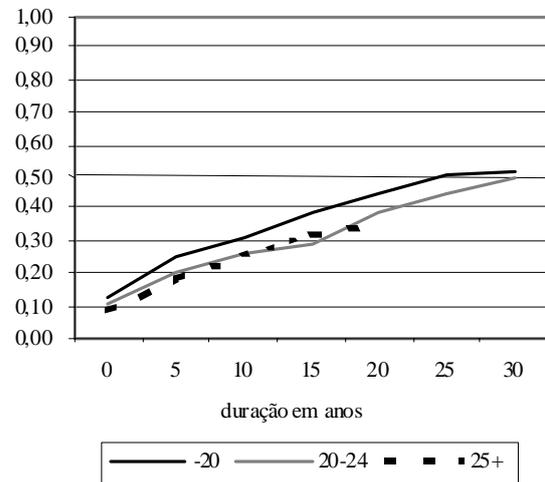
Fonte: Elaboração própria com base em ESF (2001, MV).

GRÁFICO 8
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE
DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO POR
COORTE NUPCIAL



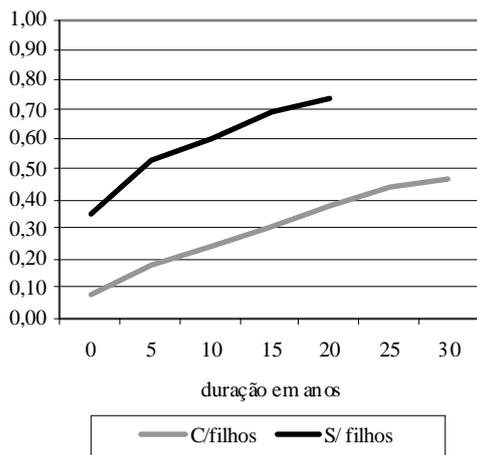
Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

GRÁFICO 10
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE
DISSOLUÇÃO À PRIMEIRA UNIÃO POR IDADE
À UNIÃO



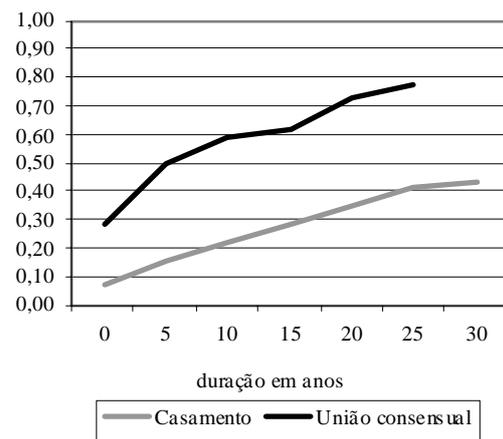
Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

GRÁFICO 9
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE
DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO POR
EXISTÊNCIA DE FILHOS



Fonte: Elaboração própria com base em ESF

GRÁFICO 11
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE
DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO CONFORME
TIPO DE VÍNCULO



Fonte: Elaboração própria com base em ESF

A partir desses resultados, é possível afirmar que a probabilidade de dissolução a durações curtas resulta particularmente elevada entre as uniões que têm lugar a idades muito precoces no curso de vida das mulheres. De fato, só se a união começa no período adolescente, a instabilidade do vínculo é associada à idade de conformação da união.

No que se refere ao **tipo de união**, os dados apresentados mostram a relevância desta variável na estabilidade da primeira união. As mulheres que legalizaram o vínculo conjugal – ora tenham coabitado ou não previamente – têm chances significativamente maiores de permanecerem unidas do que as que se encontravam em união consensual. Com efeito, a probabilidade de que a união seja dissolvida antes de completar os cinco anos de duração é quatro vezes maior para esse grupo e três vezes maior do que para as casadas antes de atingir os dez anos de vida marital. A interpretação dos efeitos do tipo de união sobre a continuidade dos vínculos conjugais será discutida na seguinte seção; por enquanto, cabe assinalar que, do ponto de vista de sua composição demográfica, as subpopulações mais propensas a viver em uniões de fato são também as mais jovens e as que não têm filhos e, por conseguinte, esta análise não permite discriminar o efeito neto da consensualidade sobre a estabilidade da primeira união. À guisa de exemplo, a taxa de consensualidade para as coortes nupciais formadas entre 1960 e 1975 é de 7%, de 9,9% na coorte 1976-1984 e de 28,0% entre as coortes matrimoniais constituídas entre 1985 e 1999.

De igual forma que o tipo de vínculo, a **existência ou ausência** de filhos da primeira união constitui um grande divisor de águas no padrão de duração das uniões. A probabilidade de dissolução antes de atingir os dez anos de vida conjugal é de 53% entre as mulheres que não tiveram filhos durante sua primeira experiência conjugal, caindo, a mesma, para 18% entre as mulheres que iniciaram a etapa reprodutiva no decorrer de sua primeira união. O papel dos filhos na estabilidade do casamento admite diversas interpretações. Elas serão consideradas em profundidade ao serem analisados os determinantes da dissolução.

Por último, cabe destacar que não se encontraram diferenças significativas nas distribuições de sobrevivência da primeira união em função do **nível educativo** das mulheres montevideanas. As mulheres têm as mesmas probabilidades de permanecer unidas a igual duração do casamento independente do nível de educação que atingiram. É preciso apontar que as comparações entre pares de estratos também não deram como resultado diferenças significativas.⁵¹ Nem mesmo quando são consideradas separadamente as coortes matrimoniais formadas entre 1960-1984 e as constituídas entre 1985-2001 se encontram diferenças significativas na duração da primeira união nos diferentes estratos de educação.

Finalmente, é realizada uma comparação da distribuição de sobrevivência levando em conta apenas as mulheres cuja primeira união foi legalizada, com vistas a determinar se existem diferenças na probabilidade de sobrevivência da primeira união em função da forma de entrada em união. À diferença da análise precedente, que só considerava se a mulher tinha casado ou não (tipo de vínculo), independentemente de se tinha coabitado antes do casamento, neste caso são analisadas as distribuições de sobrevivência no interior do grupo de casadas. Assim, para a presente análise são consideradas as mulheres que entraram em união via casamento direto e as que passaram por um período prévio de

⁵¹ Não são apresentados os resultados no texto. Em anexo, constam as tábuas de vida conforme nível educativo das mulheres, bem como os resultados dos testes de Wilcoxon.

coabitação pré-nupcial (casamento indireto). A amostra limita-se, então, a 1267 mulheres, das quais 81,5% casou diretamente e 18,5% passou por uma fase prévia de coabitação.

Os resultados dessa comparação revelam que não existem diferenças significativas na distribuição de sobrevivência da primeira união entre as mulheres que passaram por um período de coabitação anterior ao casamento. Em definitiva, de acordo com esses resultados, a coabitação pré-nupcial não parece estar ligada à duração da união, sendo, as probabilidades de dissolução, praticamente as mesmas a iguais intervalos de duração entre as mulheres que casaram diretamente e as que optaram pela via indireta.⁵²

De acordo com os resultados obtidos a partir da análise de tábuas de vida da primeira união, a conclusão mais importante que surge é que as diferenças nos padrões de duração parecem estar mais relacionados com as características da união do que com os atributos pessoais das mulheres, embora deva ser levado em conta que as características individuais afetam as decisões relativas à união, sendo que o tipo de técnica empregada não permite discriminar umas das outras.

Enquanto que a idade à união e a educação – consideradas atributos individuais – apresentam diferenças de pouca envergadura ou, ainda, nenhuma diferença nas distribuições de sobrevivência – como é o caso da educação –, as variáveis vinculadas à história da união mostram grandes diferenças nos padrões de duração da primeira união. De acordo com esta análise, o tipo de vínculo e a trajetória reprodutiva da primeira união são determinantes da maior ou menor estabilidade da união.

5.4. Os determinantes da dissolução

O propósito desta seção é apresentar uma análise dos determinantes da dissolução conjugal no Uruguai. A análise focaliza sua atenção na probabilidade de dissolução da primeira união, sendo realizada com base nas informações proporcionadas pela ESF e pela EGG.

Em primeiro lugar, é apresentada uma revisão teórica dos fatores que são habitualmente considerados preditores das dissoluções conjugais. Em segundo lugar, é realizada uma análise dos determinantes da dissolução conjugal separadamente para os casos de homens e mulheres de todo o país com base no survey EGG e outra para o caso das mulheres montevideanas entrevistadas em 2001 no survey ESF.

⁵² Foi realizada também uma estimativa para as duas coortes selecionadas anteriormente, sendo que as diferenças entre ambos os grupos também não resultaram significativas, de acordo com os resultados do teste de Wilcoxon.

Existe uma sociografia do divórcio?

O aumento generalizado do divórcio nos países desenvolvidos e em boa parte do mundo ocidental teve como consequência, não apenas que o estudo dos fatores ligados ao divórcio deixasse de ser uma área marginal das ciências sociais, mas também mudou a forma de encarar a análise das populações mais propensas a experimentar uma dissolução. Se antes os divorciados eram concebidos como um grupo com características específicas, que, em função de sua “anormalidade”, tinha maiores probabilidades de dissolver o vínculo conjugal do que o resto da população, com a grande expansão das separações que teve lugar desde os anos oitenta, a pesquisa sobre os fatores associados às dissoluções perdeu sua pesada conotação de “patologia social” que, explícita ou implicitamente, implicavam as abordagens prévias à chegada da STD.

Num artigo de inícios da década de 1990, o demógrafo Louis Roussel colocou que, perante a crescente importância numérica do divórcio, os pressupostos teóricos nos que se baseara a análise do divórcio durante os anos precedentes deviam ser revisados (ROUSSEL, 1993). Este autor denominou então “sociografia do divórcio” à aproximação cujo objetivo era delinear o atlas sociológico do divórcio, quer dizer, ao tipo de análise orientada a determinar quais eram as subpopulações que apresentavam maiores riscos de experimentar um divórcio.

Conforme Roussel, esse enfoque adequava-se aos contextos nos que o divórcio era um fenómeno marginal, no sentido de que permitia dar conta dos fatores externos que contribuíam para fragilizar os casamentos (por exemplo, casais heterogâmicos, concepções pré-nupciais, excessiva precocidade da união). Esse tipo de análise era pertinente quando a norma do casamento “para toda a vida” fazia parte das aspirações de grande parte da população. Contudo, quando o divórcio se torna uma prática mais estendida – assinala Roussel – é preciso adotar uma perspectiva que considere o divórcio como um componente estrutural da instituição matrimonial, baseando-se no fato de que o significado do casamento sofreu mudanças e em que “os termos do compromisso recíproco entre os cônjuges têm-se modificado recentemente, figurando, doravante, entre suas cláusulas essenciais, sua própria revogabilidade,

“ [...] O divórcio não se opõe ao casamento, é a atualização de uma de suas virtualidades.” (ROUSSEL, 1993, p.925, tradução livre nossa).

A imensa maioria dos estudos atuais sobre os fatores que contribuem para aumentar as chances de experimentar uma dissolução localiza-se no contexto da mudança operada no significado do casamento, no sentido da perda de sua carga estigmática e em função de um ambiente social de maior tolerância, não apenas em face do divórcio, mas também em relação a outros comportamentos familiares, como a coabitação e a fecundidade extramatrimonial. Em geral, concorda-se com o fato de que no decorrer das últimas décadas teve lugar uma mudança das expectativas com respeito às relações conjugais em direção a uma busca de maior intimidade afetiva e sexual dentro das uniões, junto com uma menor tolerância em face de relações pouco satisfatórias e uma maior valorização da autorealização. No entanto, a literatura produzida nos anos oitenta e noventa, em diversos contextos, identifica de forma consistente certos grupos de pessoas que têm maior propensão a experimentar um divórcio ou separação, ainda em contextos de grande expansão do divórcio.

Uma revisão teórica dos determinantes da dissolução conjugal

O estudo dos fatores ligados ao divórcio teve um grande robustecimento nas últimas três décadas devido ao grande aumento que experimentaram as dissoluções conjugais na maior parte dos países desenvolvidos – e a importância das mesmas – junto com o aumento da consensualidade. Por outro lado, a crescente disponibilidade de surveys e grandes bases de dados, somada à sofisticação das técnicas estatísticas, contribuiu para a criação de uma verdadeira indústria de trabalhos orientados à análise estatística dos determinantes do divórcio. Ainda que esse auge se tenha estendido à maioria dos países da Europa Norocidental, é possível afirmar que nos Estados Unidos, no Canadá, na Grã-Bretanha e na Austrália concentra-se a maior parte da produção acadêmica nesse campo.

Embora também tenha sido crescente a sofisticação dos modelos explicativos, a maioria dos estudos considera um conjunto limitado de variáveis. Em geral, esse conjunto está frequentemente integrado por fatores demográficos e de curso de vida, fatores socioeconômicos, fatores ideológicos e fatores psicológicos. Por outro lado, cabe destacar que a pesquisa sobre as causas do divórcio no terreno das ciências sociais vem sendo dominada pela realização de trabalhos empíricos orientados a revelar as associações de diversos preditores com a probabilidade de dissolução. Os estudos que procuraram elaborar esquemas teóricos mais acabados em relação à fragilidade dos casamentos têm sido desenvolvidos no campo da psicologia. Particularmente, esses estudos pesquisaram o papel da interação e da comunicação entre os membros do casal, sua capacidade de enfrentar os conflitos e os efeitos da história das famílias de origem. As ciências sociais tomaram esses enfoques parcialmente, bem como os resultados desenvolvidos nessa área⁵³. No entanto, como assinala White (1990), durante a década de oitenta, a despeito da eclosão de trabalhos sobre os determinantes do divórcio, os avanços no terreno da explicação teórica têm sido escassos. Conforme a autora, os pesquisadores confiaram mais, “no senso comum do que na perspectiva teórica, tendo sido escassa a pretensão de que a teoria guie o trabalho empírico.” (WHITE, 1990, p.909, tradução livre nossa).

Em geral, o estudo do divórcio vem tendo lugar fora das grandes correntes teóricas das ciências sociais.

Durante a década de noventa, se bem que a produção empírica sobre os determinantes do divórcio se inscreva no quadro geral das teorias da individualização na modernidade tardia e, mais recentemente, no contexto da STD, esses enfoques têm sido pouco operacionalizados no trabalho empírico.

Finalmente, cabe fazer a distinção entre estabilidade e qualidade do vínculo. Ainda que seja de esperar-se que a dissolução esteja associada à má qualidade das relações entre os cônjuges, não necessariamente a estabilidade implica boa qualidade dos vínculos, pois os fatores que estão ligados à estabilidade das uniões não são necessariamente os mesmos que afetam a qualidade das relações conjugais. Um exemplo considerado habitualmente na hora de distinguir as duas dimensões referidas é o fato de que embora a maior duração do casamento seja um indicador de estabilidade, os vínculos mais duradouros estão, freqüentemente, negativamente associados à qualidade das relações maritais (CLARKE; BERRINGTON, 1999).

Na revisão apresentada mais adiante, serão levados em conta os fatores comumente considerados para estudar a estabilidade das uniões e não sua qualidade.

⁵³ Os estudos mais citados na literatura sócio-demográfica são os de Karney e Bradbury (1995, 1996); Kurdek (1993).

Fatores demográficos e de curso de vida

As variáveis consideradas neste conjunto de fatores são: a idade à união, o tipo de união, a categoria da união e a trajetória reprodutiva.

A idade à união

A precocidade da entrada à primeira união tem sido um dos fatores preditores da dissolução mais consistentes. Este fato costuma ser interpretado de várias maneiras. Por um lado, é visto como o resultado de uma escolha precipitada do cônjuge ou, pelo menos, pouco “rigorosa”. Este argumento tem sido utilizado particularmente pela economia.⁵⁴ Os argumentos sociológicos, em parte tomados de empréstimo à psicologia, consideram que quanto mais jovens forem os membros do casal, menor será sua maturidade emocional para afrontar os compromissos e tensões da vida em comum, sendo menor também sua educação e, portanto, sua capacidade para resolver conflitos. Igualmente, na medida em que a precocidade das uniões está ligada a baixos níveis educativos, isso leva a que os cônjuges tenham, não apenas menos competências na comunicação, mas também falta de recursos econômicos, o que tenderia a exacerbar os conflitos da vida conjugal. Argui-se também que, dado que as pessoas tendem a mudar de aspirações e de interesses na primeira juventude, quanto mais jovens forem os cônjuges, mais altas serão as chances de que se produza uma divergência nos interesses de cada um dos membros do casal. Finalmente, aduz-se que a maior incidência das dissoluções entre os cônjuges muito jovens pode estar influenciada por suas expectativas de melhores oportunidades no mercado matrimonial com respeito às pessoas mais velhas (AMATO, 1996; CLARKE, 1999; WOLFINGER, 2003; WOLKOTT; HUGHES, 1999).

Por último, as diferenças na idade à união são freqüentemente estudadas como um fator que exerce influxo sobre as dissoluções. Em geral, observa-se que os efeitos desse indicador são marginais e que tendem a desaparecer nas coortes mais recentes.

O tipo de união: consensualidade e coabitação pré-nupcial

A coabitação pré-nupcial constitui atualmente uma fase a mais no curso de vida das pessoas em vários países desenvolvidos, um passo a mais no caminho rumo ao casamento (MURPHY, 2000). Enquanto na década de cinquenta era um fenômeno raro (por exemplo, nas coortes matrimoniais inglesas formadas em meados dos anos sessenta a proporção de coabitantes chegava apenas a 5%), entre as coortes de inícios da década de 1990, 70% dos casais tinha passado por uma fase prévia de convivência (CLARKE; BERRINGTON, 1999). Na Austrália, a taxa de coabitação pré-nupcial cresceu de 2%, entre os casamentos contraídos em 1950, para 71% em 2000 (DeVAUS; QU; WESTON, 2003). No Uruguai, se bem que o nível de coabitação pré-nupcial não atinja números tão altos quanto nesses países – como foi assinalado anteriormente – seu crescimento vem sendo muito grande entre as gerações recentes.

Do ponto de vista da análise das dissoluções conjugais, o interesse da coabitação e da consensualidade está ligado a seus eventuais efeitos sobre a estabilidade das uniões. Vários autores têm afirmado que, se bem que ambos os comportamentos façam parte da corrente de desinstitucionalização

⁵⁴ Em particular, este argumento foi desenvolvido por Gary Becker e colegas num artigo publicado em 1977: “An economic analysis of marital instability”, citado em Clarke e Berrington (1999).

que afeta as relações entre os sexos desde inícios da década de 1970, é fatível que a percepção das altas taxas de divórcio tenha conduzido ao aumento da coabitação. Desta perspectiva, o aumento da coabitação é visto como a consequência natural da crescente instabilidade do casamento (KIERNAN, 2004).

A vasta maioria dos estudos realizados nos países desenvolvidos mostrou de forma consistente que, tanto a coabitação quanto a consensualidade estão ligadas a níveis particularmente altos de dissolução. É comum encontrar duas linhas explicativas no extenso corpus de evidência que documenta essa estreita relação. A primeira, conhecida como “teoria causal” afirma que a própria experiência da coabitação provoca instabilidade no casal (AXINN; THORNTON, 1992). A lógica dessa argumentação reside no fato de que o período prévio de convivência favorece a mudança de atitudes em face do casamento, ao questionar suas bases institucionais. A segunda explicação, chamada “teoria de auto-seleção”, aduz que os maiores riscos de dissolução entre os coabitantes pré-nupciais decorrem das próprias características dos indivíduos que resolvem coabitar, isto é, os traços que determinam a maior propensão a coabitar agiriam também sobre a propensão a divorciar-se. Trata-se de indivíduos que, em geral, possuem valores menos tradicionais em relação ao casamento, que não professam uma religião, que têm maior probabilidade de ter pais separados, menor tolerância a relações pouco satisfatórias e menores níveis de compromisso familiar. Em definitiva, esta teoria defende que esses indivíduos teriam se divorciado independentemente da experiência pré-marital (DeVAUS; QU; WESTON, 2003; PHILIPS; SWEENEY, 2005; TEACHMAN, 2003).

Esta segunda perspectiva já foi amplamente estudada e abonada em trabalhos das últimas duas décadas, enquanto que a primeira foi confirmada por muito poucas pesquisas.

Para o caso do Uruguai, um trabalho recente (BUCHELI; VIGNA, 2005), realizado com base nos dados da ESF e utilizando modelos de duração multivariados revela que para as mulheres montevideanas predomina o efeito de auto-seleção, na medida em que o período de convivência prévio ao casamento está positivamente relacionado com a probabilidade de divorciar-se. No entanto, essa variável não resulta significativa para as mulheres jovens (nascidas entre 1957 e 1966), sendo, seu nível de significação, baixo entre as entrevistadas nascidas entre 1947 e 1956. Cabe esclarecer que os referidos autores não contrapõem as duas teorias supracitadas, mas testam o efeito de auto-seleção perante a “teoria da aprendizagem”. Esta última perspectiva assevera que o período prévio de coabitação age como estabilizador do casamento, enquanto permite testar a compatibilidade entre ambos os cônjuges: os que superarem o período de coabitação teriam maiores chances de experimentar casamentos duradouros do que os que casam diretamente. Em definitiva, este enfoque considera que a coabitação é um fator de proteção em face da dissolução.⁵⁵

Mais recentemente, foi colocado que a relação positiva entre coabitação pré-nupcial e dissolução é, na realidade, uma construção estatística que resulta de medir a probabilidade de dissolução a partir da data do casamento legal e não desde o início da convivência (WESTON; QU; DeVAUS, 2003). No estudo realizado por estes autores, as distâncias na probabilidade de dissolução entre os casamentos diretos e indiretos nas coortes australianas recentes tendem a desaparecer se for considerada a data de início da

⁵⁵ Esta perspectiva, praticamente, não tem sido validada. Os autores citam um estudo realizado entre casamentos dinamarqueses em 2002 como um dos raros exemplos a confirmar um efeito positivo da coabitação sobre a estabilidade matrimonial. Recentemente, Kamp *apud* DeVaus; Qu; Weston (2003) também encontram um resultado similar entre uma amostra de casais americanos (DeVAUS; QU; WESTON, 2003).

união entre os coabitantes pré-nupciais. Como apontam Casper e Bianchi, não deixa de ser irônico que os casamentos precedidos por coabitação sejam mais propensos à dissolução justamente porque a duração do vínculo tem sido inclusive maior do que a dos casamentos diretos (CASPER; BIANCHI, 2002).

Ainda que os mesmos esquemas explicativos que ligam coabitação pré-nupcial e dissolução conjugal possam ser aplicados às uniões que não são legalizadas, o corpus de pesquisa existente é significativamente menor. Em parte, isso explica-se pelo fato de que a imensa maioria das primeiras uniões são legalizadas em algum momento da convivência, contemporaneamente ao início da fase reprodutiva.⁵⁶

Apesar da consensualidade ser uma forma conjugal estendida na América Latina, são praticamente inexistentes os estudos voltados a estudar a possibilidade desse tipo de uniões na atualidade, sendo também muito escassas as fontes adequadas para esse tipo de análise. A teoria da “incerteza de papel”, utilizada por Ruben Kaztman para explicar o crescimento das uniões consensuais nos setores pobres urbanos é o único conjunto de idéias organizado que permite estabelecer algumas relações acerca de quais seriam os vínculos entre consensualidade e instabilidade matrimonial. De acordo com esse autor, o crescimento das uniões consensuais registrado em vários países da América Latina responde muito escassamente à expansão de atitudes modernas em face do casal, às que se restringiriam aos jovens dos estratos mais favorecidos. A causa de seu aumento deve ser procurada primordialmente na resistência dos homens dos setores pobres urbanos a conformar uniões legais, levados pela crescente *incertidumbre de rol* que assola a identidade masculina nos referidos setores. Kaztman parte da idéia de que a identidade masculina se sustenta em dois pilares: a família e o trabalho. Enquanto a mudança de papéis no nível doméstico corroeu o poder dos homens dentro da família, o crescente desemprego e a deterioração relativa dos rendimentos dos trabalhadores de baixa qualificação reduziu suas possibilidades de realização no âmbito público e colocou em disputa seu papel de provedores dentro da família.

Esses dois elementos levariam os homens a sentir-se questionados em todos os âmbitos e, perante a impossibilidade de exercer seus papéis tradicionais, a não comprometer-se em relações estáveis (KAZTMAN, 1993, 1997, 2001). De fato, neste esquema, a conformação de uniões consensuais nos países da região estaria vinculada à possibilidade masculina de fugir do vínculo matrimonial sem maiores empecilhos legais e sem maiores conseqüências econômicas subseqüentes à dissolução. Um dos maiores problemas desta teoria é o de não contemplar o papel das mulheres nas decisões conjugais. Tanto a natureza do vínculo quanto sua eventual permanência ficariam na esfera da vontade masculina.⁵⁷

Em suma, desta perspectiva, deveria esperar-se que a maior parte das dissoluções esteja ligada positivamente à consensualidade, mas não mediada por atitudes mais igualitárias e liberais com respeito à vida matrimonial; o efeito de auto-seleção estaria dado, então, para o grosso da população, pelo fato de que os homens com menor nível educativo e menos recursos econômicos optariam por entrar em relações conjugais não legalizadas.

⁵⁶ Para o caso de Montevideu e Área Metropolitana – conforme os dados da ESF – 74,2% das mulheres que tinham um filho estavam casadas, bem como 90,3% das que contavam com dois ou mais filhos.

⁵⁷ Para uma crítica deste enfoque, ver Cabella e Vigorito (2002).

As trajetórias reprodutivas

A evidência encontrada foi consistente em reportar um maior risco de divórcio entre as pessoas que não iniciaram a etapa reprodutiva (AMATO, 1996; CHERLIN, 1992; WAITE; LILLARD, 1991; WHITE, 1990; WOLKOTT; HUGHES, 1999). No entanto, existe controvérsia quanto ao sentido da causalidade: enquanto, por um lado, afirma-se que os filhos conferem estabilidade ao casamento, por outro lado, aduz-se que é fatível que os casais menos dispostos a assumir compromissos de longo prazo resolvam não iniciar a etapa reprodutiva (BERRINGTON; DIAMOND, 1999; WAITE; LILLARD, 1991). Da mesma forma, afirma-se que a existência de filhos mantém unidos os casais, seja pelos custos afetivos da separação quotidiana dos filhos – particularmente para os pais – seja pelos custos econômicos que envolvem as separações quando há filhos.

Os estudos mais recentes tem incluído, não só a existência ou ausência de filhos, mas o número, a idade e o sexo dos mesmos, no pressuposto de que os filhos eventualmente dão estabilidade ao casamento apenas em determinadas circunstâncias. Waite e Lillard (1991) apontam que não se constata uma ligação linear entre o número de filhos e a estabilidade do casamento, nem mesmo controlando por duração. Estes autores consideram, de fato, que a relação entre a fecundidade do casamento e a dissolução desenha uma curva em forma de U: a probabilidade de dissolução é alta entre os casais sem filhos e entre os que atingem parturições mais altas. Também opinam que a probabilidade de dissolução é baixa nos dois primeiros anos subseqüentes ao primeiro filho, aumentando depois que os filhos superam a idade escolar. Destarte, os autores sugerem que o papel protetor dos filhos opera a idades precoces, sendo que à medida que eles vão crescendo é fatível que os pais rompam com relações pouco satisfatórias mas toleradas enquanto as crianças são dependentes. Esses resultados confirmam-se também em estudos realizados em países europeus (ERLANGSEN; ANDERSSON, 2001).

Quanto ao sexo dos filhos, diversos estudos registraram menores taxas de divórcio se as uniões incluem filhos do sexo masculino. Isso é interpretado como o resultado de um maior envolvimento dos homens com seus filhos de seu mesmo sexo (AMATO, 1996; RUIZ BECERRIL, 1999; WHITE, 1990). Finalmente, dentro das variáveis que integram o curso de vida costuma-se incluir a experiência matrimonial dos pais. Em consonância com isso, fala-se de **transmissão intergeracional do divórcio** para aludir à influência da família de origem sobre o comportamento conjugal dos indivíduos. Um importante conjunto de trabalhos empíricos dá conta do maior risco de filhos de pais separados de experimentar sua própria separação (AMATO, 1996; ENGELHARDT; TRAPPE; DRONKERS, 2002; WOLFINGER, 2003). Argúi-se que a transmissão intergeracional se produz por diversas vias: os filhos de pais separados têm maior probabilidade de entrar em união mais cedo e de optar por uniões consensuais (KIERNAN; CHERLIN, 1999). Contudo, a associação entre dissolução parental e transição precoce para a primeira união não se confirma em todos os casos. É verdade que um grande acúmulo de pesquisas respalda esse vínculo; recentemente, porém, tem-se produzido trabalhos que deixam em evidência a fragilidade da relação entre as referidas variáveis (WOLFINGER, 2003).

Finalmente, outras explicações salientam os efeitos que a dissolução parental pode exercer sobre a incorporação dos papéis familiares durante o período de socialização, bem como a existência de menor supervisão durante a adolescência tardia (CHERLIN; KIERNAN; CHASE LANDALE, 1995). Por último, afirma-se que, nessa associação, pode estar agindo também a transmissão de valores mais liberais com respeito à vida familiar.

Fatores socioeconômicos e ideológicos

O nível educativo

O papel desempenhado pela educação dos membros do casal foi amplamente incluído nos estudos dos determinantes do divórcio. Também nesse terreno as respostas não são unívocas: vários estudos mostram que o risco de dissolução marital está inversamente relacionado com o nível educativo dos cônjuges, mas muitos dão conta da inexistência de efeitos da educação sobre a probabilidade de divorciar-se (JALOVAARA, 2001). Os estudos que têm abordado as causas da dissolução no nível agregado e em chave comparativa concluem que, nos países onde o nível de divórcio é alto, a educação deixa de exercer efeitos sobre a propensão a divorciar-se, enquanto que nos que o divórcio está pouco estendido, são os setores mais educados os que mostram taxas de dissolução mais elevadas. Isso seria o resultado de atitudes mais liberais e modernas em relação à instituição matrimonial, particularmente entre as mulheres mais educadas (CLARKE; BERRINGTON, 1999; HOULE et al., 1998; KIERNAN; MUELLER, 1998; RUIZ BECERRIL, 1999). Constata-se também que na sucessão das coortes matrimoniais a educação deixa de ter peso na decisão da dissolução, o que se interpreta como o resultado de um processo de democratização do divórcio (HOULE et al., 1998). No nível individual, essa associação explica-se como a relação entre maior educação e melhores oportunidades de emprego e, por conseguinte, maiores rendimentos, sendo que, do ponto de vista das mulheres, isso pode implicar a posse de recursos financeiros para sustentar uma família de forma independente. Esse tipo de argumentação está intimamente vinculado à hipótese da independência econômica feminina, que será desenvolvida a seguir.

No entanto, é preciso assinalar que, em outros contextos, ainda com níveis altos de divórcio, observa-se que a dissolução é mais frequente entre os setores menos educados. É esse o caso dos Estados Unidos, onde se constata a ligação de baixo capital educativo – particularmente entre a população afro-americana – e maior risco de dissolução (CASPER; BIANCHI, 2002; CHERLIN, 1992). Para explicar essa relação foi sugerido que as pessoas com maiores níveis educativos contam com melhores recursos comunicativos e, portanto, estão melhor munidas para resolver conflitos (AMATO, 1996).

O trabalho feminino e a hipótese da independência econômica

A hipótese da independência econômica da mulher tem sido uma das explicações mais utilizadas para explicar o aumento do divórcio. Em poucas palavras, essa hipótese defende que o ingresso em massa e constante das mulheres ao mercado de trabalho tem sido uma das mais potentes influências no incremento das dissoluções matrimoniais na medida em que erodiu as bases da divisão sexual do trabalho nas que se assentava o casamento tradicional. Com maiores ou menores nuances, a importância da relação entre trabalho feminino, autonomia econômica e divórcio foi adotada pela grande maioria dos trabalhos que analisam as mudanças na estabilidade dos casamentos ocorridas desde finais dos anos sessenta (CHERLIN, 1992; GOODE, 1993; RUGGLES, 1997).

Esta hipótese reconhece suas origens nas idéias de Becker (1981), quem, aplicando a teoria da escolha racional pelo casamento, prega que os ganhos obtidos pelas mulheres no intercâmbio econômico

intradoméstico diminuem ao crescerem suas oportunidades no mercado de trabalho. Isso decorre do fato de que o equilíbrio nos ganhos do casamento que produzia a divisão tradicional do trabalho é quebrado, resultando, essa divisão, cada vez menos vantajosa para as mulheres (BRACHER; SANTOW, 1998; CLARKE; BERRINGTON, 1999; SWEENEY, 1995). Por sua vez, as visões feministas afirmam que a maior capacidade econômica das mulheres lhes permitiu fugir dos esquemas do poder patriarcal e terminar com relações muitas vezes abusivas, sufocantes ou, simplesmente, pouco satisfatórias. A isso vem somar-se que a participação no mercado de trabalho ampliou as redes sociais das mulheres e, por conseguinte, suas chances de encontrar um novo casal.

Apesar de existir, no nível agregado, uma forte correlação entre aumento da participação laboral feminina e aumento do divórcio, no nível individual, os efeitos do trabalho feminino exprimiram resultados contraditórios (WHITE, 1990) por um lado, o fato de que a mulher se torne menos dependente economicamente aumenta a probabilidade de dissolução, na medida em que se reduzem os benefícios do casamento (efeito de independência). Por outro lado, outros autores observaram que o fato de a mulher gerar rendimentos significa um alívio para a situação econômica da família e, portanto, pode contribuir para a estabilidade do casamento. Isso fica especialmente comprovado se os rendimentos da mulher não são suficientes para viver em forma independente (LIU; VIKAT, 2004). Outros estudos mostraram que se o emprego feminino se combina com uma carga importante de quefazeres domésticos e cuidado das crianças, isso aumenta o nível de conflito nos casais. Em definitiva, ambos os processos podem agir simultaneamente, contribuindo, um maior nível de renda, para aliviar os problemas conjugais causados por problemas financeiros, mas gerando, a recarga de trabalho doméstico e extradoméstico na mulher, maiores tensões que podem derivar na dissolução do casamento (WOLKOTT; HUGHES, 1999).

Os estudos mais sofisticados, baseados em informações sobre histórias de trabalho completas mostram que as grandes transições da vida laboral têm efeitos consideráveis sobre a probabilidade da dissolução. Por exemplo, a perda do emprego masculino, a mudança de trabalho das mulheres para um outro melhor ou o a volta ao trabalho após um longo período de dedicação ao cuidado dos filhos exercem influências sobre a probabilidade da dissolução. Também os estudos que analisam estritamente os fatores socioeconômicos em maior profundidade, quer dizer, que procuram determinar os efeitos dessa dimensão levando em conta um grande conjunto de variáveis e combinações complexas entre as variáveis sócio-econômicas de cada um dos cônjuges (diferença de rendimentos e de condição ocupacional entre ambos os membros, rendimentos e tipo de ocupação dos cônjuges, posse da habitação) opinam que cada uma das variáveis consideradas tem efeitos independentes sobre o risco de dissolução e, por conseguinte, concluem que um ou dois indicadores são insuficientes para estudar as relações entre status socioeconômico e dissolução (JALOVAARA, 2001; LIU; VIKAT, 2004).

Finalmente, alguns autores apontam que, embora a relação entre trabalho feminino e divórcio seja freqüentemente positiva, a causalidade não é clara, no sentido de que se bem que as mulheres que trabalham fora do domicílio tenham maiores chances de concretizar um projeto de divórcio, também pode acontecer que as mulheres que antecipem a possibilidade da dissolução resolvam ingressar ao mercado de trabalho (CLARKE, 1999).

Os fatores relativos à influência que exercem as atitudes e as idéias sobre a estabilidade dos vínculos maritais conformam um terreno muito menos desenvolvido nos estudos de divórcio. Na medida em que o próprio curso da vida contribui para modificar as orientações ideológicas resulta particularmente complexo estabelecer conexões causais entre valores mais ou menos tradicionais e dissolução da união a partir de surveys retrospectivos. Além disso, em parte devido à falta de dados apropriados, em parte em

decorrência da centralidade que vem sendo outorgada às variáveis mais “duras”, é escasso o número de trabalhos que inclui um número mais ou menos amplo de indicadores orientados a recolher o impacto das atitudes sobre as decisões conjugais. De fato, em sua grande maioria, os estudos limitam-se a incluir a orientação religiosa. Esta costuma comportar-se no sentido esperado, apresentando uma associação negativa com a dissolução quando os indivíduos são crentes ou praticantes de uma religião, em particular o catolicismo.

5.5. Os determinantes da dissolução no Uruguai e em Montevidéu

A seguir, são descritos os resultados da análise multivariada dos determinantes do divórcio a partir das informações proporcionadas pela EGG e pela ESF. Em primeiro lugar, são apresentadas as estimativas realizadas a partir da EGG, cujos dados permitem determinar se existem diferenças de gênero na probabilidade da dissolução da primeira experiência conjugal. Em segundo lugar, são exibidos os resultados derivados da ESF para as mulheres montevideanas, considerando um conjunto de variáveis similares às utilizadas nos modelos estimados para homens e mulheres.

A variável dependente em ambos os casos é a probabilidade de ter experimentado a dissolução da primeira união para todas as pessoas que iniciaram sua vida conjugal.

Os determinantes da dissolução entre os homens e as mulheres uruguaios: uma análise a partir da EGG

A amostra considerada para efeitos de realizar a presente análise está composta por homens e mulheres alguma vez unidos, quer dizer, é feito eliminado da análise o conjunto de pessoas que nunca esteve em união. Da mesma forma, são considerados apenas os entrevistados e entrevistadas de mais de 25 anos e de menos de 55, cuja união tenha sido conformada antes de 2002. A decisão de restringir a amostra a essa faixa etária decorre, em primeiro lugar, do fato de que antes dos 25 anos a mobilidade conjugal é muito importante e, em segundo lugar, ela responde ao intuito de uniformizar a população alvo com respeito à gama de idades das entrevistadas na ESF. De qualquer forma, é preciso ressaltar que os resultados auferidos não são estritamente comparáveis por tratar-se de amostras tomadas com diferentes critérios, em anos diferentes e compreendendo uma cobertura geográfica diferente.

Procurou-se incluir entre os determinantes variáveis relativas às características demográficas e biográficas, variáveis que dessem conta do status socioeconômico e das atitudes dos entrevistados. As médias amostrais das variáveis independentes consideradas nos modelos constam na tabela 16. As variáveis incluídas são as seguintes:

Variáveis demográficas e de curso de vida

1) **Idade:** é incluída como uma variável de controle. Embora o divórcio aumente nas novas gerações, a idade ao divórcio está ligada ao tempo de exposição. Foram analisadas diferentes formas funcionais para capturar o efeito da idade e resultou que a melhor especificação é a que inclui o quadrado da idade. De fato, com essa especificação, observa-se que a probabilidade de dissolução aumenta com a idade a taxa decrescente.

Por outro lado, a idade também recolhe os efeitos da duração do casamento, outra das variáveis que costuma ser usada como controle neste tipo de análise. Dada a alta correlação entre duração do vínculo e idade, optou-se por eliminar a duração das estimativas.⁵⁸

2) **A idade à primeira união:** é incluída como variável contínua.

3) **O tipo de união:** é uma variável binária, que adquire o valor 0 se o casal não legalizou a união e 1 se foi um casamento legal.

4) **Filhos da primeira união:** é uma variável binária que adquire o valor 0 se a pessoa não teve filhos durante sua primeira união e 1 caso tenha tido pelo menos um filho.

5) **Pais separados:** é uma variável binária que toma o valor 0 se os pais permaneciam unidos quando a pessoa entrevistada tinha 20 anos e 1 se já tinham separado a essa idade do entrevistado. Dentro desta última categoria foram incluídos também os entrevistados cujo pai ou mãe fossem desconhecidos. Os casos em que o casal parental tinha se dissolvido por viuvez antes dos 20 anos do entrevistado foram tratados como *missing values*.

Variáveis socioeconômicas

6) **A educação:** é incluída como variável categorizada a partir dos anos de educação completados no momento da entrevista. Dado que se trata de pessoas de 25 e mais anos, a educação pode ser considerada como um atributo fixo. A categoria mais baixa, 0 a 8 anos de educação, está integrada por pessoas sem instrução, que realizaram estudos primários completos ou incompletos e por entrevistados que não concluíram o ciclo básico de educação secundária*. A categoria 9-12 inclui as pessoas que completaram o primeiro ciclo de ensino médio e as que têm o segundo ciclo completo ou incompleto. A categoria 13+ compreende as pessoas que iniciaram o nível de educação terciária, ora tenham culminado ou não os estudos superiores. A categoria omitida é o nível educativo mais baixo.

7) **Nunca trabalhou:** é incluída somente para o caso das mulheres, visto ser muito marginal o número de homens que nunca ingressou no mercado de trabalho. É uma variável binária que toma o

⁵⁸ A correlação entre duração e idade superava, em todos os modelos, o 80%. Seria necessária a aplicação de modelos de duração, principalmente as regressões de Cox, para trabalhar conjuntamente a idade, a coorte nupcial e a duração do casamento.

* N. da T. No Uruguai, o ciclo básico de ensino médio corresponde aos três primeiros anos do mesmo.

valor 0 se a mulher estava trabalhando no momento da entrevista ou se já tinha trabalhado, embora não participasse do mercado de trabalho na atualidade. A variável toma o valor 1 se a mulher nunca participou do mercado formal de emprego.

8) **Área de residência:** é uma variável binária que adquire o valor 0 se a pessoa estava residindo no interior no momento em que se foi realizada a entrevista e 1 se a pessoa encontrava-se residindo na capital. Embora possa parecer que as pessoas podem ter se trasladado em função da dissolução, esta variável é incluída, pois os estudos de divórcio constatarem freqüentemente que existe maior propensão a divorciar-se nas grandes aglomerações urbanas. Visto que Montevidéu concentra algo mais de 40% da população total do país, espera-se que esta variável dê conta do referido efeito.⁵⁹

Variáveis atitudinais

9) **Religião:** é uma variável binária que toma o valor 0 se a pessoa não tem nenhum tipo de afiliação religiosa e 1 se declara pertencer a uma religião, ora compareça ou não aos serviços religiosos. Assim, a variável recolhe se a pessoa é crente ou não. No total da população entrevistada, 78% das pessoas que declarou ter uma crença religiosa pertencem à fé católica. Dado que a EGG não incluiu perguntas que permitam medir atitudes em face da vida familiar, esta variável é a única que visa dar conta de atitudes mais ou menos tradicionais perante o casal e o divórcio. Hipoteticamente, a maior religiosidade pode ser entendida como o reflexo de atitudes mais tradicionais em relação à família. É preciso assinalar que esta variável recolhe a afiliação religiosa no momento de realização do survey. Por isso, não se pode descartar que as preferências religiosas estejam afetadas pela própria história conjugal.

⁵⁹ De acordo com o levantamento de população realizado pelo INE em 2004, Montevidéu contava com 1.326.064 habitantes, o que representa 41% da população uruguaia. A macrocefalia montevideana é uma característica demográfica do país. De fato, apenas duas cidades do interior do país superam os 100.000 habitantes.

TABELA 16
MÉDIAS AMOSTRAIS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES CONFORME SEXO (ADULTOS
ENTRE 25 E 54 ANOS ALGUMA VEZ UNIDOS)*

<i>Variável</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>
<i>Idade</i>	39,18	39,61
	(8,18)	(8,73)
<i>Idade à união</i>	22,22	23,97
	(5,49)	(5,26)
<i>Tipo de vínculo</i> <i>0= União Consensual</i> <i>1= Casamento</i>	0,74	0,66
<i>Filhos da primeira união</i>	0,87	0,78
<i>Área de residência</i> <i>(0= Interior, 1=Montevideu)</i>	0,49	0,50
<i>Anos de estudo</i>		
<i>0-8</i>	0,39	0,43
<i>9-12</i>	0,39	0,39
<i>13+</i>	0,22	0,18
<i>Nunca trabalhou</i>	0,08	0,01
<i>Religião</i> <i>0= Não-crente. 1= Crente</i>	0,67	0,55
<i>N</i>	1114	904

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)
**Entre parênteses é incluído o desvio padrão.*

Os resultados da análise multivariada a partir da EGG

Os resultados das operações estimativas utilizando modelos probito são apresentados separadamente para os casos de homens e mulheres na TABELA 17. Esta tabela inclui os coeficientes obtidos, o nível de significação e os efeitos marginais.

Em primeiro lugar, cabe destacar que, no que se refere às variáveis demográficas e de história marital, não se encontram diferenças nos determinantes da dissolução entre homens e mulheres. Esse resultado é previsível ao levar em consideração que, numa proporção muito alta, trata-se da primeira união para ambos os membros do casal e que as informações dos casais uruguaios seguem um padrão eminentemente homogâmico (PERI, 1996; PIANI, 2003).

Tanto entre homens quanto entre mulheres, as variáveis que dão conta dos efeitos da **idade** mostram que, embora a probabilidade de divórcio aumente com a idade, em função dos efeitos da maior exposição, o quadrado da idade está negativamente associado à probabilidade de divorciar-se. Tomadas

em conjunto, as duas variáveis utilizadas para modelizar os efeitos da geração mostram que a probabilidade de ter passado pela dissolução da primeira união diminui entre as mais antigas.

A **idade à união** mostra o signo esperado: quanto mais cedo se dá o início da vida de casal, mais alta é a probabilidade de que a mesma venha a ser dissolvida, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Quanto a essa variável, as estimativas para o Uruguai confirmam um dos resultados mais sólidos a que faz referência a bibliografia sobre os determinantes da dissolução matrimonial.

O **tipo de vínculo** – como era de esperar-se – também tem uma estreita relação com a estabilidade da união, mostrando o mesmo signo para ambos os sexos e efeitos marginais de considerável e similar magnitude para homens e mulheres. A probabilidade de dissolução entre os que formalizaram a união é aproximadamente 40 pontos percentuais menor do que a de pessoas que casaram. Dado que esse efeito é líquido de outras variáveis sócio-demográficas habitualmente relacionadas com a consensualidade (idade, idade à união, educação), esse resultado parece sugerir que as uniões consensuais são intrinsecamente mais frágeis do que as uniões formais. No entanto, deve ser levado em conta que essa variável poderia estar refletindo os efeitos de fatores atitudinais não contemplados no modelo. As implicações e possíveis interpretações desse resultado serão retomadas mais adiante.

Os resultados que dizem respeito à relação entre **existência ou ausência de filhos** e dissolução, estão alinhados com a evidência mostrada por outros estudos no sentido de que é freqüente encontrar uma associação negativa entre dissolução e filhos da união. Para o caso de Montevideu, Bucheli e Vigna (2005) chegam à mesma conclusão, mas levando em conta apenas as uniões formalizadas.

Também não são registradas diferenças entre homens e mulheres, sendo que, em ambos os casos, os efeitos marginais são importantes, embora de maior magnitude entre os homens: a probabilidade de dissolução masculina é 38 pontos percentuais menor se a união foi fecunda, enquanto que, entre as mulheres, o fato de ter filhos reduz 28 pontos percentuais a probabilidade de concluir a união em comparação com as mulheres sem filhos. Essa diferença poderia estar relacionada com o fato de que para os homens a dissolução do vínculo implica a separação residencial com respeito a seus filhos, o que pode ser visto por alguns dentre eles como um custo afetivo e econômico importante⁶⁰. Como já foi apontado, a causalidade do vínculo entre divórcio e filhos é de difícil discernimento, dado que seria preciso esclarecer em que medida os casais mais conflituosos ou os que estão menos dispostos a assumir compromissos de longa duração optam por não ter filhos. Cabe supor que esse efeito está – se não totalmente controlado – pelo menos amortecido pela variável tipo de vínculo, na medida em que é de esperar-se que a legalização reflita uma atitude de maior apego à instituição e, por conseguinte, de maior compromisso com a estabilidade do vínculo. Levando em conta as limitações assinaladas, os resultados sugerem que os filhos outorgam maior estabilidade às uniões, embora não seja possível saber – entre outras coisas – se isso se deve a que eles conferem uma maior satisfação à relação conjugal ou se deriva do fato de que eles aumentam os custos da dissolução. Finalmente, cabe assinalar que não estão sendo controlados nem o número nem a idade dos filhos, cujos efeitos podem resultar importantes na referida relação.

Quanto à variável que pretende medir os efeitos da **transmissão intergeracional do divórcio**, medida através da dissolução parental prévia à entrada à vida adulta dos entrevistados, as estimativas sugerem que as dissoluções não estão ligadas à história familiar dos indivíduos, pelo menos no que se refere à estabilidade do casal dos pais. Esse resultado poderia decorrer de que os efeitos da variável estão

⁶⁰ O Uruguai não difere do padrão habitual, segundo o qual os filhos permanecem no domicílio conjugal, onde a mãe continua morando quando o casal parental é dissolvido.

mediados pela idade à união ou pelo tipo de vínculo; porém, não se encontram correlações importantes entre o fato de ter experimentado a dissolução parental e o tipo de vínculo ou a idade à união.⁶¹

TABELA 17
DETERMINANTES DA DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO DE MULHERES E HOMENS
URUGUAIOS (MODELOS PROBITO)⁶²

<i>Variável</i>	<i>Mulheres</i>			<i>Homens</i>			
	<i>Coefficiente</i>	<i>Signifi- cação</i>	<i>Efeito marginal</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Signifi- cação</i>	<i>Efeito marginal</i>	
Idade	0,203	***	0,001	0,180	**	0,040	0,040
Idade ^ 2	-0,025	***	0,001	-0,018	*	0,094	-0,004
Idade à união	-0,055	***	0,000	-0,083	***	0,000	-0,018
Tipo de vínculo (Casamento.=1) (U. cons.=0)	-1,516	***	0,000	-1,503	***	0,000	-0,421
Filhos primeira união (Sim =1) (Não =0)	-0,955	***	0,000	-1,249	***	0,000	-0,382
Pais separados (Sim =1) (Não =0)	0,019		0,611	-0,045		0,404	-0,010
Área de residência (MVDO =1) (Interior =0)	0,133		0,158	-0,168		0,227	-0,037
Anos de estudo - 9 -12	-0,157		0,133	-0,026		0,862	-0,006
Anos de estudo - 13 +	0,057		0,675	0,708	***	0,001	0,196
Nunca trabalhou (Sim =1) (Não =0)	-0,361	**	0,046	-0,063			
Religião (Sim =1) (Não =0)	-0,379	***	0,000	-0,085		0,445	-0,024
<i>Constante</i>	-1,666		0,149	-1,093		0,514	
N° de obs.	1414			<i>N° de obs.</i> 681			
Máxima Verossimilhança	-500997			<i>Máx. Veros.</i> -233720			
Pseudo R2	0,293			<i>Pseudo R2</i> 0,355			

- Em 'Anos de estudo', é omitida a categoria 0-8 anos de estudo.

*** significativo a 99% ** significativo a 95% * significativo a 90%.

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

⁶¹ Em anexo, são apresentadas as matrizes de correlações entre as variáveis independentes consideradas.

⁶² Foram consideradas pessoas entre 25 e 54 anos unidas antes de 2002. Apesar de ter-se usado os ponderadores, o software (STATA, versão SE 8) exprime os valores originais. Isso explica as diferenças no total e a distribuição de casos com respeito às tabelas anteriores.

Vejamos agora a análise das variáveis explicativas relacionadas com a adscrição sócio-econômica das pessoas.

No que se refere à **área de residência** também não foram encontrados efeitos significativos para nenhum dos sexos, resultando que a probabilidade de dissolução é independente da área de residência e que não se constata o efeito positivo que prediz a teoria com respeito a uma maior probabilidade das dissoluções nas grandes aglomerações urbanas⁶³.

O **nível educativo** não resultou significativo para explicar a probabilidade de dissolver a primeira união entre as mulheres. Dentre os homens, apenas há diferenças significativas entre os indivíduos pertencentes à categoria mais alta de educação e a mais baixa; neste caso, a operação estimativa expressa uma relação positiva entre ter cursado estudos superiores e ter passado pela dissolução da primeira união. A ausência de associação entre educação feminina e dissolução confirma os resultados encontrados a partir da análise bivariada e da análise de sobrevivência e – como será visto depois – o mesmo resultado é obtido ao utilizar os dados da ESF. O nível educativo costuma ser considerado o reflexo de duas dimensões da vida social: por um lado, resulta um bom preditor do nível de rendimentos e, por outro, exerce influências sobre os gostos e as atitudes das pessoas. Se levarmos em consideração a primeira via de impacto, a educação pode ser vista como uma variável que, indiretamente, testa a hipótese da independência econômica das mulheres. Lembremos que esta explicação propõe que a autonomia econômica se relaciona positivamente com a dissolução, na medida em que permite às mulheres ser menos dependentes dos rendimentos do marido. A falta de associação estatística entre educação e divórcio – uma vez controlados outros fatores – estaria sugerindo que, para o caso uruguaio, o nível de bem-estar econômico individual não é um bom preditor da estabilidade das uniões, na medida em que a dissolução é igualmente provável entre as mulheres que acumularam maior capital educativo e entre as que têm pouca educação. De outra perspectiva, sempre considerando o nível educativo como uma *proxy* do nível de renda, também não fica provada a hipótese de que a maior segurança econômica confira estabilidade aos casamentos.

Quanto à segunda via de impacto da educação – isto é a relacionada com suas influências sobre as atitudes –, o fato de que a educação não exprima diferenças significativas sugere que os valores mais liberais e individualistas em face da vida conjugal permeiam as mulheres em todos os setores sociais.

O fato de que os homens com o nível educativo mais alto tenham mais probabilidades de dissolver sua primeira união em comparação com os menos educados resulta surpreendente.

De uma perspectiva da divisão tradicional do trabalho, caberia supor que os homens mais educados se divorciassem menos, pois é de esperar-se que eles tenham mais capacidade para cumprir com sua função de provedor (BERNHARDT, 2000). Por exemplo, alguns estudos mostraram que o desemprego e a instabilidade no trabalho aumentam o risco de dissolução para os homens. Para o caso do Uruguai, as idéias de Kaztman acerca da incerteza de papel também abonam a existência de uma relação negativa entre nível educativo e dissolução das uniões. No entanto, os resultados auferidos nesta estimativa não confirmam a referida relação, mostrando, pelo contrário, que a probabilidade de dissolução é maior entre os homens que contam com, pelo menos, um ano de estudos superiores. Não foi possível considerar, no modelo, variáveis que dêem conta do status laboral nem da qualidade do emprego; talvez

⁶³ É preciso lembrar que o survey foi aplicado a uma amostra de centros povoados de mais de cinco mil habitantes e que, por conseguinte, o mesmo não inclui população rural. De acordo com os dados do levantamento censual de 2004, a população rural no Uruguai representa o 8,2% da população.

a inclusão desse tipo de indicadores poderia nuançar ou, inclusive, reverter esse resultado. Se não fosse assim, à maior propensão dos homens educados a dissolver sua primeira união poderia dar-se a interpretação de que eles confiam em que sua capacidade econômica venha a garantir-lhes maiores chances de contrair uma união mais satisfatória do que a atual.

Em geral, com exceção do comportamento dos homens mais educados, é possível ressaltar que a educação não constitui um fator que exerça fortes influências sobre a decisão de terminar o vínculo conjugal. Esse resultado pode ser interpretado como um sintoma da permeabilidade do divórcio no conjunto da estrutura social.

Como foi assinalado na revisão teórica dos determinantes da dissolução, os modelos mais sofisticados, aplicados em geral a dados de painel, incluem variáveis dinâmicas relativas à **condição laboral** em diferentes momentos da vida, bem como especificações mais pormenorizadas do status laboral para estudar as relações entre trabalho e dissolução. Para o caso do Uruguai, só foi possível incluir uma variável dicotômica que discrimina entre as mulheres que nunca participaram e as que estão ou já estiveram inseridas no mercado de trabalho. Mesmo sendo escasso o número de mulheres que nunca participou no mercado de trabalho (ver **TABELA 16**), o fato de não ter tido nenhuma experiência no mercado de trabalho associa-se positivamente com a estabilidade da união, no caso das mulheres. De acordo com os resultados obtidos, as mulheres que nunca trabalharam fora do domicílio divorciam-se menos do que as que estão trabalhando ou já participaram alguma vez em sua vida do mercado de trabalho. Esse resultado, à diferença do correspondente à educação, confirmaria que as mulheres mais dependentes dos benefícios econômicos do casamento – mesmo controlando por nível educativo – tenderiam a permanecer unidas. Assim, isso estaria alinhado com a teoria da independência econômica da mulher.

Para encerrar a análise do conjunto de variáveis que pretendem dar conta do efeito das características sócio-econômicas sobre a probabilidade de dissolução, cabe destacar que, em outros modelos, foi incluída uma variável que recolhia o nível de bem-estar dos domicílios a partir de um indicador de ativos do domicílio. A variável resultou significativa, tanto para os homens quanto para as mulheres, mostrando uma associação negativa com a probabilidade de dissolução. Resolveu-se não incluí-la nos modelos definitivos visto que o referido indicador não reflete o nível de bem-estar econômico que tinha o casal antes da eventual dissolução, mas o atual e, por conseguinte, ele pode estar afetado pela história conjugal e pela composição familiar pós-dissolução. Nesse sentido, a pior ou melhor situação econômica do domicílio pode ser uma consequência das decisões conjugais tomadas no passado. Por exemplo, as famílias monoparentais, mesmo quando a educação do chefe não apresente diferenças com respeito à dos chefes de famílias biparentais, têm maiores níveis de privação do que estes últimos.

Finalmente, a única variável que pôde ser incluída no modelo a fim de avaliar o peso das atitudes nos fatores que incidem sobre a dissolução foi a **orientação religiosa**. De fato, esta variável resultou significativa para as mulheres, mas não para os homens. Entre as mulheres, o fato de ter algum tipo de orientação religiosa reduz a probabilidade de divórcio em comparação com as que se declaram ateias. Esse resultado é previsível na medida em que se trata, na maior parte, de mulheres que professam a fé católica e é sabido que a mesma promove a indissolubilidade das uniões. Por outro lado, é provável que a afiliação religiosa esteja recolhendo orientações mais tradicionais em face do casal e da família, sendo que a maior propensão a divorciar-se entre os indivíduos que não têm crenças religiosas pode ser entendida como a expressão de atitudes mais laxas com respeito ao papel da instituição matrimonial na regulação dos vínculos conjugais.

Os determinantes da dissolução entre as mulheres montevideanas: uma análise a partir da ESF

Como foi apontado em parágrafos anteriores, as análises multivariadas sobre a probabilidade de dissolução realizadas a partir de cada um dos surveys não são estritamente comparáveis entre si. De qualquer forma, resolveu-se apresentar os resultados de um modelo probito usando os dados da ESF, pois este survey permite aprofundar alguns aspectos que resultaram relevantes para os homens e para as mulheres a partir da análise dos dados da EGG. Em particular, é possível analisar mais detalhadamente as influências sobre a dissolução das variáveis de curso de vida identificadas como muito relevantes na análise precedente (tipo de vínculo e experiência reprodutiva), bem como estudar mais pormenorizadamente os fatores ligados às atitudes das mulheres. Antes de abordar a análise multivariada da probabilidade de dissolução da primeira união a partir das informações proporcionadas pela ESF é apresentada uma análise descritiva das orientações ideológicas das mulheres montevideanas em função de sua situação e trajetória conjugal.

O papel das idéias e atitudes nas histórias conjugais

O componente valorativo e atitudinal vem assumindo uma importância cada vez maior nos últimos tempos, fundamentalmente a partir de que os ideólogos da segunda transição demográfica incluíram o campo das idéias como uma dimensão fulcral para explicar as mudanças nos comportamentos familiares. De fato, esta teoria defende que a mudança nas orientações ideológicas na direção de valores mais individualistas e emancipatórios foi um dos estímulos mais importantes na transformação dos vínculos familiares de finais do século XX.

A ESF incluiu um módulo orientado a colher as valorações das mulheres em diversas dimensões ideológicas relevantes para a análise do comportamento conjugal. Após o survey guiado pela entrevistadora, solicitou-se às mulheres que respondessem diversos formulários autogerenciados. Alguns dentre eles foram aplicados a todas as entrevistadas sem distinções, sendo que, adicionalmente, elas responderam perguntas específicas em função de sua situação e história conjugal⁶⁴. As entrevistadas deviam ler uma série de afirmações e marcar seu grau de acordo com as mesmas conforme uma escala de 5 pontos que ia do “concordo plenamente” a “discordo plenamente”. Os indicadores apresentados foram construídos por Peri (2003) a partir da combinação das respostas obtidas aos grupos de afirmações abaixo. A metodologia utilizada consistiu na elaboração de fatores com base em três itens correspondentes a cada uma das dimensões teóricas selecionadas. As frases incluídas foram as seguintes⁶⁵:

⁶⁴ Em anexo, constam os diferentes questionários utilizados.

⁶⁵ Para uma descrição mais detalhada da elaboração dos fatores e indicadores, ver Peri (2003).

Institucionalismo

- 1) 'O casamento legal confere mais estabilidade ao casal do que a união livre'
- 2) 'As pessoas deveriam casar pensando que o casamento é uma relação para toda a vida'
- 3) 'Se um casal tem filhos deve fazer tudo o possível para manter-se unido'

Conservadorismo

- 1) 'A formação religiosa ajuda as crianças a desenvolver-se como pessoas'
- 2) 'O divórcio aumentou porque as pessoas se tornaram mais individualistas'
- 3) 'Se um/a professor/a é homossexual, os pais das crianças deveriam saber disso'

Igualdade de gênero

- 1) 'É muito melhor se o homem se encarrega de trabalhar fora e a mulher toma conta da casa e da família'
- 2) 'Um homem deve ocupar-se das tarefas domésticas tanto quanto sua esposa'
- 3) 'Uma mulher sente-se mais realizada se trabalha fora de casa do que se se dedica apenas à casa'

Filho-focalizado

- 1) 'Uma mulher pode ter uma vida totalmente satisfatória sem ter filhos'
- 2) 'É melhor que as mulheres trabalhem menos de 6 horas quando os filhos têm menos de 5 anos'
- 3) 'Em caso de dissolução do casal sempre é melhor que os filhos fiquem morando com sua mãe'

Na seguinte tabela, são apresentados os valores que tomam estes indicadores em função da situação conjugal atual das entrevistadas. É importante notar que, neste caso, não se está discriminando entre as mulheres que experimentaram a dissolução da primeira união, incluindo-se, pelo contrário, todas as entrevistadas independente de se começaram ou não sua vida conjugal. Dado que os indicadores fazem referência à época em que foi levantado o survey, resulta relevante dar conta da possível incidência da situação conjugal no momento de responder as perguntas relativas a seu posicionamento ideológico, visto que é de esperar-se que as valorações estejam tingidas pela própria experiência conjugal.

TABELA 18
DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES EM ESTRATOS DE INDICADORES IDEOLÓGICOS CONFORME
SITUAÇÃO CONJUGAL EM 2001 (EM PORCENTAGEM)

<i>Situação Conjugal</i>	<i>Institucionalismo</i>					
	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>Média</i>	<i>DS</i>
<i>Casada</i>	25,4	32,8	41,9	100,0	2,16	0,80
<i>União consensual</i>	46,7	35,7	17,5	100,0	1,71	0,75
<i>Divorciada</i>	50,4	30,1	19,5	100,0	1,69	0,78
<i>Nunca unida</i>	31,0	32,2	36,8	100,0	2,06	0,82
<i>N</i>	586	578	599	1763	2,01	0,82
<i>p</i>	0,000					
<i>Situação conjugal</i>	<i>Filho-focalizado</i>					
	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>Média</i>	<i>DS</i>
<i>Casada</i>	26,6	41,3	32,1	100,0	2,05	0,76
<i>União consensual</i>	27,5	39,2	33,3	100,0	2,06	0,78
<i>Divorciada</i>	33,8	39,5	26,7	100,0	1,93	0,78
<i>Nunca unida</i>	37,9	42,0	20,1	100,0	1,82	0,74
<i>N</i>	511	718	534	1763	2,01	0,77
<i>p</i>	0,005					
<i>Situação conjugal</i>	<i>Igualdade de gênero</i>					
	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>Média</i>	<i>DS</i>
<i>Casada</i>	34,8	40,9	24,3	100,0	1,90	0,76
<i>União consensual</i>	38,1	37,1	24,7	100,0	1,87	0,78
<i>Divorciada</i>	27,1	38,0	35,0	100,0	2,08	0,78
<i>Nunca unida</i>	19,5	47,7	32,8	100,0	2,13	0,71
<i>N</i>	576	714	473	1763	1,94	0,77
<i>p</i>	0,000					
<i>Situação conjugal</i>	<i>Conservadorismo</i>					
	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>Média</i>	<i>DS</i>
<i>Casada</i>	27,2	37,8	35,0	100,0	2,08	0,79
<i>União consensual</i>	28,5	41,2	30,2	100,0	2,02	0,77
<i>Divorciada</i>	37,6	38,0	24,4	100,0	1,87	0,78
<i>Nunca unida</i>	30,5	46,6	23,0	100,0	1,93	0,73
<i>N</i>	517	692	554	1763	2,02	0,78
<i>p</i>	0,001					

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001).
(Os valores de p correspondem ao teste de Pearson-Chi quadrado).

Os resultados apresentados na tabela anterior parecem confirmar a importância dos valores no que se refere à situação conjugal em que se encontram as mulheres apesar de que é preciso levar em conta que não estão sendo controlados os efeitos de outras variáveis. As mulheres que se encontram divorciadas atualmente apresentam, sistematicamente, valores mais altos nas categorias relativas a idéias mais liberais ou mais igualitárias nas diferentes dimensões consideradas. Independente de que as informações apresentadas não permitam dilucidar se essas atitudes foram precursoras do divórcio ou se elas são o resultado de uma reavaliação de valores pós-dissolução, a verdade é que as atitudes das divorciadas e separadas resultam consistentes em todas as dimensões consideradas: têm menos apego à dimensão institucional do casamento, são menos conservadoras, sua realização pessoal está menos vinculada à maternidade e são menos propensas a aceitar o modelo tradicional de divisão sexual do trabalho.

Na **TABELA 18**, é possível observar também que as atitudes das mulheres que estão em algum tipo de união tendem a ser mais parecidas entre si, em comparação com as que se encontravam fora da união no momento da entrevista. Embora as mulheres que estão em união consensual tenham atitudes levemente menos tradicionais do que as mulheres casadas, as diferenças mais importantes aparecem entre as que estão dentro e fora de união. A dimensão institucional constitui, porém, uma exceção, já que é possível observar que as coabitantes e as divorciadas apresentam uma distribuição muito similar no que se refere a esse indicador, manifestando uma forte rejeição à regulação institucional dos vínculos conjugais.

Esses resultados induziriam, então, a suspeitar que as atitudes menos conservadoras das mulheres que estão fora de união por causa da dissolução, poderiam decorrer, em boa medida, de sua situação conjugal atual. Destarte, caberia esperar que as mulheres que formaram uma nova união conjugal pós-dissolução sejam mais parecidas ideologicamente em comparação com as que continuam em sua primeira união. Na **TABELA 19**, são apresentados os valores das mesmas dimensões consideradas na tabela anterior, mas, desta vez, discriminando, por um lado, as mulheres que experimentaram a dissolução de sua primeira união, independente de sua situação conjugal atual e, de outro, as que recompuseram ou não sua vida conjugal.

TABELA 19
DISTRIBUIÇÃO DAS MULHERES EM ESTRATOS DE INDICADORES IDEOLÓGICOS CONFORME
HISTÓRIA CONJUGAL

<i>Institucionalismo</i>					
<i>Dissolução</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Sim	48,2	34,1	17,8	100,0	1077
Não	26,8	32,3	40,9	100,0	490
p	0,000				
<i>Reconstituição</i>					
Sim	45,2	36,8	18,0	100,0	261
Não	52,3	30,5	17,3	100,0	220
p	0,262				
<i>Filho-focalizado</i>					
<i>Dissolução</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Sim	31,4	39,0	29,6	100,0	1077
Não	26,7	41,2	32,0	100,0	490
p.	0,158				
<i>Reconstituição</i>					
Sim	28,0	38,3	33,7	100,0	261
Não	35,5	40,0	24,5	100,0	220
p	0,06				
<i>Igualdade de gênero</i>					
<i>Dissolução</i>	<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Sim	34,1	36,7	29,2	100,0	1077
Não	34,0	40,9	25,2	100,0	490
p	0,173				
<i>Reconstituição</i>					
Sim	39,5	34,5	26,1	100,0	261
Não	26,8	39,1	34,1	100,0	220
p	0,011				
<i>Conservadorismo</i>					
<i>Dissolução</i>	<i>Bajo</i>	<i>Medio</i>	<i>Alto</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Sim	34,3	37,1	28,6	100,0	1077
Não	27,0	38,9	34,1	100,0	490
p	0,009				
<i>Reconstituição</i>					
Sim	31,0	36,4	32,6	100,0	261
Não	38,6	36,8	24,5	100,0	220
p	0,097				

*Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001).
(Os valores de p correspondem ao teste de Pearson-Chi quadrado).*

Em termos gerais, os resultados mostram que as mulheres que reconstituíram a união após sua dissolução mantêm posturas mais tradicionais do que as que não voltaram a formar uma união. Isso resulta particularmente notório no relativo às idéias com respeito aos papéis de gênero e ao papel dos filhos no desenvolvimento individual. No que se refere à dimensão institucional, as diferenças na esfera das idéias não são significativas em função da trajetória pós-dissolução. Esse é um resultado previsível se se pensar que a própria experiência de dissolução coloca em questão a importância da regulação institucional para a perdurabilidade do vínculo conjugal.

Para efeitos da presente análise, o que importa destacar é que, dado que serão analisados os determinantes da primeira dissolução independentemente de qual for a situação conjugal da mulher no momento do survey, deve ser levado em conta que, embora o papel das idéias possa ter desempenhado um papel importante na decisão de dissolução, a trajetória posterior parece ser relevante na reconfiguração da valoração da vida familiar. A única forma de superar esse empecilho, a fim de estabelecer mais firmemente a causalidade entre ideologia e dissolução, seria contar com dados de painel.

Os resultados da análise multivariada a partir da ESF

As variáveis independentes selecionadas para analisar a probabilidade de dissolução a partir dos dados da ESF são muito similares às utilizadas nos modelos elaborados a partir da EGG. Por isso, somente serão descritas as novas variáveis e as que diferirem em sua construção com respeito às já descritas para a EGG. Na **TABELA 20**, são apresentados os valores médios e o desvio padrão das variáveis contínuas para a amostra de mulheres que iniciou sua trajetória conjugal.

TABELA 20
MÉDIAS AMOSTRAIS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES UTILIZADAS NO MODELO DE DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO*

<i>Variável</i>	<i>Média</i>
<i>Idade</i>	39,4 (8,3)
<i>Idade à dissolução</i>	22,03 (5,1)
<i>Tipo de vínculo da primeira união</i>	
Casamento direto	0,67
Coabitação pré-nupcial	0,15
União consensual	0,18
<i>Parturições da primeira união</i>	
0 filho	0,13
1 filho	0,26
2 filhos	0,34
3 ou + filhos	0,27
<i>Anos de estudo</i>	
0-8	0,35
9-12	0,28
13+	0,26
<i>Propriedade da habitação</i>	0,63
<i>Índice de institucionalismo</i> ⁶⁶	0,006 (1,00)
<i>Religião</i>	0,62
<i>N</i>	1314

Fonte: Elaboração própria com base na ESF (MV, 2001).

**Entre parênteses é incluído o desvio padrão.*

O **tipo de vínculo** é apresentado em três categorias, distinguindo as mulheres que casaram diretamente, as que coabitaram antes de legalizar a união e as que não tinham legalizado a união no momento em que a mesma foi dissolvida ou na data do survey. Com esta especificação visa-se determinar se, além das diferenças entre as uniões legalizadas e as consensuais, é possível identificar efeitos da coabitação pré-nupcial. A categoria omitida é o casamento direto.

À diferença dos modelos elaborados para homens e mulheres com os dados da EGG, neste caso é possível levar em conta, não apenas a existência de filhos do casal, mas também seu número. Assim, a variável **parturições** faz uma distinção entre as mulheres que não tiveram filhos e as que acumularam um, dois, três ou mais filhos. A categoria de

⁶⁶ Os valores mínimo e máximo desta variável são -2,5 e 2,03 respectivamente.

referência será, neste caso, a que inclui as mulheres que não tinham filhos no momento da dissolução de sua primeira união.

Neste survey não se perguntou acerca dos anos de estudo. A variável **nível educativo** foi categorizada da seguinte forma: a categoria mais baixa compreende as mulheres sem instrução, as que têm educação primária completa ou incompleta e as que não finalizaram o ciclo básico de ensino médio. Esta categoria corresponde, aproximadamente, a oito anos de estudo. A categoria seguinte (secundária) inclui as mulheres que tinham completado o ciclo básico de secundária e as que contavam com o segundo ciclo completo ou incompleto. Esta categoria abrange, aproximadamente, as mulheres que cursaram entre 9 e 12 anos de estudo. Finalmente, a categoria terciária inclui todas as mulheres que iniciaram estudos superiores, ora os tenham concluído ou não. Esta categoria implica ter acumulado, pelo menos, 13 anos no sistema educativo. A categoria omitida é a que reúne as mulheres de menor educação.

A variável dependente é a ocorrência ou não da dissolução da primeira união. A análise limitou-se às mulheres que começaram sua primeira união antes de 1998. Na **TABELA 21**, são apresentados os resultados da operação estimativa.

TABELA 21
DETERMINANTES DA DISSOLUÇÃO DA PRIMEIRA UNIÃO DAS MULHERES DA ÁREA METROPOLITANA (MODELO PROBITO)⁶⁷

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>		<i>Significação</i>	<i>Efeito marginal</i>
Idade	0,190	***	0,000	0,064
Idade ^ 2	-0,017	***	0,008	-0,006
Idade à união	-0,086	***	0,000	-0,029
Tipo de união: Coabitação	0,000		0,998	0,000
Tipo de união: União livre	0,755	***	0,000	0,280
Parturições:: 1 filho	-0,358	**	0,016	-0,114
Parturições: 2 filhos	-0,930	***	0,000	-0,282
Parturições: 3 ou + filhos	-1,128	***	0,000	-0,314
Nível educativo (secundária)	0,035		0,716	0,012
Nível educativo (terciária)	-0,148		0,174	-0,049
Nunca trabalhou (Sim = 1) (Não =0)	-0,565	**	0,018	-0,158
Índice de institucionalismo	-0,321	***	0,000	-0,108
Religião (Sim = 1) (Não =0)	-0,232	***	0,006	-0,079
Constante	-2,592	**	0,013	
Nº de observações			1314	
Log likelihood			-661,20406	
Pseudo R2			0,196	

*** significativo a 99% ** significativo a 95%

NOTA:

- Em '*Tipo de união*' é omitida a categoria 'casamento direto'

- Em '*Parturições*': é omitida a categoria 'Sem filhos'

- Em '*Nível educativo*', é omitida a categoria mais baixa 'educação primária completa ou incompleta e primeiro ciclo de ensino médio'

Fonte: Elaboração própria com base na ESF (MV, 2001).

Os resultados auferidos confirmam, em grandes traços, as relações entre as variáveis explicativas selecionadas e a probabilidade de dissolução apresentadas acima com os dados da EGG. A idade à união e a consensualidade do vínculo têm efeitos positivos sobre a dissolução, enquanto a experiência reprodutiva, ser adepto de uma religião e não ter participado nunca no mercado de trabalho são fatores que se associam negativamente com o divórcio entre as mulheres montevideanas. Da mesma forma, os dados colocam em evidência que a natureza do vínculo e a trajetória reprodutiva são os preditores mais importantes da dissolução.

Novamente, não são registradas diferenças significativas na probabilidade de dissolução em função do **nível educativo**. No trabalho realizado por Bucheli e Vigna (2005) também a partir dos dados

⁶⁷ Foram eliminadas as uniões começadas antes de 1999.

da ESF, a análise mostra que dentre as mulheres da coorte mais antiga (1947-56), as mulheres com nível educativo terciário tinham maior propensão a divorciar-se do que as menos educadas, sendo que, na coorte mais jovem (1957-66), a diferença na probabilidade de dissolução somente é significativa entre as mulheres com educação média e as menos educadas e, ainda, num nível baixo de significação (90%). Esses resultados são coerentes com a idéia de “democratização” do divórcio, mediante a qual se postula que, enquanto a ocorrência da dissolução tendia a ser a prerrogativa dos grupos sociais mais favorecidos quando a dissolução era um evento raro, com a expansão do fenômeno, a pertença social deixou de ter efeitos sobre a estabilidade dos casamentos.

Quanto ao **tipo de união**, constata-se que a coabitação prévia ao casamento confirma os resultados mostrados a partir da análise de sobrevivência: mesmo quando se controla pelas variáveis demográficas, a coabitação não exerce influências sobre a estabilidade das uniões. Este achado abonaria a idéia de que a forma de entrada em união não acarreta conseqüências sobre a estabilidade futura do vínculo. Antes, parece que é a consensualidade “definitiva” o tipo de conjugalidade fortemente associado com a dissolução. Neste caso, também os efeitos marginais são muito altos, mostrando que a probabilidade de dissolução é 28 pontos percentuais mais alta para as mulheres que não tinham legalizado sua primeira união.

A relação entre **experiência reprodutiva** e dissolução está alinhada com os resultados apresentados a partir da EGG, confirmando a associação negativa entre a existência de filhos e a separação conjugal. No entanto, a inclusão das parturições permite introduzir importantes nuances aos achados auferidos, levando em conta exclusivamente a existência ou ausência de filhos. Embora a passagem de zero para um filho tenha efeitos positivos sobre a estabilidade da união – e, em geral, constata-se que quanto maior for a quantidade de filhos, menor será a probabilidade de divorciar-se em comparação com as mulheres que não tiveram filhos –, a decisão do segundo filho parece ser a mais relevante no sentido de manter unido o casal. Enquanto que a probabilidade de dissolução das mulheres que têm um filho diminui 11 pontos percentuais com respeito às mulheres sem filhos, a redução atinge os 28 pontos quando as mulheres acumularam dois filhos e os 31 pontos a partir do terceiro filho.

Como interpretar esses resultados? Por um lado, a importante redução na probabilidade de dissolução quando as mulheres têm dois filhos poderia ser vista como uma extensão do efeito de seleção. Desta perspectiva, os casais que iniciaram a etapa reprodutiva, mas cuja vida conjugal é conflituosa, optariam por abandonar a idéia de ter um segundo filho, decisão que, por sua vez, derive talvez da aparição de desavenças no exercício dos papéis parentais ou quanto aos estilos de criação.

Se o eventual efeito de seleção for deixado de lado, os relativamente escassos efeitos marginais sobre a dissolução entre as mulheres que tiveram um só filho com respeito às que não tiveram filhos, podem ser interpretados como a expressão do significado dos filhos no contexto das relações conjugais modernas. Nelas, a conjugalidade e a procriação deixam de estar fortemente ligadas e a chegada do primeiro filho, antes que uma conseqüência normativa da vida conjugal, teria a função de contribuir para a realização dos projetos pessoais dos membros do casal e outorgar satisfação ao vínculo (BAWIN-LEGROS, 1988; BECK; BECK-GERNSHEIM, 1998; ROUSSEL, 1989; VAN DE KAA, 2002). Se isso fosse assim, seria de esperar-se que o efeito estabilizador que dão os filhos à união tendesse a diluir-se com a expansão da reflexibilidade nas relações conjugais (GIDDENS, 1993). Os casais testariam em que medida a chegada do primeiro filho reforça a relação e contribui para os desejos de autorealização de cada membro e, em função dessa avaliação, resolveriam continuar com a relação ou não. Como assinala Leridon (1995), a decisão do primeiro filho pode ser inclusive a conseqüência de uma fase conflituosa do

casal, um mecanismo de proteção do próprio vínculo, mas não mais a garantia da relação. Nas próprias palavras do autor, se é possível admitir que o filho já não é mais a razão de ser do casamento, freqüentemente ele continua a ser a razão da duração dos casais, embora não mais constitua uma garantia contra a dissolução posterior em caso de conflito: na tormenta, os dois membros do casal podem lembrar que o filho não ocupava um lugar central no contrato estabelecido no momento de sua união.⁶⁸

Excluindo o fato de que os casais cuja satisfação conjugal é alta provavelmente optem por aumentar sua fecundidade, a forte associação negativa entre o divórcio e as parturições de valor dois ou mais poderia refletir um grau de compromisso com a durabilidade do vínculo conjugal e, para alguns casais, poderia significar que, no balanço custo/benefício da separação, o mandato institucional exerce efeitos estabilizadores.

Finalmente, a variável que recolhe os efeitos das **atitudes** em face do casamento integra o grupo dos fatores com mais alto poder preditivo e, no sentido esperado, quer dizer, quanto mais importância as mulheres conferem aos aspectos institucionais do casamento, menor é a probabilidade de que tenha lugar a dissolução. Ao considerar as precauções assinaladas na seção anterior, esse resultado, que vem somar-se ao efeito negativo exercido pela afiliação religiosa, sugere que o âmbito das idéias desempenha um papel relevante na decisão da dissolução.

⁶⁸ Leridon (1995).

6. AS TRAJETÓRIAS CONJUGAIS PÓS-DISSOLUÇÃO

O objetivo deste capítulo é analisar as trajetórias conjugais pós-dissolução femininas e masculinas. Em primeiro lugar, são descritos os itinerários conjugais das pessoas que experimentaram a dissolução, utilizando as mesmas ferramentas que se usam para a análise da dissolução da primeira união: análise bivariada e análise de sobrevivência. Depois, são examinados os determinantes da recomposição do casal, empregando técnicas de análise multivariada.

O presente estudo pretende contribuir com evidência empírica num campo inexplorado no país: com que frequência e depois de quanto tempo as mulheres e os homens voltam a conformar uma união após o divórcio? Existem diferenças de gênero na probabilidade de recomposição? Quais são os fatores que incidem sobre a probabilidade de recompor a vida conjugal entre as mulheres e os homens divorciados?

A resposta a essas perguntas é relevante no Uruguai, dado que, embora o nível de divórcio seja alto, não há disponibilidade de fontes alternativas para o estudo da recomposição conjugal pós-dissolução. Até hoje não foram levadas a cabo pesquisas sobre esse assunto a partir de informações qualitativas, sendo que as fontes estatísticas oficiais recolhem exclusivamente informações relativas ao estado conjugal atual. Portanto, não é possível saber, a partir dos dados coletados em censos e surveys de domicílios, qual é a categoria da união da população que vive em casal, bem como qual foi a trajetória conjugal das pessoas que se declaram solteiras. Por outro lado, na medida em que existe uma forte associação entre consensualidade e dissolução da primeira união, é fatível que o estado de solteirismo não reflita cabalmente a história conjugal de setores cada vez maiores da população jovem. Em decorrência disso, espera-se que a análise dos itinerários conjugais pós-dissolução a partir de informações retrospectivas contribua para o conhecimento de uma área que ainda não foi estudada no Uruguai.

6.1. A relevância do estudo das uniões pós-dissolução

Apesar de que os processos que conduzem ao divórcio foram consideravelmente mais estudados do que os que levam à recomposição pós-dissolução, o aumento da seqüência de experiências conjugais suscita um progressivo interesse no campo da sociodemografia. Na medida em que as dissoluções têm lugar a idades cada vez mais precoces, a probabilidade de que as trajetórias conjugais incluam mais de uma união começa a ser um componente do curso de vida cada vez mais freqüente, ao ponto de ter-se cunhado o termo “monogamia em série” para designar esse fenômeno.

Do ponto de vista da demografia, o interesse inicial pelas reincidências esteve focalizado em seu eventual impacto sobre a fecundidade. No entanto, à medida em que a perspectiva das trajetórias de vida foi ganhando espaço, as próprias reconstituições começaram a ser um objeto de estudo mais abordado num contexto de crescente mobilidade conjugal. Nesse sentido, a recomposição do casal constitui uma das transições que contribuem para criar panoramas cada vez mais complexos das relações familiares e do curso de vida individual, gerando um crescente interesse pela problemática e as particularidades das famílias reconstituídas. A despeito disso, ainda é pouco abundante a reflexão teórica e o trabalho empírico sobre a recomposição do casal. Em parte, isso se explica pelo maior interesse provocado pelo estudo da

monoparentalidade. Por tratar-se de uma das conseqüências mais visíveis do aumento do divórcio e devido a sua freqüente associação com as situações de pobreza ou maior vulnerabilidade, o grupo de pessoas com filhos – principalmente mulheres – que estão fora de união após a dissolução captou maior atenção do que os processos de recomposição.

Embora a recomposição conjugal não seja um fenômeno novo, suas causas demográficas diferem substancialmente com respeito ao passado, quando a mortalidade era a força que dominava o processo de reconstituição do casal. Como aponta o historiador da família André Burguière, “(...) a instabilidade demográfica de ontem fabricava tantas famílias recompostas quanto a instabilidade sentimental de hoje.” (BURGUIÈRE, 1998).

No entanto, o fato de que, atualmente, seja a dissolução o fenômeno a incidir quase exclusivamente na formação das famílias reconstituídas tem implicações demográficas e sociais diferentes do que as relativas à recomposição por causa de viuvez. Em primeiro lugar, porque as dissoluções ocorrem muito freqüentemente quando os indivíduos são ainda jovens e os filhos são pequenos; em segundo lugar, porque a dissolução – à diferença da viuvez – não envolve o desaparecimento físico de um dos cônjuges. Em termos das relações familiares e da vida cotidiana dos indivíduos isso implica para os filhos a eventual multiplicação de seus âmbitos de interação familiar bem como sua circulação por dois domicílios e, para os ex-cônjuges, o exercício e a negociação da parentalidade num novo contexto (MOXNES, 1992).⁶⁹

Por outro lado, apesar de que o processo que conduz à recomposição tem elementos em comum com o que leva à primeira união, a reconstituição envolve implicações teóricas diferentes das que se aplicam à primeira união. Sweeney (1995) assinala três razões pelas quais a reconstituição difere teoricamente da primeira união. Primeiro, o autor aduz que o fato de ter passado por uma união anterior afeta a valoração do casamento ou a vida conjugal ao ponto de o desejo de voltar a conformar um casal depender, em grande medida, da avaliação da experiência passada. Segundo, porque o fenômeno da recomposição se dá com muito menor freqüência que a primeira união, que costuma ser uma transição experimentada por quase toda a população. Assim, resulta de particular interesse identificar os processos de seleção que subjazem à reconstituição. Terceiro, porque na medida em que a recomposição tem lugar numa etapa mais tardia do ciclo de vida, as pessoas contam com maiores recursos econômicos, uma carreira laboral mais sólida e uma trajetória ou projeto reprodutivo consolidado. Teoricamente, esses fatores contribuirão para que a decisão de entrar numa nova união dependa fortemente das experiências reprodutiva e de trabalho passadas.

Outro motivo pelo qual o estudo da formação de uniões pós-dissolução resulta relevante é o que diz respeito aos efeitos econômicos da separação conjugal. Em relação a esse assunto, a pesquisa tem sido profusa, existindo consenso quanto a que o divórcio acarreta conseqüências diferentes para os diversos membros da família. Nos países da América Latina, se bem que não existam estudos que permitam comparar a situação prévia com as condições econômicas posteriores à dissolução, diversos estudos mostraram a situação de vulnerabilidade econômica das famílias monoparentais na grande maioria dos países da região (ARRIAGADA, 2004). Nos países que contam com informações longitudinais, em geral, conclui-se que, no período imediato ao divórcio, a situação econômica das mulheres e dos filhos piora enquanto que a dos homens experimenta uma melhoria (BARTFELD, 2000; BARTFELD; MEYER,

⁶⁹ Por outro lado, a evidência proporcionada por outros países mostra o forte impacto do divórcio na co-residência de pais e filhos. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre as crianças americanas nascidas entre 1800 e 1950, aproximadamente um terço não coabitou durante toda sua infância com seus dois progenitores. Esse número atinge a 38% dos nascidos em 1960, a 46% na coorte de 1970 e a 53% na de 1980. Hernández, (1993).

2003; BRÖCKEL, 2005; SELZER, 1994; VILLENEUVE-GOKALP, 1994). A situação favorável para os homens explica-se pelo fato de que, enquanto o número de pessoas a cargo deles se reduz, seus rendimentos não se modificam depois da separação, somando-se a isso o fato de que há uma percentagem de pais que, ora não transfere dinheiro para seu ex-domicílio, ora contribui com uma proporção pequena de sua renda (SWEENEY, 1995). Seja porque a separação tende a piorar as condições de uma família que já tinha severas restrições econômicas, seja porque contribui para deteriorar o nível de bem-estar das famílias que já se encontravam em condições aceitáveis ou boas, o balanço econômico da dissolução é sistematicamente desfavorável para as mulheres.

Conseqüentemente, a reconstituição vem sendo vista como uma estratégia feminina para superar situações de privação econômica ou, pelo menos, como uma forma de recompor economias de escala. De fato, vários trabalhos demonstraram que a formação da nova união ajuda a melhorar a situação econômica das mulheres divorciadas (GRAAF; KALMIJN, 2003) enquanto outros estudos encontram que a reincidência conjugal aumenta as probabilidades de sair das situações de pobreza, ao reduzir o período de dificuldades econômicas que sucede habitualmente à dissolução (SMOCK, 1990; SWEENEY, 1995).

Finalmente, a evidência recolhida em outros países alega que a estabilidade das segundas uniões é menor do que a das primeiras, em parte pelas próprias características das pessoas que reincidem, em parte porque a dinâmica dos casais reconstituídos costuma ser mais conflituosa do que a dos primeiros casamentos, particularmente se existem filhos (VILLENEUVE-GOKALP, 1994; WHITE, 1990). Assim, embora a conformação de um novo casal possa acarretar uma melhora substantiva nas condições econômicas das mulheres que terminaram com uma união anterior, a criação de famílias mais complexas está freqüentemente associada também a uma vida familiar mais conflituosa e, por conseguinte, mais instável (CHERLIN; FURSTENBERG, 1991).

6.2. Algumas precisões com respeito aos dados utilizados

Como já foi apontado, a EGG não apresenta problemas de informações nas datas de dissolução dos casais anteriores dos entrevistados, nem na data de início da convivência das pessoas que atualmente estão unidas, o que torna viável estudar o processo de recomposição depois da **última dissolução** declarada na história conjugal. Assim, a análise da recomposição que expomos aqui será realizada, em sua maior parte, com base nas informações do referido survey, cuja grande vantagem reside no fato de que ele permite comparar as similitudes e diferenças nos comportamentos conjugais pós-dissolução de homens e mulheres. Cabe destacar que, dado que as uniões de terceira categoria são um fenômeno muito marginal, a última união declarada pelos que já se separaram alguma vez coincide, para uma importante maioria, com a primeira união. Assim, a união precedente foi a primeira experiência conjugal para 78,5% das mulheres e para 72,8% dos homens. No total, 362 homens e 412 mulheres de mais de 24 anos experimentaram a dissolução de sua última união. A não ser que se indique o contrário, na análise a seguir serão incluídos somente os indivíduos cuja data de separação tenha sido pelo menos três anos antes da data de realização do survey. A recomposição é definida, então, como a probabilidade de que um/a entrevistado/a de 25 anos ou mais esteja numa nova união, dado que transcorreram pelo menos três anos após sua última dissolução. Levando em conta essa restrição, o número de homens exposto ao risco de conformar uma nova união é de 291, chegando a 330 no caso das mulheres.

6.3. A frequência da recomposição pós-dissolução conforme o sexo e outras características sociodemográficas

Mais da metade dos entrevistados tornou a conformar uma união depois de decorridos três anos a partir do momento da dissolução: 64% dos homens e 56% das mulheres que experimentaram a dissolução de sua última experiência de convivência. Essas percentagens são relativamente similares aos níveis de recomposição conjugal detectados em outros países. Na França, por exemplo, a essa mesma duração da separação, o nível da reconstituição entre homens e mulheres atinge os 60% e 48% respectivamente (VILLENEUVE-GOKALP, 1991).

O primeiro resultado que cabe destacar é que a probabilidade de recomeçar a vida conjugal é relativamente semelhante entre homens e mulheres. A escassa diferença registrada na probabilidade de recomposição é, à primeira vista, contra-intuitiva se forem considerados os números que se manejam habitualmente com base nas informações de corte transversal.

Com efeito, a partir desse tipo de informações reporta-se sistematicamente uma maior presença feminina na distribuição por sexo da população separada e divorciada. No caso do Uruguai, tanto nos censos quanto nas ECH (surveys contínuos de domicílios), observa-se que a população de separados e divorciados fora de união está integrada, aproximadamente, por 30% de homens e 70% de mulheres, mas isso considerando a gama de idades entre os 15 e os 85 anos. De fato, em EGG, a distribuição por sexo da população que se declara separada ou divorciada e não vive unida no momento de realização do survey é muito similar à que se encontra nas fontes oficiais: a partir desse corte transversal, constata-se que 36,3% do referido subgrupo é integrado por homens, sendo que o 63,7 restante é composto por mulheres⁷⁰. Entretanto, como é possível observar na **TABELA 22**, embora seja maior a proporção de homens que recompôs sua vida conjugal, a diferença com respeito às mulheres é bastante modesta, atingindo os 8 pontos percentuais. A aparente contradição entre os dados de corte transversal e biográfico deve ser atribuída à maior duração das experiências pós-conjugais entre as mulheres em comparação com os homens, o que determina que, na visão fotográfica, a proporção de mulheres divorciadas ou separadas seja desproporcionadamente maior do que a dos homens. A duração da separação conforme sexo será tratada de forma mais aprofundada quando forem apresentados os resultados da análise de sobrevivência.

⁷⁰ Cabe lembrar que as informações da EGG referem-se a pessoas entre 25 e 54 anos.

TABELA 22
PERCENTAGEM DE PESSOAS CONFORME RECOMPOSIÇÃO DA ÚLTIMA UNIÃO E SEXO

<i>Recomposição</i>	<i>Sexo</i>		
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
<i>Não</i>	36,1	43,9	52,6
<i>Sim</i>	63,9	56,1	47,4
<i>N</i>	291	330	621
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base em EGG.

Cabe perguntar em que medida a ausência de vínculos conjugais implica também a ausência de laços amorosos. Os dados DA TABELA 23 ampliam a informação sobre a gama de possibilidades de vinculação pós-dissolução, incluindo as relações estáveis de casal que não implicam coabitação.

TABELA 23
PERCENTAGEM DE PESSOAS QUE DISSOLVERAM SUA ÚLTIMA UNIÃO CONFORME TIPO DE VÍNCULO ATUAL E SEXO

<i>Tipo de Vínculo</i>	<i>Sexo</i>		
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
Legal	37,5	27,1	32,0
Consensual	26,0	29,0	27,6
Vínculo não conjugal	10,9	11,6	11,3
Sem vínculo	25,6	32,3	29,2
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

Como se pode observar, não existem diferenças entre homens e mulheres quanto à probabilidade de manter vínculos não conjugais, sendo, em ambos os casos, escassa a proporção de pessoas que mantêm uma relação estável sem convivência, superando apenas o 10% das pessoas separadas. A segunda categoria em importância, depois de uma nova união conjugal, é a que reflete a inexistência de casal: a quarta parte dos homens divorciados e quase um terço das mulheres declararam não ter vínculos de qualquer índole no momento do survey. De acordo com esses resultados, o padrão de relacionamento pós-dissolução entre os sexos apresenta uma polarização entre a opção por uma nova experiência conjugal e a ausência de vínculos estáveis. Entre esses dois extremos existe pouco lugar para a conformação de vínculos sem coabitação, não constituindo, em definitiva, as relações LAT uma opção atraente entre as pessoas que entram na fase do pós-divórcio.⁷¹

⁷¹ O termo LAT faz referência à expressão inglesa *Living Apart Together*, que designa uma forma de relacionamento comum nos países da Europa Ocidental entre as pessoas separadas, de importância crescente entre as novas gerações.

Os dados da EGG confirmam a maior propensão para a consensualidade nas uniões de segunda ou outra categoria, abonada também pela ampla maioria dos estudos sobre a formação da união pós-dissolução. Entre as mulheres que iniciaram uma nova experiência conjugal, a proporção que optou por uma união de fato atinge os 52% e 41% entre os homens, enquanto que a taxa de consensualidade da primeira união é de 30,2% e de 36,7% respectivamente. Observa-se um padrão similar entre as mulheres entrevistadas na ESF (BUCHELI et al., 2002), salientando-se ainda, em outros estudos, que uma das causas de seu aumento no Uruguai reside na maior propensão a não legalizar o vínculo entre os casais que recompõem sua vida conjugal (FILGUEIRA; PERI, 1993; FILGUEIRA, 1996). Cabe assinalar que a forte tendência para a consensualidade nas uniões pós-divórcio foi sistematicamente reportada nas análises de reconstituição de casal em outros países (FESTY, 1991; GRAAF; KALMIJN, 2003; KIERNAN, 2001; STREET; SANTILLAN, 2005; SWEENEY, 1995). A mesma é freqüentemente interpretada como um sinal que reafirma a depreciação do casamento como instituição reguladora dos vínculos conjugais. Nesse sentido, o aumento do divórcio, combinado com a diminuição do interesse por legalizar as segundas ou ulteriores uniões, abona a interpretação cultural da fragilização da instituição do casamento (GRAAF; KALMIJN, 2003; KIERNAN, 2001).

No que se refere à maior incidência da consensualidade entre as mulheres reincidentes em relação aos homens, em parte, a mesma pode ser explicada pelo fato de que os homens tendem a reincidir com mulheres mais jovens, unidas por primeira vez e, por conseguinte, mais propensas a pressionar em favor da legalização da união. O fato de que uma proporção menor de mulheres iniciou consensualmente sua primeira experiência conjugal parece sustentar essa hipótese. Outra forma de explicar o fenômeno de que nos ocupamos é que o mesmo talvez resulte de uma pior avaliação da experiência matrimonial por parte das mulheres. No estudo dirigido por Villeneuve-Gokalp (1999), enquanto as opiniões acerca dos benefícios e desvantagens do casamento eram muito similares entre homens e mulheres que estavam em sua primeira união, as diferenças de gênero na visão do casamento acentuavam-se entre as pessoas que tinham experimentado uma dissolução, sendo particularmente negativas no setor feminino. Com muita maior freqüência, as mulheres que tinham dissolvido seu primeiro casal consideravam que os laços matrimoniais tinham um forte componente opressivo.

Nos seguintes parágrafos, será apresentada uma descrição da freqüência de recomposição em função de algumas características básicas da população. Em particular, é analisada a propensão a recompor a vida conjugal de acordo com a idade à dissolução, a experiência reprodutiva, a área de residência, a educação, a atividade laboral e o bem-estar econômico da família. Visto que os efeitos "puros" dessas características serão tratados nas seguintes páginas, ao ser abordado o estudo dos determinantes da recomposição, nesta seção visa-se principalmente dar conta dos níveis de reincidência e dos diferenciais por sexo a partir da análise da taxa de recomposição em função de alguns traços básicos da população estudada. A taxa de recomposição é entendida como a percentagem de pessoas que conformaram uma nova união, pois já tinham estado unidos anteriormente, finalizando, essa união, antes de 2002, quer dizer, três anos antes da realização da entrevista.

Em primeiro lugar, é analisada a incidência da recomposição de acordo com a **idade em que teve lugar a dissolução**. Os resultados apresentados na **TABELA 24** revelam que a taxa de recomposição é significativamente mais alta entre as pessoas de menos de 30 anos, caindo abruptamente na faixa etária intermediária. Aproximadamente, as três quartas partes dos homens e mulheres que concluíram sua última experiência conjugal antes de seu trigésimo aniversário, voltaram a conformar uma união, enquanto que entre os que se separaram aos quarenta anos ou mais, a taxa de recomposição

atinge a menos de 40% entre os homens e a menos de um quinto da população feminina. Este achado, bastante previsível, está alinhado com os resultados de pesquisas realizadas também a partir de surveys biográficos, que apontam a idade à dissolução como uma das condicionantes demográficas mais relevantes da reconstituição.

Embora o padrão seja o mesmo entre homens e mulheres, os dados permitem constatar que a brecha na taxa de reconstituição por sexo se alarga à medida que aumenta a idade à dissolução, sendo do dobro entre os homens de quarenta anos ou mais com respeito às mulheres nessa mesma faixa etária. Em princípio, caberia supor que a menor frequência de recomposição das mulheres maduras pode estar vinculada às responsabilidades maternas, visto que, nessas idades, a maioria das mulheres já teve filhos. Como assinala Villeneuve-Gokalp (1999), o passado conjugal lega às mulheres uma dupla herança que as desfavorece no mercado matrimonial: uma idade mais avançada e a responsabilidade cotidiana do cuidado dos filhos, que limita seus desejos e possibilidades de voltar a viver em casal. Inversamente, para os homens, esses dois fatores não são particularmente limitadores na busca de um novo casal. Por um lado, é muito escasso o número de homens que coabitam com seus filhos depois de ter sido dissolvida a união e, por outro, sua idade não constitui uma desvantagem no mercado matrimonial. Enquanto que a valoração social da idade determina que as mulheres procurem potenciais cônjuges entre os homens de igual ou mais idade, para os homens a gama de elegíveis é consideravelmente maior, incluindo um leque de idades consideravelmente mais vasto (BOZON, 1990).

Na mesma tabela observa-se que o fato de ter **filhos** no momento da dissolução não incide sobre a taxa de recomposição. Surpreendentemente, a mesma assume quase o mesmo valor independente de se a mulher teve filhos ou não. Nos homens, ocorre um fenômeno similar, mas, neste caso, não resulta inesperado, dada a escassa proporção de homens que convive com seus filhos após a dissolução. Cabe destacar que na ESF se encontra o mesmo padrão: se se considerar uma variável dicotômica que distingue as mulheres que tiveram filhos das que não o fizeram, a taxa de recomposição é de 51,1% entre as primeiras e de 52,7% entre as segundas. Esse resultado difere do da maioria dos estudos que abordam a frequência da recomposição conjugal, nos que é comum observar que a existência de filhos de uniões prévias se associa a uma menor frequência de recomposição. Assim, na meta-análise realizada por Graaf e Kalmijn (2003) sobre os determinantes da recomposição nos países desenvolvidos, ter começado a vida reprodutiva em uniões anteriores tem, na maioria dos estudos considerados, efeitos negativos sobre a taxa de reconstituição. Este aspecto será retomado mais adiante, quando for apresentada a revisão dos determinantes da recomposição.

A variável considerada diz respeito à existência ou ausência de filhos da união anterior e não ao número de filhos acumulados antes da dissolução. Dado que não foi possível estabelecer o número de filhos de cada união em EGG, devido aos problemas já assinalados, na **TABELA 24** é apresentada a taxa de reconstituição conforme o número de filhos de uniões anteriores das mulheres entrevistadas na ESF. Esses dados são consistentes com as informações da EGG, porquanto confirmam que a condição de mãe não tem relação com a recomposição (na verdade, a taxa de recomposição é um pouco mais alta entre as mulheres que tiveram um filho), mas, certamente, mostram que a transição para o segundo filho implica uma redução considerável nas chances de voltar a contrair uma união, que se acentua quando a mulher tem três filhos ou mais. No entanto, dado que a parturição está ligada à idade, é preciso esclarecer em que medida um maior número de filhos continua afetando a probabilidade de recomposição, controlando a idade à dissolução ou a própria idade da mulher. Esse controle será levado em conta na análise multivariada.

TABELA 24
TAXA DE RECOMPOSIÇÃO CONFORME CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS.
EM PORCENTAGEM

<i>Características selecionadas</i>	<i>Sexo</i>		
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>N</i>
<i>Idade à dissolução</i>			
< 30	80,4	74,1	333
31 a 39	53,9	43,9	158
>40	38,1	18,3	123
<i>Filhos de uniões anteriores</i>			
Não	52,6	48,1	217
Sim	47,8	46,7	383
<i>Nº de filhos de uniões anteriores (dados da ESF)</i>			
0		51.1	90
1		62.9	178
2		47.1	157
3+		43.5	115
<i>Área de residência</i>			
Montevideu	62,7	53,4	339
Interior	65,6	59,5	281
<i>Anos de estudo</i>			
0-8	66,9	56,8	279
9 a 12	64,5	56,3	219
13+	56,9	55,2	123
<i>Atividade laboral</i>			
Inativo/a	42,9	73,5	111
Ativo/a	66,0	50,4	508
Nunca trabalhou	-.-	82,4	17
<i>Indicador de bens domésticos</i>			
Baixo	74,7	50,8	197
Médio	66,7	54,2	240
Alto	52,1	66,3	185

*Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004) e em ESF (MV, 2001).
(o valor de N corresponde à soma dos casos de homens e mulheres em cada categoria).*

As mulheres e os homens que residem no interior do Uruguai têm chances um pouco maiores do que os habitantes da capital de recompor uma união, embora a brecha na taxa de recomposição conforme **área de residência** seja muito modesta, particularmente entre os homens. Dado que a idade

à primeira união é um pouco menor no interior do país e que as dissoluções apresentam níveis similares em ambas as áreas, é fatível que essa diferença esteja ligada a uma maior precocidade na idade à dissolução.

A taxa de recomposição conforme **educação** não apresenta diferenças entre a população feminina, sendo, a frequência da reconstituição conjugal, a mesma entre as mulheres que não terminaram o ciclo básico de educação secundária e entre as que ingressaram ao sistema de educação superior. Em princípio – na esteira da hipótese da “autonomia econômica” – caberia esperar que as mulheres mais educadas fossem menos propensas a refazer sua vida conjugal, na medida em que se espera que seu bem-estar econômico seja menos dependente do casamento. À diferença das mulheres, entre os homens a frequência da recomposição decresce à medida que aumenta o nível educativo, embora seja preciso notar que a brecha é exígua entre os dois níveis inferiores, enquanto que os homens que iniciaram ou culminaram estudos superiores apresentam chances um pouco maiores de permanecer fora de união.

A propensão a recompor uma união em função da **condição de atividade** sugere, à diferença da educação, que a recomposição feminina tem certa relação com a capacidade de auto-sustentação: as mulheres que no momento do survey eram ativas – ocupadas ou não – apresentam uma taxa de recomposição ostensivamente menor do que as que estavam fora do mercado de trabalho⁷². É preciso lembrar, porém, que a variável está medida na data do survey e não na fase anterior à entrada numa nova união, não sendo possível determinar, por isso, em que medida a recomposição é, em parte, o resultado de uma estratégia econômica. Embora o número de casos seja muito pequeno, o fato de que também entre as mulheres que nunca trabalharam a taxa de reconstituição seja muito alta parece confirmar que a ausência de carreira laboral ou uma inserção mais instável no mercado de trabalho levam as mulheres a valorizar mais os benefícios da vida conjugal.

Já os homens inativos são os que têm menores chances de voltar a conformar uma união. Levando em consideração as precauções supracitadas quanto ao momento de medição da atividade laboral, esse resultado poderia estar associado a um menor atrativo dos homens no mercado matrimonial. De acordo com esses resultados, a relação entre atividade e reconstituição parece estar marcada por uma forte divisão de papéis sexuais: as mulheres apresentar-se-iam ao mercado matrimonial em busca de bons provedores, o que determinaria que os homens com menor capacidade financeira sejam menos atraentes aos olhos das mulheres.

Finalmente, o **indicador de bens domésticos** reflete o nível de conforto atual das pessoas. Os resultados revelam uma relação inversa entre a taxa de recomposição feminina e masculina e o nível de bem-estar econômico da família. Assim, a frequência de recomposição masculina é menor entre os estratos mais altos, enquanto que entre as mulheres cresce à medida que aumenta o bem-estar da família. Esse resultado, considerado em conjunto com a ausência de seletividade por educação, poderia estar indicando que a maior frequência de recomposição entre as mulheres que pertencem a famílias mais abastadas é, antes, um efeito do que uma causa da recomposição. Se isso fosse assim, os dados permitem afirmar que o casamento é, para muitas mulheres, um meio eficaz de elevar seu padrão de vida.

⁷² A condição de atividade está definida conforme o padrão, sendo ativas as pessoas que estavam ocupadas e/ou procurando emprego durante a semana anterior ao survey, bem como as que não se encontravam trabalhando por férias, por licença regulamentar, por doença, etc.

Entre os homens, a taxa de recomposição conforme sua localização no nível de ativos da família é coerente com o padrão descrito em relação à educação, o que sugere que a relação entre educação e bem-estar econômico é mais direta entre eles. Os resultados apresentados na TABELA 24 revelam que quanto maiores são os recursos econômicos dos homens, menor é seu nível de recomposição.

Apesar de ter-se sugerido possíveis relações entre a taxa de reconstituição e as características sócio-demográficas selecionadas, a análise bivariada não permite concluir em que medida as variáveis analisadas exercem efeitos sobre a decisão de voltar a viver em casal. Contudo, esse tipo de análise permitiu dar conta dos níveis de recomposição entre os diferentes subgrupos da população feminina. Na seguinte seção, aprofundar-se-á na análise descritiva dos processos de recomposição levando em conta o tempo decorrido desde a dissolução mediante o uso de tábuas de vida, procurando-se, posteriormente, avaliar o impacto das variáveis selecionadas a partir da análise multivariada.

6.4. A duração da separação: uma análise de sobrevivência

Quanto tempo depois da dissolução tem lugar a recomposição? Os “tempos de espera” diferem entre homens e mulheres? O fato de ter filhos de uniões anteriores dilata a duração da separação?

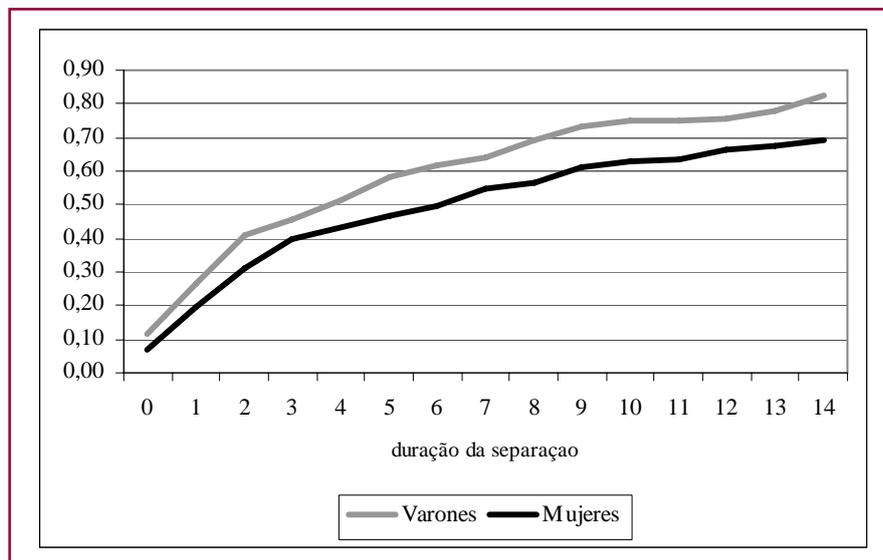
Nesta seção pretende-se responder a essas perguntas e outras de índole similar, recorrendo novamente ao uso de tábuas de vida. Neste caso, a variável tempo é a duração da separação (medida em anos), sendo, seu ponto inicial, o ano em que termina a convivência por causa de divórcio ou separação: a partir desse ano, considera-se que os indivíduos estão expostos ao risco de contrair uma nova união. O evento terminal ou “falha” é a ocorrência da recomposição a cada unidade de tempo considerada. A medida empregada para realizar a análise será a probabilidade acumulada de permanecer fora de união no final de cada intervalo de tempo. Essa medida expressa a probabilidade de que um indivíduo não tenha experimentado o evento terminal – neste caso, a recomposição – antes de uma data determinada. Como na descrição da sobrevivência da primeira união, será utilizado o complemento desta probabilidade para facilitar a comunicação dos resultados.⁷³

O gráfico 12 revela que, nos quatro primeiros anos seguintes à separação, 45% dos homens e 40% das mulheres tinham voltado a conformar uma união. Aos 6 anos, a probabilidade de ter reincidido atinge 62% dos homens e 50% das mulheres.

Em termos gerais, o ritmo da recomposição é alto nos primeiros anos subseqüentes à dissolução e tende a diminuir depois do primeiro lustro. Esse padrão é particularmente notório entre as mulheres, que têm suas chances de recomposição sensivelmente reduzidas depois de transcorridos quatro anos a partir de sua última dissolução conjugal. A partir dos cinco anos de separação, embora para ambos os sexos seja menor a probabilidade de recompor, a cada ano que passa, as chances dos homens são maiores do que as femininas, o que determina que a brecha por sexo se alargue neste ponto, continuando inalterada até o final do período de observação.

⁷³ Se fosse utilizada a probabilidade acumulada de sobrevivência, que é o estimador exprimido pelo software, seria necessário referir-se à probabilidade de sobreviver no estado separado ou à probabilidade de não ter recomposto a união ao início de cada intervalo.

GRÁFICO 12
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE RECOMPOSIÇÃO CONJUGAL
SEGUNDO DURAÇÃO DA SEPARAÇÃO E SEXO⁷⁴



Fonte: Elaboração própria com base em dados em EGG (Uruguai, 2004)

Em síntese, é possível afirmar que, embora os padrões e o nível da recomposição não apresentem diferenças muito marcadas conforme o sexo dos indivíduos, as probabilidades de entrar numa união pós-dissolução são maiores para os homens, o que se explica por um processo mais rápido de recomposição depois do divórcio entre os homens e por suas maiores chances de reconstituir a durações mais longas da separação.

Na **TABELA 25**, são apresentados os resultados das tábuas de vida considerando diferentes estratos de três variáveis sócio-demográficas selecionadas: a idade à dissolução, a experiência reprodutiva e a educação.

⁷⁴ De acordo com os resultados do teste de Wilcoxon, as diferenças entre estratos (homens/mulheres) são significativas com 99% de confiança.

TABELA 25
PROBABILIDADES ACUMULADAS DE RECOMPOSIÇÃO DA ÚLTIMA UNIÃO SEGUNDO SEXO E
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS (TÁBUAS DE VIDA)*

	<i>Homens</i>			<i>Mulheres</i>		
	<i>Idade à dissolução</i>					
<i>Duração (em anos)</i>	<i>Até 30</i>	<i>31-39</i>	<i>40+</i>	<i>Até 30</i>	<i>31-39</i>	<i>40+</i>
0	0,48	0,37	0,24	0,40	0,22	0,15
3	0,67	0,46	0,41	0,57	0,39	0,17
6	0,77	0,59		0,67	0,51	0,20
9	0,84	0,59		0,74	0,55	
12	0,91			0,79		
p	0,000			0,000		
	<i>Homens</i>			<i>Mulheres</i>		
	<i>Filhos de uniões anteriores</i>					
<i>Duração (em anos)</i>	<i>Não</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>	<i>Sim</i>	
0	0,39	0,37		0,27	0,32	
3	0,56	0,55		0,48	0,47	
6	0,68	0,66		0,61	0,55	
9	0,77	0,72		0,68	0,62	
12	0,77	0,79		0,69	0,68	
p	0,190			0,079		
	<i>Homens</i>			<i>Mulheres</i>		
	<i>Nível educativo</i>					
<i>Duração (em anos)</i>	<i>0-8</i>	<i>9-12</i>	<i>13+</i>	<i>0-8</i>	<i>9-12</i>	<i>13+</i>
0	0,42	0,43	0,33	0,34	0,27	0,29
3	0,55	0,61	0,55	0,45	0,46	0,50
6	0,67	0,68	0,67	0,51	0,62	0,57
9	0,70	0,83		0,59	0,67	0,64
12	0,80	0,86		0,71		
p	0,001			0,209		

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

Nota: o valor de p corresponde aos resultados do teste de Wilcoxon intra-estratos.

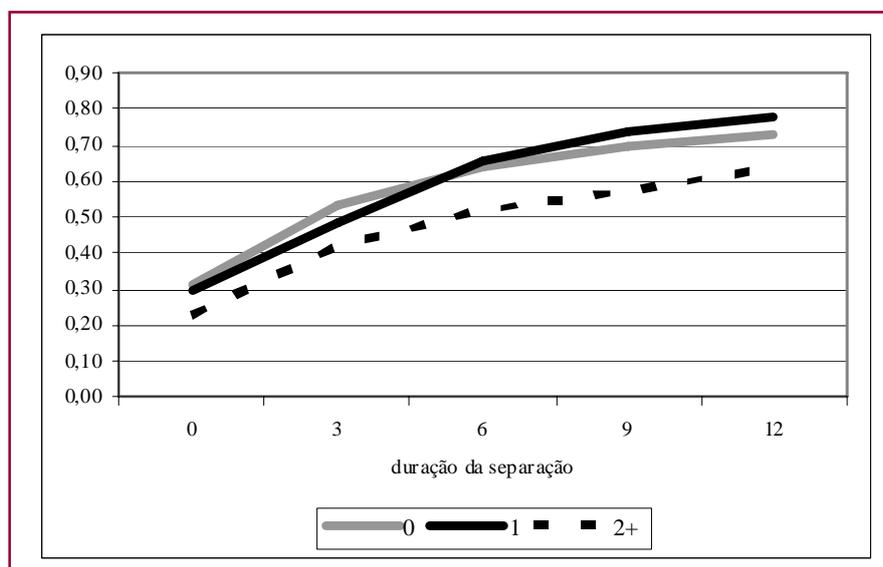
Como se pode observar na tabela, a probabilidade de viver novamente em casal é quase absoluta quando a dissolução da união anterior aconteceu na casa dos vinte anos. Com efeito, aos quinze anos depois de ter sido dissolvida a união, 91% dos homens e 79% das mulheres voltaram a conformar uma união. No grupo seguinte, que compreende as pessoas que dissolveram seu último vínculo quando estavam na casa dos trinta, a probabilidade de recomposição experimenta uma forte redução, sendo, aliás, os tempos de espera, maiores, mas, no final de oito anos, a metade das mulheres e 59% dos homens tinham voltado a conformar um núcleo conjugal. A partir dos quarenta anos de idade, as recomposições tornam-se eventos mais raros, particularmente entre as mulheres. Enquanto que nos outros dois estratos de idade à dissolução as diferenças por sexo na probabilidade de reconstituição permaneciam relativamente constantes em 10 pontos percentuais em favor dos homens, se, pelo contrário, a dissolução ocorreu aos quarenta anos ou mais, a chance de recompor uma união é desproporcionalmente maior para a população masculina. Ainda que os homens desse grupo reincidam com muito menor freqüência do que os dos grupos inferiores, nos três anos posteriores à dissolução, a probabilidade de recomposição masculina chega a 24%, atingindo os 42% antes de completar os seis anos. Entre as mulheres, aos oito anos a partir da data da dissolução, apenas 20% tinha reconstituído a união.

A análise de sobrevivência confirma que entre os homens não existem diferenças significativas na recomposição em função de seu **passado reprodutivo**. Como é possível observar na **TABELA 25**, as chances de reconstituir a igual duração são quase idênticas entre a população masculina, ora com filhos ou sem eles. Pelo contrário, o teste de Wilcoxon indica que existem diferenças na distribuição de sobrevivência feminina em função da existência de filhos, embora o nível de significação seja baixo (10%) e de signo inesperado. De acordo com essa análise, as mulheres que já foram mães têm chances de recompor mais rapidamente sua união do que as que não tinham tido filhos previamente à dissolução de sua última união.⁷⁵

A fim de determinar se o **número de filhos** – mais que a condição de mãe – afeta o calendário da recomposição entre as mulheres, foi elaborada uma tabela de vida a partir dos dados da ESF. No gráfico 13, são apresentados os resultados dessa estimativa considerando três estratos: mulheres sem filhos, mulheres que tiveram um só filho e mulheres que tiveram dois ou mais filhos.

⁷⁵ Também não foram encontradas diferenças significativas na ESF considerando uma variável binária que discriminava entre mães e não-mães.

GRÁFICO 13
PROBABILIDADE ACUMULADA DE RECOMPOSIÇÃO SEGUNDO
NÚMERO DE FILHOS DE UNIÕES ANTERIORES



Fonte: Elaboração própria com base em dados da ESF (MV, 2001)

A comparação conjunta dos três estratos resultou significativa a 95%, mas não se encontraram diferenças na distribuição de sobrevivência das mulheres que não tiveram filhos e das que tiveram um só filho. Como se pode notar no gráfico, a função de sobrevivência é praticamente a mesma nesses dois estratos, mostrando que as mulheres com um só filho voltam a conformar casal praticamente com a mesma velocidade que as mulheres que não têm filhos. A diferença desses dois grupos, os tempos de sobrevivência no estado de separada ou divorciada são maiores entre as mulheres que atingiram parturições de valor dois ou superiores. Assim, enquanto entre as mulheres sem filhos, a média de sobrevivência é atingida aos 5,6 anos a partir da data de dissolução, entre as que tiveram um filho esse valor é de 6,3 e de 8,6 anos entre as mulheres que tiveram dois filhos ou mais.⁷⁶ Cabe destacar que, mesmo envolvendo mais tempo, ao completar-se os oito anos de separação, mais da metade das mulheres com dois ou mais filhos tinha recomeçado sua vida conjugal.

Finalmente, os resultados relativos ao **nível educativo** mostram que entre os homens há diferenças nas distribuições de sobrevivência em função de sua educação, enquanto que entre as mulheres as diferenças não são significativas.

Se for comparado o padrão temporal de recomposição entre os homens, pode-se observar que os que contam com maior educação tardam mais em reconstituir as uniões do que os que acumularam

⁷⁶ As diferenças são significativas na comparação conjunta e também na comparação por partes de estratos, mostrando que também as mulheres que têm um filho recompõem as uniões com maior rapidez do que as que têm dois filhos ou mais.

menos anos de estudo. No entanto, antes de atingir os nove anos de separação, a proporção acumulada de recomposições em cada estrato educativo é muito similar. A partir dessa duração não se registram mais eventos terminais entre os homens que contam com 13 anos de estudo ou mais.

Na seguinte seção, procuraremos determinar os efeitos de cada uma dessas variáveis controlando o efeito de outras variáveis intervenientes.

6.5. Os determinantes das uniões pós-dissolução

Revisão teórica

O trabalho de Graaf e Kalmijn (2003) constitui um dos esforços mais completos no sentido de resumir as diferentes posturas teóricas em jogo que visam explicar as razões que conduzem a uma nova união depois da dissolução. Estes autores agrupam a literatura produzida em três argumentos principais, que podem ser vistos como readaptações das explicações utilizadas habitualmente para analisar a conformação da primeira união:

1. o argumento da **necessidade**: as pessoas procuram conformar uma nova união baseadas na necessidade de superar as conseqüências negativas da dissolução, em particular a deterioração da situação econômica e a falta de companhia adulta cotidiana. Quanto mais premente for a necessidade de superar essa situação, maiores serão as chances de que as pessoas procurem conformar uma nova união conjugal.
2. o argumento do **atrativo** no mercado matrimonial: a probabilidade de entrar numa nova união depende de quão atraente seja o candidato/a no mercado matrimonial; quanto mais atraente for a pessoa de acordo com os cânones que circulam no mercado matrimonial, maior será sua probabilidade de voltar a entrar numa união. No caso do mercado das “segundas núpcias”, as pessoas têm características demográficas que, eventualmente, desfavorecem-nas, em particular, no caso das mulheres, uma maior idade e a existência de filhos de uniões anteriores. Nesse sentido, elas têm suas oportunidades reduzidas em comparação com quem procura conformar uma união pela primeira vez.
3. O argumento da **oportunidade**: as chances de reincidir dependem das oportunidades de interagir com potenciais candidatos, sendo que quantos mais âmbitos de interação tenha a pessoa para conhecer indivíduos do sexo oposto, maiores serão suas probabilidades de encontrar alguém que satisfaça suas expectativas. No que se refere às segundas ou posteriores uniões, considera-se que o funcionamento do mercado matrimonial é menos efetivo, dado que, pela etapa da vida em que comumente se encontram as pessoas, elas já não estão inseridas nos circuitos habituais de interação, em particular, os centros educativos e os locais de lazer noturno. Nesse sentido, também a responsabilidade pelo cuidado dos filhos impõe restrições à intensidade da interação social.

Chama atenção a escassa importância que se tem atribuído à **vontade** das pessoas de voltar a viver em casal. De fato, na revisão bibliográfica realizada não foram encontrados trabalhos que envolvam

variáveis que procurem medir o desejo dos separados e divorciados de conformar uma nova união. Muito freqüentemente, dá-se por certo que as pessoas estão interessadas em voltar a viver em casal e, por isso, sua probabilidade de recomposição reflete sua maior ou menor efetividade no sentido de atingir essa meta. Esse tipo de visão é particularmente aplicado para interpretar a maior probabilidade de recomposição que é habitual observar entre os homens, enquanto que são menos considerados os efeitos da avaliação da união anterior, as atitudes de gênero e as contradições nos benefícios da vida conjugal para homens e mulheres (LAMPARD; PEGGS, 1999).

Cabe destacar que são muito escassos os trabalhos que estudam o processo de recomposição a partir de surveys orientados especificamente a coletar informações referentes aos âmbitos de interação das pessoas e, menos ainda, sobre os lugares de encontro dos cônjuges que se apresentam ao “mercado das segundas núpcias”. Com respeito ao atrativo, também não foram encontrados trabalhos que recolham informações diretamente dos informantes sobre as qualidades que fazem com que os potenciais candidatos sejam melhor avaliados do que outros. Em sua maioria, os trabalhos empíricos revisados exploram o argumento da necessidade e, dado que a pesquisa sobre o comportamento masculino pós-dissolução recebeu menor atenção do que o das mulheres, a teoria da independência econômica feminina domina a análise da recomposição conjugal.

Os estudos empíricos identificaram uma série de variáveis ligadas à recomposição subsequente a uma dissolução e possíveis explicações sobre o sentido da causalidade observada. Como já foi assinalado em relação aos determinantes da dissolução, trata-se, sobre tudo, de explicações pontuais, em geral muito escassamente articuladas com esquemas teóricos mais amplos.

Nos seguintes parágrafos é apresentada uma resenha dos achados e das explicações propostas na bibliografia revisada sobre a recomposição. A análise é novamente organizada em função de três conjuntos de variáveis: variáveis demográficas e de curso de vida, variáveis sócio-econômicas e variáveis atitudinais.

Cabe acrescentar que a maior parte da bibliografia consultada se refere aos determinantes da recomposição feminina, visto que só muito recentemente começou-se a prestar maior atenção às histórias conjugais masculinas.

Fatores demográficos e de curso de vida

A idade à dissolução

A idade à dissolução é o fator demográfico que apresenta maior consistência. Com efeito, todos os trabalhos, sem exceções, demonstram que quanto mais tarde tem lugar a dissolução, mais baixa é a probabilidade de que as pessoas entrem numa nova união. A relação entre idade à finalização da união e a reconstituição é a mesma para ambos os sexos, mas freqüentemente se observa que a taxa de recomposição entre os homens depende em muito menor medida de sua idade e de sua trajetória reprodutiva do que no caso das mulheres (SHIANO; SANDHAM QUINN, 1994).

A experiência reprodutiva

Os efeitos dos filhos receberam considerável atenção na análise dos determinantes da recomposição. Praticamente todos os trabalhos – exceto os focalizados na recomposição a idades tardias – avaliam em que medida a existência ou ausência de filhos de uniões anteriores afeta a probabilidade de conformar uma união pós-dissolução. Os resultados são variados, mas, em geral, encontra-se que o fato de ter filhos se associa negativamente com a recomposição entre as mulheres, não tendo efeitos sobre a recomposição masculina (GRAAF; KALMIJN, 2003).

No entanto, a evidência não é unânime com respeito ao papel dos filhos sobre a probabilidade de recompor a vida conjugal, sendo que o tipo de informação disponível (retrospectiva ou de painel) e as variáveis utilizadas contribuem para introduzir grandes nuances. Enquanto alguns estudos constataam que a existência e o número de filhos – principalmente se eles são pequenos – exercem efeitos negativos (BERNHARDT, 2000; LAMPARD; PEGGS, 1999), outros, ou não detectam uma relação estatística entre experiência reprodutiva e recomposição, ou mostram que as mulheres com crianças têm maiores chances de voltar a formar uma união (KOO; SUCHINDRA; GRIFFITH, 1984).

Quando se verifica uma relação negativa é comum que ela seja explicada pela maior demanda de tempo e atenção que impõem as crianças sobre a vida dos adultos, o que acarretaria a redução da interação social e, portanto, menores chances de encontrar um cônjuge adequado. Também, as mulheres com filhos podem resultar menos atraentes para os homens, na medida em que eles devem competir por tempo e atenção com os primeiros. Finalmente, afirma-se que na avaliação dos potenciais conflitos que implica a introdução de uma nova figura masculina no núcleo, as mulheres optam por proteger a relação com seus filhos, os que, por sua vez, constituem uma fonte de satisfação afetiva estável e segura.

Por outro lado, aponta-se que as mulheres sem filhos são mais ativas na busca de um parceiro, justamente porque desejam criar um âmbito conjugal no qual dar início a sua vida reprodutiva (LAMPARD; PEGGS, 1999). Esse mesmo tipo de explicação é aduzido quando se comprova que as mulheres com um só filho têm maiores chances de reconstituir a união, no sentido de que elas podem querer aumentar sua fecundidade no contexto de um casal co-residente.

Nos casos em que se constata que as mulheres com mais filhos ou com filhos em idade escolar têm maior probabilidade de reconstituir, recorre-se à idéia de que o incentivo para procurar um novo cônjuge é maior entre as mulheres com filhos pequenos, na medida em que a formação de uma nova família implica maior segurança econômica e restitui a presença masculina na família. Outrossim, as mulheres com filhos em idade escolar podem sentir uma maior necessidade de um parceiro que colabore com a criação dos filhos (KOO; SUCHINDRA; GRIFFITH, 1984).

Os fatores socioeconômicos

O nível educativo

A educação como preditor da recomposição exprime resultados diversos com maior freqüência do que os fatores demográficos resenhados anteriormente. Enquanto vários trabalhos reportam que as mulheres com maior nível educativo são menos propensas a entrar em união, outros mostram que a educação não tem efeitos significativos sobre a probabilidade de formar uma nova união

(GRAAF & KALMIJN, 2003; SMOCK, 1990; SWEENEY, 1995). Quando a educação é incorporada nos modelos como *proxy* de nível de renda, a menor propensão das mulheres mais educadas a formar novas uniões é interpretada como a capacidade das mulheres com maior educação para atingir sua autonomia econômica depois da dissolução.

No caso dos homens, a maioria dos trabalhos não encontra diferenças na probabilidade de recompor uma união em função do nível educativo. Quando a relação é significativa, encontra-se que os homens com maior nível educativo têm menores chances de voltar a formar uma união. É comum explicar esse fato em termos de uma menor dependência doméstica dos homens mais educados, por sua vez influenciada por orientações mais individualistas e modernas.

A condição laboral

Na medida em que a recomposição é vista com frequência como uma estratégia para afrontar as dificuldades econômicas derivadas da dissolução, esta dimensão é invariavelmente considerada nos modelos de explicação da recomposição conjugal.

Quanto ao papel do trabalho sobre as chances femininas de entrar numa nova união, a teoria da independência econômica, como na análise da dissolução, constitui o esquema explicativo mais utilizado nos estudos de recomposição conjugal. Desta perspectiva, coloca-se que quanto mais consolidada estiver a posição da mulher no mercado de trabalho e quanto melhores forem seus rendimentos, menores serão suas probabilidades de recompor sua vida conjugal após a dissolução. O argumento é que as mulheres com melhores condições econômicas não precisam dos rendimentos de um novo casal para sustentar-se economicamente. Outros autores, retomando a argumentação de Oppenheimer para explicar o retardamento na idade à primeira união entre as mulheres mais educadas e com ocupações mais prestigiosas, afirmam que as mulheres com melhores desempenhos socioeconômicos têm maiores chances de recompor do que outras mulheres, mas se dão mais tempo para escolher um novo cônjuge. Essas mulheres seriam, por um lado, altamente atraentes em termos de seus recursos, mas, além disso, não estariam urgidas por sua situação econômica (BERNHARDT, 2000; SWEENEY, 1995). Também, o fato de estarem inseridas no mercado de trabalho contribui para ampliar suas oportunidades de interação social.

Com respeito ao comportamento conjugal dos homens após a dissolução, um vasto conjunto de autores afirma que os homens ativos e com bons empregos – por conseguinte, com maiores recursos econômicos – estão em melhores condições para encontrar um novo casal. Como entre as mulheres, essa relação é potencializada pelo fato de que o trabalho é um âmbito para conhecer potenciais cônjuges.

Hipoteticamente, caberia esperar que os homens com maior nível educativo, inseridos no mercado de trabalho, tenham mais oportunidades de entrar numa união pós-dissolução. Em geral, os estudos sobre a recomposição masculina confirmam essa relação, embora alguns encontrem também a relação inversa. Quando se constata que os homens com melhores desempenhos sociolaborais reconstituem uniões menos, as explicações costumam aduzir que os homens mais educados têm frequentemente valores mais individualistas e, ao mesmo tempo, são menos dependentes domesticamente, seja porque sua vida conjugal não esteve caracterizada por uma rígida divisão de papéis, seja porque têm capacidade econômica para contratar serviço doméstico no mercado (GRAAF; KALMIJN, 2003).

Os determinantes da recomposição entre os homens e as mulheres: uma análise multivariada a partir da EGG

Nesta seção são apresentados os resultados da análise multivariada da probabilidade de recomposição entre os homens e as mulheres uruguaios. A análise visa determinar o efeito de um conjunto de variáveis sobre a probabilidade de voltar a entrar em união – dado que a união anterior foi dissolvida –, usando novamente modelos proibito. A amostra inclui a população feminina e masculina de mais de 24 anos que experimentou a dissolução de sua última experiência conjugal antes de 2002.

Foram incluídas no modelo variáveis relativas às características demográficas e de curso de vida, variáveis que dessem conta de seu status socioeconômico bem como de suas atitudes. Na **TABELA 26**, são apresentadas médias amostrais e o desvio padrão (entre parênteses) das variáveis independentes consideradas no modelo. As variáveis incluídas estão definidas da seguinte forma:

1. A **idade à dissolução** é uma variável contínua.
2. A **duração da separação** é incluída como variável de controle. Dada sua estreita conexão com a idade à dissolução e a idade biológica, esta variável recolhe os efeitos da geração. Em outros modelos, foi incluída uma especificação que incluía o logaritmo da duração e a idade à dissolução, mas, dado que não melhorou a interação dessas variáveis, optou-se por deixar a idade à dissolução e a duração da separação.
3. **Filhos de uniões anteriores** é uma variável binária que toma o valor um se a pessoa finalizou sua última experiência conjugal sem ter tido filhos.
4. **Anos de educação**: a variável é estratificada da mesma forma que no modelo definido para determinar a probabilidade de divórcio da primeira união. A variável omitida é a categoria 0 a 8 anos de educação.
5. Para efeitos de levar em conta os efeitos da **inserção laboral**, o modelo estimado para as mulheres inclui uma variável que determina se a mulher já esteve inserida no mercado de trabalho, tomando, a mesma, o valor um se, efetivamente, ela nunca trabalhou fora do domicílio. No modelo que prediz a probabilidade de recomposição masculina é incluída uma variável que determina se o entrevistado estava ocupado na semana anterior à entrevista. Apesar de essa variável não estar medida no momento anterior à recomposição, considerou-se relevante incluir algum indicador relativo à inserção laboral masculina, visto que na análise bivariada encontrou-se que os homens inativos apresentavam taxas de recomposição menores do que as dos ativos. Dado que os resultados não diferiam ao incluírem atividade ou ocupação, optou-se por incluir esta última.
6. **Pensão** é uma variável binária incluída somente no modelo masculino. A mesma dá conta de se o entrevistado está ou não realizando transferência monetária para o domicílio ou domicílios onde moram seus filhos de uniões anteriores, no caso de eles existirem. Esta variável, ainda que não se aplique a todos os homens, é incluída para recolher os efeitos de uma atitude mais ou menos responsável e comprometida em relação aos filhos de uniões anteriores.

7. Finalmente, a **religião** é a única variável que tenta recolher os efeitos das atitudes dos entrevistados em face da vida familiar. A variável vale um se a pessoa tem algum tipo de orientação religiosa.

TABELA 26
MÉDIAS AMOSTRAIS DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES
(PESSOAS DE MAIS DE 24 ANOS QUE EXPERIMENTARAM A DISSOLUÇÃO DA ÚLTIMA UNIÃO)

<i>Variável</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>
<i>Idade à dissolução</i>	30,4 (9,3)	32,2 (9,6)
<i>Duração da separação</i>	5,5 (5,9)	4,5 (4,8)
<i>Tipo de vínculo</i>	0,54	0,46
<i>Filhos de casais anteriores</i>	0,74	0,53
Anos de estudo		
0-8	0,45	0,47
9-12	0,38	0,33
13+	0,17	0,20
<i>Nunca trabalhou?</i>	0,05	
<i>Trabalha</i>		0,85
<i>Pensão</i>		0,25 ⁷⁷
<i>Religião</i>	0,57	0,45
<i>N</i>	330	291

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

Mesmo que o ajuste geral do modelo seja razoável – revelando que o conjunto de variáveis acima contribui para explicar uma porção importante da variância da probabilidade de recompor a união – é preciso apontar que 60% do ajuste está dado pela idade à dissolução. Assim, em outras estimativas seria necessário estudar os determinantes testando modelos por estratos de idade à dissolução. Essa análise não foi realizada devido ao reduzido número de casos com que se está trabalhando. Em decorrência disso, os dados apresentados devem ser tomados com cautela.

⁷⁷ Note-se que este valor corresponde ao total de homens que experimentaram a dissolução de sua união anterior; se são considerados apenas os que tiveram filhos, o valor dos que transferem pensão alimentícia aumenta, chegando a 41%.

TABELA 27
DETERMINANTES DA RECOMPOSIÇÃO DA ÚLTIMA UNIÃO (MODELOS PROBITO)

Variáveis	Mulheres			Homens		
	Coefficiente	Significaçã o	Efeito marginal	Coefficiente	Significação	Efeito marginal
<i>Idade à dissolução</i>	-0,107	0,000	-0,042	-0,075	0,000	-0,028
Duração da separação	-0,132	0,000	-0,052	-0,175	0,000	-0,065
Tipo de vínculo casal anterior (0=U.cons, 1=Casamento)	0,804	0,000	0,307	0,686	0,002	0,245
Filhos de casais anteriores (0=Sem filhos, 1=Com filho/s)	0,002	0,989	0,001	0,333	0,164	0,123
Anos de estudo 9-12	-0,112	0,480	-0,044	-0,494	0,027	-0,186
Anos de estudo 13+	0,354	0,098	0,133	-0,664	0,008	-0,255
Nunca trabalhou? (0= Trabalhou, 1= Nunca)	0,811	0,049	0,270			
Trabalha? (0= Não, 1= Sim)				0,342	0,194	0,131
Pensão (0= Não, 1= Sim)				-0,738	0,003	-0,282
Religião (0= Não, 1= Sim)	0,309	0,031	0,121	0,352	0,078	0,128
Constante	3,505	0,000		3,087	0,000	
Nº de observações	488			265		
Máxima Verossimilhança	-2069539			-1173259		
Pseudo R2	0,383			0,336		

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

A estimativa realizada para as mulheres revela que o fato de serem mães não têm conseqüências sobre a probabilidade de recompor a união; ainda que o signo seja positivo, o efeito não é significativo.

A educação, por sua vez, também não resulta significativa para distinguir as chances de recomposição entre as mulheres do nível intermediário com respeito às menos educadas, mas revela que as mulheres com estudos superiores têm maior probabilidade de conformar uma união pós-dissolução em comparação

com as que não superaram o ciclo básico de educação secundária, embora o nível de significação seja baixo. Esse resultado estaria alinhado com as explicações que aduzem que as mulheres com maiores recursos estão em melhor posição para conformar uma nova união do que as que apresentam piores desempenhos sociais⁷⁸. No entanto, a relação entre recomposição feminina e trabalho sustenta a hipótese de que as mulheres que investem menos na vida laboral têm maiores chances de reconstituir a união. Neste caso, a relação é significativa num nível alto e o efeito marginal é considerável, revelando que a probabilidade de recomposição entre as mulheres que nunca trabalharam é 27 pontos percentuais maior do que as que estão o já estiveram inseridas no mercado de trabalho.

A análise também revela que as mulheres que estiveram casadas em sua última união e as que possuem algum tipo de orientação religiosa são mais propensas a voltar a viver em casal. Esses dois resultados interpretados conjuntamente sugerem que as mulheres que têm atitudes mais tradicionais em relação à vida conjugal ou as que realizaram um maior investimento na instituição matrimonial em sua união anterior procuram, em maior medida do que outras mulheres separadas, voltar a viver em casal ou, talvez, restituir um contexto normativo "aceitável" para criar seus filhos. Dessa perspectiva, os resultados sugerem que as mulheres com valores mais orientados para os benefícios da vida de casal são as que têm maiores chances de recompor a união.

Essa mesma relação constata-se no caso dos homens, entre os quais, o fato de terem estado casados durante sua última união e possuir crenças religiosas associam-se positivamente com a chance de estar em união. A relação entre os filhos e a recomposição tem o resultado esperado, mostrando que não existem diferenças significativas nas chances masculinas de conformar uma nova união entre os que têm e os que não têm filhos. Da mesma forma, também não se registram diferenças significativas na variável que mede a inserção laboral; cabe destacar que a ausência de associação persiste mesmo quando é retirada a variável educação do modelo.⁷⁹

À diferença das mulheres, a educação têm efeitos significativos sobre o comportamento pós-dissolução masculino, mostrando que existe uma relação negativa e consistente entre nível educativo e a recomposição. Visto que é de esperar-se que os homens com maiores recursos sejam mais atraentes para as potenciais cônjuges e que não há razão para pensar que sua vida social seja mais restrita do que a dos outros homens, esse resultado insinua que a vida conjugal não representa maiores vantagens para os homens com mais recursos ou com atitudes menos convencionais em relação ao casal e à família.

Finalmente, o fato de contribuir economicamente com o domicílio onde moram os filhos de uniões anteriores reduz as chances dos homens de voltar a conformar uma nova união. Se essa associação é interpretada como o reflexo de um maior nível de comprometimento com os vínculos familiares contraídos anteriormente, esse resultado parece confirmar que é no campo das idéias onde é mormente processada a decisão de voltar a viver em casal. Isso sem contar, é claro, que a idade desempenha um papel preponderante na trajetória pós-dissolução.

⁷⁸ Embora seria preciso perguntar também que vantagens oferecem os potenciais cônjuges das mulheres com menor nível educativo no sentido de melhorar a economia da família.

⁷⁹ No modelo feminino também foi realizado o mesmo exercício e a relação positiva entre não ter trabalhado nunca e recomposição continuou sendo significativa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um pouco mais de um século após o começo da primeira transição demográfica, a população uruguaia está embarcada em outro grande processo de mudança demográfica. De fato, em vinte anos, todos os indicadores demográficos da vida familiar experimentaram mudanças que conduziram a uma imagem muito diferente das famílias que se formavam durante os anos setenta. Se as gerações que atingiram a idade adulta nesses anos foram protagonistas da revolução sexual e contraceptiva, a geração seguinte protagonizou o que Filgueira (1996) chamou “a revolução dos divórcios”.

Essa revolução esteve acompanhada por outras grandes mudanças nas formas de organizar a vida conjugal e reprodutiva entre as gerações que iniciaram sua vida conjugal em finais dos anos oitenta, pois também proliferaram as uniões livres e aumentou drasticamente a natalidade extramatrimonial. Mais recentemente, a queda da fecundidade determinou que em 2004 a taxa global de fecundidade caísse, por primeira vez na história demográfica uruguaia, por debaixo do nível de substituição.

Enquanto ainda é prematuro afirmar se esta última tendência se manterá, acentuará ou, inclusive, reverterá, a evidência apresentada neste trabalho com respeito ao resto dos indicadores da mudança familiar sugere que as transformações ocorridas na vida conjugal estão consolidadas. Elas são o resultado acumulado de um processo de mudança que, embora repentino e muito rápido, caracterizou-se por sua persistência. Visto no longo prazo, não é possível identificar outro período na história da família uruguaia do século XX no que sejam registradas mudanças simultâneas e constantes como as que tiveram lugar no período recente. Parece, então, pouco provável que – pelo menos no curto ou mediano prazo – se venha a assistir a uma reversão das tendências observadas.

No caso do divórcio, o presente trabalho mostrou que o alto nível de dissoluções é um componente incorporado ao sistema familiar uruguaio. Enquanto a análise de fontes de dados secundárias permitiu acompanhar o crescimento do fenômeno no total da população, dando conta de sua magnitude e de seu comportamento temporal, o trabalho com informações retrospectivas no nível individual permitiu fornecer informações com respeito ao calendário e às características da população que experimenta a dissolução.

Em primeiro lugar, cabe destacar o caráter de mudança geracional do referido fenômeno. A geração nascida nos anos sessenta destaca-se como a portadora de um novo regime de divórcio. Essa geração, cuja entrada à vida conjugal se produz em meados da década de oitenta, apresenta comportamentos claramente diferenciados em relação a suas predecessoras. Embora possa ser identificado um lento crescimento do fenômeno nas coortes matrimoniais anteriores, a quebra que se observa a partir dessa coorte nupcial é consistente a partir das diversas fontes de informação e dos diferentes indicadores: aumentam notadamente as dissoluções a durações muito curtas e, concomitantemente, dá-se uma diminuição na idade à que intervém a dissolução.

O fato de não se detectar uma marcada seletividade da dissolução em função da educação dos indivíduos reafirma a idéia de que se trata, antes de mais nada, de uma mudança geracional. Embora um único indicador de pertença social seja insuficiente para dar conta da distribuição social do divórcio, resulta revelador não ter achado em nosso estudo diferenças na probabilidade de dissolução entre os setores com diferente capital educativo. Isso sugere que o divórcio não é uma conduta particular de

setores específicos da sociedade, conduzindo, assim, a especular que sua expansão contribuiu para apagar a “sociografia” do fenômeno. A história do vínculo, mais do que as características individuais dos cônjuges, é o fator primordial para explicar a maior ou menor estabilidade das uniões. Todas as técnicas de análise utilizadas neste estudo são consistentes em assinalar a consensualidade e a ausência de filhos como os dois preditores mais importantes da dissolução. Em definitiva, a fórmula de Roussel para dar conta da instalação de um novo pacto conjugal nas sociedades contemporâneas (“pacto frágil, dissolução freqüente”) parece constituir a explicação mais adequada para interpretar a forte incidência do divórcio no Uruguai.

A relação entre o caráter consensual das uniões e sua maior instabilidade aparece como um dos fenômenos que merece maior pesquisa. Mesmo controlando fatores como a idade, a fecundidade, a educação e a orientação religiosa, as uniões livres têm probabilidades significativamente maiores de serem dissolvidas. Análises posteriores deveriam pesquisar em que medida a persistência do efeito decorre de características preexistentes dos indivíduos que não foram consideradas no presente estudo como, por exemplo, atitudes em relação ao casamento não recolhidas pela religião ou o indicador de institucionalismo, bem como outros fatores sócio-demográficos.

Pelo contrário, não se encontra relação entre a coabitação pré-nupcial e a dissolução: as chances dos coabitantes pré-nupciais de experimentar a dissolução são as mesmas que as dos casais que optaram pelo casamento direto. À diferença do que acontece em diversos estudos que analisam essa relação, não se pode dizer que a coabitação pré-nupcial incida sobre a estabilidade dos casais uruguaios: se, por um lado, ela não contribui para consolidar a relação, também não a torna frágil. Dado que para comparar a estabilidade dos casamentos diretos e indiretos foi analisada a duração das uniões tomando como ponto de partida a data de início da convivência e não a data de sua legalização, esses resultados sugerem que, se o tempo de exposição à dissolução é homogeneizado, o efeito da coabitação pré-nupcial sobre a estabilidade posterior desaparece. Nesse sentido, a evidência encontrada no presente trabalho sustenta a hipótese de que a maior fragilidade dos casamentos indiretos é, na realidade, o resultado de um “artefato estatístico” que resulta de comparar a duração da união a partir da data do casamento.

Quanto ao papel dos filhos na estabilidade das uniões, este estudo confirmou que o fato de ter dado início à vida reprodutiva associa-se positivamente com a fortaleza do vínculo. Se bem que a partir da transição para o primeiro filho seja possível já observar efeitos positivos sobre a estabilidade dos casais, a passagem para o segundo filho resulta particularmente reveladora de um compromisso conjugal firme, diminuindo sensivelmente suas chances de dissolução. Esses resultados colocam questões que deveriam ser abordadas por outras pesquisas, como: os filhos outorgam satisfação à união, ao colocar em jogo mecanismos (afetivos ou econômicos) que a protegem da dissolução? Ou será que as pessoas que resolvem não ter filhos antecipam que a relação não será duradoura, ou, diretamente, não estão dispostos a assumir compromissos conjugais de longo alento?

Os resultados derivados deste estudo com respeito aos efeitos dos filhos no processo de reconstituição reafirmam a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre as relações entre o papel dos filhos e a trajetória conjugal. À diferença da clara associação positiva entre estabilidade da união e paternidade ou maternidade, o fato de ter filhos não impõe barreiras à formação de uma nova união. A evidência, embora fraca, sugere que as chances femininas de recompor sua vida conjugal são inclusive maiores se há filhos. Em decorrência disso, esses resultados não abonam a idéia estendida de que os filhos constituem um obstáculo para iniciar um novo vínculo conjugal, parecendo sugerir que as mulheres

procuram restabelecer um contexto conjugal para continuar criando seus filhos ou para ampliar sua fecundidade.

Se este achado for considerado em combinação com os efeitos positivos que exercem as atitudes de maior apego à instituição matrimonial sobre a recomposição – por exemplo, ter orientação religiosa ou ter casado legalmente na união anterior –, o resultado geral deste estudo sugere que a recomposição depende em boa medida das orientações para a vida familiar tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Embora se encontre que entre as mulheres que nunca participaram do mercado de trabalho aumentam as chances de conformar uma união pós-dissolução – o que poderia orientar a explicação para a recomposição como estratégia econômica –, a relação entre nível educativo e recomposição não segue a mesma direção. Com efeito, não se encontram maiores níveis de reconstituição entre as mulheres que têm baixo nível educativo, como caberia esperar se a recomposição respondesse ao argumento da necessidade; inversamente, são as mulheres com educação terciária as que apresentam maiores probabilidades de entrar numa nova união. Hipoteticamente, esse resultado poderia explicar-se como a ausência de vantagens econômicas dos potenciais cônjuges das mulheres menos educadas. Paradoxalmente, seriam as mulheres que menos precisam recompor economias de escala as que têm maiores probabilidades de conformar um novo núcleo conjugal.

No presente trabalho tem-se afirmado que a população uruguaia está processando a STD. Enquanto os indicadores demográficos e a flexibilização do curso de vida não deixam lugar a dúvidas com respeito a isso, este estudo mostrou que diversas pistas sugerem também que a mudança familiar está guiada pela transformação das atitudes em relação à vida conjugal, num sentido que denota uma maior valoração da autonomia individual bem como uma crescente rejeição com respeito à regulação institucional dos vínculos conjugais.

Se – como é sugerido em nosso trabalho – os diferentes grupos sociais têm estado permeados pelas mudanças nos valores relativos à família, parece evidente que a adoção dos novos comportamentos terá efeitos diferentes em função dos recursos dos grupos sociais para afrontar a fragilidade dos laços familiares. Além de crises afetivas, os divórcios implicam crises econômicas para as famílias, sendo claro que suas conseqüências serão mais severas e mais duradouras para quem se encontrar mais desprotegido social e legalmente.

A evidência é unânime com respeito a que o divórcio tem conseqüências econômicas negativas para a vida das mulheres e das crianças. Para o caso do Uruguai, a vulnerabilidade econômica das crianças é, quiçá, um dos aspectos mais preocupantes num contexto de crescente infantilização da pobreza (PNUD, 2005). Embora não existam meios para avaliar qual foi o papel desempenhado pelas mudanças na família no aumento da pobreza infantil, resulta razoável pensar que a instabilidade familiar tende a aprofundar as desvantagens dos pobres. A perda de um contribuinte (total ou parcial) para as famílias pobres – que são, aliás, as que concentram maior quantidade de crianças – somada à perda de economias de escala é provavelmente determinante para a sobrevivência dessas famílias.

De acordo com os números exprimidos pela ESF, 58% dos pais separados não realiza nenhuma contribuição ao domicílio onde mora sua ex-cônjuge, sendo que quanto menor for o número de rendimentos dos pais e quanto mais precária sua inserção no mercado de trabalho, menor é a probabilidade de que o pai cumpra com suas obrigações financeiras depois da dissolução (BUCHELI; CABELLA, 2005; BUCHELI, 2003). Daí que sejam as mulheres em piores condições econômicas as que são mais prejudicadas pela perda de um contribuinte ao ter lugar a dissolução. E embora seja improvável que a pensão transferida por um pai com escassos recursos a uma família que, seguramente, fosse pobre

antes da dissolução, consiga tirar essa família da pobreza, a evidência mostra que se o pai contribui economicamente, seus filhos têm a mesma probabilidade de estar numa família com baixo nível de bem-estar do que as crianças e adolescentes que vivem em famílias biparentais. Se, pelo contrário, o pai desembaraça-se da manutenção de seus filhos ao deixar de conviver com eles, as chances dessas crianças de pertencer a uma família com baixo nível de bem-estar econômico se duplicam (BUCHELI; CABELLA, 2005).

O nível de incumprimento no Uruguai não difere do registrado há vinte anos nos países europeus e no mundo anglo-saxão quando já era alta a frequência do divórcio. Nesses países, uma proporção de homens que oscilava entre 50 e 60% desatendia o bem-estar econômico de seus filhos ao ser interrompida sua convivência (KUNZ; VILLENEUVE; GARFINKEL, 1999; MEYER; BARTFELD, 1996). Por isso, ali foram revisadas a legislação e a institucionalidade relativa às pensões alimentícias, colocando-se em andamento uma série de programas de política pública orientados, não só a melhorar o cumprimento, mas também a evitar os riscos de exclusão do pai quando tem lugar um divórcio. Os resultados têm sido variados, mas, em muitos casos, conseguiu-se reduzir à metade o nível de incumprimento.

Uma das vantagens de assumir que a sociedade uruguaia entrou num novo regime demográfico, baseado na precariedade das relações conjugais, é que isso permitirá revisar a pertinência dos mecanismos institucionais de proteção aos diferentes membros das famílias à luz da experiência dos países que já tiveram que ajustar seus bases legais e institucionais em função das mudanças produzidas no âmbito da família.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, V.; ARIM, R. **Mercado laboral en Uruguay, 1986-2002**. Santiago de Chile, 2003. 79p. (Informe no publicado preparado para OIT).

_____; ESPINO, A. La segregación laboral por sexo en el mercado de trabajo de Uruguay (1986-1999). **Documento de Trabajo, S/N**, Montevideo: Instituto de Economía/Universidad de la República, 2001. 30p.

AMATO, P. Explaining the intergenerational transmission of divorce. **Journal of Marriage and the Family**, US, v.58, n.3, p.628-640, 1996.

ARENA, D. **Matrimonio y divorcio**: discurso pronunciado ante el senado uruguayo con motivo de la discusión del proyecto Areco sobre divorcio unilateral. Montevideo: O.M. Bertani, 1912.

ARIZA, M.; OLIVEIRA, O. Familias en transición y marcos conceptuales en redefinición. **Papeles de Población**, México, v.7, n.8, 2001.

ARRIAGADA, I. Transformaciones sociales y demográficas de las familias en América Latina. **Papeles de Población**, México, v.10, n.40, p.71-96, 2004.

AXINN, W.; THORNTON, A. The relationship between cohabitation and divorce: selectivity or causal influence? **Demography**, Chicago, v.33, p.66-81, 1992.

BARRÁN, J. P.; NAHÚM, B. **El Uruguay del novecientos**. Montevideo: Ediciones Banda Oriental, 1990. (Tomo I - Batlle, los estancieros y el Imperio Británico).

_____. **El Uruguay del novecientos**. Montevideo: Banda Oriental, 1979.

BARTFELD, J.; MEYER, D. Child support compliance among discretionary and nondiscretionary obligors. **Social Service Review**, Chicago, v.77, n.3, p.347-374, 2003.

_____. Child support and postdivorce economic well-being of mothers, fathers, and children. **Demography**, Chicago, v.37, n.2, p.203-213, 2000.

BAWIN-LEGROS, B. **Familles, mariage et divorce**: une sociologie des comportements familiaux contemporains. Liège: Pierre Mardaga, 1988.

BECK, U.; BECK-GERNSHEIM, E. **El normal caos del amor**. Barcelona: El Roure, 1998.

BECKER, G. S. **Treatise on the Family**. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

BERNHARDT, E. Repartnering among swedish men and women: a case study of emerging patterns in the second demographic transition. In: FFS FLAGSHIP CONFERENCE, 2000, Belgica. **Anais...** Geneva, 2000.

BERRINGTON, A.; DIAMOND, I. Marital dissolution among the 1958 British birth cohort: the role of cohabitation. **Population Studies**, London, v.53, n.1, p.19-38. 1999.

BOZON, M. Les femmes et l'écart d'âge entre conjoints: une domination consentie. I, type d'union et attente en matière d'écart d'âge. **Population**, Paris, n.2, p.327-360, 1990.

BRACHER, M.; SANTOW, G. Economic independence and union formation in Sweden. **Population Studies**, London, v.52, n.3, p.275-294, 1998.

BRÖCKEL, M. **The economic consequences of partnership dissolution in Germany and Great Britain**. University of Bielefeld, 2005. 28p.

BUCHELI, M.; CABELLA, W. El incumplimiento en el pago de las pensiones alimenticias, el bienestar de los hogares y el contexto legal vigente en Uruguay. In: VIGORITO, A. **Asignaciones familiares, pensiones alimenticias y bienestar de la infancia en Uruguay**. Montevidéo: UNICEF, 2005.

BUCHELI, M.; VIGNA, A. Un estudio de los determinantes del divorcio de las mujeres de las generaciones 1947-56 y 1957-66 en Uruguay. **Documentos de Trabajo n.1**, Montevidéo, Universidad de la República, 2005. 31p.

_____. Transferencias y visitas entre padres e hijos no corresidentes Montevidéo. In: UDELAR/UNICEF. **Nuevas formas de familia: perspectivas nacionales e internacionales**. Montevidéo, 2003. p.163-182.

_____ et al. **Encuesta sobre situaciones familiares y desempeños sociales de las mujeres en Montevidéo y Area Metropolitana**. Montevidéo: Udelar/UNICEF, 2002. 83p. (Sistematización de Resultado).

BURGUIÈRE, A. **L'imaginaire familial. Le Monde de la éducation, de la culture et de la formation**. Paris, nov./1998.

CABELLA, W.; PERI A.; STREET, C. ¿Dos orillas y una transición? La segunda transición demográfica en Buenos Aires y Montevideo en perspectiva biográfica. In: TORRADO, S. **Trayectorias nupciales, familias ocultas (Buenos Aires Entresiglos)**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2005. p.207-231.

_____; VIGORITO, A. Los hombres y sus incertidumbres. **Cotidiano Mujer**, n.8, Montevideo, 2002. Disponible em: <http://chasque.apc.org/cotidian/2002/38_p12.thm>.

_____. La evolución del divorcio en Uruguay (1950-1995). **Notas de Población**, Santiago de Chile, v.26, n.67/68, p.209-245, 1999.

_____; PAREDES, M.; PELLEGRINO, A. La familia desde la perspectiva de la demografía. **Documentos de Trabajo n.41**, Montevidéo, Universidad de la República, 1998.

CAETANO, G.; GEYMONAT, R. **La secularización uruguaya (1859-1919)**. Montevideo: Taurus, BSUR, 1997.

CALVO, J. J. Las necesidades básicas insatisfechas en Montevidéo. **Documentos de Trabajo n.59**, Montevidéo, Universidad de la República, 2002. 23p.

CASPER, L; BIANCHI, S. **Continuity & change in the american family**. Thousand Oaks: Sage, 2002.

CESTAU, S. **Derecho de familia y familia**. Montevidéo: Fundación de Cultura Universitaria, 1986.

CLARKE, L.; BERRINGTON, A. Socio-demographic predictors of divorce. In: **High divorce rates: the state of the evidence on reasons and remedies: reviews of evidence on the causes of marital breakdown and the effectiveness of policies and services intended to reduce its incidence**. Lord Chancellor's Department, 1999. p.1-38.

- CLIQUET, R. **The second demographic transition: fact or fiction?** Council of Europe, 1991.
- COLEMAN, D. Why we don't have to believe without doubting in the 'Second Demographic Transition': some agnostic comments. In: OAW. **Vienna Yearbook of Population Research**. Austria: Austrian Academy of Sciences, 2004. p.11-24.
- CHERLIN, A.; KIERNAN, K.; CHASE LANDALE, L. Parental divorce in childhood and demographic outcomes in young adulthood. **Demography**, Chicago, v.32, n.3, p.299-318, 1995.
- _____. **Marriage, divorce, remarriage: revised and enlarged revision**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- _____; FURSTENBERG, F. F. **Divided families: what happens to children when parents part?** Cambridge: Harvard University Press, 1991.
- DeVAUS, D.; QU, L.; WESTON, R. Premarital cohabitation and subsequent marital stability. **Family Matters**, v.65, p.34-39, 2003.
- ELDER, G. Perspectives on the life course. In: ELDER, G. **Life course dynamics: trajectories and transitions (1968-1984)**. New York: Cornell University Press, 1985.
- ENGELHARDT, H.; TRAPPE, H.; DRONKERS, J. Intergenerational transmission of divorce. A Comparison Between the Former East and West Germany. In: MPIDR. **Working Paper WP 2002-008**, Germany, Max Planck Institute for Demographic Research, 2002.
- ERLANGSEN, A.; ANDERSSON, G. The impact of children on divorce risks in first and later marriages. In: MPIDR. **Working Paper 2001-033**, Germany, Max Planck Institute for Demographic Research, 2001.
- FESTY, P. Biographies après divorce. In: HIBERT, T.; ROUSSEL, L. **La nuptialité: évolution récente en France et dans les pays développés**. Paris: PUF, 1991. p.193-212.
- FESTY, P. ; PRIOUX, F. Le divorce en Europe depuis 1950. **Population**, Paris, 1975.
- FILGUEIRA, C. H.; PERI, A. **América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Serie Población y Desarrollo).
- _____. **Sobre revoluciones ocultas: la familia en el Uruguay**. Montevideo: CEPAL, 1996.
- _____; Peri, A. Transformaciones recientes de la familia uruguaya: cambios coyunturales y estructurales. In: CEPAL. **Cambios en el perfil de las familias: la experiencia regional**. Santiago de Chile: CEPAL, 1993.
- FUNDAÇÃO IBGE. 2003. **Síntese de indicadores sociais 2002**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/12062003indic2002.shtm>>. Acesso em: jul.2005.
- GARCÍA, B.; ROJAS, O. Las uniones conyugales en América Latina: transformaciones en un marco de desigualdad social y de género. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.78, p.65-96, 2004.
- GIDDENS, A. **La transformación de la intimidad: sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas**. Madrid: Cátedra, 1993.

- GOLDANI, A. M. Família, trajetórias individuais e mudanças demográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1990. p.55-99.
- GOODE, W. J. **World changes in divorce patterns**. London: Yale University Press, 1993.
- GRAAF, P.; KALMIJN, M. Alternative routes in the remarriage market: competing risks analyses of union formation after divorce. **Social Forces**, US, v.8, n.4, p.1459-1498, 2003.
- GROMPONE, R. **Las nuevas causales de divorcio**. Montevidéo: Ediciones Jurídicas Amalio M. Fernández, 1978.
- HERNÁNDEZ, D. J. **America's children: resources from family, government and the economy**. New York: Sage, 1993.
- HOBBCRAFT, J.; KIERNAN, K. Childhood poverty, early motherhood and adult social exclusion. **Case Paper n.28**, London School of Economics, 1999. 41p.
- HOULE, R. et al. Los determinantes sociodemográficos y familiares de las rupturas de uniones en España. In: SEMINARI URBÁ DIVORCIALIDAD Y DISOLUCIÓN DEL HOGAR: CAUSAS Y EFECTOS, 3., 1998, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Centre d'estudis demografics, 1998.
- INEGRI. **Estadísticas de nupcialidad**. Montevideo, 2001. Disponível em: <<http://www.inegi.gob.mx/est/contenidos/espanol/proyectos/coesme/programas/programa2.asp?clave=056&c=1472>>. Disponível em: jul.2005 .
- JALOVAARA, M. Socio-economic status and divorce in first marriages in Finland 1991-1993. **Population Studies**, London, v.55, n.2, p.119-133, 2001.
- JELIN, E.; DÍAZ MUÑOZ, A. **Major trends affecting families: South America in perspective**. New York: United Nations, Department of Social and Economic Affairs, Program in the Family, 2003. 34p.
- KARNEY, B. R.; BRADBURY, T. N. Assessing longitudinal change in marriage: an introduction to the analysis of growth curves. **Journal of Marriage and the Family**, US, v.57, p.1091-1108, 1996.
- _____. The longitudinal course of marital quality and stability: a review of theory, method, and research. **Psychological Bulletin**, Washington, v.118, n.1, p.3-34, 1995.
- KAUFMANN, F. X.; SCHULZE, H. J. Comparing family life in the Frame of national policies: an introduction. In: KAUFMANN, F. et al. **Family life and family policies in Europe: problems and issues in comparative perspective**. Oxford: Oxford University Press, v.2, 2002. p.1-18.
- KAZTMAN, R. Los desafíos que plantean las transformaciones del mercado de trabajo al desarrollo humano en Uruguay. In: FERNÁNDEZ, A.; KAZTMAN, R.; VAILLANT, M. **Desarrollo humano en Uruguay**. Montevidéo: CEPAL-PNUD, 2001.
- _____; FILGUEIRA, F. **Panorama de la infancia y la familia en Uruguay**. Montevidéo: IPES/Universidad Católica del Uruguay. 2001.
- _____. Marginalidad e integración social en el Uruguay. **Revista de la Cepal**, Santiago de Chile, n.62, p.91-117, 1997.

_____. ¿Por qué los hombres son tan irresponsables? In: CEPAL. **Cambios en el perfil de las familias: la experiencia regional**. Santiago de Chile: CEPAL, 1993. 357p.

KIERNAN, K. Redrawing the boundaries of marriage. **Journal of Marriage & Family**, US, v.66, p.980-987, 2004.

_____. The rise of cohabitation and childbearing outside marriage in western Europe. **International Journal of Law, Policy and the Family**, Oxford, v.15, n.1, p.1-21, 2001.

_____; CHERLIN, A. Parental divorce and partnership dissolution in adulthood: evidence from a british cohort study. **Population Studies**, London, v.53, n.1, p.39-48, 1999.

_____; MUELLER, G. **The divorced and who divorces?** London: Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics and Political Science, 1998. (Discussion Paper).

KLICKSBERG, B. Situación social de América Latina sobre la familia y la educación: interrogantes y búsquedas. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Tel Aviv, v.11, n.2, 2000.

KOO, H.; SUCHINDRA, C.; GRIFFITH, J. The effects of children on divorce and re-marriage: a multivariate analysis of life table probabilities. **Population Studies**, London, v.38, n.3, p.451-472, 1984.

KUNZ, J.; VILLENEUVE, P.; GARFINKEL, I. **Child support among selected OECD countries: a comparative analysis**. New York: Luxembourg Income Study, 1999.

KURDEK, L. The relation between family structure and young adolescents' appraisals of family climate and parenting behavior. **Journal of Family Issues**, v.14, n.2, p.279-290, 1993.

LAMPARD, R.; PEGGS, K. Repartnering: the relevance of parenthood and gender to cohabitation and remarriage among formerly married. **British Journal of Sociology**, London, v.50, n.3, p.443-465, 1999.

LERIDON, H. **Les enfants du désir: une révolution démographique**. Paris: Hachette, 1995.

LESTHAEGHE, R. ; SURKYN, J. When history moves on: the foundation and diffusion of a second demographic transition in western countries: an interpretation. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN POPULATION ASSOCIATION, 12., 2004, Canberra. **Anais...** Australia: Australian National University, 2004.

_____. The second demographic transition in western countries: an interpretation. In: MASONY, K. O.; JENSEN, An M. (Ed.). **Gender and family change in industrialized countries**. New York: Clarendon, 1995. p.17-62 .

_____; VAN DE KAA, D. Two demographic transitions? In: _____ (Ed.). **Bevolking - Groei en Krimp, Mens en Maatschappij**. Deventer: Van Loghum Slaterus, 1986. p.9-24.

LIU, G.; VIKAT, A. Does divorce risk depend on spouses relative income?: a register based study of first marriages in sweden in 1981-1998. **MPIDR Working Paper 2004-010**, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, 2004.

LIVI BACCI, M. **Introducción a la demografía**. Barcelona: Ariel, 1993.

McLANAHAN, S. Diverging destinies: how children are faring under the second demographic transition. **Demography**, Chicago, v.41, n.4, 2004.

MEYER, D. R.; BARTFELD, J. Compliance with child support orders in divorce cases. **Journal of Marriage and the Family**, US, v.58, p.201-212, 1996.

MOXNES, K. Changes in family patterns, changes in parenting?: a change toward a more or less equal sharing between parents? In: BJÖRNBERG, U. (Ed.). **Europeans parents in the 1990s: contradictions and comparisons**. London: Transactions Publishers, 1992.

MURPHY, M. The evolution of cohabitation in Britain, 1960-65. **Population Studies**, London, v.54, n.1, p.43-56, 2000.

PAREDES, M.; VARELA, C. Aproximación socio-demográfica al comportamiento reproductivo y familiar en Uruguay. **Documento de Trabajo n.67**, Montevideo, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2005.

_____. **Trayectorias reproductivas, relaciones de género y dinámicas familiares en Uruguay**. Barcelona: Departamento de Geografía/Centro de Estudios Demográficos/ Universidad Autónoma de Barcelona, 2003a. 364p.

_____. **Los cambios en la familia en Uruguay: ¿hacia una segunda transición demográfica?** Montevideo: Udelar/UNICEF, Nuevas Formas de Familia. Perspectivas Nacionales e Internacionales, 2003b. p.73-102.

PELLEGRINO, A. **Caracterización demográfica del Uruguay**. Montevideo: UNFPA-Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2003.

_____. Vida conyugal y fecundidad en la sociedad uruguaya del siglo XX: una visión desde la demografía. In: BARRÁN, J. P.; CAETANO, G. E PORZECANSKI, T. **Historias de la vida privada en Uruguay**. Montevideo: Taurus, 1997.

PERI, A. **Dimensiones ideológicas del cambio familiar**. Montevideo: Udelar/UNICEF, Nuevas Formas de Familia. Perspectivas Nacionales e Internacionales, 2003. p.141-162.

_____. **Homogamy in the marriage market of Montevideo, Uruguay**. Austin: University of Texas at Austin, 1996.

PHILIPS, J.; SWEENEY, M. Premarital cohabitation and marital disruption among white, black and Mexican American woman. **Journal of Marriage and the Family**, US, v.67, p.295-313, 2005.

PIANI, G. ¿Quién se casa con quién?: homogamia educativa en las parejas de Montevideo y zona Metropolitana. **Documentos de Trabajo n.13-03**, Montevideo, Universidad de la República, 2003. 23p.

PNUD. **Desarrollo humano en Uruguay 2005: hacia una estrategia de desarrollo basada en el conocimiento**. Montevideo: PNUD, 2005.

RAVANERA, Z.; RAJULTON, F. Social status polarization in the timing and trajectories to motherhood. In: ANNUAL MEETING OF THE CANADIAN POPULATION SOCIETY, 2004, Winnipeg. **Anais...** Canadian Population Society, 2004.

RODRÍGUEZ, J. Tendencias y diferencias en los patrones de cohabitación en Chile, México y Panamá. **Papeles de Población**, México, v.10, n.40, p.97-146, 2004.

- _____. Viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas: síntesis y conclusiones. In: CEPAL. **Vigesimonoveno período de sesiones**. Brasília: CEPAL, 2002. 38p.
- ROUSSEL, L. Sociographie du divorce et divortialité. **Population**, Paris, v.48, n.4, p.919-939, 1993.
- _____. **La famille incertaine**. Paris: Odile Jacob Editions, 1989.
- RUGGLES, S. The rise of divorce and separation in the United States, 1880-1990. **Demography**, Chicago, v.34, n.4, p.455-466, 1997.
- RUIZ BECERRIL, L. **Después del divorcio: los efectos de la ruptura matrimonial en España**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1999.
- SARDON, J-P. Evolution démographique récente des pays développés. **Population**, Paris, v.57, n.1, 2002.
- _____. L'évolution du divorce en France. **Population**, Paris, v.51, n.3, p.717-750, 1996.
- SELZER, J. A. **Demographic change, children's families, and child support policy in the United State**. Madison: University of Wisconsin Institute for Research on Poverty, 1994.
- SHIANO, P.; SANDHAM QUINN, L. Epidemiology of divorce. **The Future of Children**, Princeton, v.4, n.1, p.15-27, 1994.
- SMART, C.; NEALE, B. **Family fragments**. London: Polity Press-Blackwell, 1999.
- SMOCK, P. Remarriage patterns of black and white women. **Demography**, Chicago, v.27, n.3, p.468-473, 1990.
- STEINBERG, M. Life table examples. In: SPSS. **SPSS Advanced Models 9.0**. New Jersey: Prentice Hall, 1999. p.233-254.
- STREET, C.; SANTILLAN, M. La primera unión y la ruptura conyugal en el curso de vida femenino: algunas evidencias a partir de la ESF. In: TORRADO, S. **Trayectorias nupciales, familias ocultas (Buenos Aires, entresiglos)**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2005. p.119-168.
- SWEENEY, M. Remarriage of men and women: the role of socio-economic prospects. **CDE Working Paper n.95-08**, University of Wisconsin-Madison, 1995. 30p.
- TEACHMAN, J. Premarital sex, premarital cohabitation and the risk of subsequent marital dissolution among women. **Journal of Marriage and the Family**, US, v.65, n.2, p.444-455, 2003.
- THORNTON, A. The developmental paradigm, reading history sideways and family change. **Demography**, Chicago, v.38, n.4, p.449-465, 2001.
- VAN DE KAA, D. The idea of a second demographic transition in industrialized countries. In: SIXTH WELFARE POLICY SEMINAR AT THE NATIONAL INSTITUTE OF POPULATION AND SOCIAL SECURITY, 2002, Japão. **Anais...** Japão: Institute of Population and Social Security, 2002. p.1-32.
- VAN DE KAA, D. Europe's second demographic transition. **Population Bulletin**, Washington, v.42, n.1, p.3-59, 1987.

VARELA, C. El reemplazo de la población en Uruguay, un fenómeno ausente en la agenda estatal. In: CEPAL. **La fecundidad en América Latina: ¿transición o revolución?** Santiago de Chile: CEPAL, 2004. p.399-420.

VILLENEUVE-GOKALP, K. La double famille des enfants de parents séparés. **Population**, Paris, v.54, n.1, p.9-35, 1999.

_____. Après la séparation: conséquences de la rupture et avenir conjugal. In: LERIDON, H.; _____. **Constance et inconstances de la famille. Biographies familiales des couples et des enfants.** Paris: INED, 1994. p.137-161.

_____. Du premier au deuxième couple: les différences de comportement conjugal entre hommes et femmes. In: HIBERT, T.; ROUSSEL, L. **La nuptialité: évolution récente en France et dans les pays développés.** Paris: PUF, 1991. p.179-192.

WAITE, L.; LILLARD, L. Children and marital disruption. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.96, n.4, p.930-956, 1991.

WESTON, R.; QU, L.; DeVAUS, D. Partnership formation and stability. In: AUSTRALIAN INSTITUTE OF FAMILY STUDIES CONFERENCE, 8., 2003, Melbourne. **Anais...** Melbourne: Australian Institute of Family Studies, 2003.

WHITE, L. Determinants of divorce: a review of research in the eighties. **Journal of Marriage & family**, US, v.52, n.4, p.904-912, 1990.

WOLFINGER, N. Parental divorce and offspring marriage: early or late? **Social Forces**, US, v.82, n.1, p.337-353, 2003.

WOLKOTT, I.; HUGHES, J. Towards understanding the reasons for divorce. **Working Paper n.20**, Melbourne, Australian Institute of Family Studies, 1999. 38p.

ANEXOS

ANEXO I: DESCRIÇÃO DA ENCUESTA CONTINUA DE HOGARES	139
ANEXO II: ELABORAÇÃO DE INDICADORES DE DIVÓRCIO COM BASE NA INFORMAÇÃO DE ESTATÍSTICAS VITAIS	140
ANEXO III: TÁBUAS DE VIDA DA PRIMEIRA UNIÃO E DA ÚLTIMA DISSOLUÇÃO	141 -160
ANEXO IV: DESCRIÇÃO DO MODELO PROBITO.....	161
ANEXO V: MATRIZES DE CORRELAÇÕES DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NOS MODELOS DE DISSOLUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO	162 -166
ANEXO VI: DESCRIÇÃO DOS SURVEYS RETROSPECTIVOS ESF E EGG	167 - 169
ANEXO VII: QUESTIONÁRIOS DOS SURVEYS UTILIZADOS ⁸⁰	
• <i>ENCUESTA SOBRE SITUACIONES FAMILIARES Y DESEMPEÑOS SOCIALES EM MONTEVIDEO</i>	170 - 182
• FORMULÁRIOS AUTOSUMINISTRADOS.....	183 -190
• <i>CUESTIONARIO ENCUESTADO ENTRE 15 Y 59 AÑOS</i>	191-238

⁸⁰ A diagramação original dos questionários foi feita para a folha tamanho ofício, na adaptação ao tamanho letter mudou a continuidade visual dos módulos.

DESCRIÇÃO DA ENQUESTA CONTINUA DE HOGARES

As Encuestas Continuas de Hogares (ECH) recolhem informação ao longo do ano em domicílios particulares, tendo como universo amostral os censos de população. O questionário inclui um amplo leque de quesitos sobre as características dos domicílios e das pessoas, com um ênfase importante na condição de trabalho dos entrevistados e na sua renda. As informações que coleta com respeito à conformação familiar são escassas, restringindo-se à situação conjugal e à relação de parentesco de cada membro com o chefe ou a chefe do domicílio. A pesquisa tem se realizado desde 1968, mas os microdados só estão disponíveis desde 1986.

A pergunta relativa à situação conjugal foi feita da seguinte forma durante todo o período considerado: "Qual é, de fato, sua situação conjugal atual?"

As respostas possíveis são as seguintes:

1. Casado
2. União livre
3. Separado
4. Divorciado
5. Viúvo
6. Solteiro

O tamanho amostral da ECH é de aproximadamente 25.000 domicílios e 60.000 indivíduos. A pesquisa é representativa do país urbano, o que da conta de aproximadamente o 87% da população total ao longo do período considerado (INE, 1997).

Desde 1990 a 1997 o marco amostral das ECH foi o Censo de População de 1985, abrangendo as localidades com mais de 900 habitantes. A partir de 1998, o marco amostral atualiza-se com os dados do Censo de População de 1996) e a amostra restringe-se às localidades com mais de 5.000 habitantes. Neste trabalho, com o objetivo de compatibilizar a série usada (1990-2004), foram eliminados os casos correspondentes às localidades de 900 até 5000 habitantes nas pesquisas dos anos 1990 a 1997.

ANEXO 2
ELABORAÇÃO DE INDICADORES DE DIVÓRCIO COM BASE NA INFORMAÇÃO DE
ESTATÍSTICAS VITAIS

A) Elaboração do Indicador Conjuntural de Divorcialidade (ICD)

- 1) Classificam-se os divórcios por duração e ano de registro
- 2) Relacionam-se por quociente com a coorte de matrimônio à que pertencem
- 3) Obtém-se uma taxa específica de divórcio para cada duração do casamento nesse ano.

$${}^i d_x = \frac{{}^i D_x}{M^{i-x}} \cdot 100$$

onde

M^{i-x} = Casamentos concluídos no ano "i" menos x, onde x expressa a duração do vínculo

${}^i D_x$ = Divórcios de duração x ocorridos no ano i.

- 4) **ICD** = Soma de taxas específicas de divórcio por duração registradas num ano calendário: $\sum {}^i d_x$

B) Elaboração do Indicador de Divorcialidade das Coortes Matrimoniais (IDCM)

Procedimento:

- 1) Classificam-se divórcios por duração e ano de registro
- 2) Obtém-se por resta o ano do casamento
- 3) Agrupam-se os dados por coorte matrimonial
- 4) Obtém-se para cada coorte matrimonial, os divórcios ocorridos a cada ano de duração do matrimônio (taxas específicas de divórcio por duração)

Taxas específicas de divórcio por duração:

$${}^i d_x = \frac{{}^i D_x}{M^i} \cdot 100$$

onde

M^i = casamentos realizados no ano i

${}^i D_x$ = divórcios de tais matrimônios, segundo a duração x.

IDCM = Soma de taxas específicas de divórcio por duração na coorte: $\sum {}^i d_x$

Fonte: Livi Bacci (1993)

ANEXO 3

TÁBUAS DE VIDA DA PRIMEIRA UNIÃO Y DA ÚLTIMA DISSOLUÇÃO

Tabela A1: Tábua de vida da primeira união por coortes nupciais

Coorte nupcial 1960-1975												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção De falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	334	0	334	31	0,093	0,907	0,907	0,019	0,020	0,016	0,003	0,004
5	302	0	302	27	0,090	0,910	0,826	0,016	0,019	0,021	0,003	0,004
10	274	0	274	13	0,047	0,953	0,787	0,008	0,010	0,023	0,002	0,003
15	261	0	261	24	0,092	0,908	0,714	0,015	0,019	0,025	0,003	0,004
20	237	0	237	25	0,106	0,895	0,639	0,015	0,022	0,026	0,003	0,004
25	212	100	162	18	0,111	0,889	0,568	0,014	0,024	0,028	0,003	0,006
30	94	78	55	3	0,055	0,946	0,537	0,006	0,011	0,032	0,004	0,007
35	13	13	7	0	0,000	1,000	0,537	**	**	0,032	**	**
Coorte nupcial 1976-1984												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção De falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	497	0	497	39	0,079	0,922	0,922	0,016	0,016	0,012	0,002	0,003
5	457	0	457	54	0,118	0,882	0,813	0,022	0,025	0,018	0,003	0,003
10	403	0	403	35	0,087	0,913	0,742	0,014	0,018	0,020	0,002	0,003
15	368	111	313	24	0,077	0,923	0,685	0,011	0,016	0,021	0,002	0,003
20	233	188	139	14	0,101	0,899	0,616	0,014	0,021	0,026	0,004	0,006
25	31	31	16	0	0,000	1,000	0,616	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000
Coorte nupcial 1985-1996												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção De falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	726	96	678	91	0,134	0,866	0,866	0,027	0,029	0,013	0,003	0,003
5	539	168	455	65	0,143	0,857	0,742	0,025	0,031	0,018	0,003	0,004
10	306	215	199	22	0,111	0,889	0,660	0,016	0,024	0,023	0,003	0,005
15	69	69	35	0	0,000	1,000	0,660	0,000	0,000	0,023	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

<i>Test de Wilcoxon (Gehan)</i> (generalizado)			11,821		<i>Probabilidade</i>	0,0027
<i>Grupo</i>	<i>Coorte nupcial</i>	<i>Total</i>	<i>Não censurados</i>	<i>Censurados</i>	<i>Porcentagem Censuras</i>	<i>Média</i>
0	1960-1975	334	141	193	57,8	64,3
1	1976-1984	497	166	331	66,6	41,5
2	1985-1996	726	178	548	75,5	-58,0

Test de Wilcoxon (Gehan) (entre pares de estratos)				
<i>Grupo</i>	<i>Coorte nupcial</i>	<i>Média</i>	<i>test</i>	<i>Prob.</i>
0	1960-1975	8,0	0,232	0,6304
1	1976-1984	-5,41		
0	1960-1975	56,3	9,174	0,0025
2	1985-1996	-25,9		
1	1976-1984	46,9	7,912	0,0049
2	1985-1996	-32,1		

Tabela A2 - Tábua de vida da primeira união por tipo de união

UNIÃO LIVRE

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	280	41	260	73	0,281	0,719	0,719	0,056	0,066	0,028	0,006	0,008
5	166	45	144	43	0,300	0,700	0,503	0,043	0,071	0,034	0,006	0,011
10	78	31	63	12	0,192	0,808	0,407	0,019	0,043	0,037	0,005	0,012
15	35	12	29	2	0,069	0,931	0,379	0,006	0,014	0,039	0,004	0,010
20	21	7	18	5	0,286	0,714	0,271	0,022	0,067	0,050	0,009	0,029
25	9	4	7	1	0,143	0,857	0,232	0,008	0,031	0,056	0,007	0,031
30	4	3	3	1	0,400	0,600	0,139	0,019	0,100	0,079	0,015	0,097
35												

CASAMENTO

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	1267	54	1240	86	0,069	0,931	0,931	0,014	0,014	0,007	0,001	0,002
5	1127	122	1066	102	0,096	0,904	0,842	0,018	0,020	0,011	0,002	0,002
10	903	184	811	58	0,072	0,929	0,781	0,012	0,015	0,013	0,002	0,002
15	661	168	577	46	0,080	0,920	0,719	0,013	0,017	0,015	0,002	0,002
20	447	180	357	33	0,092	0,908	0,653	0,013	0,019	0,017	0,002	0,003
25	234	127	171	17	0,100	0,900	0,588	0,013	0,021	0,022	0,003	0,005
30	90	75	53	2	0,038	0,962	0,565	0,005	0,008	0,026	0,003	0,006
35	13	13	7	0	0,000	1,000	0,565	**	**	0,026	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

Test de Wilcoxon (Gehan)			130.811		Probabilidade	0.000
Grupo	Tipo de união	Total	Não censurados	Censurados	Porcentagem Censuras	Média
0	Consensual	280	137	143	51,1	-386,9
1	Casamento	1267	344	923	72,9	85,5

Tabela A3 - Tábua de vida da primeira união por coabitação pre-nupcial

Não cohabitantes (0)												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	1032	39	1013	70	0,069	0,931	0,931	0,014	0,014	0,008	0,002	0,002
5	923	85	881	81	0,092	0,908	0,845	0,017	0,019	0,012	0,002	0,002
10	757	136	689	46	0,067	0,933	0,789	0,011	0,014	0,014	0,002	0,002
15	575	135	508	42	0,083	0,917	0,724	0,013	0,017	0,016	0,002	0,003
20	398	156	320	26	0,081	0,919	0,665	0,012	0,017	0,018	0,002	0,003
25	216	118	157	16	0,102	0,898	0,597	0,014	0,022	0,023	0,003	0,005
30	82	68	48	2	0,042	0,958	0,572	0,005	0,009	0,028	0,003	0,006
35	12	12	6	0	0,000	1,000	0,572	**	**	0,028	**	**
Cohabitantes (1)												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	235	15	228	16	0,070	0,930	0,930	0,014	0,015	0,017	0,003	0,004
5	204	37	186	21	0,113	0,887	0,824	0,021	0,024	0,026	0,004	0,005
10	146	48	122	12	0,098	0,902	0,743	0,016	0,021	0,033	0,005	0,006
15	86	33	70	4	0,058	0,942	0,701	0,009	0,012	0,037	0,004	0,006
20	49	24	37	7	0,189	0,811	0,568	0,027	0,042	0,054	0,009	0,016
25	18	9	14	1	0,074	0,926	0,526	0,008	0,015	0,065	0,008	0,015
30	8	7	5	0	0,000	1,000	0,526	0,000	0,000	0,065	0,000	0,000
35	1	1	1	0	0,000	1,000	0,526	**	**	0,065	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

Test de Wilcoxon (Gehan) (generalizado)			0,918		Probabilidade	0.3381
Grupo	coabitação pre-nupcial	Total	Não censurados	Censurados	Porcentagem Censuras	Média
0	No	1032	283	749	72,6	6,2
1	Si	235	61	174	74,0	-27,2

Tabela A4 - Tábua de vida da primeira união por presença ou ausência de filhos

SEM FILHOS												
<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	200	56	172	59	0,343	0,657	0,657	0,069	0,083	0,036	0,007	0,011
5	85	31	70	20	0,288	0,712	0,468	0,038	0,067	0,044	0,007	0,015
10	34	15	27	4	0,151	0,849	0,397	0,014	0,033	0,050	0,007	0,016
15	15	3	14	3	0,222	0,778	0,309	0,018	0,050	0,059	0,009	0,029
20	9	5	7	1	0,154	0,846	0,262	0,010	0,033	0,067	0,009	0,033
25	3	2	2	0	0,000	1,000	0,262	0,000	0,000	0,067	0,000	0,000
30	1	0	1	0	0,000	1,000	0,262	0,000	0,000	0,067	0,000	0,000
35	1	1	1	0	0,000	1,000	0,262	**	**	0,067	**	**
COM FILHOS												
<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	1356	42	1335	102	0,076	0,924	0,924	0,015	0,016	0,007	0,002	0,002
5	1212	138	1143	125	0,109	0,891	0,823	0,020	0,023	0,011	0,002	0,002
10	949	200	849	66	0,078	0,922	0,759	0,013	0,016	0,012	0,002	0,002
15	683	177	595	45	0,076	0,924	0,701	0,012	0,016	0,014	0,002	0,002
20	461	183	370	38	0,103	0,897	0,629	0,014	0,022	0,017	0,002	0,004
25	240	129	176	18	0,103	0,897	0,565	0,013	0,022	0,021	0,003	0,005
30	93	78	54	3	0,056	0,944	0,533	0,006	0,011	0,026	0,004	0,007
35	12	12	6	0	0,000	1,000	0,533	**	**	0,026	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

<i>Test de Wilcoxon (Gehan)</i> (generalizado)			97,106		<i>Probabilidade</i>	0,000
<i>Grupo</i>	<i>Presença de filhos</i>	<i>Total</i>	<i>Não censurados</i>	<i>Censurados</i>	<i>Porcentagem Censuras</i>	<i>Média</i>
0	No	200	87	113	56,5	-408,5
1	Si	1356	397	959	70,72	60,3

Tabela A5 - Tábua de vida da primeira união por idade à primeira união

<20 ANOS												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	510	1	510	62	0,122	0,878	0,878	0,024	0,026	0,015	0,003	0,003
5	447	40	427	61	0,143	0,857	0,753	0,025	0,031	0,019	0,003	0,004
10	346	60	316	28	0,089	0,911	0,686	0,013	0,019	0,021	0,002	0,004
15	258	47	235	25	0,107	0,893	0,613	0,015	0,023	0,024	0,003	0,005
20	186	65	154	14	0,091	0,909	0,557	0,011	0,019	0,026	0,003	0,005
25	107	45	85	9	0,107	0,894	0,498	0,012	0,023	0,030	0,004	0,008
30	53	39	34	1	0,030	0,970	0,483	0,003	0,006	0,032	0,003	0,006
35	13	13	7	0	0,000	1,000	0,483	**	**	0,032	**	**
20-24 ANOS												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	659	39	640	68	0,106	0,894	0,894	0,021	0,023	0,012	0,002	0,003
5	552	71	517	55	0,107	0,894	0,799	0,019	0,023	0,016	0,002	0,003
10	426	83	385	27	0,070	0,930	0,742	0,011	0,015	0,018	0,002	0,003
15	316	83	275	14	0,051	0,949	0,705	0,008	0,011	0,020	0,002	0,003
20	219	75	182	22	0,121	0,879	0,619	0,017	0,026	0,025	0,003	0,006
25	122	73	86	8	0,094	0,906	0,561	0,012	0,020	0,030	0,004	0,007
30	41	39	22	2	0,093	0,907	0,509	0,010	0,020	0,044	0,007	0,014
> 24 ANOS												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	383	58	354	30	0,085	0,915	0,915	0,017	0,018	0,015	0,003	0,003
5	295	58	266	29	0,109	0,891	0,816	0,020	0,023	0,022	0,004	0,004
10	208	72	172	15	0,087	0,913	0,744	0,014	0,018	0,027	0,004	0,005
15	121	50	96	8	0,083	0,917	0,682	0,012	0,017	0,032	0,004	0,006
20	63	48	39	2	0,051	0,949	0,647	0,007	0,011	0,039	0,005	0,007
25	13	13	7	0	0,000	1,000	0,647	0,000	0,000	0,039	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

Test de Wilcoxon (Gehan) (generalizado)			7.437		Probabilidade	0,0243
Grupo	Idade à primeira união	Total	Não censurados	Censurados	Porcentagem Censuras	Média
0	<20	510	200	310	60,8	-61,5
1	20-24	659	196	463	70,3	25,3
2	>24	383	84	299	78,1	38,3

Test de Wilcoxon (Gehan) (entre pares de estratos)				
Grupo	Idade à primeira união	média	test	Prob.
0	<20	-38,0	5,232	0,0222
1	20-24	29,4		
0	<20	-23,4	4,939	0,0263
2	>24	31,2		
1	20-24	-4,1	0,204	0,6518
2	>24	7,1		

Tabela A6 - Tábua de vida da primeira união segundo nível educativo

FUNDAMENTAL

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	581	24	569	65	0,114	0,886	0,886	0,023	0,024	0,013	0,003	0,003
5	492	45	470	50	0,107	0,894	0,791	0,019	0,023	0,017	0,003	0,003
10	397	69	363	30	0,083	0,917	0,726	0,013	0,017	0,020	0,002	0,003
15	298	63	267	15	0,056	0,944	0,685	0,008	0,012	0,021	0,002	0,003
20	220	82	179	20	0,112	0,888	0,609	0,015	0,024	0,025	0,003	0,005
25	118	57	90	11	0,123	0,877	0,534	0,015	0,026	0,030	0,004	0,008
30	50	36	32	3	0,094	0,906	0,484	0,010	0,020	0,039	0,006	0,011
35	11	11	6	0	0,000	1,000	0,484	**	**	0,039	**	**

MÉDIO

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	537	29	523	63	0,121	0,879	0,879	0,024	0,026	0,014	0,003	0,003
5	445	61	415	52	0,126	0,875	0,769	0,022	0,027	0,019	0,003	0,004
10	332	74	295	19	0,064	0,936	0,720	0,010	0,013	0,021	0,002	0,003
15	239	64	207	23	0,111	0,889	0,640	0,016	0,024	0,024	0,003	0,005
20	152	59	123	10	0,082	0,918	0,587	0,010	0,017	0,027	0,003	0,005
25	83	50	58	5	0,086	0,914	0,537	0,010	0,018	0,033	0,004	0,008
30	28	26	15	0	0,000	1,000	0,537	0,000	0,000	0,033	0,000	0,000
35	2	2	1	0	0,000	1,000	0,537	**	**	0,033	**	**

SUPERIOR

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	439	45	417	33	0,079	0,921	0,921	0,016	0,017	0,013	0,003	0,003
5	361	63	330	44	0,134	0,867	0,798	0,025	0,029	0,021	0,004	0,004
10	254	72	218	21	0,096	0,904	0,721	0,015	0,020	0,025	0,003	0,004
15	161	53	135	10	0,074	0,926	0,667	0,011	0,015	0,028	0,003	0,005
20	98	47	75	9	0,121	0,879	0,587	0,016	0,026	0,035	0,005	0,009
25	42	24	30	2	0,067	0,933	0,548	0,008	0,014	0,042	0,005	0,010
30	16	16	8	0	0,000	1,000	0,548	0,000	0,000	0,042	0,000	0,000

Fonte: Elaboração própria com base em ESF (MV, 2001)

<i>Test de Wilcoxon (Gehan)</i> (generalizado)			<i>1,155</i>		<i>Probabilidade</i>	<i>0,5613</i>
<i>Grupo</i>	<i>Nível educativo</i>	<i>Total</i>	<i>Não censurados</i>	<i>Censurados</i>	<i>Porcentagem Censuras</i>	<i>Média</i>
0	FUNDAMENTAL	581	194	387	66,61	4,6
1	MÉDIO	537	172	365	67,97	-21,9
2	SUPERIOR	439	119	320	72,89	20,6

<i>Test de Wilcoxon (Gehan)</i> (entre pares de estratos)				
<i>Grupo</i>	<i>Nível educativo</i>	<i>Média</i>	<i>test</i>	<i>Prob.</i>
0	FUNDAMENTAL	9,4	0,486	0,4855
1	MÉDIO	-10,2		
0	FUNDAMENTAL	-4,7	0,184	0,6677
2	SUPERIOR	6,3		
1	MÉDIO	-11,7	1,116	0,2907
2	SUPERIOR	14,4		

Tabela A7 Tábua de vida da última separação segundo sexo

MULHERES												
<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	2985	222	2874	203	0,071	0,929	0,929	0,071	0,073	0,005	0,005	0,005
1	2560	127	2497	332	0,133	0,867	0,806	0,124	0,143	0,008	0,006	0,008
2	2101	296	1953	280	0,143	0,857	0,690	0,116	0,154	0,009	0,007	0,009
3	1525	70	1490	182	0,122	0,878	0,606	0,084	0,130	0,010	0,006	0,010
4	1273	157	1195	70	0,059	0,941	0,570	0,036	0,060	0,010	0,004	0,007
5	1046	43	1025	60	0,059	0,941	0,537	0,033	0,060	0,011	0,004	0,008
6	943	126	880	53	0,060	0,940	0,505	0,032	0,062	0,011	0,004	0,009
7	764	62	733	76	0,104	0,896	0,452	0,052	0,109	0,011	0,006	0,013
8	626	34	609	22	0,036	0,964	0,436	0,016	0,037	0,011	0,003	0,008
9	570	68	536	51	0,095	0,905	0,395	0,042	0,100	0,012	0,006	0,014
10	451	35	434	20	0,046	0,954	0,376	0,018	0,047	0,012	0,004	0,011
11	396	30	381	6	0,016	0,984	0,370	0,006	0,016	0,012	0,002	0,007
12	360	43	339	30	0,089	0,911	0,338	0,033	0,093	0,012	0,006	0,017
13	287	21	277	9	0,033	0,968	0,327	0,011	0,033	0,012	0,004	0,011
14	257	45	235	10	0,043	0,957	0,313	0,014	0,044	0,013	0,004	0,014
15	202	153	126	49	0,390	0,610	0,191	**	**	0,016	**	**

Fonte: *Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).*

(Continuação) Tabela A7 Tábua de vida da última separação segundo sexo

HOMENS

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	2571	180	2481	282	0,114	0,886	0,886	0,114	0,121	0,006	0,006	0,007
1	2109	76	2071	358	0,173	0,827	0,733	0,153	0,189	0,009	0,007	0,010
2	1675	173	1589	306	0,193	0,807	0,592	0,141	0,213	0,010	0,008	0,012
3	1196	73	1160	85	0,073	0,927	0,549	0,043	0,076	0,011	0,005	0,008
4	1038	163	957	103	0,108	0,892	0,489	0,059	0,114	0,011	0,006	0,011
5	772	66	739	104	0,141	0,859	0,421	0,069	0,151	0,011	0,006	0,015
6	602	110	547	44	0,080	0,920	0,387	0,034	0,084	0,012	0,005	0,013
7	448	16	440	25	0,057	0,943	0,365	0,022	0,059	0,012	0,004	0,012
8	407	29	393	57	0,145	0,855	0,312	0,053	0,157	0,012	0,007	0,021
9	321	20	311	41	0,132	0,868	0,271	0,041	0,141	0,012	0,006	0,022
10	260	48	236	14	0,059	0,941	0,255	0,016	0,061	0,012	0,004	0,016
11	198	13	192	0	0,000	1,000	0,255	0,000	0,000	0,012	0,000	0,000
12	185	33	169	5	0,030	0,970	0,247	0,008	0,030	0,012	0,003	0,014
13	147	12	141	12	0,085	0,915	0,226	0,021	0,089	0,013	0,006	0,026
14	123	8	119	25	0,210	0,790	0,179	0,048	0,235	0,013	0,009	0,047
15	90	78	51	12	0,235	0,765	0,137	**	**	0,015	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004) (URUGUAI, 2004)

Test de Wilcoxon (Gehan)			64,991		Probabilidade	0,000
Grupo	Coorte nupcial	Total	Não censurados	Censurados	Porcentagem Censuras	Média
0	Varones	2571	1473	1098	42,7	-301,6
1	Mujeres	2985	1453	1532	51,3	259,8

Tabela A8 - Tábua da última separação segundo sexo e presença ou ausência de filhos

MULHERES

COM FILHOS

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	2124	412	1918	620	0,323	0,677	0,677	0,108	0,129	0,011	0,004	0,005
3	1092	197	994	208	0,209	0,791	0,535	0,047	0,078	0,012	0,003	0,005
6	687	152	611	94	0,154	0,846	0,453	0,027	0,056	0,013	0,003	0,006
9	441	120	381	57	0,150	0,850	0,385	0,023	0,054	0,014	0,003	0,007
12	264	69	230	40	0,174	0,826	0,318	0,022	0,064	0,015	0,003	0,010
15	155	132	89	23	0,258	0,742	0,236	**	**	0,018	**	**

SEM FILHOS

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	771	214	664	176	0,265	0,735	0,735	0,088	0,102	0,017	0,006	0,008
3	381	42	360	104	0,289	0,711	0,523	0,071	0,113	0,021	0,006	0,011
6	235	65	203	50	0,247	0,753	0,394	0,043	0,094	0,023	0,006	0,013
9	120	13	114	20	0,176	0,824	0,324	0,023	0,064	0,023	0,005	0,014
12	87	40	67	2	0,030	0,970	0,315	0,003	0,010	0,024	0,002	0,007
15	45	19	36	26	0,732	0,268	0,084	**	**	0,024	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)

Tabela A9 - Tábua de vida da última separação segundo sexo e presença ou ausência de filhos

HOMENS

COM FILHOS

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	1339	254	1212	451	0,372	0,628	0,628	0,124	0,152	0,014	0,005	0,007
3	634	177	546	155	0,284	0,716	0,450	0,060	0,110	0,016	0,004	0,009
6	302	51	277	66	0,239	0,761	0,342	0,036	0,090	0,017	0,004	0,011
9	185	34	168	28	0,167	0,833	0,285	0,019	0,061	0,017	0,003	0,011
12	123	42	102	24	0,235	0,765	0,218	0,022	0,089	0,018	0,004	0,018
15	57	57	29	0	0,000	1,000	0,218	**	**	0,018	**	**

SEM FILHOS

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	1095	157	1017	397	0,391	0,609	0,609	0,130	0,162	0,015	0,005	0,008
3	541	122	480	137	0,285	0,715	0,436	0,058	0,111	0,017	0,004	0,009
6	282	104	230	60	0,261	0,739	0,322	0,038	0,100	0,018	0,004	0,013
9	118	47	95	27	0,286	0,714	0,230	0,031	0,111	0,020	0,005	0,021
12	44	11	39	0	0,000	1,000	0,230	0,000	0,000	0,020	0,000	0,000
15	33	21	23	12	0,533	0,467	0,107	**	**	0,026	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)

Test de Wilcoxon (Gehan)

Grupo	Estrato	Total	Não censurados	Censurados	Porcentagem Censuras	Média	test	Prob.
HOMENS	Sem filhos	1095	633	462	42,2	34,2	1,716	0,1902
	Com filhos	1339	724	615	45,9	-28,0		
Mulheres	Sem filhos	771	378	393	51,0	70,0	3,078	0,0794
	Com filhos	2124	1042	1082	50,9	-25,4		
Sem filhos	HOMENS	1095	633	462	42,2	-79,5	22,697	0,0000
	Mulheres	771	378	393	51,0	112,9		
Com filhos	HOMENS	1339	724	615	45,9	-181,5	22,815	0,0000
	Mulheres	2124	1042	1082	50,9	114,4		

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004).

Tabela A10 - Tábua de vida da última separação segundo sexo e idade à separação

MULHERES

< 31

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	1585	180	1495	596	0,399	0,601	0,601	0,133	0,166	0,013	0,004	0,007
3	809	65	777	224	0,289	0,712	0,428	0,058	0,112	0,013	0,004	0,007
6	520	61	490	108	0,221	0,779	0,334	0,032	0,083	0,013	0,003	0,008
9	351	43	330	69	0,209	0,791	0,264	0,023	0,078	0,013	0,003	0,009
12	239	52	213	45	0,211	0,789	0,208	0,019	0,079	0,013	0,003	0,012
15	142	99	93	43	0,465	0,535	0,111	**	**	0,013	**	**

31-39

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	783	204	681	148	0,217	0,783	0,783	0,072	0,081	0,016	0,005	0,007
3	431	112	375	83	0,221	0,779	0,609	0,058	0,083	0,021	0,006	0,009
6	236	83	195	38	0,195	0,805	0,490	0,040	0,072	0,024	0,006	0,012
9	115	38	96	8	0,083	0,917	0,450	0,014	0,029	0,026	0,005	0,010
12	69	34	52	2	0,039	0,962	0,432	0,006	0,013	0,028	0,004	0,009
15	33	30	18	3	0,167	0,833	0,360	**	**	0,045	**	**

>39

<i>Intervalo (duração em anos)</i>	<i>Nº de mulheres em 1ª união</i>	<i>Nº de censuras</i>	<i>Nº de mulheres expostas ao risco</i>	<i>Falhas</i>	<i>Proporção de falhas</i>	<i>Proporção sobrevivência</i>	<i>Sobrevivência acumulada</i>	<i>Função de densidade</i>	<i>Função de risco</i>	<i>DS Sobrevivência acumulada</i>	<i>DS Densidade</i>	<i>DS Risco</i>
0	605	261	475	71	0,150	0,850	0,850	0,050	0,054	0,016	0,006	0,006
3	273	93	227	5	0,022	0,978	0,832	0,006	0,007	0,018	0,003	0,003
6	175	78	136	5	0,037	0,963	0,801	0,010	0,013	0,022	0,005	0,006
9	92	52	66	0	0,000	1,000	0,801	0,000	0,000	0,022	0,000	0,000
12	40	23	29	0	0,000	1,000	0,801	0,000	0,000	0,022	0,000	0,000
15	17	17	9	0	0,000	1,000	0,801	**	**	0,022	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)

Tabela A11 - Tábua de vida da última separação segundo sexo e idade à separação

HOMENS

< 31

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	1356	153	1280	617	0,482	0,518	0,518	0,161	0,212	0,014	0,005	0,008
3	586	95	539	198	0,368	0,632	0,327	0,064	0,150	0,014	0,004	0,010
6	293	33	277	80	0,289	0,711	0,233	0,032	0,113	0,013	0,003	0,012
9	180	20	170	55	0,324	0,677	0,157	0,025	0,129	0,012	0,003	0,017
12	105	26	92	42	0,457	0,544	0,086	0,024	0,197	0,011	0,003	0,029
15	37	25	25	12	0,490	0,510	0,044	**	**	0,010	**	**

31-39

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	610	80	570	211	0,370	0,630	0,630	0,123	0,151	0,020	0,007	0,010
3	319	109	265	39	0,147	0,853	0,537	0,031	0,053	0,022	0,005	0,009
6	171	14	164	40	0,244	0,756	0,406	0,044	0,093	0,025	0,006	0,015
9	117	44	95	0	0,000	1,000	0,406	0,000	0,000	0,025	0,000	0,000
12	73	23	62	0	0,000	1,000	0,406	0,000	0,000	0,025	0,000	0,000
15	50	50	25	0	0,000	1,000	0,406	**	**	0,025	**	**

>39

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	599	196	501	118	0,236	0,765	0,765	0,079	0,089	0,019	0,006	0,008
3	285	98	236	55	0,233	0,767	0,586	0,059	0,088	0,026	0,007	0,012
6	132	108	78	0	0,000	1,000	0,586	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000
9	24	17	16	0	0,000	1,000	0,586	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000
12	7	4	5	0	0,000	1,000	0,586	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000
15	3	3	2	0	0,000	1,000	0,586	**	**	0,026	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)

Test de Wilcoxon (Gehan) (generalizado)	132,627	Probabilidade	0,000
---	---------	----------------------	-------

HOMENS

Grupo	Idade à dissolução	Total	Não censurados	Censurados	Percentagem Censuras	Média
0	<31	1356	1004	352	26,0	-257,9
1	31-39	610	290	320	52,5	185,6
2	>39	599	173	426	71,1	394,9

MULHERES

Test de Wilcoxon (Gehan) (generalizado)			228,711		Probabilidade	0,000
Grupo	Idade à dissolução	Total	Não censurados	Censurados	Percentagem Censuras	Média
0	<31	1585	1085	500	31,6	-328,0
1	31-39	783	282	501	64,0	227,8
2	>39	605	81	524	86,6	564,5

Test de Wilcoxon (Gehan)				
Grupo	Idade à dissolução	Média	test	Prob.
<31	HOMENS	-164,2	28,784	0,000
	MULHERES	140,4		
31-39	HOMENS	-80,8	19,917	0,000
	MULHERES	63,0		
>39	HOMENS	-62,7	30,392	0,000
	MULHERES	62,1		

Tabela A12 - Tábua de vida da última separação segundo sexo e nível educativo

MULHERES

< 31												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	1306	233	1190	408	0,343	0,657	0,657	0,114	0,138	0,014	0,005	0,007
3	665	137	597	95	0,159	0,841	0,552	0,035	0,058	0,015	0,003	0,006
6	433	99	384	42	0,110	0,891	0,492	0,020	0,039	0,016	0,003	0,006
9	292	76	254	40	0,158	0,843	0,414	0,026	0,057	0,018	0,004	0,009
12	176	36	158	49	0,310	0,690	0,286	0,043	0,122	0,020	0,005	0,017
15	91	59	62	32	0,520	0,480	0,137	**	**	0,021	**	**
31-39												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	1142	279	1003	272	0,271	0,729	0,729	0,090	0,105	0,014	0,005	0,006
3	591	111	536	140	0,261	0,739	0,538	0,064	0,100	0,017	0,005	0,008
6	340	70	305	90	0,295	0,705	0,379	0,053	0,115	0,019	0,005	0,012
9	180	30	165	23	0,139	0,861	0,327	0,018	0,050	0,019	0,004	0,010
12	127	47	104	0	0,000	1,000	0,327	0,000	0,000	0,019	0,000	0,000
15	80	63	49	17	0,351	0,650	0,212	**	**	0,026	**	**
>39												
Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	537	133	471	135	0,287	0,713	0,713	0,096	0,112	0,021	0,007	0,010
3	269	22	258	77	0,298	0,702	0,500	0,071	0,117	0,025	0,007	0,013
6	170	53	144	19	0,132	0,868	0,434	0,022	0,047	0,026	0,005	0,011
9	98	27	85	14	0,166	0,834	0,362	0,024	0,060	0,028	0,006	0,016
12	57	26	44	0	0,000	1,000	0,362	0,000	0,000	0,028	0,000	0,000
15	31	31	16	0	0,000	1,000	0,362	**	**	0,028	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)

Tabela A13 - Tábua de vida da última separação segundo sexo e nível educativo

HOMENS

0-8 anos de estudo

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	1147	152	1071	446	0,416	0,584	0,584	0,139	0,175	0,015	0,005	0,008
3	549	120	489	115	0,235	0,765	0,446	0,046	0,089	0,016	0,004	0,008
6	314	106	261	66	0,253	0,747	0,334	0,038	0,097	0,017	0,004	0,012
9	142	11	137	14	0,103	0,897	0,299	0,011	0,036	0,018	0,003	0,010
12	117	16	109	37	0,339	0,661	0,198	0,034	0,136	0,018	0,005	0,022
15	64	52	38	12	0,316	0,684	0,135	**	**	0,019	**	**

9-12 anos de estudo

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	867	151	792	338	0,427	0,573	0,573	0,142	0,181	0,018	0,006	0,010
3	378	133	312	98	0,315	0,685	0,393	0,060	0,124	0,019	0,005	0,012
6	147	17	139	26	0,188	0,812	0,319	0,025	0,069	0,020	0,005	0,014
9	104	30	89	41	0,461	0,539	0,172	0,049	0,200	0,020	0,006	0,030
12	33	10	28	5	0,179	0,821	0,141	0,010	0,065	0,021	0,004	0,029
15	18	18	9	0	0,000	1,000	0,141	**	**	0,021	**	**

13 e mais anos de estudo

Intervalo (duração em anos)	Nº de mulheres em 1ª união	Nº de censuras	Nº de mulheres expostas ao risco	Falhas	Proporção de falhas	Proporção sobrevivência	Sobrevivência acumulada	Função de densidade	Função de risco	DS Sobrevivência acumulada	DS Densidade	DS Risco
0	557	126	494	162	0,328	0,672	0,672	0,109	0,131	0,021	0,007	0,010
3	269	49	245	79	0,323	0,677	0,455	0,072	0,129	0,025	0,007	0,014
6	141	32	125	34	0,272	0,728	0,331	0,041	0,105	0,026	0,006	0,018
9	75	40	55	0	0,000	1,000	0,331	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000
12	35	27	22	0	0,000	1,000	0,331	0,000	0,000	0,026	0,000	0,000
15	8	8	4	0	0,000	1,000	0,331	**	**	0,026	**	**

Fonte: Elaboração própria com base em EGG (URUGUAI, 2004)

Test de Wilcoxon (Gehan) (generalizado)	17,889	Probabilidade	0,001
--	--------	----------------------	-------

HOMENS

Grupo	Nível educativo	Total	Não censurados	Censurados	Percentagem Censuras	Média
0	0-8	1147	690	457	39,8	-36,8
1	9-12	867	508	359	41,4	-76,4
2	13+	557	275	282	50,6	194,7

MULHERES

Test de Wilcoxon (Gehan) (generalizado)	3,128	Probabilidade	0,2093
--	-------	----------------------	--------

Grupo	Nível educativo	Total	Não censurados	Censurados	Percentagem Censuras	Média
0	0-8	1306	666	640	49,0	-48,1
1	9-12	1142	542	600	52,5	44,7
2	13+	537	245	292	54,4	22,0

**Test de Wilcoxon (Gehan)
(entre pares de estratos)**

HOMENS

Grupo	Coorte nupcial	Média	test	Prob.
0	0-8	11,3	0,349	0,5547
1	9-12	-14,9		
0	0-8	39,8	11,890	0,0006
2	13+	50,6		
1	9-12	-61,5	18,218	0,000
2	13+	95,8		

MULHERES

Grupo	Coorte nupcial	Média	test	Prob.
0	0-8	-34,8	2,759	0,0967
1	9-12	39,8		
0	0-8	-13,3	1,137	0,2864
2	13+	32,4		
1	9-12	4,9	0,163	0,6864
2	13+	-10,3		

ANEXO IV
DESCRIÇÃO DO MODELO PROBITO

A variável dependente neste estudo é a dissolução da primeira união. É, portanto, uma variável binária que adquire só dois valores. Está-se, então, diante de um modelo de probabilidade. Há três alternativas básicas para estimar este tipo de modelos; estas são o Modelo de Probabilidade Linear (MPL), o modelo Logito e o modelo Probit. A principal diferença encontra-se entre o MPL e os outros dois modelos, também chamados Modelos Índice. Os dois principais problemas do MPL são que suas predições não necessariamente ficam no intervalo $[0,1]$, e que os efeitos parciais são constantes. Aliás, levando em conta a facilidade com que é possível estimar os modelos probito e logito, e não existindo diferenças relevantes entre um e o outro, optou-se por estudar o problema utilizando um modelo probito, ou seja, estimou-se

$$\Pr[y|X] = \Phi(X\beta)$$

onde a variável dependente adopta o valor 1 se se produz a dissolução e 0 para aqueles indivíduos que continuam na união; X é um vector de características socio-demográficas e β um conjunto de parâmetros a estimar. Φ é a função de probabilidade normal ou gaussiana.

A análise de significação das variáveis no modelo probito é análogo daquele realizado no modelo de regressão linear: o estatístico $t = \frac{\beta_j}{ee(\beta_j)}$ (onde ee é erro padrão) permite testar a hipótese

$H_0 : \beta_j = 0$. Porém, a diferença do modelo de regressão linear, no modelo probito os coeficientes β não são uma medida dos efeitos parciais.

Para obter os efeitos parciais quando o regressor é uma variável contínua, a fórmula apropriada é:

$$\frac{\partial \Pr[y|X]}{\partial x_j} = \beta_j \phi(X\beta)$$

É importante apontar que a avaliação dos efeitos parciais requer adoptar alguma regra com respeito a onde avaliar o vector de características X : neste caso avaliaram-se as variáveis em sua média amostral. Para avaliar os efeitos quando o regressor é uma variável binária, a fórmula apropriada é

$$\Pr[y|X_{-1}] - \Pr[y|X_{-0}] = \Phi(X_{-1}\beta) - \Phi(X_{-0}\beta)$$

onde X é um vector de variáveis avaliadas na média, com excepção da variável x_j , a qual toma o valor 1 em X_{-1} e o valor 0 em X_{-0} .

ANEXO V
MATRIZES DE CORRELAÇÕES DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NOS MODELOS DE DISSOLUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO

Tabela A14 - Matriz de correlações das variáveis utilizadas no modelo probito de dissolução da primeira união (HOMENS EGG)

	<i>Disol.</i>	<i>Idade</i>	<i>Idade ^ 2</i>	<i>Idade à união</i>	<i>Tipo de vínculo</i>	<i>Filhos primeira união</i>	<i>Pais separados</i>	<i>Anos de estudo 9-12</i>	<i>Anos de estudo 13+</i>	<i>Área de residência</i>	<i>Religião</i>
Dissolução	1,000										
Idade	-0,120	1,000									
Idade ^ 2	-0,122	0,996	1,000								
Idade à união	-0,124	0,290	0,285	1,000							
Tipo de vínculo	-0,510	0,342	0,332	0,037	1,000						
Filhos primeira união	-0,461	0,152	0,151	-0,129	0,413	1,000					
Pais separados	-0,025	0,028	0,019	-0,059	-0,017	0,059	1,000				
Anos de estudo 9 -12	-0,090	-0,077	-0,075	-0,035	0,040	0,023	-0,116	1,000			
Anos de estudo 13+	0,107	-0,039	-0,047	0,153	0,040	-0,076	-0,049	-0,346	1,000		
Área de residência	0,021	-0,058	-0,056	-0,020	0,004	-0,116	0,027	-0,038	0,172	1,000	
Religião	-0,109	0,039	0,039	0,025	0,135	0,052	-0,034	0,064	-0,031	-0,064	1,000

Tabela A15 - Matriz de correlações das variáveis utilizadas no modelo probito de dissolução da primeira união (MULHERES EGG)

	<i>Dissol.</i>	<i>Idade</i>	<i>Idade ^2</i>	<i>Idade à união</i>	<i>Tipo de vínculo</i>	<i>Filhos primeira união</i>	<i>Pais separados</i>	<i>Anos de estudo 9-12</i>	<i>Anos de estudo 13+</i>	<i>Nunca trabalhou</i>	<i>Área de residência</i>	<i>Religião</i>
<i>Dissolução</i>	1,000											
<i>Idade</i>	-0,159	1,000										
<i>Idade ^2</i>	-0,159	0,995	1,000									
<i>Idade à união</i>	-0,053	0,214	0,203	1,000								
<i>Tipo de vínculo</i>	-0,514	0,294	0,281	-0,018	1,000							
<i>Filhos primeira união</i>	-0,288	0,111	0,107	-0,319	0,289	1,000						
<i>Pais separados</i>	0,046	-0,008	-0,008	-0,123	-0,060	0,012	1,000					
<i>Anos de estudo 9 -12</i>	-0,040	-0,050	-0,044	-0,034	-0,011	-0,004	-0,089	1,000				
<i>Anos de estudo 13+</i>	-0,029	0,008	0,002	0,327	0,105	-0,107	-0,050	-0,421	1,000			
<i>Nunca trabalhou</i>	-0,052	0,046	0,047	-0,089	0,019	0,043	0,008	0,058	-0,144	1,000		
<i>Área de residência</i>	0,076	0,010	0,008	0,082	-0,034	-0,075	0,000	-0,110	0,187	-0,100	1,000	
<i>Religião</i>	-0,170	0,081	0,089	0,003	0,139	0,057	0,064	0,011	-0,013	0,019	-0,165	1,000

Tabela A16: Matriz de correlações das variáveis utilizadas no modelo probito de dissolução da primeira união (MULHERES ESF)

	<i>Dissol.</i>	<i>Idade</i>	<i>Idade ^ 2</i>	<i>Idade à união</i>	<i>Cohabitação</i>	<i>União livre</i>	<i>1 filho</i>	<i>2 filhos</i>	<i>3 ou + filhos</i>	<i>Ensino médio</i>	<i>Ensino superior</i>	<i>Nunca trabalhou</i>	<i>Índice Insitituc.</i>	<i>Religião</i>
<i>Dissolução</i>	1,000													
<i>Idade</i>	0,073	1,000												
<i>Idade ^ 2</i>	0,070	0,995	1,000											
<i>Idade à união</i>	-0,135	0,280	0,279	1,000										
<i>Coabitação</i>	-0,055	-0,065	-0,068	0,100	1,000									
<i>União livre</i>	0,218	-0,253	-0,238	0,002	-0,184	1,000								
<i>1 filho</i>	0,124	-0,136	-0,127	0,079	0,036	0,093	1,000							
<i>2 filhos</i>	-0,112	0,046	0,040	0,006	-0,011	-0,135	-0,442	1,000						
<i>3 ou + filhos</i>	-0,107	0,153	0,143	-0,207	-0,009	-0,115	-0,374	-0,467	1,000					
<i>Ensino Médio</i>	0,034	-0,032	-0,034	-0,018	-0,044	-0,009	0,066	0,009	-0,073	1,000				
<i>Ensino Superior</i>	-0,068	0,011	0,008	0,282	-0,016	-0,067	-0,033	0,007	-0,066	-0,446	1,000			
<i>Nunca trabalhou</i>	-0,076	-0,011	-0,001	-0,065	0,012	-0,002	-0,027	0,034	0,029	-0,028	-0,118	1,000		
<i>Índice institucionalismo</i>	-0,276	0,021	0,028	-0,019	-0,064	-0,143	-0,072	0,033	0,122	0,013	-0,109	0,093	1,000	
<i>Religião</i>	-0,124	0,149	0,156	0,059	-0,107	-0,138	-0,018	0,050	-0,005	0,051	-0,026	-0,017	0,212	1,000

Tabela A17 - Matriz de correlações das variáveis utilizadas no modelo probito de recomposição (MULHERES EGG)									
	Recomposição	Idade à dissolução	Duração Separação	Tipo de vínculo casal anterior	Filhos primeira união	Nunca trabalhou	Anos de estudo 9-12	Anos de estudo 13+	Religião
Recomposição	1,000								
Idade à dissolução	-0,490	1,000							
Duração da separação	-0,334	-0,069	1,000						
Tipo de vínculo Casal anterior	0,075	0,071	0,199	1,000					
Filhos da primeira união	-0,026	0,083	0,025	0,166	1,000				
Nunca Trabalhou	0,129	-0,103	-0,078	-0,041	0,041	1,000			
Anos de estudo 9 -12	-0,031	0,014	-0,034	0,062	-0,112	-0,039	1,000		
Anos de estudo 13+	0,047	0,078	-0,004	0,096	-0,115	-0,106	-0,356	1,000	
Religião	0,075	0,011	-0,031	0,067	0,012	0,011	-0,015	-0,049	1,000

Tabela A18 - Matriz de correlações das variáveis utilizadas no modelo probito de recomposição (HOMENS EGG)

	<i>Recomposição</i>	<i>Idade à dissolução</i>	<i>Duração Separação</i>	<i>Tipo de vínculo casal anterior</i>	<i>Filhos primeira união</i>	<i>Anos de estudo 9-12</i>	<i>Anos de estudo 13+</i>	<i>Pensão</i>	<i>Trabalha</i>	<i>Religião</i>
Recomposição	1,000									
Idade à dissolução	-0,353	1,000								
Duração da separação	-0,392	0,015	1,000							
Tipo de vínculo Casal anterior	0,099	0,253	-0,014	1,000						
Filhos primeira união	0,002	0,204	0,050	0,382	1,000					
Anos de estudo 9 -12	0,041	-0,123	-0,094	0,094	0,027	1,000				
Anos de estudo 13+	-0,153	0,063	0,048	0,041	0,004	-0,367	1,000			
Pensão	-0,115	0,071	-0,026	0,174	0,432	-0,013	0,119	1,000		
Trabalha	0,109	-0,201	0,063	0,130	0,112	0,015	0,186	0,130	1,000	
Religião	0,078	0,096	-0,020	0,127	0,009	0,004	-0,030	0,080	0,024	1,000

A) Descrição do survey “Encuesta sobre situaciones familiares y desempeños sociales de las mujeres en Montevideo y Area Metropolitana (ESF)”

Todas as etapas da pesquisa foram conduzidas por uma equipe multidisciplinária integrada por pesquisadores de diversas disciplinas e instituições da Universidade da República (Instituto de Economía da Faculdade de Ciências Económicas, Programa de População e Departamento de Economía da Faculdade de Ciências Sociais).

O survey foi financiado pela Comisión Sectorial de Investigación Científica da Universidade da República e contou com um complemento financeiro da UNICEF.

Desenho e organização do questionário

Várias partes do questionário foram preenchidas com as respostas que as mulheres forneceram aos entrevistadores. Além disso, solicitou-se às mulheres que respondessem diversos formulários autogerenciados, adaptados ao tipo de família e a situação conjugal das entrevistadas. Os formulários autogerenciados tinham quesitos orientados a coletar informações subjetivas e íntimas acerca da vida pessoal e familiar das entrevistadas.

Desenho da amostra

Em função dos objetivos gerais da pesquisa, o universo de estudo esteve constituído pelas mulheres que pertenciam à faixa etária 25-54 anos, moradoras nas zonas urbanas da área metropolitana.

O tipo de desenho escolhido para selecionar as unidades a serem entrevistadas foi estratificado em quatro etapas. As unidades primárias de seleção foram os segmentos censitários, as unidades secundárias as zonas censitárias urbanas e as unidades da terceira etapa foram os domicílios que tinham pelo menos uma mulher entre 25 e 54 anos de idade. Na última etapa foi seleccionada uma dessas mulheres.

O desenho tentou de se aproximar a um desenho autoponderado, ou seja que pretendiu que todos os elementos da população tivessem idênticas probabilidades de serem incluídas.

O critério usado para estratificar foi o mesmo que o utilizado pela ECH. Os segmentos censitários dos povoados urbanos de Montevideu foram classificados segundo à renda média per cápita dos domicílios, em quatro estratos: baixa renda, meia-baixa, meia alta, e alta. A periferia de Montevideu foi dividida em três estratos para facilitar a organização do survey.

Os recursos disponíveis para a instrumentação do survey permitiram o levantamento de aproximadamente 1800 casos. A asignação de casos aos estratos foi realizada proporcionalmente ao número de domicílios com mulheres entre 25 e 54 anos segundo o censo de 1996.

B) Descrição do survey “Estudio sobre la reproducción biológica y social de la población uruguaya: una aproximación desde la perspectiva de género y generaciones”

O desenho e a realização do survey foram conduzidos por um conjunto de instituições: Ministerio de Salud Pública, Programa Salud de a Mujer y Género (MSP), Instituto Nacional de Estadística (INE), Intendencia Municipal de Montevideo, División Salud y Secretaría de a Mujer (IMM), Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales y Facultad de Psicología, Mujer y Salud en Uruguay (MYSU), Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo

(PNUD), Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA). A pesquisa foi financiada pelo Fondo de Población das Nações Unidas.

Desenho e seleção da amostra

A população objetivo do survey foi o conjunto das pessoas compreendidas entre 15 e 79 anos de idade, residentes em Montevideu e Área Metropolitana e em cidades do Interior de 5.000 e mais habitantes. A amostra selecionada alcançou a 6.500 casos, 3.500 em Montevideu e Periferia e 3.000 no Interior do país.

A seleção da amostra foi realizada em várias etapas. Em primeiro lugar a população urbana foi dividida em dois grandes estratos: Montevideu e Periferia, por um lado, e cidades do Interior com mais de 5000 habitantes, por outro.

Em Montevideu e Periferia foram construídos três sub-estratos em função das condições de vida da população, as zonas do Censo de Población de 1996 foram classificadas segundo à proporção de domicílios com necessidades básicas insatisfeitas (NBI).

Os indicadores de NBI selecionados para estratificar a amostra foram:

1. Indicador de carência básica em condiciones de vivienda
2. Indicador de carência básica em abastecimento de água
3. Indicador de carência básica em evacuação de excretas
4. Indicador de carência básica em habitações para dormir

Os três subestratos tinham a mesma quantidade de zonas censitárias. Para a definição dos sub-estratos foi considerado um Índice resumen da informação das quatro NBI para cada zona censitária. O Índice (INBI) foi elaborado calculando o total de domicílios em cada zona censitária com carência básica em abastecimento de água, com carência básica em evacuación de excretas, com carência básica em habitações para dormir e/ou com carência básica em condições de vivienda, e calculando a proporção que estes domicílios representavam no total de domicílios da zona censitária.

Povoados do Interior do país com 5.000 habitantes e mais

No Interior a seleção de zonas foi feita em duas fases. Numa primeira etapa foram seleccionadas 15 cidades dentro das 45 que tinham população maior ou igual a 5.000 habitantes de acordo com o Censo de Población de 1996. A seleção das 15 cidades foi realizada com probabilidade proporcional ao tamanho. O tamanho se mede em função da quantidade de pessoas que mora na cidade. As cidades seleccionadas representam 566.700 habitantes dos 992.600 que moravam nas 45 cidades do Interior consideradas.

Nas 15 cidades selecionadas foram construídos três subestratos partindo da mesma metodologia que a utilizada para estratificar Montevideu-Periferia.

O subestrato 21 incluye as zonas nas quais o INBI está entre 0 e 5.000, o subestrato 22 incluye as zonas donde o INBI está entre 5.000 e 10.565 e o subestrato 23 incluye as zonas com valores do INBI superior a 10.565.

A seleção de zonas dentro de cada um dos 6 subestratos considerados foi realizada por amostragem aleatória simples com os tamanhos amostrais detalhados na seguinte tabela (expressados como o número domicílios por estrato):

<i>Estratos de Montevideu-Periferia</i>			
<i>Subestrato</i>	11	12	13
<i>Domicílios</i>	452	1,200	1,848

<i>Estratos das cidades do Interior</i>			
<i>Subestrato</i>	21	22	23
<i>Domicílios</i>	356	1,012	1,632

Seleção ao interior do domicílio

Em cada domicílio selecionado foi escolhida uma pessoa ao azar dentro do conjunto de residentes do domicílio que cumpriam com as restrições de idade (15 a 79 anos).; Ao interior do domicílio foi selecionada a pessoa cujo aniversário fosse o próximo dentro do grupo familiar.

Expansão da amostra

Os fatores de expansão calculam-se com base em dois elementos multiplicativos, um correspondente ao domicílio dentro do estrato, e o outro correspondente a pessoa dentro do domicílio.

<i>Estrato</i>	<i>Pessoa 15-79</i>	<i>pop total</i>	<i>dom total</i>	<i>n domicílios</i>	<i>Pb</i>	<i>wh</i>
11	410025	536743	183399	408	0.0022247	449.50735
12	400935	536641	167542	1194	0.0071266	140.31993
13	356306	538091	154688	1853	0.011979	83.479763
21	237884	329803	105777	359	0.0033939	294.64345
22	230211	331745	95048	1039	0.0109313	91.480269
23	214959	331004	93795	1617	0.0172397	58.005566
Total	1850320	2604027	800249	6470		

Na tabela anterior temos na coluna "pessoa 15-79" o número de pessoas em domicílios não coletivos entre 15 e 79 anos de Montevideu e Área Metropolitana e das cidades do Interior do país com mais de 5000 habitantes segundo o censo de 1996. A quantidade de domicílios totais segundo estrato, encontra-se em "dom total" e a quantidade de domicílios da amostra está representado na coluna "domicílios". Os expansores encontram-se na coluna **wh** e foram calculados como o total de domicílios por estrato sobre a quantidade de domicílios amostrados em cada estrato. Pode se observar que os domicílios com maior probabilidade de estar na amostra são aqueles que pertencem aos estratos com maiores índices de **NBI**.

Os expansores dos domicílios foram reproduzidos exatamente. Para calcular os expansores das pessoas wh foi multiplicado pelo número de pessoas no domicílio entre 15 e 79 anos.

ANEXO VII
QUESTIONÁRIOS DOS SURVEYS UTILIZADOS⁸¹



UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA
Facultad de Ciencias Sociales
 Departamento de Economía
 Programa de Población
Facultad de Ciencias Económicas
y de Administración
 Instituto de Economía



ENCUESTA SOBRE SITUACIONES FAMILIARES Y DESEMPEÑOS SOCIALES EN MONTEVIDEO
Y AREA METROPOLITANA (MARZO de 2001)

Identificación geográfica	<input type="text"/>
---------------------------	---

¿Todas las personas que viven en esta vivienda, comparten el mismo presupuesto?	
1. Si	<input type="checkbox"/>
2. No (<i>omite la pregunta siguiente</i>)	<input type="checkbox"/>
¿Cuántos núcleos familiares viven en esta casa?	<input type="text"/>

Número del hogar	<input type="text"/>
Numero de cuestionario	<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>

Fecha de la encuesta:	día	<input type="text"/> <input type="text"/>	Mes	<input type="text"/> <input type="text"/>
Encuestadora:				

Por favor, enumere a las mujeres de 25 a 54 años que residen en este hogar	
Nombre de Pila	Edad
Total mujeres de 25 a 54 años	<input type="text"/> <input type="text"/>

⁸¹ A diagramação original dos questionários foi feita para uma folha mais cumprida, na adaptação ao tamanho *letter* mudou a continuidade visual dos módulos.

Módulo H: Información del hogar			
1. Este hogar es.... 1. Propietario de la vivienda, ya la pagó 2. Propietario de la vivienda, está pagando 3. Arrendatario 4. Ocupante sin pagar, con permiso del propietario 5. Ocupante sin pagar y sin permiso del propietario		<input type="checkbox"/>	
2. Sin considerar baños ni cocina ¿Cuál es el número total de habitaciones que utiliza este hogar?		Nº de habitaciones	<input type="checkbox"/>
3. ¿Cuántas habitaciones son utilizadas por este hogar para dormir?		Nº de habitaciones	<input type="checkbox"/>
4. ¿Cuántos vehículos de uso exclusivo del hogar, dispone este hogar?		Nº de vehículos	<input type="checkbox"/>
5. ¿Utiliza algún medio para calefaccionar ambientes? (<i>marcar sólo el principal</i>)			
1. Estufa, panel radiante o similar		4. Otro	
2. Acondicionador de aire		5. Ninguno	
3. Calefacción central		<input type="checkbox"/>	
6. ¿Tiene este hogar alguno de los siguientes artefactos?			
1. Tiene 2. No tiene			
1. TV color		6. Refrigerador con freezer	
2. Calefón		7. Lavavajilla	
3. Lavarropa		8. Computadora	
4. Video		9. Conexión a internet	
5. Horno microondas		10. Teléfono celular (de uso exclusivo del hogar)	
7. ¿Tiene servicio doméstico?		<input type="checkbox"/>	
1. Si			
2. No → <i>pase a módulo siguiente</i>			
8. ¿Cuántos días a la semana?		<input type="checkbox"/>	
8. Servicio doméstico con cama			
9. Un día al mes o cada quince días			
FIN DE MODULO H			1

8. ¿Qué tareas realiza en su trabajo? (REFIERE A OCUPACION PRINCIPAL: ocupación que le generó los mayores ingresos el mes pasado)					
9. En ese trabajo es... 1. Asalariado privado 2. Asalariado público 3. Patrón con personal a su cargo 4. Trabajador p/ cuenta propia sin local 5. Trabajador p/ cuenta propia con local 6. Trabajador zafral o changas 7. Trabajador familiar	<input type="checkbox"/>				
10. Su trabajo, ¿es de tipo 1.ocasional? 2.permanente?	<input type="checkbox"/>				
11. En su trabajo tiene derecho a... 1.indemnización por despido? 2.aguinaldo? 3.jubilación? 4.seguro de accidente? 5.salario vacacional? 6.DISSE ?	SI NO 1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	SI NO 1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	SI NO 1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	SI NO 1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	SI NO 1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> 6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
12. ¿Vive en pareja? 1. Si 2. No	<input type="checkbox"/>				
13. ¿Cuál es su estado civil legal? 1. Casado 4. Viudo 2. Separado 5. Soltero 3. Divorciado	<input type="checkbox"/>				
FIN DE MODULO I					1

Si la Encuestada **vive en pareja actualmente** pase al módulo 2 (PAREJA ACTUAL)

Si la Encuestada **está separada, divorciada o viuda**, pase al módulo 2 (PAREJAS ANTERIORES)

Si la Encuestada **es soltera** ¿Aunque actualmente no vive en pareja, convivió con una pareja por más de 6 meses?

1. Si →módulo 2 (PAREJAS ANTERIORES)
2. No →módulo 3 (HIJOS)

Modulo 2: historia conyugal	
SECCION A: pareja actual	
1. Le voy a hacer unas preguntas sobre su pareja actual, ¿me dijo que su nombre es?	Nombre:
2. ¿En qué año comenzó la unión con?	<input type="text"/> <input type="text"/> 19
3. ¿Cuántos hijos tuvo con.....? 0. No tuvieron hijos	<input type="text"/> <input type="text"/> Nro-
4., ¿tenía hijos de otra pareja cuando comenzó la unión con usted? ¿Cuántos? 0. Ninguno	<input type="checkbox"/>

5. Si está casada, ¿vivieron juntos antes de casarse? 1. SI 2. NO → p.7 9. No está casada → p.7	<input type="checkbox"/>
6. ¿Durante cuánto tiempo?	____ ____ meses ____ ____ años
7. ¿Ha tenido parejas anteriores con las que convivió al menos 6 meses? 1. SI 2. NO → p.20	<input type="checkbox"/>
Fin de módulo 2 Sección A	
1	

SECCIÓN B: parejas anteriores			
¿Cuál es el nombre de pila de sus parejas anteriores con que la que vivió al menos seis meses? Comience por el más reciente	Pareja anterior 1 Nombre:	Pareja anterior 2 Nombre:	Pareja anterior 3 Nombre
8. ¿En que año comenzó la unión con ?	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
9. ¿Qué edad tenía cuando empezó a convivir con Ud ?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
10. ¿Cuál fue el nivel educativo más alto alcanzado por ...? 1. Sin instrucción 2. Primaria incompleta 3. Primaria completa 4. Secundaria o UTU incompleta 5. Secundaria o UTU completa 6. Universidad, Magisterio o IPA incompleta 7. Universidad, Magisterio o IPA completa 8. Otro (especificar) 9. No sabe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. ¿Cuántos hijos tuvo con.....?	Nro- <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Nro- <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Nro- <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
12., tenía hijos de otra pareja cuando comenzó la unión con usted? 1. SI 2. NO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. ¿Estuvo casada con...? 1. SI 2. NO → p. 16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Antes de casarse, ¿vivieron juntos? 1. SI 2. NO → p.16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. ¿Durante cuánto tiempo?	____ ____ meses ____ ____ años	____ ____ meses ____ ____ años	____ ____ meses ____ ____ años
16. ¿En que año dejó de convivir con...?	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
17. El vínculo con terminó por: 1. Divorcio ? 2. Separación ? → p.19 3. Fallecimiento ? → p.20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. ¿Cuánto tiempo después de la separación comenzaron los trámites de divorcio?	___ __ meses ___ __ años	___ __ meses ___ __ años	___ __ meses ___ __ años
19. Después que la relación con Ud. terminó,¿tuvo hijos? ¿cuántos? 9.No sabe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fin de módulo 2 Sección B			1

20. ¿Usted, ha tenido hijos con una persona con la que no haya convivido? 1. SI 2. NO
FIN DE MODULO 2
1

Módulo 3: hijos corresidentes y no corresidentes (en la versión original este módulo contiene 8 columnas) Ahora me gustaría hacerle unas preguntas sobre sus hijos, tanto acerca de los que viven con Ud. como los que viven en otro hogar.			
1. ¿Cuántos hijos nacidos vivos ha tenido en total?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	→ si cero pasar a módulo 4 (trayectoria laboral)	
2. ¿Cuántos de ellos están vivos?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	→ si cero pasar a módulo 4 (trayectoria laboral)	
3. ¿Cuántos de ellos viven con Ud.?	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
4. ¿Cuáles son los nombres de pila de TODOS sus hijos? (Residan o no en este hogar) COMIENCE POR EL / LA MAYOR	(Nombre) HIJO 1	(Nombre) HIJO 2	(Nombre) HIJO 3
5. ¿En qué mes y año nació?	Mes Año <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Mes Año <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	Mes Año <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
6. ¿Es hombre o mujer? 1. Hombre 2. Mujer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. ¿Vive habitualmente en este hogar? 1. SI → p. 10 2. NO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. ¿En qué año dejó de vivir con Ud.?	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
9. Actualmente, 1. Vive con el padre? 2. Vive con otros familiares? 3. Vive en su propio hogar? 4. No sabe → <i>anule la columna correspondiente</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. ¿Va a concurrir este año a un centro de enseñanza? 1. Si, público 2. Si, privado (pagando) 3. Si, privado (becado) 4. No	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. ¿Asistió durante el año pasado (2000) a un centro educativo? 1. Si, durante todo el año 2. Si, pero abandonó antes de terminar → p.16 3. No → p.16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. ¿Qué nivel y año cursó durante el año pasado? Preescolar → p.22 Primaria Secundaria Magisterio y Profesorado → p.14 Universidad UTU	<input type="checkbox"/> Nivel <input type="checkbox"/> Año	<input type="checkbox"/> Nivel <input type="checkbox"/> Año	<input type="checkbox"/> Nivel <input type="checkbox"/> Año
13. Sólo para UTU ¿Cuántos años de liceo aprobó antes de ingresar a la UTU?	Nº de años	Nº de años	Nº de años
14. ¿Aprobó el año que cursó en el 2000? 1. Si, en su totalidad → p.19 2. Si, pero tiene previas 3. No aprobó → p.19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Sólo para los que tienen previas ¿Cuántas materias le quedan del año pasado?	Nº.....→ p.19	Nº.....→ p.19	Nº.....→ p.19
16. Para los que no cursaron ¿Cuál es el nivel de enseñanza más alto que alcanzó? ¿cuál es el último año aprobado en ese nivel? 1. Preescolar→ p. 22 2. Primaria 3. Secundaria 4. Magisterio y Profesorado 5. Universidad completa 6. Universidad Incompleta 7. Sin instrucción → p. 24 8.UTU	<input type="checkbox"/> Nivel <input type="checkbox"/> Año	<input type="checkbox"/> Nivel <input type="checkbox"/> Año	<input type="checkbox"/> Nivel <input type="checkbox"/> Año
17. Sólo para UTU ¿Cuántos años de liceo aprobó antes de ingresar a la UTU?	Nº de años	Nº de años	Nº de años
18. ¿En qué año dejó de estudiar? Si la encuestada sólo recuerda edad usar tabla 1	19□□	19□□	19□□
19.¿Repitió algún año en la escuela? 1. Si 2. No	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.¿Cursó y aprobó algún año de escuela en un establecimiento privado? ¿Cuántos? 0. Ninguno 9. No corresponde	Nº	Nº	Nº
21. ¿Cursó y aprobó algún año de liceo en un establecimiento privado? ¿Cuántos? 0. Ninguno 9. No corresponde	Nº	Nº	Nº

SOLO PARA HIJOS MENORES DE 14 AÑOS QUE ASISTIERON EN 2000			
	(Nombre) HIJO 1	(Nombre) HIJO 2	(Nombre) HIJO 3
22. ¿En qué horarios concurrió a la guardería, escuela o liceo durante el año pasado? 1. De mañana 2. De tarde 3. De mañana y de tarde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. ¿Con quién pasó la mayor parte del día fuera del horario escolar? 1. Usted 2. El padre 3. Solo o con los hermanos 4. Con un familiar materno 5. Con un familiar paterno 6. C/ una persona remunerada 7. C/un amigo o vecino adulto 8. C/amigos de su edad 9. Otro (especificar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
SOLO PARA LOS HIJOS DE 14 Y MAS AÑOS			
	(Nombre) HIJO 1	(Nombre) HIJO 2	(Nombre) HIJO 3
24. ...¿Vive en pareja? 1. Si 2. No	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25. ¿Tiene hijos? ¿Cuántos? <i>Anote N° de hijos (0 si no tiene hijos)</i>	N°.....	N°.....	N°.....
26. ¿Trabajó la semana pasada en un trabajo remunerado? 1. Si → p.28 2. No	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. ¿Trabajó antes? 1. Si, pero actualmente está desocupado 2. Si, pero actualmente prefiere no trabajar 3. No → p.35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28. ¿En qué año comenzó a trabajar? (En un trabajo remunerado durante por lo menos 6 meses)	19□□	19□□	19□□
29. ¿Cuántas horas trabaja/ba habitualmente durante la semana?	N°	N°	N°
30. ¿Qué tareas realiza/ba en su trabajo?			
31. En su trabajo es/ era... 1. Asalariado privado 2. Asalariado público 3. Patrón con personal a su cargo 4. Trabajador p/ cuenta propia sin local 5. Trabajador p/ cuenta propia con local 6. Trabajador zafra o changas 7. Trabajador familiar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32. Su trabajo, ¿es/era de tipo... 1. ocasional?			

2. permanente?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33. En su trabajo ¿tiene/tenía derecho a...	SI NO	SI NO	SI NO
1. indemnización por despido?	1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
2. aguinaldo?	2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	2. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
3. jubilación?	3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	3. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
4. seguro de accidente?	4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	4. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
5. salario vacacional?	5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	5. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
6. DISSE ?	6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	6. <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
34. ¿Cómo accedió a su trabajo ?			
1. Por conocidos o amigos propios			
2. A partir de contactos generados en trabajos anteriores			
3. Por conocidos o familiares de parte materna			
4. Por conocidos o familiares de parte paterna			
5. Por conocidos del barrio			
6. Es un negocio de la familia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Inició su propio negocio			
8. Se enteró por avisos, agencias de colocaciones, concursos, etc			
9. Se presentó directamente con el empleador			
10. Otros (especificar)			

Modulo 4: trayectoria laboral Ahora voy a hacerle unas preguntas sobre su vida laboral	
SECCION A: caracterización laboral	
1. Si trabaja: ¿cómo consiguió su actual trabajo? 1. Por conocidos o amigos propios 2. A partir de contactos generados en trabajos anteriores 3. Por familiares o conocidos de su familia 4. Por conocidos del barrio 5. Es un negocio de la familia 6. Inició su propio negocio 7. Se enteró por avisos, agencias de colocaciones, concursos, etc 8. Se presentó directamente con el empleador 9. Otros (especificar)	<input type="checkbox"/>
2. Si no trabaja, ¿trabajó en el pasado? 1. SI 2. NO → p.10	<input type="checkbox"/>
3. ¿En qué año comenzó a trabajar?	19 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
4. ¿Qué tareas realizaba en su primer trabajo?	
5. Desde entonces, ¿interrumpió su vida laboral al menos seis meses? 1. SI 2. NO → p.10	<input type="checkbox"/>
Fin módulo 4 Sección A	
1	

SECCION B: interrupciones laborales

	Mes y año de interrupción	Razón de interrupción	Mes y año de reingreso
6. ¿Podría decirme en qué mes y año interrumpió por primera vez ?	1 ^a ____mes____año		1 ^a ____mes____año
7. ¿y cuál fue la razón por la que dejó de trabajar ?	2 ^a ____mes____año		2 ^a ____mes____año
8. ¿En qué mes y año reingresó? <i>¿Hubo alguna otra vez en que dejó de trabajar ?</i>	3 ^a ____mes____año		3 ^a ____mes____año
	4 ^a ____mes____año		4 ^a ____mes____año
	5 ^a ____mes____año		5 ^a ____mes____año

Fin módulo 4 Sección B

SECCION C: asignación de tiempo

<p><i>Sólo para las que trabajan actualmente:</i></p> <p>9. ¿Estaría dispuesta a trabajar más horas? (¿Por qué razones?)</p> <p>1.No, trabaja el N° de horas que quiere</p> <p>2.No, trabaja más horas de las que quiere</p> <p>3.Si, pero no consigue más horas</p> <p>4.Si, pero sus responsabilidades familiares no se lo permiten.</p> <p>5. Si, otra razón</p> <p>6. No sabe</p>	<input type="checkbox"/>
<p>10. ¿Interrumpió sus estudios al momento de comenzar su vida en pareja?</p> <p>1. Si</p> <p>2. No</p> <p>3. Ya había culminado o abandonado</p> <p>9. No corresponde</p>	<input type="checkbox"/>
<p>11. ¿Interrumpió sus estudios para dedicarse al cuidado de sus hijos?</p> <p>1.Si</p> <p>2.No</p> <p>3. Ya había culminado o abandonado</p> <p>9. No corresponde</p>	<input type="checkbox"/>

FIN DE MODULO 4 Sección C

1

MODULO 5: redes familiares

Ahora quisiera hacerle unas preguntas sobre sus padres y suegros (refiérase a suegra y suegro de unión actual; si no está en unión, refiérase a suegros de última unión)

SECCIÓN A: padres y suegros				
	MADRE	PADRE	SUEGRA	SUEGRO
1. ¿Sus padres y suegros están vivos? 1. Si 3. No sabe 2. No 9. No corresponde → p.7	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. ¿Cuál fue el nivel educativo más alto alcanzado por su (...)? 1. Sin instrucción 2. Primaria incompleta 3. Primaria completa 4. Secundaria o UTU incompleta 5. Secundaria o UTU completa 6. Universidad, Magisterio o IPA incompleta 7. Universidad, Magisterio o IPA completa 8. No sabe <i>(Si alguno de ellos falleció, o desconoce su paradero, anule la columna respondiente)</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. El estado de salud de su (...) es: 1. Bueno 3. Malo 2. Regular 4. Incapacitado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. ¿Vive su (...) actualmente en pareja? 1. Si, continúan juntos 2. Si, pero formó nueva pareja 3. No	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. ¿Dónde reside su (...)? 1. En esta casa 2. En este predio, otra vivienda 3. A menos de 10 cuadras 4. Entre 10 y 30 cuadras 5. A más de 30 cuadras 6. En otro departamento 7. En otro país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. ¿Con qué frecuencia ve usualmente a su (...)? <i>(si vive con ellos marque 1)</i> 1. Todos o casi todos los días 2. Al menos una vez a la semana 3. Una vez cada 15 días 4. Una vez al mes 5. De vez en cuando 6. No lo/s ve nunca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fin módulo 5 Sección A				1

SECCIÓN B: ayuda mutua inter-hogares											
7. Durante el último año ¿recibió este hogar ayudas en dinero de parte de algún familiar(...)? 1. Si, regularmente 2. Si, ocasionalmente 3. Nunca o casi nunca	<input type="checkbox"/> ¿De quién? _____										
8. Durante el último año, su (...), ¿recibió ayudas de algún familiar para pagar sus gastos de... 1. Si 2. No	1. Enseñanza?	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
	2. Inglés computación?	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
	3. Mutualista, gastos de salud?	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
	4. Alquiler, cuota de BHU, etc?	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
	5. Vestimenta?	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
	6. Alimentación?	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
	7. Otro (especificar)	<input type="checkbox"/>	¿De quién? _____								
9. Durante el último año, ¿algún familiar colaboró regularmente con este hogar en... 1. Si 2. No	1. Cuidado de niños?	<input type="checkbox"/>	¿Quién? _____								
	2. Mandados o trámites?	<input type="checkbox"/>	¿Quién? _____								
	2. Tareas del hogar?	<input type="checkbox"/>	¿Quién? _____								
	4. Cuidado de enfermos?	<input type="checkbox"/>	¿Quién? _____								
9. Durante el último año: ¿ayudó Ud. (o su pareja) regularmente a algún familiar en los siguientes aspectos? 1. Si 2. No	1. Mandados o trámites?	<input type="checkbox"/>	¿A quién? _____								
	2. Tareas del hogar?	<input type="checkbox"/>	¿A quién? _____								
	3. Cuidado de enfermos?	<input type="checkbox"/>	¿A quién? _____								
	4. Gastos de salud?	<input type="checkbox"/>	¿A quién? _____								
	5. Ayuda regular de dinero?	<input type="checkbox"/>	¿A quién? _____								
	6. Ayuda ocasional de dinero?	<input type="checkbox"/>	¿A quién? _____								
Fin módulo 5 Sección B										1	
10. A quién puede recurrir Ud. en caso de.... <i>(Haga un círculo en el o los números que correspondan. Se puede marcar más de una opción)</i>	1. Sus familiares 2. Conocidos de su pareja (o de ex pareja) 3. Conocidos de sus familiares 4. Amigos 5. Vecinos 6. Compañeros de trabajo 7. Su jefe/a o patrón/a 8. Otra persona 9. A nadie 0. No sabe/ no contesta										
1. No llegar a fin de mes?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	
2. Enfrentar un problema económico grave?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	
3. Tener problemas familiares?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	
4. Sentirse muy mal de ánimo?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	
5. Necesitar ayuda en el cuidado de sus hijos?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	No tiene hijos 10
6. Precisar a alguien que le salga de garantía en un alquiler?	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0	

11. En algún momento de su vida, ¿recibió Ud. o su pareja una ayuda económica familiar que le permitiera acceder a una vivienda?

1. Si

2. No → p.13

12. ¿De quién o quiénes?

_____ (anote lazo/s de parentesco)

FIN DE FORMULARIO

1

Entregue el Formulario Autosuministrado e instruya a la persona en como llenarlo. Fíjese el formulario que le corresponde a la persona de acuerdo a su situación conyugal.

Mientras la persona llena el Formulario Autosuministrado, revise y corrija el Formulario Principal y esté disponible por cualquier duda que pueda surgir. Al final de la encuesta, agradezca la atención brindada y pregunte sobre la disposición de la encuestada a participar en futuras instancias (ver formato a continuación).

Le agradecemos mucho el tiempo que nos ha dedicado. Con este tipo de investigación, la Universidad y Unicef están abocados a estudiar los cambios de la familia uruguaya. Para lograr este objetivo, sería muy valiosa su participación en futuras investigaciones. ¿Estaría Ud. dispuesta a ser entrevistada en futuras instancias ?

1. Si

2. No

Teléfono:

Dirección:

FORMULARIOS AUTOSUMINISTRADOS
FORMULARIO (Nº1) PARA TODAS LAS ENCUESTADAS

Por favor, lea atentamente todas las preguntas y marque con un círculo la opción que mejor describa su situación.

	1 Muy conforme	2 Conforme	3 Ni conforme ni desconforme	4 Desconforme	5 Muy desconforme	
1. En términos generales, en la actualidad, ¿se siente conforme con la vida que lleva?	1	2	3	4	5	
2. Cuán conforme está Ud. con...						
a. su casa?	1	2	3	4	5	
b. su barrio?	1	2	3	4	5	
c. su situación económica?	1	2	3	4	5	
d. la cantidad de tiempo libre que tiene	1	2	3	4	5	
e. su salud?	1	2	3	4	5	
f. su apariencia física ?	1	2	3	4	5	
g. su vida sexual ?	1	2	3	4	5	
h. su vida familiar ?	1	2	3	4	5	
i. su trabajo actual ?	1	2	3	4	5	No trabaja

En el cuadro siguiente aparece una lista de las actividades que se realizan en los hogares. Nos gustaría que indicara quién se encarga habitualmente de hacer cada tarea. Si habitualmente hay más de una persona que hace la tarea, puede marcar mas de una opción (por ejemplo si tanto Ud. como su pareja pagan habitualmente las cuentas, marque 1 y 2).

	Usted	Pareja, esposo o compañero	Padre, madre, Suegro o suegra	Hija	Hijo	Otro familiar	Contrata a alguien	Otro no familiar	
Decidir lo que se va a comer	1	2	3	4	5	6	7	8	
Dar de comer a los niños	1	2	3	4	5	6	7	8	9 No tiene hijos
Lavar los platos	1	2	3	4	5	6	7	8	
Pagar las cuentas (UTE, ANTEL, etc)	1	2	3	4	5	6	7	8	
Hacer las compras cotidianas	1	2	3	4	5	6	7	8	
Limpia la casa/lavar la ropa	1	2	3	4	5	6	7	8	

Hacer pequeñas reparaciones en la casa	1	2	3	4	5	6	7	8	
Llevar y traer los niños a la escuela	1	2	3	4	5	6	7	8	9 No tiene hijos

4. A su entender, ¿Cuál es el número ideal de hijos que una pareja debería tener? (haga un círculo en el número que se adecue a su respuesta)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 ó más no sabe

5. Por favor, indique cuán de acuerdo o en desacuerdo está Ud. con cada una de las siguientes afirmaciones: (haga un círculo para cada respuesta)

	MUY DE ACUERDO	DE ACUERDO	ACUERDO NI DESACUERDO	NI DE EN DESACUERDO	MUY EN DESACUERDO
a. Es mucho mejor si el hombre se encarga de trabajar afuera y la mujer se encarga de la casa y de la familia.	1	2	3	4	5
b. Una mujer puede tener una vida completamente satisfactoria sin tener hijos	1	2	3	4	5
c. El matrimonio legal le da más estabilidad a la pareja que la unión libre	1	2	3	4	5
d. Las personas deberían casarse pensando que el matrimonio es una relación para toda la vida	1	2	3	4	5
e. Es mejor que las mujeres trabajen menos de seis horas cuando los hijos son menores de cinco años	1	2	3	4	5
f. Un hombre puede tener una vida completamente satisfactoria sin tener hijos	1	2	3	4	5
g. Los hijos deben vivir con sus padres ancianos cuando éstos no pueden cuidarse a sí mismos	1	2	3	4	5
h. Un hombre debe ocuparse de las tareas domésticas igual que su esposa	1	2	3	4	5
i. En caso de disolución de la pareja siempre es mejor que los hijos se queden a vivir con su madre	1	2	3	4	5
j. Si una pareja tiene hijos debe hacer todo lo posible para mantenerse junta	1	2	3	4	5
k. Una mujer se siente más realizada si trabaja fuera de su casa que si se dedica sólo al hogar	1	2	3	4	5
l. La formación religiosa ayuda a los niños a desarrollarse como persona	1	2	3	4	5

m. El divorcio ha aumentado porque las personas se han vuelto más individualistas 1 2 3 4 5

o. Si un/a maestro/a es homosexual los padres de los niños deberían saberlo 1 2 3 4 5

6. ¿Tiene Ud alguna religión?

1.Si

2.No → saltee las dos preguntas siguientes y conteste la pregunta 9

7. ¿Cuál? _____

8. ¿Con qué frecuencia va a iglesia/sinagoga/templo ?

1. Todos los días
2. Aprox. una vez por semana
3. Aprox. una vez al mes
4. Sólo en ocasiones especiales
5. Nunca o casi nunca

9. ¿Con cuál de los partidos políticos se siente Ud. más identificada?

Partido Colorado	Partido Nacional	Nuevo Espacio	Encuentro Progresista	Nin-guno	No Sabe
1	2	3	4	5	9

FORMULARIO N°2: SOLO PARA ENCUESTADAS UNIDAS O CASADAS POR PRIMERA VEZ

1. A continuación encontrará una lista de aspectos en los que las parejas suelen tener malentendidos: Con qué frecuencia discute Ud. con su pareja respecto a :					
	1 Casi Siempre	2 Frecuente-mente	3 Algunas veces	4 Nunca o casi nunca	
a. Reparto de las tareas domésticas	1	2	3	4	
b. Uso del dinero	1	2	3	4	
c. Vida sexual	1	2	3	4	
d. Relación con los parientes	1	2	3	4	
e. Educación y crianza de los hijos	1	2	3	4	0 Sin hijos
2. Durante el último año, ¿discutió con su pareja la posibilidad de separarse?	1. Si, yo lo planteé 2. Si, el me lo planteó 3. No				
3. En los últimos 2 años, ¿Ud. y su pareja se han separado por un período de al menos 3 meses?	1. Si 2. No 9. Hace menos de tres meses que vive con su actual pareja				

FORMULARIO 3: SOLO PARA PERSONAS QUE NO VIVIERON NUNCA EN PAREJA

1. Aunque no vivan juntos, ¿tiene Ud. pareja desde hace por lo menos seis meses?	Si No
2. ¿A qué atribuye Ud. el hecho que no ha convivido con una pareja?	1. No tiene interés 2. No tiene oportunidades de conocer gente 3. No ha encontrado a la persona adecuada 4. Quiere esperar un tiempo 5. Otro (especifique) _____

FORMULARIO 4: SOLO PARA PERSONAS ACTUALMENTE SEPARADAS O DIVORCIADAS

Si tuvo hijos, conteste sobre la pareja con la que tiene el/la hija más chico/a. Si no tuvo hijos, conteste sobre su última pareja.

1. Hay veces que ambos miembros de la pareja quieren terminar la relación por igual, otras veces uno está más decidido que el otro. ¿Cómo fue en su caso?	1. Yo estaba más decidida que mi ex pareja 2. Mi ex pareja estaba más decidido que yo 3. Ambos queríamos terminar la relación por igual					
2. Los meses anteriores a la separación, ¿cuán conforme estaba Ud. con cada uno de los siguientes aspectos de su matrimonio?	Muy Conforme	Conforme	Ni conforme Ni desconforme	Desconforme	Muy Desconforme	
a. el amor y el afecto que recibía de su pareja	1	2	3	4	5	
b. el tiempo que le dedicaba a Ud.	1	2	3	4	5	
c. la vida sexual que llevaban	1	2	3	4	5	
d. el reparto de las tareas de la casa	1	2	3	4	5	
e. la relación que tenía con sus hijos	1	2	3	4	5	0 Sin hijos
f. la vida social que tenían	1	2	3	4	5	
g. las actividades que realizaban en común	1	2	3	4	5	
3. Durante el último año antes de separarse, ¿con qué frecuencia discutían con su pareja?	Muy poco 1	Algunas Veces al mes 2	Varias veces por mes 3	Casi todos los días 4	Muchas veces por día 5	
4. En cada una de las siguientes áreas, ¿cómo es su vida ahora comparada con el año antes de separarse?	Mucho Mejor	Mejor	Igual	Peor	Mucho Peor	
a. su casa	1	2	3	4	5	
b. su barrio	1	2	3	4	5	
c. su vida social	1	2	3	4	5	
d. el tiempo libre que dispone	1	2	3	4	5	
e. su trabajo	1	2	3	4	5	
f. sus ingresos	1	2	3	4	5	
g. su estado de ánimo	1	2	3	4	5	
h. su vida sexual	1	2	3	4	5	
i. la relación con sus hijos	1	2	3	4	5	
j. la cantidad de amigos	1	2	3	4	5	
5. ¿Ha salido Ud. con alguien después de separarse?	1. Si 2. No → saltee las 2 preguntas siguientes y conteste la pregunta 8					
6. ¿Cuánto tiempo después de separada empezó Ud. a salir con otra persona?	1. Antes de un mes 2. Entre 1 a 6 meses después 3. Entre 6 meses y un año después 4. Más de un año después					
7. ¿Cómo tomaron sus hijos el hecho de que Ud. empezara a salir con otra persona?	1. Se opusieron 2. No les importó 3. La apoyaron 4. Eran muy chicos para opinar 5. No se los comunicó 6. No tiene hijos					
8. ¿A qué atribuye Ud. el hecho de que no ha vuelto a convivir con otra pareja?	1. No tiene interés 2. Hace poco que se separó 3. A causa de sus hijos 4. No tiene oportunidades de conocer otra gente 5. No ha encontrado a la persona adecuada 6. Otro (especifique) _____					
9. Aunque no vivan juntos, ¿tiene Ud. una pareja desde hace por lo menos seis meses?	1. Si 2. No					
10. ¿Cuánto tiempo después de su separación su ex cónyuge empezó a vivir con otra pareja?	1. No vive con nadie hasta el momento 2. Tres meses después o menos 3. Entre tres meses y un año					

	4. Entre uno y dos años 5. Entre dos y tres años 6. Más de tres años 7. No sabe
11. Piense en los amigos que Ud y su ex pareja solían frecuentar antes de separarse. ¿Con qué frecuencia suele ver a la mayoría de ellos?	1. No los veo 2. Menos que antes 3. Igual que antes 4. Más que antes
12. Durante el último año, ¿con qué frecuencia ha tenido contacto con su ex pareja? (por teléfono o personalmente)	1. No he tenido contacto 2. Aproximadamente una vez en el año 3. Varias veces en el año 4. De una a tres veces por mes 5. Una vez por semana 6. Más de una vez a la semana
13. ¿Como describiría su actual relación con su ex pareja?	1. Muy poco amistosa 2. Poco amistosa 3. Neutra 4. Amistosa 5. Muy amistosa

FORMULARIO 5: SOLO PARA PERSONAS UNIDAS O CASADAS EN SEGUNDAS U OTRAS NUPCIAS

Pareja actual

1. A continuación encontrará una lista de aspectos en los que las parejas suelen tener malentendidos: Con qué frecuencia discute Ud. con su pareja respecto a :	Casi Siempre	Frecuente-mente	Algunas veces	Nunca o casi nunca	
a. Reparto de las tareas domésticas	1	2	3	4	
b. Uso del dinero	1	2	3	4	
c. Vida sexual	1	2	3	4	
d. Relación con los parientes	1	2	3	4	
e. Educación y crianza de los hijos	1	2	3	4	0 Sin hijos
2. Durante el último año, ¿discutió con su pareja la posibilidad de separarse?	4. Si, yo lo planteé 5. Si, el me lo planteó 6. No				
3. En los últimos 2 años, ¿Ud. y su pareja se han separado por un período de al menos 3 meses?	4. Si 5. No 10. Hace menos de tres meses que vive con su actual pareja				

Pareja anterior . Si tiene más de una ex pareja, conteste sobre aquella con la que tiene el/ la hij/a más chico/a. Si no tiene hijos de parejas anteriores, conteste sobre la última pareja que tuvo antes de unirse con su pareja actual.

1. Hay veces que ambos miembros de la pareja quieren terminar la relación por igual, otras veces uno está más decidido que el otro. ¿Cómo fue en su caso?	1. Yo estaba más decidida que mi ex pareja 2. Mi ex pareja estaba más decidido que yo 3. Ambos queríamos terminar la relación por igual				
2. Los meses anteriores a la separación, ¿cuán conforme estaba Ud. con cada uno de los siguientes aspectos de su matrimonio?	Muy Conforme	Conforme	Ni conforme Ni desconforme	Desconforme	Muy Desconforme
a. el amor y el afecto que recibía de su pareja	1	2	3	4	5
b. el tiempo que le dedicaba a Ud.	1	2	3	4	5
c. la vida sexual que llevaban	1	2	3	4	5
d. el reparto de las tareas de la casa	1	2	3	4	5
e. la relación que tenía con sus hijos	1	2	3	4	5 0 Sin hijos
f. la vida social que tenían	1	2	3	4	5
g. las actividades que realizaban en común	1	2	3	4	5
3. Durante el último año antes de separarse, ¿con qué frecuencia discutían con su pareja?	Muy poco 1	Algunas Veces al mes 2	Varias veces por mes 3	Casi todos los días 4	Muchas veces por día 5

4. En cada una de las siguientes áreas, ¿cómo es su vida ahora comparada con el año antes de separarse?					
	Mucho Mejor	Mejor	Igual	Peor	Mucho Peor
a. su casa	1	2	3	4	5
b. su barrio	1	2	3	4	5
c. su vida social	1	2	3	4	5
d. el tiempo libre que dispone	1	2	3	4	5
e. su trabajo	1	2	3	4	5
f. sus ingresos	1	2	3	4	5
g. su estado de ánimo	1	2	3	4	5
h. su vida sexual	1	2	3	4	5
i. la relación con sus hijos	1	2	3	4	5
j. la cantidad de amigos	1	2	3	4	5
5. ¿Cuánto tiempo después de separada empezó a salir con otra persona?	1. Antes de un mes 2. Entre 1 a 6 meses después 3. Entre 6 meses y un año después 4. Más de un año después				
6. ¿Cómo tomaron sus hijos el hecho de que Ud. empezara a salir con otra persona?	1. Se opusieron 2. No les importó 3. La apoyaron 4. Eran muy chicos para opinar 5. No se los comunicó 9. No tenían hijos				
7. ¿Cuánto tiempo después de su separación su ex cónyuge empezó a vivir con otra pareja?	1. No vive con nadie hasta el momento 2. Tres meses después o menos 3. Entre tres meses y un año 4. Entre uno y dos años 5. Entre dos y tres años 6. Más de tres años 7. No sabe				
8. Piense en los amigos que Ud y su ex pareja solían frecuentar antes de separarse. ¿Con qué frecuencia suele ver a la mayoría de ellos?	1. No los veo 2. Menos que antes 3. Igual que antes 4. Más que antes				
9. Durante el último año, ¿con qué frecuencia ha tenido contacto con su ex pareja? (por teléfono o personalmente)	1. No he tenido contacto 2. Aproximadamente una vez en el año 3. Varias veces en el año 4. De una a tres veces por mes 5. Una vez por semana 6. Más de una vez a la semana				
10. ¿Como describiría su actual relación con su ex pareja?	1. Muy poco amistosa 2. Poco amistosa 3. Neutra 4. Amistosa 5. Muy amistosa				

Módulo I : Ingresos (para todas las encuestadas)

Por favor, indique el monto de sus ingresos por trabajo del mes de febrero. Si tiene más de un trabajo, distinga entre los de la ocupación principal y los del resto de sus ocupaciones. Si su pareja convive con usted, escriba el total de los ingresos por trabajo en la columna "pareja".

	Encuestada		Pareja (sólo si vive con Ud.)
	Ocupación principal	Resto de las ocupaciones	Todas las Ocupaciones
Ingresos por trabajo			
1. Escriba la cifra de sus ingresos por trabajo (o seguro de paro) en el mes de febrero. (si tiene ingresos variables, por ejemplo si es patrón o trabajador zafal, escriba el promedio mensual del último año.)			
	Pesos uruguayos	Pesos uruguayos	Pesos uruguayos
Otros beneficios del trabajo	Encuestada		Pareja
2. ¿Recibe ingresos en alimentos o vales de alimentación? 1. Si 2. No (Si recibe, escriba el valor mensual)			
	Pesos uruguayos	Pesos uruguayos	Pesos uruguayos
3. Sin contar DISSE, si su empleador cubre una o más cuotas mutuales, señale el número de cuotas por mes.			
4. Si tiene otros beneficios por trabajo escriba el monto mensual			
	Pesos uruguayos	Pesos uruguayos	Pesos uruguayos

5. Además de sus ingresos por trabajo, ¿recibe usted y/o su pareja otros ingresos? Por ejemplo, jubilaciones, intereses bancarios, alquileres, etc.

1. Si
2. No → saltee la siguiente pregunta y conteste la pregunta 8

7. Indique el monto de ingresos no provenientes del trabajo de usted y su pareja, si conviven:	Encuestada	Pareja
Si éstos ingresos son variables escriba el promedio del año. No tome en cuenta los ingresos que recibe de otros hogares, como por ejemplo, de su madre, ex pareja, etc.		

8. Sumando el total de los ingresos que perciben todos los miembros de este hogar e incluyendo los ingresos que entran desde otros hogares: ¿Cuánto estima Ud. que son los ingresos *mensuales* totales de este hogar?

(Haga un círculo en el tramo de ingresos que mejor represente los ingresos totales del hogar)

	Tramos de ingreso
1.	Hasta 5.000 pesos
2.	5.000 a 7.000
3.	7.000 a 9.000
4.	9.000 a 11.000
5.	11.000 a 13.000
6.	13.000 a 16.000
7.	16.000 a 20.000
8.	20.000 a 26.000
9.	26.000 a 38.000
10.	Más de 38.000

9. ¿Usted o su cónyuge, cobra/n asignación familiar por menores a su cargo?

3. Si
4. No (termine aquí)

10. ¿Por cuántos menores?

.....Nº de menores

11. Esta/s cuota/s, ¿están incluidas en el monto declarado de sueldo?

1. Si
2. No

Módulo Convivencia con otros Familiares Adultos

En esta sección nos gustaría preguntarle sobre su convivencia con familiares adultos (que no son su esposo o pareja, ni sus hijos). Por familiares adultos nos referimos a padre o madre, suegro o suegra, tíos o tías, hermanos, cuñados o nueras mayores de 18 años que vivan con UD.

1. ¿Actualmente vive con otros familiares adultos que no sean su esposo e hijos ?

1. Si
2. No → *No responda esta sección*

2. ¿Desde que año vive con otros familiares adultos?

Año..... (anote el año en que empezaron a vivir juntos)

Si aún vive con sus padres marque aquí →

3. ¿Por qué razón?

1. Por razones económicas (bajos ingresos)
2. Problemas de vivienda (no conseguía vivienda, etc.)
3. Por razones afectivas (querer estar juntos, etc.)
4. Por razones prácticas (para ayudarse en las tareas domésticas)
5. Por razones de salud (incapacidad de algún miembro, etc)
6. Otras razones (especificar) _____

4. ¿Cómo fue la situación de vivir juntos con los otros familiares adultos,

Ud fue a vivir con ellos, o ellos fueron a vivir con Ud. ?

1. Ud fue a vivir a la casa de otros familiares
2. Los otros familiares vinieron a vivir a su casa
3. Todos se mudaron a una casa común
4. Otra situación (especificar) _____

5. ¿Cómo se siente con respecto a vivir con otros familiares adultos ?

1. Por ahora no hay más remedio
2. Me gusta vivir así
3. Preferiría vivir sin ellos
4. Otra razón (especifique) _____

6. ¿Cuán conforme está UD de vivir con otros familiares adultos ?

1. Muy conforme
2. Conforme
3. Ni conforme ni desconforme
4. Desconforme
5. Muy desconforme

7. ¿Quién diría UD. que se beneficia más de vivir con otros familiares adultos?

1. UD
2. Ellos
3. Todos
4. No sabe

A

CUESTIONARIO ENCUESTADO ENTRE 15 Y 59 AÑOS

Nº formulario	Nº Sorteo

IDENTIFICACIÓN GEOGRÁFICA

Ciudad: _____ Estrato: _____ I. Censal: _____ / _____ / _____

SECCIÓN 1. INFORMACIÓN GENERAL DEL ENCUESTADO

1.1 Nombre de pila: _____

1.2 N° de PERSONA del hogar: _____

1__1__1

1.3 Fecha de nacimiento: _____

/_____/_____

1.4 Sexo

1. Masculino

2. Femenino

1.5 ¿A qué raza cree Ud. pertenecer? (**ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES**)

- | | | |
|-------------|------------|-----------------|
| 1. Amarilla | 4. Negra | 77. No sabe |
| 2. Blanca | 5. Mestiza | 88. No contesta |
| 3. Indígena | | 99. Sin dato |

1.6 ¿Cuál es su religión? (**ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES**)

- | | | |
|----------------|--|-----------------|
| 1. Católica | 5. Umbanda u otro culto afro-brasileño | 77. No sabe |
| 2. Protestante | | 88. No contesta |
| 3. Evangélica | 6. Otra (especificar): _____ | 99. Sin dato |
| 4. Hebrea | 7. Ninguna | |

1.7 ¿Con qué regularidad frecuenta los servicios o actividades religiosas? (excluya los compromisos sociales como bautismos, casamientos, etc.) (**ENCUESTADOR: leer opciones.**)

- | | | |
|---------------------------|--------------------------------|----------------|
| 1. Nunca | 4. Una o más veces a la semana | 8. No contesta |
| 2. Algunas veces al año | 6. No corresponde | 9. Sin dato |
| 3. Una o más veces al mes | 7. No sabe | |

1.8 ¿Ha vivido Ud. siempre en esta localidad o paraje?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (pase a PREG 1.11) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

1.9 ¿En qué lugar vivió Ud. la mayor parte de su infancia?

1. Montevideo. Barrio:

_____ (pasar a PREG 1.10)

2. Otro departamento del país Depto:

_____ Localidad: (señalar si es zona rural) _____

(pasar a PREG 1.10)

3. Otro país (especificar): _____ (pasar a PREG 1.11)

1.10 ¿Era parte de un asentamiento irregular?

1. Sí 2. No 6. No corresponde 8. No contesta 7. No sabe 9. Sin dato

Actividad Económica

1.11 ENCUESTADOR: ¿su encuestado es jefa /e del hogar?

1. Sí (pase a PREG 2.1) 2. No (continúe)

1.12 Sin considerar las tareas de su hogar, ¿Ud. trabaja o trabajó alguna vez?

1. Sí, trabaja 6. No corresponde 9. Sin dato
2. Sí, trabajó 7. No sabe
3. No (pase a SECCIÓN 2) 8. No contesta

1.13 En la ocupación que le da (daba) los mayores ingresos (ocupación principal), ¿qué tareas realiza (o realizaba)? (ENCUESTADOR: describa la tarea que realiza)

1.14 En ese trabajo es (era):

1. Empleado u obrero privado	5. Trabajador por cuenta propia sin local ni inversión	77. No sabe
2. Empleado u obrero público	6. Trabajador por cuenta propia con local o inversión	88. No contesta
3. Miembro de cooperativa de producción	7. Trabajador familiar no remunerado	99. Sin dato
4. Patrón con personal a su cargo	66. No corresponde	

ENCUESTADOR: Si la persona NO trabaja actualmente pasar a SECCIÓN 2. SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA

1.15 ¿Cómo accedió a su trabajo actual?

1. Por conocidos o amigos propios	7. Inició su propio negocio	66. No corresponde
2. A partir de contactos generados en trabajos anteriores	8. Se enteró por avisos, agencias de colocaciones, concursos	77. No sabe
3. Por conocidos o familiares de parte paterna	9. Se enteró directamente o dejó CV con el empleador	88. No contesta
4. Por conocidos o familiares de parte materna	10. Otros (especificar) _____	99. Sin dato
5. Por conocidos del barrio		
6. Es un negocio de la familia		

1.16 ¿A qué edad ingresó a su primer empleo estable? (**ENCUESTADOR: el cargo debe ser remunerado y con un año o más de permanencia en el puesto**)

Edad I__I__I 55. Menos de un año en el puesto 66. No corresponde 77. No sabe 88. No contesta
99. Sin dato

1.17 - Si trabaja actualmente ¿A qué rango corresponden sus ingresos por concepto de trabajo?
(**ENCUESTADOR: Mostrar tarjeta de ingresos.**) I__I__I

SECCIÓN 2. SALUD SEXUAL Y REPRODUCTIVA Y ACCESO A SERVICIOS (para todos)

Ahora vamos a preguntarle sobre temas relacionados con la reproducción y la sexualidad.
Esta encuesta abarca temas muy amplios y por lo tanto puede haber preguntas que no se aplican a su caso.

ENCUESTADOR: ¿su entrevista es con una MUJER de 15 –59 años o un HOMBRE de 40 o más años de edad?

1. si es **MUJER** (continúe, Salud mujeres)

2. si es **HOMBRE de 40 o más años de edad** (pase a Salud hombres de 40 años y más , PREGUNTA 2.12)

3. si es **HOMBRE MENOR DE 40 AÑOS** (pase a SECCIÓN 3, HISTORIA REPRODUCTIVA, PREGUNTA 3.1)

Salud mujeres

2.1 ¿Alguna vez consultó con un médico ginecólogo, sin ser por embarazo?

- | | | |
|----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (pase a PREG 2.3) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

2.2 ¿Porqué no? (**ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES**)

- | | |
|---------------------------------|--|
| 1. No sabe que hay que hacerlo | 7. Porque no quiere (no siente necesidad, prefiere no saber) |
| 2. No sabe dónde se puede hacer | 8. Otros
(especificar) _____ |
| 3. Por motivos económicos | 66. No corresponde |
| 4. La hacen esperar mucho | 77. No sabe |
| 5. No tiene tiempo | 88. No contesta |
| 6. Le queda lejos | 99. Sin dato |

2.3 ¿Alguna vez se ha hecho un papanicolau, es decir, la prueba para el cáncer de cuello de útero?

- | | | |
|--------------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (pase a PREGUNTA 2.5) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

2.4 ¿Porqué no?

- | | |
|--|-------------------|
| 1. Nunca fue a un ginecólogo (pase a PREG 2.11) | 6. No corresponde |
| 2. No se lo indicaron | 7. No sabe |
| 3. No pudo hacérselo | 8. No contesta |
| 4. No quiso hacérselo | 9. Sin dato |
| 5. Otro
(especificar) _____ | |

(ENCUESTADOR: pase a PREGUNTA 2.7)

2.5 ¿Cuánto hace que se hizo el último papanicolau?

- | | | |
|---------------------|----------------------|----------------|
| 1. Menos de 1 año | 4. Entre 5 y 10 años | 7. No sabe |
| 2. Entre 1 y 2 años | 5. Más de 10 años | 8. No contesta |
| 3. Entre 2 y 5 años | 6. No corresponde | 9. Sin dato |

2.6 ¿Dónde se lo indicaron?

- | | | |
|---|------------------------------------|--------------------|
| 1. MSP Policlínicas,
Centro de salud | 5. Mutualista | 66. No corresponde |
| 2. MSP Hospital | 6. Policlínica Municipal | 77. No sabe |
| 3. Hospital de Clínicas | 7. Otro <i>especificar</i> : _____ | 88. No contesta |
| 4. Sanidad Policial o
Militar | | 99. Sin dato |

2.7 ¿Alguna vez un ginecólogo le ha examinado las mamas?

- | | | |
|----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 2.9</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

2.8 ¿Porqué no?

- | | | |
|---|-------------------|----------------|
| 1. Fue al ginecólogo y no se lo hizo | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. Otros _____
(<i>especificar</i>): | 7. No sabe | 9. Sin dato |

2.9 ¿Cuándo fue la última vez?

- | | | |
|---------------------|----------------------|----------------|
| 1. Menos de 1 año | 4. Entre 5 y 10 años | 7. No sabe |
| 2. Entre 1 y 2 años | 5. Más de 10 años | 8. No contesta |
| 3. Entre 2 y 5 años | 6. No corresponde | 9. Sin dato |

2.10 ¿Dónde se atendió?

- | | | |
|--------------------------------------|---|--------------------|
| 1. MSP Policlínicas, Centro de salud | 5. Mutualista | 66. No corresponde |
| 2. MSP Hospital | 6. Policlínica Municipal | 77. No sabe |
| 3. Hospital de Clínicas | 7. Otro
(<i>especificar</i>) _____ | 88. No contesta |
| 4. Sanidad Policial o Militar | | 99. Sin dato |

2.11 ¿Se examina Ud. los senos por lo menos una vez al mes?

- | | | |
|-------|-------------------|----------------|
| 1. Sí | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

(ENCUESTADOR: pase a SECCIÓN 3, HISTORIA REPRODUCTIVA)

Salud hombres de 40 años y más

2.12 ¿Alguna vez se ha hecho estudios para detectar el cáncer de próstata?

- | | | |
|---------------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREGUNTA 2.14</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

2.13 ¿Por qué no se los ha hecho?

- | | | | |
|---------------------------------|---|-----------------------------|-----------------|
| 1. No sabe que es necesario | 5. Le hacían esperar mucho | 9. No sabe que es necesario | 77. No sabe |
| 2. No sabe dónde hacerlo | 6. No lo podía pagar | 66. No corresponde | 88. No contesta |
| 3. Le quedaba lejos de su casa | 7. Rechaza realizarse el estudio | | 99. Sin dato |
| 4. Los horarios no le convenían | 8. Otros
(<i>especificar</i>): _____ | | |

ENCUESTADOR: pase a SECCIÓN 3. HISTORIA REPRODUCTIVA, PREGUNTA 3.1

2.14 ¿Cuándo fue la última vez?

- | | | |
|---------------------|----------------------|----------------|
| 1. Menos de 1 año | 4. Entre 5 y 10 años | 7. No sabe |
| 2. Entre 1 y 2 años | 5. Más de 10 años | 8. No contesta |
| 3. Entre 2 y 5 años | 6. No corresponde | 9. Sin dato |

2.15 ¿Dónde se lo indicaron?

- | | | |
|-------------------------------|--|-----------------|
| 1. Hospital MSP | 5. Clínica particular | 77. No sabe |
| 2. Hospital de Clínicas | 6. Otros
(<i>especificar</i>) _____ | 88. No contesta |
| 3. Sanidad Policial o Militar | 66. No corresponde | 99. Sin dato |
| 4. Mutualista | | |

SECCIÓN 3. HISTORIA REPRODUCTIVA (ENCUESTADOR: para todos los hombres y mujeres)

3.1 ¿Alguna vez ha tenido Ud. un hijo o hija que haya nacido vivo?

- | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 3.4</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

3.2 ¿Y alguna vez ha tenido un hijo o hija que haya mostrado signos de vida aunque haya muerto poco después de nacer?

- | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 3.6</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

3.3 (*Si es MUJER*) Excluyendo un embarazo actual, ¿Ha estado embarazada alguna vez, aunque el embarazo haya durado sólo unas pocas semanas?

(*Si es HOMBRE*) Excluyendo un embarazo actual, ¿Alguna pareja suya ha quedado embarazada alguna vez, aunque el embarazo haya durado sólo unas pocas semanas?

- | | | |
|-----------------------------------|--|-------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 3.24</i>) | 7. No sabe (<i>pase a PREG 3.58</i>) | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 3.58</i>) | 8. No contesta (<i>pase a PREG 3.58</i>) | |

3.4 ¿Cuántos de sus hijos están viviendo en este hogar? N°: 1__1__1

3.5 ¿Cuántos de sus hijos NO viven en este hogar?

N° (0= ninguno, 66. No corresponde, 77. no sabe, 88. no contesta, 99. sin dato)

3.6 ¿Alguno de sus hijos falleció? (Incluya también los que sólo hayan vivido poco tiempo después de nacer)

1. Sí, anote N° 7. No sabe 9. Sin dato
2. No 8. No contesta

ENCUESTADOR: Sume las respuestas a las preguntas 3.4, 3.5 y 3.6 y anote el total aquí N

Entonces, para estar seguro que la información es correcta:

3.7 Ud. ha tenido un total de _____ hijos nacidos vivos. ¿Es correcto eso?

1. Sí 2. No (*Corrija las respuestas según sea necesario*)

Ahora le voy a hacer algunas preguntas sobre cada uno de sus hijos, (**ENCUESTADOR: en caso de HOMBRE aclareaunque no sean todos de la misma madre**). Comenzando por el primer hijo nacido vivo que tuvo:

¿podría decirme el nombre de cada uno, incluso de los que no se encuentren vivos actualmente?

Historia de Nacimientos Vivos						
3.8 N° de orden	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
Nombre						
3.9 ¿En qué mes y año nació? <i>Si no sabe pregunte:</i> ¿Qué edad tiene? O ¿cuántos años hace que lo tuvo?	Mes <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Año <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Edad <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> años	Mes <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Año <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Edad <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> años	Mes <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Año <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Edad <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> años	Mes <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Año <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Edad <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> años	Mes <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Año <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Edad <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> años	Mes <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Año <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Edad <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> años
	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
3.10 ¿Es varón o niña? 1. Varón 2. Niña	<input type="text"/>					
3.11 ¿Dónde nació? 1. Hospital M.S.P. 2. Sanatorio Privado 3. Mutualista 4. Hospital Policial/Militar 5. Asignaciones Familiares 6. Consultorio partera 7. Domicilio particular 66. No corresponde 77.No sabe 88. No contesta 99. Sin dato	<input type="text"/>					
3.12 ¿Quién le asistió ese parto? 1. Médico 2. Partera 3. Comadrona 4. Otro (<i>especificar</i>) _____ 6.No corresponde 7. NS 8. NC 9. Sin dato	<input type="text"/>					
3.13 ¿Ud. trabajaba cuando nació...? (<i>si es hombre pregunte si la que trabajaba es la pareja</i>) 1. Sí 2. No	<input type="text"/>					
3.14 ¿Está vivo o viva? 1. Sí (<i>pase a PREG 3.16</i>) 2. No	<input type="text"/>					

3.15 En caso de haber fallecido, cuánto tiempo vivió...? 55. Menos de 1 mes (ENCUESTADOR: pase al siguiente hijo o a PREG 3.19)	<input type="text"/>					
	Nº meses					
	<input type="text"/>					
	Nº años					
3.16 ¿Vive con Ud.? 1. Sí (<i>pasar siguiente hijo</i>) 2. No	<input type="checkbox"/>					
3.17 En caso de no vivir con el/a ¿Por qué no vive con Ud.? 1. Se fue a trabajar/estudiar a otra localidad 2. Formó pareja 3. Vive con el padre/madre 4. Vive con otro pariente 5. Fue dado en adopción 6. Vive con no pariente 7. Emigró 8. Otros (INAME, hogares sustitutos, situación de calle)	<input type="checkbox"/>					
3.18 ¿Qué edad tenía su hijo cuándo dejó de vivir con Ud.?	<input type="text"/>					

3.19 Recuerde la época en que nació su primer hijo nacido vivo (aunque ahora no viva)
 ¿Con quién vivía Ud. cuando nació su primer hijo?

- | | |
|--|--|
| 1. Solamente con su pareja (y los hijos de la pareja) | 5. Otra situación.¿Cuál?
(especificar) _____ |
| 2. Con su pareja y otros familiares suyos o de su pareja | 7. No sabe |
| 3. Sola/o con sus padres y/o familiares | 8. No contesta |
| 4. Sola/o | 9. Sin dato |

3.20 ¿Por qué tuvo su primer hijo? (**ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES, anotar la que corresponda**)

- | | |
|--|--|
| 1. Porque quería formar una familia en ese momento. | 6. Porque mis padres me obligaron. |
| 2. Porque lo deseaba. | 7. Porque mi pareja lo quería. |
| 3. Porque quedé/quedó embarazada y lo acepté | 8. Otras razones
(especificar) _____ |
| 4. Porque no estaba de acuerdo con interrumpir ese embarazo. | 77. No sabe |
| 5. Porque no podía pagar un aborto seguro. | 88. No contesta |
| | 99. Sin dato |

3.21 Cuando el embarazo de ese hijo ¿Ud. estaba estudiando?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 3.24</i>) | 8. No contesta | |

3.22 A raíz del embarazo y nacimiento de ese hijo ¿Ud. interrumpió sus estudios?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 3.24</i>) | 8. No contesta | |

3.23 Con posterioridad, ¿Ud. retomó sus estudios?

- | | | |
|--------------------------------|------------|----------------|
| 1. Sí, y los finalizó | 3. No | 8. No contesta |
| 2. Sí, pero luego los abandonó | 7. No sabe | 9. Sin dato |

3.24 (*Si la encuestada es MUJER*) ¿Ha tenido alguna vez una PÉRDIDA DE EMBARAZO, ABORTO O NACIDO MUERTO?

(*Si el encuestado es HOMBRE*) ¿Le ha sucedido alguna vez que alguna pareja suya haya tenido una PÉRDIDA DE EMBARAZO, ABORTO O NACIDO MUERTO?

- | | | |
|--|---------|-----------------|
| Sí, ¿cuántos?: | 1__1__1 | 88. No contesta |
| 50. No tuvo (<i>pase a PREG. 3.33</i>) | | 99. Sin dato |
| 77. No sabe | | |

Ahora voy a hacerle algunas preguntas sobre esos embarazos, comenzando por el primero.

(**ENCUESTADOR: Para el caso que corresponda**) Antes de que su primer hijo naciera, ¿tuvo algún embarazo? Entre su primer hijo y su segundo hijo, entre su 2° y su 3°, etc. (o entre el 10 y la fecha en que se produce la entrevista, etc.)

3.36 No siempre las parejas tienen los mismos sentimientos sobre el número o momento de tener los hijos. Justo antes de ese embarazo ¿su pareja quería tener un /otro hijo?

- | | | |
|------------------------|--------------------|-------------|
| 1. Sí | 4. No tenía pareja | 9. Sin dato |
| 2. No | 7. No sabe | |
| 3. No estaba seguro /a | 8. No contesta | |

3.37 Ese último embarazo, ¿terminó en parto?, ¿dónde ocurrió? (*Si no terminó en parto anote 55 y pase a PREG 3.58*)

- | | | |
|-------------------------------------|---------------------------|---|
| 1. MSP Policlínica, Centro de salud | 6. Mutualista | 55. No termino en parto (<i>pase a PREG 3.58</i>) |
| 2. MSP Hospital | 7. Sanatorio particular | 77. No sabe |
| 3. Hospital de Clínicas | 8. Consultorio de partera | 88. No contesta |
| 4. Hospital Militar o Policial | 9. Domicilio | 99. Sin dato |
| 5. Asignaciones Familiares | 10. Otros | |
- (*especificar*): _____

3.38 (*ENCUESTADOR: si el entrevistado es HOMBRE comience*) Su pareja...
¿Se hizo algún control ginecológico en las semanas posteriores a ese último parto?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Si (<i>pase a PREG 3.40</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

3.39 ¿Por qué no lo hizo?

- | | | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|
| 1. No sintió necesidad | 4. La hacían esperar mucho | 7. No sabe |
| 2. Le quedaba lejos de su casa | 5. Por motivos económicos | 8. No contesta |
| 3. Los horarios no le convenían | 6. Otros motivos | 9. Sin dato |
- (*especificar*) _____

3.40 (*si es HOMBRE* Su pareja...) ¿Se hizo algún control o examen médico prenatal durante ese último embarazo?

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Si (<i>pase a PREG 3.42</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

3.41 ¿Por qué no lo hizo?

- | | | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------|
| 1. No sintió necesidad | 4. La hacían esperar mucho | 7. No sabe |
| 2. Le quedaba lejos de su casa | 5. Por motivos económicos | 8. No contesta |
| 3. Los horarios no le convenían | 6. Otros motivos | 9. Sin dato |
- (*especificar*) _____

3.42 ¿Cuántos semanas de embarazo tenía cuando le hicieron el primer control prenatal?
(*ENCUESTADOR: en lo posible anote en semanas, de lo contrario anote en meses*)

Nº semanas Nº meses 77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato

3.43 ¿Dónde le hicieron ese control?

- | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|-----------------|
| 1. MSP Policlínica, Centro de salud | 5. Asignaciones Familiares | 77. No sabe |
| 2. MSP Hospital | 6. Mutualista, sociedad médica | 88. No contesta |
| 3. Hospital de Clínicas | 7. Policlínica Municipal | 99. Sin dato |
| 4. Sanidad Policial o Militar | 66. No corresponde | |

3.44 Según cómo la atendieron allí, le pido que conteste:

	si (1)	no (2)	no corresponde (6)	no sabe (7)	no contesta (8)	sin dato (9)	Código
3.45 ¿El lugar le pareció agradable y cómodo?							
3.46 ¿Sintió falta de privacidad (entró gente en la consulta, etc.)?							
3.47 ¿Le explicaron con claridad lo que Ud. necesitaba saber?							
3.48 ¿Se sintió cómoda y pudo hablar con confianza?							
3.49 ¿Algunas veces no pudo atenderse porque no estaban los profesionales?							

ENCUESTADOR: Controle que ese embarazo terminó como:

1. Nacido vivo 2. Nacido muerto (*pase a PREGUNTA 3.58*)

3.50 Después que nació este último hijo, ¿lo llevó a control médico alguna vez?

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 3.53</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

3.51 ¿Por qué no lo llevó a controlar?

- | | | |
|---------------------------------|--|----------------|
| 1. No le pareció necesario | 4. La hacían esperar mucho | 7. No sabe |
| 2. Le quedaba lejos de su casa | 5. Por motivos económicos | 8. No contesta |
| 3. Los horarios no le convenían | 6. Otros
(<i>especificar</i>) _____ | 9. Sin dato |

3.52 ¿La primera vez que lo llevó al médico fue porque estaba enfermo?

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 3.55</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

3.53 ¿Cuántos días tenía cuando lo llevó al médico por primera vez?

Días Semanas Meses

3.54 ¿Dónde lo llevó?

- | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------|
| 1. MSP Policlínica, Centro de salud | 5. Asignaciones Familiares | 66. No corresponde |
| 2. MSP Hospital | 6. Mutualista, sociedad médica | 77. No sabe |
| 3. Hospital de Clínicas | 7. Policlínica Municipal | 88. No contesta |
| 4. Sanidad Policial o Militar | 8. Otro
(<i>especificar</i>) _____ | 99. Sin dato |

3.55 ENCUESTADOR: si la entrevistada es MUJER ¿Le dio el pecho a este último hijo?
ENCUESTADOR: si el entrevistado es HOMBRE: ¿La madre le dio el pecho a este último hijo?

1. Sí ¿cuántos meses?: I__I__I
 2. No (pase a PREG 3.57)
 7. No sabe
 8. No contesta
 9. Sin dato

3.56 ¿Y EXCLUSIVAMENTE a pecho, cuántos meses lo alimentó? Meses : I__I__I
(ENCUESTADOR: si NO lo alimentó EXCLUSIVAMENTE, PONGA 0)
(pase a PREGUNTA 3.58)

3.57 ¿Por qué no le dio el pecho?

1. Indicación médica
 2. Enfermedad madre o niño
 3. Escasa leche
 4. Leche de poca calidad
 5. Decisión propia
 6. Razones de trabajo
 7. Consejos de terceros
 8. Uso de anticonceptivos
 9. Otros motivos (especificar)
 77. No sabe
 88. No contesta
 99. Sin dato

Hijos adoptados y de la pareja

3.58 ¿Ha adoptado alguna vez un hijo?

1. Sí
 2. No (pase a PREG 3.61)
 7. No sabe
 8. No contesta
 9. Sin dato

3.59 ¿Cuántos hijos adoptó? N° I__I__I

3.60 ¿Cuántos de ellos viven actualmente? N° I__I__I

3.61 En caso de tener pareja ¿Tiene hijos de su pareja viviendo la mayor parte del tiempo con Ud.?

1. Si tiene hijos de la pareja viviendo con él / ella
 2. No porque no tiene pareja
 3. No tiene hijos de la pareja viviendo con él / ella
 7. No sabe
 8. No contesta
 9. Sin dato

Tabla de hijos/as adoptados y/o hijos/as de la pareja actualmente vivos.

ENCUESTADOR: si no corresponde (no tiene hijos ni adoptados ni de la pareja) marque 66.

	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
Nombre						
N° persona del hogar						
3.62 ¿En qué mes y año comenzaron a vivir juntos?	Mes	Mes	Mes	Mes	Mes	Mes
	Año	Año	Año	Año	Año	Año

SECCIÓN 4. MATERNIDAD / PATERNIDAD (ENCUESTADOR: para todos)

4.1 Si Ud. pudiera elegir exactamente el número de hijos para tener en toda su vida, ¿cuántos hijos tendría o hubiera tenido?

Nº

4.2 ¿Cuál es la edad que le parece más adecuada para tener el primer hijo?

Años

ENCUESTADOR: preguntar a todos los hombres de 15 a 59 años y solamente a mujeres menores de 45 años.

4.3 Suponga que fuera a tener un hijo, quisiera que me dijera qué efecto tendría sobre varios aspectos de su vida. Por favor elija las opciones: muy positivo (1) positivo (2) ni positivo ni negativo (3) negativo (4) muy negativo (5)

	Código
4.3 Disponer del tiempo personal	
4.4 Oportunidades de empleo	
4.5 Realización profesional	
4.6 Situación económica	
4.7 Vida sexual	
4.8 Realización personal	
4.9 La relación de pareja	
4.10 Seguridad para la vejez	
4.11 Mejorar los vínculos entre Ud. y sus padres	

4.12 ¿Dada su situación personal desea tener un (otro) hijo/ a en el futuro?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 4.26</i>) | 8. No contesta | |

4.13 ¿De qué dependería su decisión de tener un hijo? para nada (1), un poco (2), bastante (3), mucho (4)

	Código
4.13 de su situación económica	
4.14 de su situación laboral	
4.15 de las condiciones de su vivienda	
4.16 del deseo de su pareja	
4.17 de su salud	
4.18 de tener una pareja adecuada	
4.19 del trabajo de su pareja	
4.20 de la salud de su pareja	
4.21 del tiempo para criar hijos	
4.22 de su oportunidad de tomarse licencia maternal (ENCUESTADOR: sólo a las mujeres)	
4.23 para satisfacer a sus padres	
4.24 de tener la edad adecuada	
4.25 de completar los estudios (<i>pase a PREG. 4.33</i>)	

4.26 ¿De qué depende su decisión de NO tener un (otro) hijo?

	para nada (1), un poco (2), bastante (3), mucho (4)	Código
4.26	De tener la cantidad de hijos deseados	
4.27	Del deseo de no querer ser padre /madre	
4.28	De su situación laboral	
4.29	De las condiciones de su vivienda	
4.30	De su salud propia o de su pareja	
4.31	De no tener una pareja adecuada	
4.32	De no tener tiempo para criar (más) hijos	

(ENCUESTADOR: para todas las personas)

4.33 Por favor dígame si está muy de acuerdo, de acuerdo, desacuerdo o muy desacuerdo con las siguientes afirmaciones:

**1.Muy de Acuerdo 2.de Acuerdo 3.Ni de Acuerdo Ni en Desacuerdo 4.En Desacuerdo
5.Muy en Desacuerdo**

	Código
4.33	Una pareja debe tener por lo menos un hijo
4.34	Una mujer debe tener por lo menos un hijo/a par sentirse realizada
4.35	Un hombre debe tener por lo menos un hijo/a para sentirse realizado
4.36	Una mujer puede sentirse feliz sin tener hijos
4.37	Un hombre puede sentirse feliz sin tener hijos
4.38	Yo no creo que nadie pueda sentirse verdaderamente feliz sin ser madre o padre
4.39	La opinión de los padres es importante para decidir tener un / otro hijo.
4.40	La opinión de los amigos es importante para decidir tener un / otro hijo.

4.41 ¿Cree que la población actual (el tamaño) del Uruguay es:

- | | | |
|-----------------|-------------|----------------|
| 1. insuficiente | 3. excesiva | 8. No contesta |
| 2. adecuada | 7. No sabe | 9. Sin dato |

4.42 ¿Cuántos hijos considera Ud. que, en general, debería tener la mujer o el hombre uruguayo?

Nº 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato

Fecundidad de la madre del encuestado (ENCUESTADOR: hacer a todos)

4.43 Ahora me gustaría hacerle algunas preguntas sobre su madre. ¿En qué año nació su madre?

Año

4.44 ¿A qué edad tuvo su madre el primer hijo?

Edad

4.45 ¿Cuántos hijos nacidos vivos tuvo su madre incluyéndole a Ud.? Nº

4.46 ¿Cuál es el nivel educativo más alto alcanzó su madre?

- | | | |
|------------------------------|--|--|
| 1.Sin instrucción | 5. Secundaria/UTU completa | 9. Otros estudios terciarios incompletos (IPA, Magisterio, etc.) |
| 2. Primaria incompleta | 6. Universidad incompleta | 77. No sabe |
| 3. Primaria completa | 7. Universidad completa | 88. No contesta |
| 4. Secundaria/UTU incompleta | 8. Otros estudios terciarios incompletos (IPA, Magisterio, etc.) | 99. Sin dato |

4.47 ¿Cuál era la ocupación de su padre cuando Ud. tenía 15 años? (**ENCUESTADOR: Si era jubilado poner ocupación anterior. Si el padre no era jefe del hogar, poner del jefe del hogar**)

4.48 ¿Sus padres seguían juntos cuando Ud. tenía 20 años?

- | | | |
|------------------------------|---------------------|----------------|
| 1. Sí, casados | 4. No viudo | 8. No contesta |
| 2. Sí, unión libre | 5. Nunca se unieron | 9. Sin dato |
| 3. No, separados/divorciados | 7. No sabe | |

SECCIÓN 5. HISTORIA CONYUGAL (ENCUESTADOR: para todos)

Ahora voy a hacerle algunas preguntas sobre la o las parejas que Ud. haya tenido. Quiero recordarle que esta información se recoge con fines exclusivamente estadísticos y tienen carácter estrictamente confidencial.

5.1 ¿Actualmente Ud. tiene pareja estable con la que mantiene relaciones sexuales?

- | | | |
|------------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (pase a SECCIÓN 5A) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (continúe) | 8. No contesta | |

¿Ud. es? (**ENCUESTADOR: Marque con una x**)

Divorciada/o **pase a PREG. 5.12)**

Separada/o **pase a PREG. 5.12)**

Viuda/o **pase a PREG. 5.12)**

Soltero **¿Ud. ha convivido al menos con una pareja por más de 6 meses?**

1. Sí (**pase a PREG. 5.12)**

2. No (**pase a SECCIÓN 7, CONOCIMIENTO ANTICONCEPTIVOS**)

Sección 5A. Pareja actual

5.2 ¿Convive con ella / él?

- | | | |
|-----------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (pase a PREG 5.5.) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No (continúe) | 7. No sabe | 9. Sin dato |

ENCUESTADOR: sólo parejas no convivientes

5.3 ¿En qué año y mes comenzó la relación? (**relación implica tener relaciones sexuales**)

Año Mes **Si no sabe indique la edad suya en ese momento** Edad suya

5.4 ¿Tuvieron hijos? ¿Cuántos?

Nº 00 No tuvieron hijos 7. No sabe 8. No contesta
9. Sin dato

ENCUESTADOR: pase a PREG. 5.12

5.5 Le voy a hacer unas preguntas sobre su pareja actual con la que convive. Sólo para referirnos a ella de aquí en más

¿el nombre de pila es?

5.6 ¿ En qué año comenzó la convivencia con...?

Año 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato
o

5.7 ¿Cuánto tiempo fueron pareja (novios) con (...) antes de comenzar a vivir juntos?

Meses años 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato
dato

5.8 ¿Con (...) tuvieron hijos? ¿Cuántos? (**ENCUESTADOR: si NO tuvieron hijos ponga 0**)

Nº 00 No tuvieron hijos 7. No sabe 8. No contesta 9.
Sin dato

5.9, ¿tenía hijos de otra pareja cuando comenzó la unión con Ud.? ¿Cuántos?

Nº 00 No tuvieron hijos 7. No sabe 8. No contesta 9.
Sin dato

5.10 Si está casado/a, ¿vivieron juntos antes de casarse?

1. Sí 6. No corresponde (**pase a PREG 8. No contesta**
6.12)
2. No (**pase a PREG 6.12**) 7. No sabe 9. Sin dato

5.11 ¿Durante cuánto tiempo? (**Anotar meses sólo cuando vivieron juntos menos de un año antes de casarse**)

meses años 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato

Sección 5B. Parejas convivientes anteriores

5.12 ¿Ha tenido parejas anteriores con las que convivió al menos 6 meses?

1. Sí (**continúe**) 7. No sabe 9. Sin dato
2. No (**pase a SECCIÓN 6**) 8. No contesta

5.13 ¿Cuántas? Nº

5.14 ¿Cuál es el nombre de sus parejas anteriores con las que vivió al menos tres meses? Comience por la más reciente.	Pareja anterior 1 Nombre:	Pareja anterior 2 Nombre:	Pareja anterior 3 Nombre:
5.15 ¿Estuvo casada con...? 1. Sí 2. No (<i>pase a PREG 5.18</i>)			
5.16 Antes de casarse, ¿vivieron juntos? 1. Sí 2. No (<i>pase a PREG 5.23</i>)			
5.17 ¿Durante cuánto tiempo? (<i>anote meses solo cuando vivieron juntos MENOS DE UN AÑO antes de casarse</i>)	meses años	meses años	meses años
5.18 ¿En qué año comenzó la convivencia con...?	Año	Año	Año
5.19 ¿Cuánto tiempo fueron pareja con (...) antes de comenzar a vivir juntos?	meses años	meses años	meses años
5.20 ¿Qué edad tenía... cuando empezó a convivir con Ud.?			
5.21 ¿Cuántos hijos tuvo con...?	N°	N°	N°
5.22 ¿..., tenía hijos de otra pareja cuando comenzó la unión con Ud.? 1. Sí 2.No			
5.23 ¿En que año dejó de convivir con...?	Año	Año	Año
5.24 El vínculo con... terminó por: 1. Divorcio 2. Separación 3. Fallecimiento (<i>pase a siguiente relación</i>) 6. N Cp 7. NS 8. NC 9. Sin dato			
5.25 Después que la relación con Ud. terminó, ¿tuvo hijos? 1. Sí (<i>pase a PREG 5.26</i>) 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato			
5.26 ¿Cuántos hijos más tuvo...?	N°	N°	N°

ENCUESTADOR: Pasemos a recordar otra relación (si es posible en orden de tiempo)

SECCIÓN 6. RELACIONES CON LOS HIJOS MENORES DE 21 AÑOS

Encuestados que conviven con hijos menores de 15 años

6.1 ¿En este hogar viven hijos del encuestado/a menores de 15 años? (incluye todos los tipos de hijos)

1. Sí, todos o algunos menores de 15 años (continúe)
2. No (pase a PREGUNTA 6.28)

6.2 Ahora me gustaría preguntarle acerca de algunas tareas que se realizan en los hogares cuando hay niños. Voy a leerle una lista de tareas y a pedirle que me nombre la persona que las realiza con mayor frecuencia.

(ENCUESTADOR: en el caso que el encuestado declare “depende de qué niño”, refiérase siempre al hijo menor)

	1. Yo 2. Mi pareja y yo 3. Mi pareja 4. Solo / s	Otra persona del hogar (Código parentesco con jefe del hogar)	Otra persona que no vive en el hogar (anote N° lista proveedores)
6.2 Bañar y asear a los niños, u ocuparse de que estén limpios	□	□ □ □	□ □ □
6.3 Jugar con los niños o hacer actividades recreativas con ellos	□	□ □ □	□ □ □
6.4 Llevarlos al médico	□ □	□ □ □ □	□ □ □ □
6.5 Ayudarlos a hacer los deberes	□ □	□ □ □ □	□ □ □ □
6.6 Llevarlos o traerlos de la escuela o el jardín	□ □	□ □ □ □	□ □ □ □
6.7 Rezongarlos cuando se portan mal	□ □	□ □ □ □	□ □ □ □

6.8 ¿La encuestada/o convive con una pareja?

1. Sí (continúe)
2. No (pase a PREG 6.10)

6.9 Dígame en puntos, en donde 0 es nada satisfecho y 10 completamente satisfecho, ¿Cuán satisfecha/o está Ud. con la forma en que están repartidas las tareas de cuidado de los niños con su pareja? (Marque el valor que corresponda)

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

6.10 Ahora me gustaría que me hablara acerca de cuáles son los arreglos que realiza para el cuidado de los niños cuando Ud. o el padre/madre de sus hijos no están con ellos. ¿Durante este año, Ud. recurrió REGULARMENTE a alguna institución o pagó a alguna persona para que se ocupara de los niños durante el día?

1. Sí (continúe)
2. No (pase a PREG 6.16)
7. No sabe
8. No contesta
9. Sin dato

- | | |
|---|-----------------|
| 4. Se queda con abuelo/a | 77. No sabe |
| 5. Se queda con hermano/a | 88. No contesta |
| 6. Se queda con otro pariente | 99. Sin dato |
| 7. El niño/a se queda solo o con los hermanos | |

Sección 6B. Encuestados con hijos menores de 21 años

En Uruguay es cada vez más importante el número de divorcios y separaciones, por lo tanto hay muchos hijos que no conviven con sus dos padres, en este estudio nos interesa conocer más sobre este tema.

6.28 ¿Tiene hijos menores de 21 años?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (<i>continúe</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a SECCIÓN 7</i>) | 8. No contesta | |

6.29 ¿Viven en este hogar?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (<i>continúe</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 6.53</i>) | 8. No contesta | |

6.30 ¿Ud. vive en pareja?

- | | | |
|--|----------------|-------------|
| 1. Vive en pareja (<i>continúe</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No vive en pareja (<i>pase a PREG 6.32</i>) | 8. No contesta | |

6.31 ¿Todos sus hijos menores de 21 años que viven con Ud. son hijos suyos y de su pareja actual?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí (<i>pase a SECCIÓN 7</i>) | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>continúe</i>) | 8. No contesta | |

6.32 ¿Me puede decir el o los nombres de sus hijos o hijas cuyo padre o madre no vive en este hogar? Por favor, comience por el o la mayor. (*Anote nombre y número de persona en el hogar*)

	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
Nombre						
6.32 N° de persona del hogar	<input type="text"/>					
6.33 ¿Está vivo/a el padre o la madre? 1. Sí 2. No (<i>termine aquí, pase a otro hijo o P 6.53</i>) 7. No sabe (<i>termine aquí, pase a otro hijo o P 6.53</i>) 8. No contesta. 9. Sin dato	<input type="text"/>					
6.34 ¿Cuál es el nombre del padre/madre? 1. Sabe (<i>poner nombre</i>) 7. No sabe (<i>termine aquí, pase a otro hijo o PREG 6.53</i>) 8. No contesta 9. Sin dato	<input type="text"/>					

<p>6.35 ¿Cuál es el nivel educativo más alto alcanzado por (padre o madre)? 1. Sin Instrucción 2. Primaria 3. Sec. 1er ciclo 4. Sec. 2º ciclo 5. UTU 6. Magisterio/profesional 7. Universidad 8. Otro (<i>especifique</i>) 77. NS 88. NC 99. Sin dato</p>	<input type="text"/>					
<p>6.36 ¿Finalizó ese nivel? 1. Si 2. No 7. No sabe 8. No contesta. 9. Sin dato</p>	<input type="text"/>					
<p>6.37 ¿A qué se dedica el padre/ la madre? 1. Es empleado/a público/a 2. Es empleado/a privado/a 3. Es trabajador/a indep 4. Hace changas 5. Está desocupado/a 7. No sabe 8. No contesta. 9. Sin dato</p>	<input type="text"/>					
<p>6.38 ¿ Durante el último año, con qué frecuencia (niño/a) vio a su padre/madre? 1. Más de 1 vez por semana 2. Una vez por semana 3. Cada quince días 4. Una vez al mes 5. Menos de 1 vez al mes 6. Nunca 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="text"/>					
<p>6.39 Durante el último mes ¿Cuántas noches durmió en la casa de (...)? (<i>Indique N°</i>)</p>	<input type="text"/>					
<p>6.40 ¿El padre/madre reconoció legalmente a (niño/a)? 1. Sí 2. No 7. NS 8. NC 9. Sin dato</p>	<input type="text"/>					
<p>6.41 Durante el último año, ¿el padre/madre de (niño/a) le pasó dinero en efectivo a Ud. o a sus hijos para cubrir los gastos? 1. Sí 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="text"/>					
<p>6.42 Durante el último año, ¿el padre/madre de (niño/a) pagó algunos de los siguientes gastos? (<i>Indique</i>) 1. Si 2. No 7. NS 8. NC</p>						
<p>6.42 Cuota mutual</p>	<input type="text"/>					
<p>6.43 Cuota de colegio</p>	<input type="text"/>					
<p>6.44 Cuota de club, inglés, etc.</p>	<input type="text"/>					
<p>6.45 Gastos de alimentación</p>	<input type="text"/>					
<p>6.46 Otros gastos (<i>especificar</i>):</p>	<input type="text"/>					
<p>6.47 ¿Ud. se presentó ante la justicia para pedir pensión alimenticia para (niño)? 1. Sí (<i>continúe</i>) 2. No (<i>pase a PREGUNTA 6.50</i>) 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="text"/>					

<p>6.48 ¿El juez dictó una sentencia ordenando al padre/madre a pasarle un monto regular de dinero? 1. Sí 2. No, llegamos a un arreglo en la audiencia de conciliación 3. No, aún estamos en juicio 4. No, decidió no continuar con el juicio 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>					
<p>6.49 ¿A partir de la intervención de la justicia, el padre/madre cumple regularmente con la/s pensión/es alimenticia/s? 1. Sí 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>					

	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
<p>6.50 ¿Por qué no se presentó ante la justicia? 1. Porque llegó a un arreglo con (padre/madre) 2. No sabía que tenía derecho 3. No sabía qué trámites tenía que hacer 4. No quería tener ninguna relación con padre/madre 5. Le pareció que iba a empeorar la relación entre (...) y (niño/a) 6. No valía la pena, el padre/madre no tiene nada para pasarle 7. Otra <i>(especificar)</i> _____ 77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>					
<p>6.51 ¿Qué proporción de la/s pensión/es alimenticia/s recibió el mes pasado? 1. Toda 2. Más de la mitad 3. Aproximadamente la mitad 4. Menos de la mitad 5. Nada 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>					
<p>6.52 ¿El padre/madre de (niño/a) vive en pareja actualmente? 1. Si 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>					

	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
6.61 (Si el hijo es del encuestado /a) ¿Durante el último año, con qué frecuencia vio Ud. a (hijo/a)? (Si el hijo es de la pareja) ¿Durante el último año, con qué frecuencia su pareja vio a (...)? 1. Más de una vez por semana 2. Una vez por semana 3. Cada quince días 4. Una vez al mes 5. értiles ación (continúe) 6. No lo vio (continúe) 7. No sabe (pase a PREG 6.63) 8. NC 9. Sin dato <p style="text-align: right;">(pase a PREGUNTA 6.63)</p>	<input type="checkbox"/>					
6.62 ¿Por qué no lo vio o lo vio ocasionalmente? 99. (...) no quiere verlo 2. Ud. (su pareja) no quiere verlo/a 3. La madre (padre) de (...) no deja que lo/la vea 4. (...) vive en el extranjero 5. (...) vive en otro departamento 6. Perdió el contacto 7. Otra (especifique) 77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato	<input type="checkbox"/>					
6.63 Durante el último año, ¿le pasó dinero en efectivo a (...) para cubrir sus gastos? 1. Sí 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato	<input type="checkbox"/>					
	Hijo 1	Hijo 2	Hijo 3	Hijo 4	Hijo 5	Hijo 6
6.64 Durante el último año, ¿pagó Ud. (su pareja) algunos de los siguientes gastos de (...)? 1. Sí 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato						
6.64 Cuota mutual	<input type="checkbox"/>					
6.65 Cuota de colegio	<input type="checkbox"/>					
6.66 Cuota de club, inglés, etc.	<input type="checkbox"/>					
6.67 Gastos de alimentación	<input type="checkbox"/>					
6.68 Otros gastos (especificar)	<input type="checkbox"/>					
6.69 (Si contesta "No" en TODAS las preguntas 6.63 a 6.68) ¿Por qué no contribuyó con sus gastos? (razón principal) porque..... 1. el hijo trabaja 2. en el hogar del hijo tienen buena situación económica 3. a Ud. (su pareja) no le alcanza para cubrir los gastos de este hogar 4. la madre/padre del hijo no quiere recibir nada 5. no está de acuerdo en cómo gasta el dinero la madre/padre del hijo 6. Ud. (su pareja) se lleva mal con la madre/padre del hijo 7. la madre/padre del hijo no lo/la deja ver 8. Otra razón (especificar) 77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato	<input type="checkbox"/>					

6.70 ¿Luego de la separación con la madre/padre de (...) recurrió Ud. (pareja) a la justicia para ver (o ver más veces) al hijo? 1. Sí 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato	<input type="checkbox"/>					
--	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------

7. CONOCIMIENTO ANTICONCEPTIVO (ENCUESTADOR: para todos)

Voy ahora a preguntarle sobre Métodos Anticonceptivos, o sea las maneras que las personas pueden utilizar para demorar o evitar un próximo embarazo de la mujer.

7.1 ¿Podría mencionarme los métodos que Ud. conoce o sobre los que ha oído hablar? (*Marque todos los métodos que le mencione y por cada uno de ellos pregunte si sabe dónde conseguirlo y si alguna vez lo ha usado*)

MÉTODO	Menciona sí (2) no (2)	¿Sabe dónde conseguirlo? Sí (2) no (2) (6) No cp	¿Alguna vez lo ha usado? Sí (2) no (2) (6) No cp
7.1 Preservativo o condón			
7.2 Píldora o pastillas anticonceptivas			
7.3 Dispositivo intrauterino (DIU)			
7.4 Diafragma			
7.5 Espermicida			
7.6 Método natural (calculo de días fértiles, temperatura basal, moco cervical)			
7.7 Lavado vaginal			
7.8 Interrupción del acto sexual (coito interruptus)			
7.9 Esterilización femenina (ligadura de trompas)			
7.10 Esterilización masculina (vasectomía)			
7.11 Abstinencia total			
7.12 Lactancia			
7.13 Inyección anticonceptiva			
7.14 ¿Algún otro método? (especificar):			
7.15 No sabe/Ninguno			
7.16 No contesta			

7.17 ¿Cómo obtuvo esa información sobre anticonceptivos? (*NO LEER OPCIONES, marque las 3 más importantes*)

- | | | |
|-----------------------------|---------------------------|--|
| 1. En el sector de la salud | 6. Farmacéutico | 11. Otros (<i>especificar</i>) _____ |
| 2. En la educación pública | 7. Amigos | 77. No sabe |
| 3. En la educación privada | 8. Familiar | 88. No contesta |
| 4. Iglesia o parroquia | 9. Medios de comunicación | 99. Sin dato |
| 5. Internet | 10. Organización social | |

7.18 ¿Alguna vez oyó hablar de la de emergencia, o sea las pastillas anticonceptivas que toma la mujer en los días posteriores a una relación sexual?

- | | | |
|-------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

7.19 *Si la encuestada es MUJER* ¿Alguna vez la utilizó? *Si el es HOMBRE* ¿Alguna pareja suya la utilizó?

- | | | |
|-------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

7.20 ¿Pidió alguna vez consejos sobre métodos anticonceptivos para su caso particular?

- | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 8.1</i>) | 8. No contesta | |

7.21 ¿A quién pidió esos consejos? (*Marque todas las que corresponda*)

- | | |
|--|---------------------------------------|
| 1. Profesional de la salud (médico, enfermera /o, partera /o, psicólogo, asistente social) | 6. Amiga/o |
| 2. Educador, educador sexual | 7. Otros (<i>especificar</i>) _____ |
| 3. érti religioso, sacerdote, pastor | 77. No sabe |
| 4. Farmacéutico | 88. No contesta |
| 5. Familiar | 99. Sin dato |

7.22 ¿Fue por alguna institución o en forma particular? (*Marque todas las que corresponda*)

- | | | |
|-------------------------------------|---------------------------------------|-----------------|
| 1. MSP, policlínica, C. De salud | 7. Asignaciones Familiares | 13. Particular |
| 2. MSP, hospital | 8. Mutualista, sociedad médica | 77. No sabe |
| 3. Policlínicas Intendencia | 9. Liceo público | 88. No contesta |
| 4. INAME | 10. Liceo, colegio privado | 99. Sin dato |
| 5. Planificación Familiar (AUPFYRH) | 11. Iglesia, parroquia | |
| 6. Sanidad policial o Militar | 12. Otro (<i>especificar</i>) _____ | |

7.23 ¿El consejo fue útil?

- | | | |
|-------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

SECCIÓN 8. SEXUALIDAD Y ANTICONCEPCIÓN

8.1 ¿Alguna vez Ud. tuvo relaciones sexuales con una persona del otro sexo?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 10.1</i>) | 8. No contesta | |

8.2 ¿A qué edad tuvo la primera relación sexual con una persona del otro sexo?

Edad : 1__1__1

8.3 ¿Con quién tuvo esa primera relación? (*ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES*)

- | | | |
|--|-------------------------------------|----------------|
| 1. Con un/a amigo/a | 4. Con su novio/a | 7. No sabe |
| 2. En un encuentro ocasional (por un pago) | 5. Con su esposo/a o compañero /a | 8. No contesta |
| 3. En un encuentro ocasional (sin pago) | 6. Otro (<i>especificar</i>)_____ | 9. Sin dato |

8.4 Su primera relación sexual ¿fue principalmente por: (*ENCUESTADOR: leer alternativas y marcar una sola*)

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Curiosidad | 7. Otro (<i>especificar</i>)_____ |
| 2. Atracción o deseo | 8. En realidad no quería tenerla |
| 3. Amor | 77. No sabe |
| 4. Presión de la pareja (“prueba de amor”) | 88. No contesta |
| 5. Casamiento (Noche de bodas) | 99. Sin dato |
| 6. La mayoría de sus amigos/as ya habían tenido relaciones sexuales (presión social) | |

8.5 Esa primera vez, Ud. o su pareja ¿tomaron alguna medida para prevenir un posible embarazo?

- | | | |
|----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 8.8</i>) | 8. No contesta | |

8.6 ¿Qué método contraceptivo o combinación de métodos utilizó/aron?

- | | |
|--|---|
| 1. Preservativo /condón (<i>continúe</i>) | 9. Interrupción del acto sexual (coito interruptus) (<i>pase a P 8.8</i>) |
| 2. Píldora o pastillas anticonceptivas (<i>pase a P 8.8</i>) | 10. Esterilización femenina (ligadura de trompas) (<i>pase a P 8.8</i>) |
| 3. Inyección anticonceptiva (<i>pase a P 8.8</i>) | 11. Esterilización masculina (vasectomía) (<i>pase a P 8.8</i>) |
| 4. Pastilla anticonceptiva de emergencia (<i>pase a P 8.8</i>) | 12. Otros (<i>especificar</i>)_____ |
| 5. Dispositivo intrauterino (DIU) (<i>pase a P 8.8</i>) | 77. No sabe (<i>pase a P 8.8</i>) |
| 6. Diafragma (<i>pase a P 8.8</i>) | 88. No contesta (<i>pase a P 8.8</i>) |
| 7. Espermicida (<i>pase a P 8.8</i>) | 99. Sin dato |
| 8. Método natural (cálculo de días fértiles, temperatura basal, moco cervical) (<i>pase a P 8.8</i>) | |

8.7 ¿En esa primera relación, utilizaron preservativo para prevenir enfermedades de transmisión sexual (venéreas, VIH-SIDA...), además de los fines anticonceptivos?

- | | | |
|-------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

Embarazo actual (ENCUESTADOR: solo para mujeres entre 15 y 49 años y hombres

con pareja menor de 50)

8.8 Si su entrevistado es **HOMBRE** pregunte: ¿Cuál es la edad actual de su pareja?

- | | | |
|--|----------------|-------------|
| 1. Menor de 50 años | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. De 50 o más años (<i>pase a PREG 9.1</i>) | 8. No contesta | |

8.9 Si su entrevistado es **HOMBRE** pregunte, ¿Tiene esposa o pareja (conviviente o no) que esté embarazada actualmente? Si su entrevistada es **MUJER** pregunte, ¿Está embarazada actualmente?

- | | | |
|-------|--------------------|----------------|
| 1. Sí | 3. Tiene sospechas | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

ENCUESTADOR. Verifique: Si el encuestado no tiene pareja actual: pase a PREG 9.1
Si el encuestado está actualmente casado /a, unido/a o con pareja estable, continúe.

8.10 Ud. y su pareja actual ¿tuvieron o tienen actualmente problemas para tener un embarazo?

- | | | |
|---|--------------------|-------------|
| 1. Sí | 4. No tiene pareja | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 8.15</i>) | 7. No sabe | |
| 3. No hemos buscado un embarazo (<i>pase a PREG 8.15</i>) | 8. No contesta | |

8.11 ¿Han consultado a un médico por ese problema?

- | | | |
|---------------------------------|----------------------------------|-------------|
| 1. Sí, sólo el /la entrevistada | 4. No (<i>pase a PREG 9.1</i>) | 9. Sin dato |
| 2. Sí, sólo su pareja | 7. No sabe | |
| 3. Sí, hablaron los dos | 8. No contesta | |

8.12 ¿Dónde fue la consulta?

- | | | |
|--------------------------------|--------------------------------------|-----------------|
| 1. MSP | 5. Policlínica Municipal | 88. No contesta |
| 2. Hospital de Clínicas | 6. Médico particular | 99. Sin dato |
| 3. Sanidad Policial o Militar | 7. Otro (<i>especificar</i>) _____ | |
| 4. Mutualista, sociedad médica | 77. No sabe | |

8.13 ¿Realizó Ud. o su pareja algún tratamiento para superar el problema?

- | | |
|--|----------------|
| 1. Si está en tratamiento (<i>pase a PREG 9.1</i>) | 7. No sabe |
| 2. Si y tuvo resultado (<i>pase a PREG 8.15</i>) | 8. No contesta |
| 3. Si y abandonó el tratamiento (<i>pase a PREG 9.1</i>) | 9. Sin dato |
| 4. No | |

8.14 ¿Porqué no realizó ningún tratamiento?

- | | |
|--|---------|
| 1. No le indicaron tratamiento porque el problema no | 6. Otro |
|--|---------|

- tiene solución
- 2. Ahora no le interesa tener hijos
- 3. Decidió adoptar un niño /a
- 4. No quiere tratarse
- 5. Tratamiento costoso

(*especificar*) _____

- 7. No sabe
- 8. No contesta
- 9. Sin dato

pase a PREGUNTA 9.1

Uso actual de anticonceptivos

8.15 Para evitar un posible embarazo, en su última relación sexual ¿usó algún método anticonceptivo?

- | | | |
|-----------------------------------|--------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a PREG 8.17</i>) | 3. Tiene sospechas | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

8.16 ¿Por qué no usó ningún método anticonceptivo? (**ENCUESTADOR: NO LEER. Marque la opción que corresponda**)

- | | |
|--|------------------------------|
| 1. No conoce o no sabe usar ningún método | 8. Motivos económicos |
| 2. No se atrevió a sugerirlo | 9. Está embarazada |
| 3. No se atrevió a preguntar si su pareja usaba alguno | 10. Otra razón |
| 4. No le gusta usar ninguno de los métodos que conoce | (<i>especificar</i>) _____ |
| 5. Su pareja no quiere usar ningún método anticonceptivo | 77. No sabe |
| 6. Quieren tener un hijo | 88. No contesta |
| 7. La mujer está amamantando | 99. Sin dato |

ENCUESTADOR: pase a PREGUNTA 8.22

8.17 ¿Cuál fue el método o combinación de métodos anticonceptivo utilizado en su última relación?

- | | |
|---|--|
| 1. Preservativo /condón (<i>continúe</i>) | 9. Interrupción del acto sexual (coito interruptus) (<i>pase a P 8.19</i>) |
| 2. Píldora o pastillas anticonceptivas (<i>pase a P 8.19</i>) | 10. Esterilización femenina (ligadura de trompas) (<i>pase a P 8.19</i>) |
| 3. Inyección anticonceptiva (<i>pase a P 8.19</i>) | 11. Esterilización masculina (vasectomía) (<i>pase a P 8.19</i>) |
| 4. Pastilla anticonceptiva de emergencia (<i>pase a P 8.19</i>) | 12. Otros (<i>especificar</i>)- |
| 5. Dispositivo intrauterino (DIU) (<i>pase a P 8.19</i>) | _____ |
| 6. Diafragma (<i>pase a P 8.19</i>) | 66. No corresponde |
| 7. Espermicida (<i>pase a P 8.19</i>) | 77. No sabe (<i>pase a P 8.19</i>) |
| 8. Método natural (cálculo de días fértiles, temperatura basal, moco cervical) (<i>pase a P 8.19</i>) | 88. No contesta (<i>pase a P 8.19</i>) |
| | 99. Sin dato |

8.18 ¿Ud. y su pareja utilizan el preservativo para prevenir enfermedades de transmisión sexual (venéreas, VIH-SIDA), etc. además de los fines anticonceptivos?

- | | | |
|-------|-------------------|----------------|
| 1. Sí | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

8.19 ¿Quién se ocupó de conseguir el método que utilizaron?

- | | | |
|---------------------------|-------------------|----------------|
| 1. el /la entrevistado /a | 4. otros | 8. No contesta |
| 2. su pareja | 6. No corresponde | 9. Sin dato |
| 3. ambos | 7. No sabe | |

8.20 ¿Dónde consiguieron Ud. o su pareja el método que utilizaron en su última relación sexual?

- | | | |
|------------------------------------|-------------------------------------|-----------------|
| 1. Policlínicas MSP | 6. Farmacia o comercio | 77. No sabe |
| 2. Policlínicas Intendencia | 7. Amigos o parientes | 88. No contesta |
| 3. Policlínicas INAME | 8. Mutualista | 99. Sin dato |
| 4. Planificación Familiar(AUPFIRH) | 9. Otro (<i>especificar</i>)_____ | |
| 5. Médico particular | 66. No corresponde | |

8.21 ¿Por qué eligieron Ud. o su pareja esa forma de conseguirlo?

- | | |
|--|--|
| 1. Es gratuito | 7. Otro
(<i>especificar</i>)_____ |
| 2. Tiene reducción de precio | 66. No corresponde |
| 3. Quería anonimato o mayor privacidad | 77. No sabe |
| 4. Es la única forma que conozco | 88. No contesta |
| 5. Es la forma que me queda más cómoda | 99. Sin dato |
| 6. Consejo médico | |

8.22 ¿Ud. o su pareja alguna vez utilizaron un servicio de entrega de métodos anticonceptivos en alguna institución (incluida la colocación de DIU)?

- | | | |
|---------------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a pregunta 8.24</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

8.23 ¿Porqué no fue nunca?

- | | | |
|------------------------------------|--|-------------|
| 1. No usa anticonceptivos | 4. Otro
(<i>especificar</i>)_____ | 9. Sin dato |
| 2. Los consigue por otros medios | 7. No sabe | |
| 3. No sabía que existe el servicio | 8. No contesta | |

ENCUESTADOR: pase a PREG. 9.1

8.24 ¿En qué institución? (*indique la más frecuente*)

- | | | |
|-------------------------------------|--|----------------|
| 1. MSP Centro de salud | 4. Otro
(<i>especificar</i>)_____ | 8. No contesta |
| 2. Policlínicas Intendencia | 6. No corresponde | 9. Sin dato |
| 3. Planificación Familiar (AUPFIRH) | 7. No sabe | |

8.25 ¿Va regularmente?

- | | | |
|---------------------------------------|-------------------|----------------|
| 1. Sí (<i>pase a pregunta 8.27</i>) | 6. No corresponde | 8. No contesta |
| 2. No | 7. No sabe | 9. Sin dato |

8.26 ¿Por qué razón?

- | | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| 1. No le gusta como le atienden | 5. A veces faltan los anticonceptivos | 66. No corresponde |
| 2. Le queda muy lejos de la casa | 6. Le resulta caro ir hasta allí | 77. No sabe |
| 3. Los horarios de atención no le | 7. No siente la necesidad | 88. No contesta |

convienen

8.27 Según cómo lo atendieron allí, le pido que conteste sí o no a las siguientes afirmaciones:

si (1) no (2) NS (7) NC (8)

8.28	El lugar le pareció agradable y cómodo	
8.29	Sintió falta de privacidad (entró gente en la consulta, etc.)	
8.30	Le explicaron con claridad lo que Ud. necesitaba saber	
8.31	Se sintió cómoda y pudo hablar con confianza	
8.32	Algunas veces no pudo atenderse porque no estaban los profesionales	

SECCIÓN 9. VIDA SEXUAL

ENCUESTADOR: no realice esta pregunta a las mujeres actualmente embarazadas

Esta es una encuesta muy amplia y que por lo tanto puede haber preguntas que no se aplican en su caso

9.1 Actualmente ¿cómo considera Ud. que es su vida sexual?

- | | | |
|---------------------------------|----------------------|----------------|
| 1. Nada satisfactoria | 4. Satisfactoria | 7. No sabe |
| 2. Poco satisfactoria | 5. Muy satisfactoria | 8. No contesta |
| 3. Ni poco ni muy satisfactoria | 6. No corresponde | 9. Sin dato |

9.2 Durante el último año, ¿Ud. ha mantenido relaciones sexuales?

- | | | |
|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No (<i>pase a PREG 10.1</i>) | 8. No contesta | |

9.3 Durante los últimos 3 meses, ¿con qué frecuencia ha mantenido relaciones sexuales? (**NO LEER OPCIONES**)

- | | |
|------------------------------------|-----------------|
| 1. <input type="text"/> por día | 77. No sabe |
| 2. <input type="text"/> por semana | 88. No contesta |
| 3. <input type="text"/> por mes | 99. Sin dato |

9.4 Para Ud., ¿esa frecuencia es:

- | | | |
|---------------------------------|----------------------|----------------|
| 1. Nada satisfactoria | 4. Satisfactoria | 7. No sabe |
| 2. Poco satisfactoria | 5. Muy satisfactoria | 8. No contesta |
| 3. Ni poco ni muy satisfactoria | 6. No corresponde | 9. Sin dato |

9.5 ¿En todas esas relaciones utiliza Ud. (su pareja) usan preservativo? (**MOSTRAR Tarjeta USO DE PRESERVATIVO**)

Código 1__1__1

Si no utiliza pase a PREG 9.7

9.6 ¿Por qué utiliza preservativo en sus relaciones sexuales? (**NO LEER OPCIONES. Anote la principal razón**).

1. Porque previene el SIDA		8. Porque no puede usar otros métodos	
2. Porque previene un embarazo no deseado		9. Otra (especificar) _____	
3. Porque es más cómodo		66. No corresponde	

4. Porque no tiene ningún riesgo para la salud		77. No sabe	
5. Porque es barato o gratis		88. No contesta	
6. Porque no requiere consulta médica		99. Sin dato	
7. Porque tengo varias parejas sexuales			

9.7 ¿Por qué no utiliza preservativo en sus relaciones sexuales? (**NO LEER OPCIONES. Anote la principal razón**).

- | | |
|---|-----------------------------|
| 1. Porque no me gusta | 7. Porque no necesita |
| 2. Porque a mi pareja no le gusta | 8. Otra (especificar) _____ |
| 3. Porque usamos otro método anticonceptivo | 66. No corresponde |
| 4. Porque tengo miedo que se rompa | 77. No sabe |
| 5. Porque soy sano/a | 88. No contesta |
| 6. Porque es caro | 99. Sin dato |

SECCIÓN 10. DERECHOS SEXUALES Y REPRODUCTIVOS

Existe una serie de derechos humanos relacionados con la sexualidad y la reproducción. Estos derechos se denominan derechos sexuales y derechos reproductivos.

10.1 ¿Qué derechos sexuales conoce Ud.? ¿y algún otro? (**ENCUESTADOR: escriba los que mencione**)

77. No sabe 88. No contesta

10.13 ¿Qué derechos reproductivos conoce Ud.? ¿y algún otro? (**ENCUESTADOR: escriba los que mencione**)

77. No sabe 88. No contesta

10.27 Entre los derechos sexuales y reproductivos se encuentran algunos que le voy a leer.

¿Considera que estos derechos se respetan o no en nuestro país? si (1) no (2) NS (7) NC (8)

10.27	Derecho a una vida sexual libre de violencia y a protección legal y jurídica frente a la violencia sexual	
10.28	Derecho a relacionarse sexualmente con una persona del mismo sexo	
10.29	Derecho a servicios de salud de calidad durante el embarazo, parto y puerperio	
10.30	Derecho a una vida sexual placentera	

10.31 ¿Quiénes piensa Ud. que deben INFORMAR en relación a la sexualidad?

(ENCUESTADOR: *Mostrar Tarjeta FUENTES. Indicar con un número el orden de mención.*)

10.31	Padre	10.38	Profesional de la salud
10.32	Madre	10.39	Sacerdote, pastor o religioso/a
10.33	Hermana	10.40	Amigo/a
10.34	Hermano	10.41	Vecino/a
10.35	Tío/a	10.42	Medios de comunicación
10.36	Maestra	10.43	Otro (<i>especificar</i>)
10.37	Profesor/a		

10.44 ¿Cuáles de estas personas, piensa Ud. que deben TRANSMITIR VALORES en relación a la sexualidad en primer lugar? (ENCUESTADOR: *Mostrar Tarjeta FUENTES. Indicar con un número el orden de mención.*)

10.44	Padre	10.51	Profesional de la salud
10.45	Madre	10.52	Sacerdote, pastor o religioso/a
10.46	Hermana	10.53	Amigo/a
10.47	Hermano	10.54	Vecino/a
10.48	Tío/a	10.55	Medios de comunicación
10.49	Maestra	10.56	Otro (<i>especificar</i>)
10.50	Profesor/a		

10.57 Voy a leer una serie de afirmaciones acerca de cómo protegerse del VIH – SIDA. Le voy a pedir que me diga si Ud. cree que son verdaderas o falsas?

	Verdadero (1)	Falso (2)	No sabe (7)	No contesta (8)	Código
10.57	Escoger cuidadosamente a la pareja				
10.58	Teniendo una pareja única, mutuamente fiel y ninguno estar infectado.				
10.59	Usando preservativo o condón en las relaciones sexuales				
10.60	Evitando tocar personas con VIH – SIDA				
10.61	No compartiendo el mate con personas no conocidas				
10.62	Lavándose después de cada relación sexual.				
10.63	Retirando el pene antes de la eyaculación				
10.64	Haciéndose el test para el VIH-SIDA regularmente				
10.65	No compartiendo jeringas				
10.66	No teniendo sexo anal				
10.67	Teniendo relaciones sexuales exclusivamente con personas de otro sexo				

10.68 ¿Ud. piensa que sus posibilidades de adquirir VIH – SIDA son pequeñas, moderadas, grandes, o no tiene ningún riesgo?

- | | | |
|--------------|------------------|-------------|
| 1. Pequeñas | 4. Ningún riesgo | 9. Sin dato |
| 2. Moderadas | 7. No sabe | |
| 3. Grandes | 8. No contesta | |

10.69 Ud. piensa que las personas que tienen VIH – SIDA son mayoritariamente...?

(ENCUESTADOR: leer cada una)

si (1) no (2) no sabe (7) no contesta (8)	Código
10.69	Hombres homosexuales
10.70	Hombres heterosexuales
10.71	Mujeres lesbianas
10.72	Mujeres heterosexuales
10.73	Niños/as
10.74	Adolescentes / jóvenes
10.75	Mujeres embarazadas
10.76	Hombres casados
10.77	Mujeres casadas

10.78 Por favor indique cuan de acuerdo o desacuerdo está con las siguientes afirmaciones.

Muy de Acuerdo (1), Algo de Acuerdo (2) Ni acuerdo ni desacuerdo (3) Algo en Desacuerdo (4) .Muy en Desacuerdo (5)

Las personas que viven con VIH – SIDA...

	Código
10.78	Deberían recibir asistencia y tratamiento gratuito
10.79	Deberían declarar en su trabajo su condición de portador de VIH/SIDA
10.80	No deberían tener hijos/as
10.81	Deberían abstenerse sexualmente
10.82	Los niños con VIH-SIDA no deberían estar en una misma aula con otros niños

Le voy a preguntar algunas cuestiones generales para conocer su opinión sobre asuntos relacionados a la violencia familiar

10.83 ¿Qué formas de violencia familiar Ud. percibe que existen? (**NO LEER OPCIONES**) *sí (1) no (2)*

10.83	Física (golpes, etc.)	
10.84	Emocional – psicológica	
10.85	Sexual	
10.86	Económica	

10.87	Verbal (gritos, insultos, amenazas)	
10.88	Social	
10.89	Otra (especificar) _____	
10.90	Ninguna	

10.91 ¿Dónde recurriría Ud. si estuviera viviendo una situación de violencia familiar? (**ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES**) *sí (1) no (2)*

10.91	Centro de salud	
10.92	Policía / Comisaría / 911	
10.93	Familiar y/o amistad	
10.94	Institución educativa	
10.95	Parroquia, iglesia, templo	

10.96	Organización de mujeres	
10.97	Servicio telefónico municipal	
10.98	Comisaría de la mujer	
10.99	Otro (especificar) _____	
10.100	No sabe	

10.101 ¿Y en caso de una situación de violencia sexual?, ¿Adónde recurriría? (**NO LEER OPCIONES**) *sí (1) no (2)*

10.101	Centro de salud	
10.102	Policía / Comisaría / 911	
10.103	Comisaría de la mujer	
10.104	Familiar y/o amistad	
10.105	Institución educativa	
10.106	Parroquia, iglesia, templo	

10.107	Organización de mujeres	
10.108	Servicio telefónico municipal	
10.109	Profesional	
10.110	Otro especificar _____	
10.111	No sabe	

10.112 Este año el Parlamento trató un proyecto de Ley de Defensa de la Salud Reproductiva. Ahora le voy preguntar si esta de acuerdo o desacuerdo con algunas propuestas que incluía el proyecto:

		acuerdo (1)	desacuerdo (2)	no sabe (7)	no contesta (8)	Código
10.112	Incorporar educación sexual en escuelas y liceos					
10.113	Asegurar el acceso a métodos anticonceptivos					

10.114 Permitir a la mujer interrumpir voluntariamente un embarazo (o sea, realizarse un aborto) siempre que sea en los primeros tres meses del embarazo

10.115 En términos generales, ¿cuál fue su posición en relación a este proyecto de ley?

- | | | |
|--------------|----------------------|----------------|
| 1. A favor | 3. No tiene posición | 8. No contesta |
| 2. En contra | 7. No sabe | 9. Sin dato |

10.116 Hay personas en las que confiamos y con las cuales hablamos de nuestros asuntos íntimos, como por ejemplo de la vida en pareja, de la vida sexual, aventuras amorosas, riesgos de enfermedades de transmisión sexual, etc. En general, ¿HA CONVERSADO DE ESTOS TEMAS CON ALGUNA PERSONA EN EL ÚLTIMO AÑO?

- | | | |
|-------|----------------|-------------|
| 1. Sí | 7. No sabe | 9. Sin dato |
| 2. No | 8. No contesta | |

10.117 ¿Con quien conversa más frecuentemente de estos temas?

(ENCUESTADOR: NO LEER OPCIONES. Indique con un número el orden de mención)

- | | | | |
|-----------------------------|----------------------|--|----------------------|
| 1. Esposo/a | <input type="text"/> | 11. Hija | <input type="text"/> |
| 2. Novio/a / pareja estable | <input type="text"/> | 13. Amiga | <input type="text"/> |
| 3. Pareja sexual (amante) | <input type="text"/> | 14. Compañero/a de trabajo o estudios | <input type="text"/> |
| 4. Madre | <input type="text"/> | 15. Profesional de la salud | <input type="text"/> |
| 5. Padre | <input type="text"/> | 16. Sacerdote, pastor o religioso | <input type="text"/> |
| 6. Hermana | <input type="text"/> | 17. Otro. ¿Cuál?
(especificar): _____ | <input type="text"/> |
| 7. Hermano | <input type="text"/> | 18. Ninguna | <input type="text"/> |
| 8. Tío | <input type="text"/> | 77. No sabe | <input type="text"/> |
| 9. Tía | <input type="text"/> | 88. No contesta | <input type="text"/> |
| 10. Hijo | <input type="text"/> | 99. Sin dato | <input type="text"/> |

DATOS DEL HOGAR

Me gustaría hacerle algunas preguntas sobre el hogar o grupo de personas que comparten con Ud. el presupuesto para comer en esta vivienda (ENCUESTADOR: si el encuestado / a es menor de 18 años, pedir para hablar con alguien que conozca las características de las personas del hogar)

3.1 ¿El hogar ocupa esta vivienda porque alguno de sus integrantes es....

- | | |
|--|---|
| 1. propietario de la vivienda y terreno y los está pagando? | 7. ocupa la vivienda por una relación de dependencia (trabajo)? |
| 2. propietario de la vivienda y terreno y ya los pagó? | 8. ocupante sin pagar y sin permiso del propietario? |
| 3. propietario de la vivienda solamente y la está pagando? | 77. No sabe |
| 4. propietario de la vivienda solamente y ya la pagó? | 88. No contesta |
| 5. ocupa la vivienda sin pagar, con permiso del propietario? | 99. Sin dato |
| 6. paga alquiler? | |

3.2 ¿Cuántas habitaciones son utilizadas para dormir en este hogar?

--	--

77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato

3.3 Cuando hace frío ¿utiliza algún medio para calefaccionar los ambientes? (*Marcar sólo el principal*)

- | | | |
|--------------------------|-------------------------|--------------------------------------|
| 1. Ninguno | 5. Estufa eléctrica/gas | 9. Otro (<i>especificar</i>) _____ |
| 2. Brasero/Cocina a leña | 6. Aire acondicionado | 77. No sabe |
| 3. Estufa a leña | 7. Calefacción central | 88. No contesta |
| 4. Estufa a keroseno | 8. Ninguno | 99. Sin dato |

3.4 ¿Este hogar dispone en esta vivienda, de servicio higiénico (WC, letrina, etc.)?

- | | |
|---|----------------|
| 1. Sí, de uso particular para los integrantes del hogar (<i>continúe</i>) | 7. No sabe |
| 2. Sí, pero de uso compartido con otros hogares (<i>pase a PREG 3.6</i>) | 8. No contesta |
| 3. No dispone de servicio higiénico (<i>pase a PREG 3.7</i>) | 9. Sin dato |

3.5 ¿De cuántos baños dispone el hogar?

- | | | |
|---------------|-------------------|-------------|
| 1. Uno | 6. No corresponde | 9. Sin dato |
| 2. Dos | 7. No sabe | |
| 3. Más de dos | 8. No contesta | |

3.6 La evacuación del servicio sanitario se realiza a:

- | | | |
|---------------------------|---|----------------|
| 1. Red General | 4. Pozo negro con robador | 7. No sabe |
| 2. Fosa séptica | 5. Otro (hueco en el suelo, superficie, etc.) | 8. No contesta |
| 3. Pozo negro sin robador | 6. No corresponde | 9. Sin dato |

3.7 ¿De dónde viene el agua que utiliza este hogar para cocinar y /o beber?

- | | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|-----------------|
| 1. Red pública (agua corriente) | 5. Agua de lluvia | 88. No contesta |
| 2. Perforación con bomba a motor | 6. Transporte por camión cisterna | 99. Sin dato |
| 3. Perforación con bomba manual | 7. Otro (arroyo, río, etc.) | |
| 4. Pozo / cachimba | 77. No sabe | |

3.8 ¿Cómo llega el agua a la vivienda que ocupa este hogar? Por.....

- | | |
|--|----------------|
| 1. ¿cañería dentro de la vivienda? | 7. No sabe |
| 2. ¿cañería fuera de la vivienda a menos de 100 m? | 8. No contesta |
| 3. ¿cañería fuera de la vivienda a más de 100 m? | 9. Sin dato |
| 4. ¿otros medios? | |

3.9 Este hogar, ¿tiene alguna pieza para cocinar, con piletta y canilla?

1. Sí, de uso particular para los integrantes del hogar 3. No tiene 88. No contesta
 2. Sí, pero de uso compartido con otros hogares 7. No sabe 99. Sin dato

3.10 ¿Este hogar, tiene...? (*Marcar lo que corresponda en cada uno de los elementos de la lista que sigue*)

3.10 TV color	1. No tiene	2. Tiene uno	3. Tiene dos	4. Tiene más de dos
3.11 Automóvil	1. No tiene	2. Tiene uno	3. Tiene más de uno	
3.12 Heladera con freezer	1. No tiene	2. Tiene uno	3. Tiene más de uno	

3.13 ¿Tienen servicio doméstico (con o sin cama) en este hogar?

1. Sí 2. No 7. No sabe 8. No contesta
 9. Sin dato

3.14 ¿Son usuarios de alguna tarjeta de crédito internacional (NO regional)?

1. Sí, una 3. No tiene 8. No contesta
 2. Sí, más de una 7. No sabe 9. Sin dato

3.15 En el último mes ¿este hogar o alguno de sus miembros recibe o recibió ayuda de instituciones u organizaciones en forma de canasta de alimentos no preparados?

1. Sí, Canasta INDA o intendencia 3. No tiene 9. Sin dato
 2. Sí, otros aportes intendencia (leche, etc.) 7. No sabe
 2. Sí, Canasta otra fuente 8. No contesta

3.16 Considerando todas las personas y los ingresos MENSUALES del hogar. ¿A qué rango de ingresos pertenece su hogar? (*Mostrar tarjeta de tramo de ingresos mensuales del hogar*)

Código de tramo de ingresos

--	--

77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato

3.17 ¿Durante los últimos tres meses, este hogar ha recibido algún tipo de ayuda en dinero, alimentos o pago de cuotas de gastos fijos?

1. Sí 7. No sabe 9. Sin dato
 2. No (*pase a PREG 4.1*) 8. No contesta

	Prov. 1	Prov. 2
3.18 ¿Quiénes lo ayudaron? (<i>Tarjeta Proveedores. Registre código de hasta 2 proveedores</i>)		
3.19 ¿Del exterior o del país? 1. País 2. Exterior		
3.20 ¿Qué tipo de ayuda? (<i>Tarjeta Apoyos económicos</i>)		
3.21 ¿Con qué frecuencia? 1. Una sola vez 2. Ocasional 3. Regularmente		
3.22 ¿El monto de esta ayuda, que importancia tiene en el presupuesto total del hogar? 1. Muy importante 2. Importante 3. Poco importante		

Sección 4. DATOS DE LAS PERSONAS QUE COMPONEN EL HOGAR

4.1 Incluyéndolo a Usted, ¿cuántas personas viven HABITUALMENTE en este hogar? (Incluir a las personas que viven habitualmente en este hogar pero están temporalmente fuera, como por ejemplo personas en el hospital, de viaje, etc.)

ENCUESTADOR: ATENCIÓN. NO OLVIDAR A LOS NIÑOS Y A LOS ANCIANOS

Nº

Por favor, ¿puede decirme el nombre de todas las personas que viven habitualmente en este hogar? Empiece por la persona que es considerada como jefe o jefa del hogar.

4.2 Nº persona del hogar	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Nombre														
4.3 ¿Cual es la relación de parentesco de esta persona con el jefe/a del hogar? Ver tarjeta de parentescos (comience por el jefe/a y siga en el orden)	<input type="text"/>													
4.4 ¿Cuál es su sexo? 1. Masculino 2. Femenino	<input type="text"/>													
4.5 ¿Cuántos años cumplidos tiene?	<input type="text"/>													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
4.6 ¿Vive en pareja? 1. Si 2. No 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato	<input type="text"/>													
4.7 Número de núcleos familiares	<input type="text"/>													
4.8 Núcleo familiar: (Indique Nº del núcleo al que pertenece la	<input type="text"/>													

4.22 Mutualista, sociedad médica														
4.23 Sanidad Militar														
4.24 Sanidad Policial														
4.25 Otros privados de cobertura total														
4.26 Otro (<i>especificar</i>):														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
4.27 ¿Y en otros servicios de salud de cobertura parcial? (Indicar en cada uno) 1. Si 2.No 7. NC 8. NS 9. Sin dato														
4.27 Unidades móviles de emergencia	<input type="checkbox"/>													
4.28 Otros privados de cobertura parcial (<i>especificar</i>):	<input type="checkbox"/>													
Nivel de educación. Sólo para personas de 4 o más años de edad. (ENCUESTADOR: si es menor de 4 años termine aquí).														
4.29 ¿Asiste actualmente a algún establecimiento de enseñanza regular? (excluye cursos de corta duración de idiomas, manualidades, etc.) 1. Si, público 2. Si, privado 3. No 6. No corresponde 7. NS 8. NC 9. Sin dato	<input type="checkbox"/>													
4.30 Si no asiste actualmente ¿asistió alguna vez a un establecimiento de enseñanza preescolar, primaria, secundaria, superior o técnica o enseñanza especial? 1. Si 2. No (<i>pase a PREG 4.41</i>) 6. No corresponde 7. NS 8. NC 9. Sin dato	<input type="checkbox"/>													
4.31 Por favor, indique la cantidad de años aprobados en cada uno de los siguientes niveles de educación: (Indicar 0 si está cursando el primer año del nivel) 66. No Corresp 77. NS 88. NC 99. Sin dato														
4.31 Preescolar o jardín														

4.32	Primaria													
4.33	Secundaria													
4.34	Enseñanza técnica (UTU, similar)													
4.35	Escuela técnica de la Universidad													
4.36	Magisterio o Profesorado													
4.37	Universidad o Instituto de nivel terciario													
4.38	Otro especificar													
4.39	Enseñanza especial para discapacitados													
4.40	¿Finalizó el nivel más alto que alcanzó? 1.Si 2.No 6. No Corresponde 7. NS 8. NC 9. Sin dato	<input type="checkbox"/>												

Inserción laboral. Sólo para personas de 15 o más años de edad.
(ENC: si es menor de 15 años termine aquí)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<p>4.41 Sin considerar las tareas del hogar, ¿durante la semana pasada usted...</p> <p>(Leer las alternativas en el orden en que aparecen, poner el N° de la primera que le indiquen y pasar a la pregunta que corresponda)</p> <p>1. trabajó por un pago al menos una hora?</p> <p>2. tiene algún trabajo al que va volver?</p> <p>3. hizo algo en su casa por un pago?</p> <p>4. ayudó a alguien en un trabajo o negocio, sin pago?</p> <p>5. buscó trabajo habiendo trabajado antes?</p> <p>6. buscó trabajo sin haber trabajado antes?</p> <p>7. no buscó trabajo, pero trabajó antes?</p> <p>8. no busco trabajo y nunca trabajó?</p> <p>(ENCUESTADOR: Si indicó opciones 6 a 8 pase a PREGUNTA 4.48)</p>	<input type="checkbox"/>													
<p>4.42 ¿En su trabajo actual (último) tiene (tenía) derecho a jubilación?</p> <p>1.Si 2.No 6. No cp 7. NS 8. NC 9. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>													
<p>4.43 ¿Su trabajo principal es (era)?</p> <p>1. Permanente 2. Temporario (con plazo de finalización) 3. Una changa 4. De duración desconocida 6. No cp 7. No sabe 8. NC 9. Sin dato</p>	<input type="checkbox"/>													

4.44 ¿Podría decirnos el total de horas trabajadas durante la semana (antes de quedar desocupado)? (tenga en cuenta todas las ocupaciones). Anotar N° horas 666. No Corresponde 777. NS 888. NC 999. SD	<input type="checkbox"/>													
4.45 Esta persona ¿recibe ingresos por alguno de los siguientes motivos? (Indicar en cada uno) 1. Si 2.No 7. NS 8. NC 9. Sin Dato														
4.45 Ganancias o salario por actividad laboral	<input type="checkbox"/>													
4.46 Asignaciones Familiares	<input type="checkbox"/>													
4.47 Hogar Constituido	<input type="checkbox"/>													
4.48 Pensión alimentaria por hijos	<input type="checkbox"/>													
4.49 Becas de estudio	<input type="checkbox"/>													
4.50 Seguro de maternidad	<input type="checkbox"/>													
4.51 Seguro de paro	<input type="checkbox"/>													
4.52 Jubilación	<input type="checkbox"/>													
4.53 Renta bancaria	<input type="checkbox"/>													
4.54 Pensión (discapacidad, viudez, vejez)	<input type="checkbox"/>													
4.55 Seguro de enfermedad	<input type="checkbox"/>													
4.56 Ayuda familiares del exterior	<input type="checkbox"/>													
4.57 Ayuda familiares dentro del país	<input type="checkbox"/>													
4.58 Alquiler	<input type="checkbox"/>													
4.59 Otros (<i>especificar</i>):	<input type="checkbox"/>													

ENCUESTADOR: SÓLO PARA JEFE DEL HOGAR

En la ocupación que le reporta (reportaba) mayores ingresos (ocupación principal) ¿Qué tareas realiza (o realizaba)?

4.61 En ese trabajo es (era):

- | | | |
|---|---|--------------------------------|
| 1. Empleado u obrero privado de producción | 2. Empleado u obrero público | 3. Miembro de cooperativa |
| 4. Patrón con personal a su cargo o inversión | 5. Por cuenta propia sin local ni inversión | 6. Por cuenta propia con local |
| 7. Trabajador familiar no remunerado | 66. No corresponde | 77. No sabe |
| 88. No contesta | 99. Sin dato | |

4.62 ¿A qué rango corresponden los ingresos de esa persona por concepto de trabajo? (**Mostrar tarjeta de tramos de ingresos del jefe del hogar y anotar el código del tramo que le indique**)

66. No corresponde 77. No sabe 88. No contesta 99. Sin dato

Sección 5. ORGANIZACIÓN DEL HOGAR

5.1 Ahora quisiera preguntarle sobre quién hace qué en su hogar. Por favor dígame quién hace las siguientes tareas con mayor frecuencia: (*marque hasta 3 en orden de importancia*)

	Número de persona del hogar			Persona fuera del hogar (lista proveedores)			No aplicable
^{5.1} Decidir sobre lo que se va a comer							
^{5.2} Preparar las comidas diarias							
^{5.3} Lavar los platos							
^{5.4} Comprar los alimentos							
^{5.5} Limpiar y ordenar la casa							
^{5.6} Hacer pequeñas reparaciones en el hogar							
^{5.7} Ir a pagar las cuentas							
^{5.8} Organizar las fiestas familiares							

Sección 6 - MIGRATION INTERNATIONAL

6.1 Hay algún ex integrante del hogar que se haya ido a vivir al exterior en los últimos 10 años y que esté viviendo actualmente fuera del país? (incluye personas que se puedan haber independizado del hogar antes de emigrar).

1. Sí

2. No

(pase a PREG 7.1)

7. No sabe

8. No contesta

9. Sin dato

6.2 N° de emigrado	1	2	3	4	5	6	7	8
<i>Nombre</i>								

6.3 ¿Cuál es su parentesco con el jefe del hogar? (<i>Ver tarjeta de parentesco con el jefe del hogar e indicar el código que corresponda</i>)							
6.4 ¿Qué edad tiene?							
6.5 ¿Cuál es su sexo? 1. Masculino 2. Femenino							
6.6 ¿En qué año se fue?							

6.7. En la actualidad muchos hogares con vínculos en el exterior han creado una admirable estructura de colaboración y solidaridad. ¿Mantiene su hogar alguno de los siguientes vínculos como? (*Mostrar TARJETA*)

6.8 Identifique si es uno de los miembros del hogar mencionados en 6.2 , si otra persona anotar nombre y especifique la relación de parentesco con el jefe del hogar (<i>tarjeta de relaciones de parentesco</i>) 66. No corresponde 55. No recibe							
Nombre							
6.9 ¿De qué manera colabora con este hogar? (<i>Indicar el código que corresponda</i>): 1. Regularmente 2. Ocasionalmente 3. Ayuda puntal específica 4. Nunca 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato							
6.9 Envía dinero							
6.10 Pago facturas							
6.11 Surtido supermercado							
6.12 Gastos de salud							
6.13 Gastos de educación							
6.14 Pasajes para visitas							
6.15 Otros (<i>especificar</i>):							
6.16 Trate de estimar, ¿la ayuda recibida representa una buena proporción de los ingresos del hogar? 1. Todo 2. Tres cuartas partes 3. La mitad 4. La cuarta parte 5. Menos de la cuarta parte 6. No corresponde 7. No sabe 8. No contesta 9. Sin dato							

Finalmente, Sólo si no es lamisma persona que contestó la encuesta ¿Ud. Estaría dispuesto a ser Entrevistado en el futuro?

Sección 7. OBSERVACIONES DEL ENCUESTADOR AL TERMINAR ENTREVISTA

7.1 En la cuadra donde está la vivienda, hay: sí (1) no (2)	
7.1	Recolección de basura o contenedores
7.2	Veredas de baldosa, cemento o mosaicos
7.3	Cordón – cuneta
7.4	Boca de tormenta, alcantarillas
7.5	Alumbrado público en funcionamiento
7.6	Basurales

7.7 La vivienda encuestada: sí (1) no (2)	
7.7	¿Forma parte de un asentamiento precario?
7.8	¿Tiene suficiente ventilación?
7.9	¿Tiene las paredes y/o techos con humedades importantes?
7.10	¿Tiene rajaduras importantes?
7.11	¿Está en parte o en su totalidad construida con material de desecho (cartón, nylon, chapas o maderas re-usadas)?

ENCUESTADOR: _____